



FACULDADE DE LETRAS  
UNIVERSIDADE DE  
**COIMBRA**

Maria Inês Pedro Santos

**PRÁTICAS FUNERÁRIAS NUM ENQUADRAMENTO  
SOCIOCULTURAL DAS COMUNIDADES NA  
TRANSIÇÃO ENTRE O II E O I MILÉNIO A.C.**

**A SINGULARIDADE DA “LINHA DO TEJO”**

Dissertação de Mestrado em Arqueologia e Território, orientada pela Professora  
Doutora Raquel Vilaça, apresentada ao Departamento de História, Estudos Europeus,  
Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Julho de 2021

# FACULDADE DE LETRAS

## PRÁTICAS FUNERÁRIAS NUM ENQUADRAMENTO SOCIOCULTURAL DAS COMUNIDADES NA TRANSIÇÃO ENTRE O II E O I MILÉNIO A.C. A singularidade da “linha do Tejo”

### Ficha Técnica

<b>Tipo de trabalho</b>	<b>Dissertação</b>
<b>Título</b>	<b>Práticas funerárias num enquadramento sociocultural das comunidades na transição entre o II e o I milénio a.C.</b>
<b>Subtítulo</b>	<b>A singularidade da “linha do Tejo”</b>
<b>Autor/a</b>	<b>Maria Inês Pedro Santos</b>
<b>Orientador/a(s)</b>	<b>Raquel Maria da Rosa Vilaça</b>
<b>Júri</b>	<b>Presidente: Doutor Armando José Mariano Redentor</b> <b>Vogais:</b> <b>1. Doutor Domingos de Jesus da Cruz</b> <b>2. Doutora Raquel Maria da Rosa Vilaça</b>
<b>Identificação do Curso</b>	<b>2º Ciclo em Arqueologia e Território</b>
<b>Área científica</b>	<b>Arqueologia</b>
<b>Especialidade/Ramo</b>	<b>Arqueologia Proto-Histórica</b>
<b>Data da defesa</b>	<b>10-09-2021</b>
<b>Classificação</b>	<b>18 valores</b>



## **AGRADECIMENTOS**

Tanto esta dissertação como todo o meu percurso acadêmico não teriam sido possíveis sem o apoio e amizade incondicionais de algumas pessoas muito especiais. Por isso, deixo um particular agradecimento:

À professora Doutora Raquel Vilaça, por todos os ensinamentos desde o 1º ano de Licenciatura, todos os conselhos e todas as ajudas e orientações, que não só me suscitaram um gosto especial pela Proto-História, como me tornaram melhor.

À D. Eunice Dionísio, por toda a disponibilidade, pela paciência inesgotável e pela ajuda constante na biblioteca do Instituto de Arqueologia.

Aos meus pais, por me apoiarem sempre em todas as minhas decisões e por me deixarem seguir os meus sonhos.

À minha irmã e aos meus sobrinhos, por serem quem são e por tudo o que fazem por mim.

À Márcia, pela eterna amizade que nos une, pelos conselhos, pelo apoio, pela sinceridade e por estar sempre presente.

À Júlia, a maior amiga que Arqueologia me deu, pelo companheirismo, pelas partilhas e pela amizade.

Também à Inês Nascimento, ao Luis Oliveira e ao David Magalhães, por todo o apoio, por todas as conversas e trocas de ideias, pelo exemplo acadêmico que são para mim e, acima de tudo, pela amizade.

Obrigada.

*“O morto jazia como sempre jazem os mortos, de um modo especialmente pesado, defunto, com os membros hirtos afundados no acolchoado de uma urna, a cabeça para sempre inclinada na almofada, e mostrando, como sempre mostram os mortos, a sua testa amarela com cera com entradas nas têmporas fundas e o nariz saliente, que parecia comprimir o lábio superior. Estava muito mudado, tinha emagrecido ainda mais desde a última vez que Piotr Ivánovitch o tinha visto, mas, como todos os mortos, o seu rosto estava mais bonito e principalmente mais expressivo do que em vida. Tinha uma expressão que dizia que aquilo que havia a fazer estava feito, e feito como devia ser. Além disso, nessa expressão havia ainda uma recriminação ou uma advertência aos vivos”*

**Lev Tolstói, A Morte de Ivan Ilitch (1886)**

## **RESUMO**

### **Práticas funerárias num enquadramento sociocultural das comunidades na transição entre o II e o I milénio a.C. A singularidade da “linha do Tejo”**

Num contexto de graduais mudanças, de novidades que se alastram e de comunidades que se alteram (demograficamente, socialmente e economicamente), as práticas funerárias cobrem-se de significado cultural e caracterizam profundamente as suas pessoas, deixando refletir também esses novos paradigmas que vão sendo adotados. No entanto, nem sempre o que vem de “fora” altera os ideais dos indígenas e, em certos espaços, a Morte terá resistido às alterações dos seus rituais.

A partir de alguns estudos feitos até à data e considerando diversas interpretações, foi proposta, neste trabalho, uma análise e reflexão desta mesma complexidade do tema, visando o lançamento de certas interrogações e hipóteses que, desejavelmente, possam no futuro reformular novas respostas e conclusões. A invisibilidade e por vezes imaterialidade dos rituais que antecedem o ato de depositar um corpo, seja de que forma for, será sempre o principal obstáculo nesta demanda.

No seguimento da dissertação, o principal foco foi dado à “linha do Tejo” que, pelas suas características geográficas, hidrográficas e culturais, se destaca no panorama geral do território português e merece, por isso, uma particular análise. Aqui é possível encontrar contextos funerários de elevado interesse que permitem esboçar uma (das) face da Morte, mas também da Vida, refletindo as dinâmicas sociais, económicas e culturais das comunidades (e particularmente dos seus indivíduos) que habitavam este espaço.

Complexidade, regionalismos, heterogeneidade e excecionalidade são algumas das características que, de um modo geral, pautam os contextos da Morte no passado mais recuado, principalmente ao que ao final do II milénio a.C. diz respeito.

Numa fase final, pretendeu-se reunir um conjunto de sugestões e “ferramentas” que possam contribuir para um novo “ponto de partida” na formulação desta extensa e profunda problemática.

**Palavras-chave:** Bronze Final; Tejo; Rituais; Inumação; Incineração

## **ABSTRACT**

### **Funerary practices in a sociocultural framework in the transition between the II and the I millennium BC. The singularity of the “Tagus line”**

Set in a context of gradual changes, of novelties that spread and communities that mutate (demographically, socially and economically), the funerary practices are covered with cultural significance and deeply characterize their people, also revealing these new paradigms that are being adopted. However, what comes from "outside" does not always change the ideals of the indigenous, and in certain territories, Death will have resisted the alterations of its rituals.

Based on some studies carried out to the present day and considering different interpretations, this paper proposes an analysis and reflection on this very complex theme, with the aim of launching certain questions and hypotheses that, hopefully, may reformulate new answers and conclusions in the future. The invisibility and sometimes immateriality of the rituals that precede the last act of depositing a body will always be the main obstacle in this quest.

Following the dissertation, the main focus was given to the "Tagus line" which, due to its geographical, hydrographic and cultural characteristics, stands out in the general panorama of the Portuguese territory and therefore deserves a particular analysis. Here it is possible to find funerary contexts of great interest that allow us to sketch one (of the) faces of Death, but also of Life, reflecting the social, economic and cultural dynamics of the communities (and their individuals) that inhabited this space.

Complexity, regionalism, heterogeneity and exceptionality are some of the characteristics that, in general, characterize the contexts of Death in the more remote past, especially at the end of the II millennium BC.

In a final chapter, we intended to gather a set of suggestions and "tools" that may contribute to a new "starting point" in the formulation of this extensive and profound problematic.

**Keywords:** Late Bronze Age; Tagus; Rituals; Inhumation; Incineration

## ÍNDICE

1- Introdução.....	1
2- Objetivos e estratégias de trabalho.....	4
3- A investigação do mundo funerário- o “Estado da Arte” .....	8
3.1- O Norte.....	9
3.2- O Centro.....	16
3.3- O Sul.....	22
3.4- A Alta Extremadura.....	33
4- O Tejo- breve enquadramento.....	41
4.1- Contexto geográfico, morfológico e litológico.....	41
4.2- Enquadramento histórico-cultural.....	44
5- A Vida antes da Morte - As comunidades e o povoamento entre o Bronze Final e o Ferro Inicial.....	48
5.1- As pessoas.....	48
5.2- Os espaços.....	50
5.2.1- A organização territorial.....	50
5.2.2- A ocupação dos povoados.....	53
5.2.3- O interior dos povoados.....	55
5.3- Os materiais.....	58
5.4- A organização social.....	64
6- A Morte.....	70
6.1- A Arqueologia da Morte: o que nos dizem os contextos funerários e quais os seus significados?.....	70
6.2- Sociedades ritualizadas: os simbolismos, o metafísico e a celebração de rituais nos contextos funerários.....	74
6.3- O território da Morte - a relação com a paisagem e com os povoados.....	80
6.4- Os paradigmas na transição entre o Bronze Final e o Ferro Inicial na “linha do Tejo” .....	87
6.4.1- Roça do Casal do Meio.....	90
6.4.2- Alpiarça (Meijão, Tanchoal, Cabeço da Bruxa).....	93
6.4.3- Souto.....	95
6.4.4- Monte de São Domingos.....	98

7- Reflexões finais.....	101
7.1- As datações da “linha do Tejo”.....	101
7.2- Discussão geral.....	105
8- Conclusões.....	109
9- Referências bibliográficas.....	112
Outras bibliografias lidas.....	124



## ANEXOS

Notas preliminares.....	129
Anexo 1- O “Estado da Arte”.....	130
Fig.I- Vale Ferreiro (Fafe).....	130
Fig.II- Vale Ferreiro (Fafe).....	130
Fig.III- Granjinhos (Guimarães).....	131
Fig.IV- Paranho (Tondela).....	131
Fig.V- Travessa da Lameira de Lobos (Viseu).....	132
Fig.VI- Mapa com localização dos contextos da figura 2 e 3.....	132
Fig.VII- Mapa do “Bronze Atlântico”.....	133
Fig.VIII- Torre Velha 3 (Serpa).....	134
Fig.IX- Torre Velha 3 (Serpa).....	134
Fig.X- Alto de Brinches 3 (Serpa).....	135
Fig.XI- Alto de Brinches 3 (Serpa).....	135
Fig.XII- Atalaia (Ourique).....	136
Fig.XIII- Atalaia (Ourique).....	136
Fig.XIV- Vinha do Casão (Vilamoura).....	137
Fig.XV- Vinha do Casão (Vilamoura).....	137
Fig.XVI- Mapa com localização dos contextos da figura 4.....	138
Fig.XVII- Yuncos (Toledo).....	139
Fig.XVIII- Yuncos (Toledo).....	139
Fig.XIX- Los Rompizales (Burgos).....	140
Inventário de alguns contextos funerários.....	141
Anexo 2- As áreas geográficas.....	150
Fig.XX- Mapa da Península Ibérica.....	150
Fig.XXI- Mapa hipsométrico do território português.....	150
Fig.XXII- Caracterização morfológica da Estremadura.....	151
Fig.XXIII- Caracterização morfológica do Centro do território.....	152
Fig.XXIV- Mapa do rio Tejo.....	153
Anexo 3- Os povoados, as pessoas, os materiais.....	154
Fig.XXV- Exemplos de tipos de cerâmica.....	154
Fig.XXVI- Fíbulas de Baiões.....	154

Fig.XXXVII- <i>Tranchets</i> de Baiões.....	154
Fig.XXXVIII- Esquema de organização social com base em Elman Service.....	155
Fig.XXXIX- Esquema de organização social com base em Allen Johnson e Timothy Earl.....	156
Anexo 4- O mundo funerário.....	157
Fig.XXX- Processos pós e extra funerários.....	157
Fig.XXXI- Mapa de contextos de incineração na “linha do Tejo”.....	158
Fig.XXXII- Roça do Casal do Meio (Sesimbra).....	159
Fig.XXXIII- Roça do Casal do Meio (Sesimbra).....	159
Fig.XXXIV- Roça do Casal do Meio (Sesimbra).....	160
Fig.XXXV- Alpiarça (Santarém).....	160
Fig.XXXVI- Cabeço da Bruxa (Alpiarça).....	161
Fig.XXXVII- Tancoal (Alpiarça).....	162
Fig.XXXVIII- Souto (Abrantes).....	162
Fig.XXXIX- Souto (Abrantes).....	163
Fig.XL- Monte de São Domingos (Malpica do Tejo).....	163
Fig.XLI- Monte de São Domingos (Malpica do Tejo).....	164
Fig.XLII- Monte de São Domingos (Malpica do Tejo).....	164



## 1- INTRODUÇÃO

“O isolamento do território, longe dos focos da irradiação e do caminho dos povos invasores, a atração que o litoral exerceu sobre as populações dão às civilizações do ocidente ora um sentido de expansão marítima, que parece ter-se manifestado a primeira vez no começo da Idade dos Metais, ora um caráter rude e arcaizante, principalmente conservado nas montanhas do Norte, onde nenhuma marca de civilização superior se inscreveu fortemente.”

**RIBEIRO, Orlando, LAUTENSACH, Hermann, DAVEAU, Suzanne.** *Geografia de Portugal- A posição geográfica e o território* (2004)

Não é fácil explorar a temática da Morte do Bronze Final e tal deve-se a vários motivos. Por um lado, a própria complexidade do problema, que não se vê suavizada devido à disparidade de estudos regionais (não havendo equilíbrio na informação que se pode explorar em relação ao território português na sua totalidade) e também pela inerente “abstração” e imaterialidade de certos contornos do mundo funerário. Os vestígios arqueológicos deixam-nos, na melhor das hipóteses, um testemunho do momento final dos defuntos, as suas últimas presenças no mundo, não nos permitindo vislumbrar tudo o que aconteceu, como e porquê, como foram sepultados num determinado sítio, que rituais foram executados posteriormente e como é que foram construídos os monumentos em si que prevalecem até hoje, eventualmente.

Falamos de comunidades sem escrita, o que faz com que não tenhamos testemunhos diretos destas pessoas sobre como fariam determinada ação e com que motivação e objetivo a levariam a cabo.

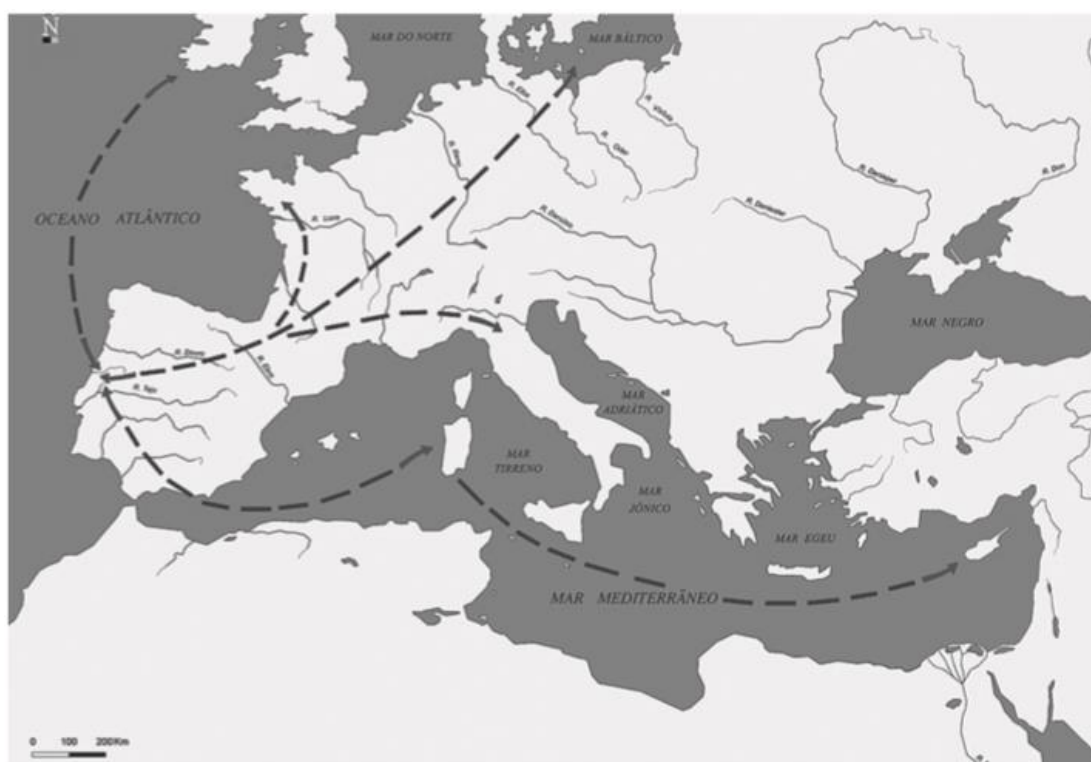
Por outro lado, a temática da Morte é um verdadeiro novelo de lã para a Arqueologia: quanto mais tentamos explorar, quanto mais tentamos ir atrás de “pistas”, hipóteses, evidências, mais dúvidas surgem, mais teorias se compõem e mais necessitamos de estudos e possibilidades. Começamos por uma ponta e rapidamente percebemos que o fio só tende a desenrolar-se ainda mais.

Por isso é que um dos pontos de partida tem de ser o afinilamento do problema. Nesta dissertação definiram-se como “atores” sociais os indígenas e também as comunidades “de fora”, nomeadamente as oriundas do Mediterrâneo e do Atlântico, que com aquelas comunidades locais aprofundaram cada vez mais, ao longo desta transição cronológica, as interações culturais e económicas.

Como principal ação destes atores, privilegiam-se as mudanças paradigmáticas sentidas

precisamente neste período de transição em relação, principalmente, aos hábitos e rituais funerários. Falamos de um momento de evoluções culturais, onde as comunidades se reorganizam e constroem e conceptualizam os seus territórios (Vilaça 2006: 34). É um momento cronológico caracterizado por assimetrias, particularidades regionais e “ritmos distintos de integração sócio-política entre os diversos grupos.” (Vilaça 2006: 38)

O espaço desta ação é a “linha do Tejo”, que define várias regiões, todas elas ricas e complexas a vários níveis. Mas, inevitavelmente, é necessário enquadrar estas regiões, este rio e estas comunidades num contexto mais amplo, principalmente ao que ao atual território português diz respeito.



**Fig.1-** “Centralidade” periférica da Península Ibérica na rede de contactos exógenos

Fonte: VILAÇA, Raquel. *Considerações sobre cerâmicas pré e proto-históricas do território português* (2007a: 8)

Desde a localização, à diversidade morfológica, litológica, hidrológica, passando pelos recursos naturais e metálicos, várias características da Península Ibérica fazem dela um verdadeiro íman para a restante Europa e Mediterrâneo (fig.1). A sua posição “ambivalente”, como Raquel Vilaça descreve (2006: 34), faz deste território um espaço de periferia face aos restantes espaços europeus e também do Mediterrâneo, mas também um ponto central e fundamental nas comunicações (Vilaça 2012: 14), funcionando como “[...] plataforma

intermediária num movimento contínuo de centrifugação/centripetação entre os centros mais dinâmicos [...]” (Vilaça 2006: 34). Numa outra análise, Orlando Ribeiro, numa conhecida obra elaborada em conjunto com Hermann Lautensach e atualizada por Suzanne Daveau (2004), assinala que “[...] a Península, cercada pelo mar em sete oitavos da periferia, constitui um pequeno continente, no qual as regiões centrais contrastam com os litorais”, rematando com a ideia de que “as ações destas três categorias de forças, planetárias, continentais e atlântico-mediterrâneas, combinam-se numa realidade multiforme. A personalidade geográfica de cada uma das regiões ibéricas resulta dessas interferências” (Ribeiro, Lautensach e Daveau 2004: 7, 8).

Torna-se compreensível, portanto, a pertinência dos estudos sobre a Península e a notoriedade dos seus contextos, neste caso os funerários.

## 2- OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS DE TRABALHO

Neste trabalho, essencialmente expositivo, lançam-se propostas que permitem uma reflexão para o mundo funerário do Bronze Final e primeiros séculos da Idade do Ferro ao longo do rio Tejo (considerando, especialmente, a sua foz a poente e também a região do Alto Tejo, no território espanhol), assumindo desde início que essa transição cronológica comporta alterações significativas no panorama cultural, social, económico e até geográfico nas comunidades peninsulares. Há a consciência de que se trata de uma temática bastante complexa, ampla e difícil de compactar ou sistematizar em apenas algumas dezenas de páginas, por isso optar-se-á por focar algumas questões-chave que permitirão a discussão do porquê da mudança e adoção de novos paradigmas, bem como o verdadeiro impacto que estes tiveram para a posteridade.

Antes de mais, é importante esclarecer que na definição de linhas cronológicas os arqueólogos adotam diferentes critérios para demarcar o fim de um período e o início de outro, e assim sendo, teremos principalmente em conta neste trabalho as definições do *Dicionário de Arqueologia Portuguesa*, onde se assume que o “Bronze Final” abarca uma linha entre os séculos XIII e XII-VIII a.C. (Vilaça in Alarcão e Barroca 2012: 178) e o “Ferro Inicial” inclui uma linha entre o século IX e VIII a.C. (Vilaça in Alarcão e Barroca 2012: 180). São duas noções temporais difíceis de desvincular e que se cruzam e interligam culturalmente e, portanto, cronologicamente. Deste modo, a chamada “Idade do Ferro” iniciar-se-á nos séculos IX/VIII a.C. até, grosso modo, o século II a.C. (Vilaça in Alarcão e Barroca 2012: 180), e entre os séculos V e IV a.C. estipula-se a transição entre a I Idade do Ferro para a II (Vilaça in Alarcão e Barroca 2012: 182).

A principal “matéria-prima” desta dissertação será a diversificada bibliografia que inclui trabalhos de autores que dedicaram os seus estudos à caracterização dos modos de Viver e Morrer das comunidades do Bronze Final e da Idade do Ferro em diversas regiões do atual território português, bem como de outras áreas limítrofes já no lado espanhol. Muitos desses investigadores norteiam as suas análises em função dos mais importantes rios, que seriam, para a época, fundamentais pontos magnetizantes para o assentamento humano, algo que será igualmente critério para este trabalho, assumindo o rio Tejo como um dos principais agentes.

Para além de se visar uma caracterização o mais objetiva possível para o panorama funerário das regiões litorais e interiores que estremam o rio Tejo, quer-se igualmente assinalar os contextos de exceção e mais peculiares que aí mesmo se destacam, tentando perceber assim

o porquê da sua existência e a sua principal função e simbolismo. Não há regras sem exceções, e estas últimas podem ser a chave para compreender melhor os contextos em que se inseriam as pessoas do final do II milénio a.C.

Alguns entraves inerentes à investigação serão sentidos no decorrer do trabalho. Atualmente, e mesmo que seja visível e meritório o avanço neste tipo de estudos, ainda existe alguma assimetria e desigualdade no que toca ao conhecimento de espaços arqueológicos entre as várias regiões que pelo Tejo são definidas (principalmente no que toca à dicotomia litoral/interior), tanto na perspetiva de locais habitados como de necrópoles. Esta situação comprometerá sempre, em certa medida, a exatidão das análises apresentadas pelos investigadores e a reflexão que se fará sobre as mesmas ao longo deste trabalho.

Como se trataria o corpo de defunto, onde se depositaria o mesmo, como seria a arquitetura e materiais da sua sepultura, onde se localizaria esta, que rituais estariam inerentes ao processo fúnebre ou o que levariam consigo os defuntos para o outro ‘mundo’ são algumas das questões às quais se pretenderá dar resposta, ou pelo menos cogitar sobre as mesmas.

Por tudo isto, como ponto de partida estabelece-se o capítulo do “Estado de Arte” onde se caracterizará genericamente o mundo da Morte de diferentes zonas do território, tentando salientar as principais análises até hoje feitas pelos investigadores em relação a regiões além Douro, no Centro do atual território português, e mais a Sul (Alentejo e Algarve). Pretende-se que com este capítulo se reúnam importantes dados que, em comparação à região primordial desta dissertação, permitam uma comparação de contextos e possibilite igualmente uma reflexão sobre as diferenças e as igualdades entre si.

De seguida, entende-se como essencial uma caracterização do rio Tejo, tanto na sua perspetiva geográfica e territorial como histórica, arqueológica e social. É um capítulo em que se pretende clarificar a importância desta via de comunicação na ótica de comunidades antigas que nela encontrariam muito mais do que “apenas” um meio de subsistência.

E como é essencial conhecer primeiro os Vivos para compreender os Mortos, vai dedicar-se parte desta dissertação à descrição dos tipos de povoamento comuns no final da Idade do Bronze, bem como dos principais traços definidores do interior desses mesmos espaços de habitat. Retratar estes espaços é equacionar os hábitos quotidianos das pessoas, como viveriam, que utensílios usariam, que atividades desenvolveriam e como se organizariam, social e espacialmente. Ainda muito caminho a Arqueologia pode galgar neste âmbito e muitos



povoados por todo o território ainda padecem de conhecimento, escavação e estudo, mas o que já se encontra à disposição dos investigadores é crucial.

O cerne deste trabalho é a Morte. Durante grande parte do mesmo realizar-se-ão análises e discussões sobre os paradigmas funerários na transição do milénio, nunca olvidando os agentes exógenos que terão influenciado nesta altura mais que nunca as comunidades indígenas (umas mais que outras) e terão trazido consigo novas possibilidades de mudança, novas perspetivas culturais, novos elementos. Mas até que ponto essas mudanças foram aceites? Ou se foram, em que medida e em que contextos? Tornar-se-ão as culturas mediterrâneas e atlânticas a exceção ou a regra vigente?

Nesta linha de raciocínio, estruturas e espólios também serão alvo de identificação e comparação. Será desejável analisar as linhas evolutivas destes dois elementos, as suas dispersões pelo território e a sua conexão com os povoados vizinhos.

Aliás, esta questão, um tanto ou quanto arriscada, será também um dos pontos que se pretende desenvolver. Partindo da premissa que todos os Vivos, da mesma forma que possuem um território e nele se movimentam e socializam, terão igualmente ao seu alcance e sob a sua manipulação espaços destinados ao descanso dos seus Mortos, pretende-se compreender de que forma (e com base em que fatores) esses mesmos espaços são escolhidos para tal efeito e que relação (funcional mas também visual) mantém, eventualmente, com os povoados. É possível, inclusive, identificar objetivamente essa conexão povoado-necrópole? Se sim, será possível traçar um padrão para a localização geográfica e distâncias entre estes dois tipos de espaços? O destaque visual na paisagem será um fator de peso para a localização das necrópoles? Que impacto cultural, simbólico e religioso têm os espaços funerários mais antigos nos contextos do Bronze Final? Que papel, para além do funerário, podem ter os monumentos megalíticos e de que forma estes ainda influenciam as comunidades do final do II milénio a.C. na sua relação com o território e com a ancestralidade dos povos que ali viveram e morreram?

Por todas estas e outras razões é preciso ter em linha de conta que as ditas “práticas funerárias” que identificamos no título desta dissertação e que pretendemos identificar, qualificar e enquadrar cultural e geograficamente poderão, num modo mais lato, abranger rituais, espaços, monumentos e materialidades que não são apenas ou forçosamente “funerários”, no sentido em que abarcam contextos culturais por vezes dúbios e complexos, relacionados de algum modo com a Morte (e com os seus rituais e “performances”) mas não exclusivos da mesma ou não necessariamente destinados a atos de deposição de um defunto.

Em suma, há um conjunto de interessantes interrogações que culminarão nos objetivos desta dissertação:

- a) Compreender que acontecimentos e fatores contribuem para a aceitação da ideia de transição e mudança dos paradigmas culturais, tanto na ‘Vida’ como na ‘Morte’ das comunidades proto-históricas, na viragem para o I milénio a.C. do nosso território.
- b) Analisar o impacto das influências exógenas de outras comunidades nas dinâmicas culturais, sociais, económicas e rituais dos indígenas, percebendo de que modo tal os faz transformar (ou não) no decorrer dos séculos.
- c) Compreender os principais paradigmas do mundo funerário no final do II milénio e início do I milénio a.C., assimilando a “regra” mas também tentando compreender o porquê da “exceção”.
- d) Refletir nos variados rituais assinalados pela Arqueologia nesta baliza cronológica e que marcariam profundamente tanto as dinâmicas quotidianas como as funerárias e religiosas.

Por fim, a reflexão sobre estes objetivos será feita, discutindo-se se os mesmos foram ou não alcançados.

### 3- A INVESTIGAÇÃO DO MUNDO FUNERÁRIO- O “ESTADO DA ARTE”<sup>1</sup>

“À escala nacional, se algo aproxima as práticas funerárias da Idade do Bronze, é, precisamente, a falta de unidade.”

**VILAÇA, Raquel, CRUZ, Domingos.** *Práticas funerárias e Cultuais dos Finais da Idade do Bronze na Beira Alta* (1999)

À semelhança do que ocorreu com contextos domésticos de povoados, as escavações e estudos de espaços religiosos e funerários têm sido impulsionados nas últimas décadas e têm permitido uma melhor e mais rigorosa definição de contextos, sendo possível estabelecer comparações regionais e com elas formular hipóteses quanto a estas evoluções paradigmáticas do tratamento da Morte e respetivos agentes.

É importante lembrar que tanto no atual território português como nas regiões mais fronteiriças do lado espanhol a informação existente em relação aos contextos funerários da Idade do Bronze e do Ferro não é nem quantitativa nem qualitativamente igual, por variados motivos, o que logo pressupõe um desequilíbrio no momento de análise e comparação, bem como um rol de perguntas e hipóteses às quais não se consegue ainda esboçar uma resposta devido precisamente a esse défice de conhecimento.

Não obstante, a informação que existe até hoje é suficientemente sugestiva, permitindo, entre outras coisas, a correlação e visualização de influências culturais e desenvolvimentos sociais, económicos e políticos das comunidades indígenas destes territórios.

Decerto que “regionalismos” e “peculiaridades” são dois dos termos que poderão caracterizar a malha dos contextos funerários portugueses e extremenhos. Far-se-á uma sistematização dos conhecimentos que, até hoje, variados investigadores alcançaram quanto a estas problemáticas, tentando sublinhar os contornos mais importantes e fulcrais que melhor refletem a heterogeneidade, complexidade e variedade da Morte nestas diferentes regiões, mas também as similitudes e convergências.

---

<sup>1</sup> Para efeitos de cronologia, utilizar-se-ão as nomenclaturas adotadas pelos autores lidos. A típica divisão tripartida da Idade do Bronze (Inicial, Médio e Final) é usada por alguns investigadores, enquanto que outros optam por agrupar estas duas primeiras fases mencionadas num período denominado Bronze Pleno. Segundo o *Dicionário de Arqueologia Portuguesa*, este período “[...] corresponde à primeira metade do II milénio a.C., estendendo-se até ao século XIII a.C. [...]” (Cardoso in Alarcão e Barroca 2012: 178).

Outros registos poderão ser consultados no inventário do Endovélico<sup>2</sup>, algo que evidencia o desenvolvimento de prospeções e intuitos de estudar a região na perspetiva funerária, no entanto, falamos de contextos pouco conhecidos, muitas das vezes baseados apenas em vestígios de superfície, sem trabalhos de escavação associados ou estudos mais aprofundados que possam permitir uma reflexão. Não obstante, não deixam de ser importantes pontos que deverão ser tidos em conta para a posteridade (anexo 1). Em anexo estarão igualmente dois mapas (fig. VI e XVI) que providenciam um enquadramento geográfico dos contextos de Norte a Sul que de seguida serão mencionados e também sintetizados.

### 3.1- O Norte

“[...] o mundo funerário da Idade do Bronze do Noroeste parece ser extremamente heterogéneo, rico e complexo, quer em relação ao espaço de necropolização, quer a nível das soluções arquitectónicas e rituais encontradas”

**BETTENCOURT, Ana.** *Expressões funerárias da Idade do Bronze no Noroeste peninsular* (1997)

O Norte do atual território português (que aglomera zonas como o Minho, o Douro litoral, o Alto Douro e Trás-os-Montes) (Bettencourt 1995: 110), em especial a região Noroeste, tem sido alvo de vários estudos nos últimos anos, e principalmente a partir da década de 80 do século XX, apesar de não ser das áreas portuguesas mais conhecidas, principalmente ao que à cronologia deste trabalho diz respeito.

Ana Bettencourt é um dos rostos destes estudos, sendo das arqueólogas que mais se dedica ao conhecimento das comunidades e respetivos hábitos funerários entre o Bronze e a Idade do Ferro no Noroeste. Esta investigadora realça as diversidades desta região (por vezes notadas numa dicotomia litoral/interior<sup>3</sup>) e a particularidade com que esta deve ser tratada face a outras do território.

Bettencourt defende que para o Noroeste é importante repensar as divisões cronológicas e o século a que usualmente se atribui o início da I Idade do Ferro, isto porque, segundo a

---

<sup>2</sup> <https://arqueologia.patrimoniocultural.pt>

<sup>3</sup> Dicotomias que poderiam dever-se a “[...] uma maior “pressão” externa sobre as populações litorais e uma maior resistência a fenómenos inovadores por parte das comunidades do interior” (Bettencourt 2001: 46)

mesma, nesta região as comunidades do Bronze Final tiveram um processo de desenvolvimento e evolução talvez mais retardado e demorado comparativamente a outros grupos noutros pontos da Península, o que empurra para mais recentemente as mudanças que validam a divisão do tempo entre Bronze Final e Idade do Ferro. É por isto que muitos autores, inclusive esta arqueóloga, sugerem o início da Idade do Ferro do Noroeste no século IV do I milénio (Bettencourt 2005: 5), algo que não é, porém, consensual, havendo quem defenda para tal efeito o século VI ou até mesmo VII a.C. (Bettencourt 2001: 41).

À parte destas particularidades temporais, temos, portanto, a caracterização de uma população um tanto ou quanto alheada das influências exógenas durante vários séculos. O Norte de Portugal, no geral, “[...] seria ainda uma região extremamente marginalizada em relação aos circuitos europeus de extração, transformação e circulação de minérios e outros bens, situados nas ilhas Britânicas, Bretanha francesa, Europa central, mais próximos dos centros de “economia-mundo” nuclearizados no mediterrâneo central” (Bettencourt 1995: 112), o que justificou, como já referido, o retardamento das mudanças. É na transição para o Ferro que aumentam as interações entre as comunidades do litoral e do interior e entre as outras regiões forâneas, o que implicará o aparecimento de novidades artefactuais e técnicas. No período transitório há igualmente um desenvolvimento e maior dinamismo das práticas agro-silvo-pecuárias (Bettencourt 2001: 43). Dos povoados que caracterizam o Noroeste nesta cronologia de transição podemos destacar o povoado de São Julião (Vila Verde), o de Santo Estevão da Facha (Ponte de Lima) ou o de Vasconcelos (Braga) (Bettencourt 2005: 26), não esquecendo que será nesta região que se desenvolverá a chamada “cultura Castreja” (bem exemplificada em sítios como a Citânia de Sanfins e de Briteiros, em Paços de Ferreira e Guimarães, respetivamente) muito peculiar e singular no panorama geral do território.

Quanto aos paradigmas da Morte, alguns estudos já desenvolvidos permitem esboçar um plano evolutivo desta região. Os investigadores que se debruçam nas problemáticas deste território constataam que os dados até hoje disponíveis caracterizam de forma mais explícita as formas de tratamento do corpo e tipos de estruturas funerárias típicas das primeiras etapas da Idade do Bronze, algo que não se verifica de igual modo para o Bronze Final e primeiros séculos da fase sidérica. Em contrapartida, o fenómeno oposto acontece com os conhecimentos sobre povoamento, pois mais se sabe dos povoados e comunidades do final do II milénio a.C. do que das dos períodos antecedentes (Sampaio 2014: 600). Um dos entraves que os investigadores sugerem como razão para o défice de conhecimentos sobre a Arqueologia da Morte neste território recai nas características e acidez dos solos que inviabilizam, em muitos casos, a

conservação de restos ósseos, dificultando a identificação de espaços funerários quer de inumação como de incineração (Sampaio 2014: 599; 2017: 798; Bettencourt 1997: 629), como também será possível observar na figura 2. Paralelamente, o desconhecimento quase total de contextos funerários reportáveis ao final do II milénio “[...] poderá advir do facto de a sua identificação ser dificultada pelo carácter perecível dos materiais utilizados e da “invisibilidade” inerente a construções subterrâneas, [...] mas também a fenómenos culturais, nomeadamente a práticas fúnebres que deixam poucos ou nenhuns vestígios” (Sampaio 2014: 683).

Dos poucos contextos conhecidos, são ainda menos os que já foram devidamente escavados e estudados. Contudo, é possível perceber que no Bronze Inicial e Médio são mais comuns, no espectro das tipologias, as estruturas em negativo (nas quais se incluem as sepulturas planas abertas no substrato rochoso sem *tumuli* ou as fossas) e, paralelamente, os “monumentos sob *tumuli* de tradição megalítica” (Sampaio 2014: 600; Bettencourt 2008: 99, 100). Este tipo de estruturas pode encontrar-se mais isoladas ou enquadradas com algumas outras semelhantes, o que cria um contexto de necrópole. Num dos seus trabalhos de investigação, o arqueólogo Hugo Sampaio caracteriza os contextos funerários mais conhecidos e mais profundamente estudados (figura 2).

<b>Nomenclatura</b>	<b>Local</b>	<b>Tipo(s) de estrutura(s)/necrópole</b>	<b>Cronologia</b>	<b>Prática funerária</b>
<i>Agra das Antas</i>	Esposende	Necrópole de cistas	Bronze Médio	Inumação
<i>Carvalho 1</i>	Braga	Monumento de <i>tumuli</i>	Idade do Bronze	(?)
<i>Carvalhos 2</i>	Braga	Monumento de <i>tumuli</i>	Idade do Bronze	(?)
<i>Faísca</i>	Guimarães	Necrópole de fossas de contornos semicirculares	Bronze Médio	Incineração
<i>Granjinhos</i>	Braga	“[...] recinto definido por alinhamento pétreo” (pg.601)	Bronze Médio	Incineração
<i>Pego</i>	Braga	Sepultura plana	Bronze Final	Inumação
<i>Quinta da Amorim</i>	Braga	Sepultura plana	Bronze Médio	Inumação (dupla?) <sup>[a]</sup>
<i>Regedoura 2</i>	Fafe	Monumento de <i>tumuli</i> , localizado perto de um	Idade do Bronze	(?)

		monumento megalítico mais antigo (Regedoura 1)		
<b>Vale de Chão 1</b>	Braga	Monumento de <i>tumuli</i> , sem estrutura pétreo no interior (ou seja, com deposição diretamente no solo)	Bronze Inicial/Médio (?)	Incineração
<b>Vale de Chão 2</b>	Braga	Monumento de <i>tumuli</i> , com aparente estrutura central circular	Idade do Bronze	(?)
<b>Vale de Chão 4</b>	Braga	Monumento de <i>tumuli</i>	Idade do Bronze	(?)
<b>Vale Ferreiro 1</b>	Fafe	“Estrutura cistoide em fossa com <i>cairn</i> pétreo” (pg.601)	Bronze Inicial	Inumação
<b>Vale Ferreiro 2</b>	Fafe	“[...] estrutura cistoide em fossa rodeada por <i>cairn</i> pétreo e a câmara retangular definida por “muros” duplos, em fossa” (pg.600)	Bronze Inicial	Inumação? (pg.485)
<b>Vale Ferreiro 3</b>	Fafe	Sepultura plana	Idade do Bronze	(?)
<b>Vale Ferreiro 4</b>	Fafe	Sepultura plana	Bronze Médio	(?)

**Fig.2-** Tabela-síntese de alguns dos contextos funerários referidos por Hugo Sampaio na sua tese de doutoramento (Sampaio 2014). As citações feitas são extraídas do mesmo trabalho. Já as informações referentes à necrópole do Pego (Braga) foram retiradas de Bettencourt 2010: 151-154.

[a] Sampaio 2017: 798

Para além dos contextos de tumulação mais comuns, há outros mais isolados e peculiares que enaltecem o carácter heterogéneo e diversificado desta região. Destacam-se os contextos de Vale Ferreiro (anexo 1, fig. I e II) e Granjinhos (anexo 1, fig. III).

O primeiro caracteriza-se, de um modo geral, por uma rede de sepulturas distribuídas centralmente no terreno, em função das quais se distribuem, de forma periférica, outras estruturas (usualmente fossas), com um papel aparentemente mais secundário (Sampaio 2014: 610). Este exemplo evidencia a complexidade que certas necrópoles poderiam ter e a sua organização e distribuição em vários núcleos, com características e funções distintas e quiçá hierarquizadas (“[...] o conjunto parece traduzir um padrão de importância social e coletiva dos cadáveres [...]” Sampaio 2014: 679). Este tipo necrópoles de fossas, como é a de Vale Ferreiro, ainda oferece no geral algumas dúvidas no que toca precisamente à sua função, isto porque, como é sabido, as estruturas tipo fossa também se assinalam em contextos de povoados, às

quais se associam regularmente as funções de armazenamento. Nesta necrópole em específico, algumas fossas foram encontradas desprovidas de enchimento, mas outras, como a fossa 3, tinha, numa camada mais superficial, cerca de três fragmentos de dormentes (Sampaio 2014: 615). No entanto, os investigadores associam a esta fossa uma função funerária e não doméstica/de armazenagem, precisamente por Vale Ferreiro constituir um sítio não residencial. Já a fossa 21 desta necrópole apresenta uma camada granítica vista como uma tampa (de uma sepultura), o que pode comprovar a existência de uma deposição, logo, uma função funerária.

Resumindo, do grupo de estruturas mais importantes e fundacionais, destacam-se dois *tumuli*, ambos, à partida, com rituais de inumação. O *tumulus* 1, a su-sudoeste do outro, era constituído por uma câmara tipo cistoide com cerca de 95 cm de comprimento, 64 de largura e 57cm de profundidade (Sampaio 2014: 481, 482, 620, 679) e teria, presumivelmente, um indivíduo do sexo masculino inumado de cócoras (Sampaio 2014: 620, 679), sem quaisquer espólios/ofereidas. Já o *tumulus* 2, a nascente, seria o maior com cerca de 380 cm de comprimento e 290 de largura (no primeiro “nível” de aprofundamento da fossa), sendo constituído por uma cista em fossa definida por “muros duplos” (Sampaio 2014: 483-85, 600, 621-624, 679). Uma tonalidade dos sedimentos na base desta câmara sugere a presença de um ritual de inumação de pelo menos um indivíduo disposto em decúbito lateral (Sampaio 2014: 679). Aqui foram identificados vestígios de ouro e cerâmicas (Sampaio 2014: 679).

Quanto às outras estruturas em negativo localizadas nas imediações dos principais túmulos, as chamadas fossas, conclui-se, portanto, que protagonizariam atividades “[...] no âmbito de novos enterramentos, de celebrações ou de performances paralelas aos enterramentos ali ocorridos.” (Sampaio 2014: 680).

Vale Ferreiro é sem dúvida um contexto especial e complexo que é importante ter em conta no estudo do Norte do território português.

Já Granjinhos denota características diferentes. É um sítio que já foi descoberto e estudado num estado não totalmente preservado, o que comprometeu a interpretação dos dados. Contudo, as formas cerâmicas que se encontraram (que parecem corresponder a 4 vasos distintos), pareciam estar posicionadas numa estrutura circular definida por pedras. Estas peças seriam, então, urnas cinerárias. O alinhamento, ainda que muito destruído, parecia antever uma circunscrição de cerca de 7 metros de diâmetro, e no seu interior as ditas urnas ocupariam uma posição mais ou menos central (Sampaio 2014: 630, 644).



Sistematizando, “atendendo às características contextuais das quatro formas cerâmicas- em associação com uma estrutura circular definida por um alinhamento de pedras e arena granítica-, à ausência de outros vestígios nas proximidades [...], parece viável interpretar os Granjinhos como uma necrópole de cremação onde terá ocorrido a deposição secundária dos restos de ossadas em urnas funerárias durante os séculos XVII e XV a.C., ou seja, o Bronze Médio [...]” (Sampaio 2014: 630).

Quanto à presença de espólio nos vários contextos funerários, não parece haver muita abundância, porém, predominam as oferendas cerâmicas, sendo muito raros os metais (e quando existem correspondem essencialmente a adornos/ornamentos) e os líticos (Sampaio 2014: 657-659). Do primeiro grupo, há um conjunto de tipologias que são mais comuns.

Em contextos de reutilização de monumentos megalíticos mais antigos (tema que será desenvolvido no ponto 6), a maioria das peças cerâmicas exumadas são “[...] vasos troncocónicos, subcilíndricos ou potinhos/púcaros” (Sampaio 2014: 634), existindo uma exceção no dólmen da Lapinha (Guimarães), onde uma peça de forma subcilíndrica, de perfil bastante marcado, com uma base plana, com uma asa de secção subretangular, com decorações incisas e impressas, com sulcos e depressões em círculos foi encontrada, constituindo um caso sem paralelos conhecidos (Sampaio 2014: 633).

Em monumentos sob *tumuli* foi difícil definir objetivamente as formas cerâmicas a partir dos fragmentos cerâmicos escavados, parecendo, contudo, haver uma existência de formas mais hemisféricas/globulares, como aconteceu em Regedoura 2 (Sampaio 2014: 634).

Em sepulturas planas também predominam as ofertas de objetos cerâmicos, sendo mais comuns os vasos de bordo horizontal, estando a larga maioria associada à necrópole do Pego. São peças geralmente mais grosseiras, de pastas mais arenosas, fabricadas manualmente e com cozeduras redutoras (Sampaio 2014: 635). Algumas análises químicas permitiram associar estes vasos ao uso do fogo, devido à presença de fuligem, podendo ter tido um papel importante no ritual fúnebre de enterramento, tendo acabado por acompanhar o defunto na sepultura. Vasos troncocónicos ou potinhos (num dos túmulos em Vale Ferreiro, por exemplo) são formas que também se exumaram de sepulturas planas, ainda que de forma mais pontual (Sampaio 2014: 635).

Em contextos de sepulturas em fossa, os vasos de bordo horizontal também são os que têm mais destaque.

Durante a Idade do Bronze, como é possível constatar, há coexistência dos rituais de inumação e incineração no Noroeste português, ainda que o primeiro pareça ser a regra. Este último é identificado desde o período Calcolítico (Sampaio 2014: 685). Também foi possível perceber a diversidade arquitetónica do mundo funerário ao longo da Idade do Bronze, a par de uma tendência de reutilização de monumentos megalíticos já existentes, mas quais serão as razões para tal? E que significados terão casos excecionais como Vale Ferreiro ou Granjinhos, que se afastam dos contextos mais comuns?

Antes de terminar, é importante recuperar ideias que foram mencionadas no início. De facto, do pouco que se sabe da Morte no Norte do território parece estar circunscrito às primeiras fases da Idade do Bronze, restando, por isso, muitas dúvidas quanto às realidades do Bronze Final e posteriores. Ora, num dos seus trabalhos, Ana Bettencourt também reflete nessa problemática e, através de vários exemplos, sugere que certas metodologias de estudo e comparação regional podem não permitir uma definição mais clara das cronologias dos contextos funerários, justificando em certa medida a aparente falta de vestígios do final do II milénio (Bettencourt 1997: 622-629).

A arqueóloga recorre a povoados como Sola II (Braga) e Santinha (Amares, Braga). Neles foram encontradas cistas sem *tumuli* com presença de fragmentos. No primeiro povoado, numa das cistas foram identificados fragmentos que correspondiam a “vasos de largo bordo horizontal” (Bettencourt 1997: 622). Datações feitas aos sedimentos parecem reportar a utilização das cistas para um período entre os séculos XVII e XVI a.C. No povoado de Santinha o contexto funerário parece ser semelhante, tendo sido encontrado “um recipiente de pança ovoide, bordo ligeiramente esvasado, lábio horizontal, base plana e de fabrico manual”, com vestígios de fuligem (Bettencourt 1997: 622). Neste caso, as datações de Carbono 14 enquadram a sepultura e respetivo material entre os séculos XI e IX a.C.

Estes casos são deveras interessantes, não só devido ao contexto funerário identificável em espaços habitacionais<sup>4</sup>, como pelos paralelos que se podem fazer com outras regiões

---

<sup>4</sup> No decorrer das suas ilações quanto ao papel das cerâmicas e afins na datação de contextos funerários, a arqueóloga não deixa de ressaltar que, durante o período cronológico em que uma certa tipologia cerâmica é manufaturada, utilizada e descartada, pode alterar os seus contextos locais e acima de tudo funcionais ao longo do tempo. Ou seja, uma certa tipologia de recipiente pode ser fabricada com o intuito de ser utilizada em contextos funerários e como espólio de defunto durante as primeiras fases do Bronze, por exemplo, mas ter perdido esse seu simbolismo e função e estar, no Bronze Final, reservada a uma utilização doméstica, em contextos de povoado, o que não significará obrigatoriamente que em todos os espaços domésticos onde esse tipo de cerâmica é encontrado haja paralelamente um contexto funerário. Portanto, sendo que os paradigmas da cultura material também se alteram e o “ciclo de vida social dos objetos” é complexo (Bettencourt 1997: 624), é preciso ter cautela com a automática associação entre

peninsulares. Bettencourt realça que na Galiza a tipologia de recipiente igual à identificada em Santinha (lá usualmente denominado de tipo “Taraio”) é usada como fóssil-diretor “[...] para datar necrópoles com poliformismo ritual e arquitetónico, com estruturas cistoides (semelhantes à da Santinha e Sola II), cistas “típicas” e fossas circulares e antropomórficas, abertas no saibro” (Bettencourt 1997: 622) e abrange uma cronologia desde todo o II milénio e que se estende até aos inícios do I milénio a.C., ou seja, é uma tipologia que dificilmente se pode definir exclusivamente em determinados séculos.

São estas características que fazem a arqueóloga questionar até que ponto não estarão certos contextos funerários a ser enquadrados numa cronologia mais recuada do que na realidade são e fazem-na realçar a importância de definir fósseis-diretores que permitam comparações e datações, tanto ao nível das cerâmicas como dos metais (Bettencourt 1997: 623). A investigadora remata as suas ideias ao afirmar que “estes dados aconselham pois a uma revisão do mundo sepulcral frequentemente atribuído aos inícios da Idade do Bronze, no Noroeste Peninsular e demonstram a necessidade de análises radiocarbónicas [...]” (Bettencourt 1997: 623).

### 3.2- O Centro

“Não é, no entanto, bem conhecido o comportamento funerário-cultural das populações da Idade do Bronze, particularmente da sua fase final, tal como, aliás, da Idade do Ferro. Com efeito, o mundo funerário dos dois últimos milénios a.C. de toda a fachada atlântica é, por um lado, muito mal conhecido e, por outro- tudo o indica-, muito diversificado.”

**VILAÇA, Raquel, CRUZ, Domingos.** *Práticas funerárias e cultuais dos Finais da Idade do Bronze na Beira Alta* (1999)

Neste subcapítulo privilegiar-se-ão certas zonas do centro do território que não incluam as que constituem a “linha do Tejo”, considerando pertinente reservar a descrição e discussão desse território para o capítulo 6.

A região da Beira Interior e Central, com destaque para Viseu ou Guarda, tem sido alvo de várias investigações, ainda que o panorama do mundo da Morte seja semelhante àquele que

---

certos povoados e sepulturas/necrópoles ou com a afirmação de coexistência dos dois tipos de contexto num mesmo espaço, usando como critério para tal uma certa tipologia de materiais (Bettencourt 1997: 624), (o que não significa que seja um método/critério desnecessário ou descartável para as várias problemáticas em geral, como se verá em 5.3).

se mencionou em relação ao Norte: poucas certezas e muita diversidade (Vilaça e Cruz 1999: 73, 85). Também aqui são mais conhecidos os contextos habitacionais do que sepulcrais, contudo é possível determinar algumas características. As populações residentes nesta região teriam dinâmicas socioeconómicas similares às da “linha do Tejo”, também abertas à comunicação e às trocas materiais.

Raquel Vilaça e Domingos Cruz são dois dos investigadores que mais têm propiciado o conhecimento desta região, bem como o Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta (CEPBA) (Vilaça et al. 2017; Cruz 1997). Muitas das prospeções, escavações e estudos foram desenvolvidos nos anos 90.

Parece haver um número considerável de *tumuli* conhecidos nesta região (no final da década de 90, Domingos Cruz falava em cerca de 70) (Cruz 1997: 85), de pequenas dimensões e pouco impacto visual na paisagem, de planta circular (ou similar), por vezes com sepulturas cistoides na sua área central (Vilaça e Cruz 1999: 74; Cruz 1997: 85).

Em Viseu, sepulturas da Casinha Derribada, da Serra da Muna, Mazugeira, Caramêlo, Senhora da Ouvida e Casa da Raposa exemplificam esta tipologia funerária, cujas construções parecem remeter ao Bronze Final (Vilaça e Cruz 1999: 76-79).

Outros *tumuli* conhecidos são Cando 1, Monte Calvo 1, Monte Calvo 2 e Laceiras do Côvo, porém, a sua cronologia oferece mais dúvidas, não se sabendo ao certo se correspondem ao final da Idade do Bronze ou aos seus momentos anteriores (Vilaça e Cruz 1999: 76-79).

Paranho e Fonte da Malga são duas das necrópoles mais conhecidas, a primeira em Tondela e a segunda em Viseu (Vilaça e Cruz 1999: 74).

<b>Nomenclatura</b>	<b>Local</b>	<b>Tipo(s) de estrutura(s)/necrópole</b>	<b>Cronologia</b>	<b>Prática funerária</b>
<i>Casinha Derribada</i>	Mundão, Viseu	5 monumentos de <i>tumuli</i> de pequenas dimensões, de planta circular e cobertura pétrea com predominância do quartzito. Os monumentos são muito diversificados entre si ao nível das estruturas, do espólio e do ritual [a]	Bronze Final	Vestígios de uma fogueira

<b>Fonte da Malga</b>	Cota, Viseu	Monumento de <i>tumuli</i> com cista central do século VIII a.C. Outro monumento de <i>tumuli</i> com cista datado do Bronze Final <sup>[b]</sup>	Bronze Final/ Ferro Inicial	Incineração em urna (?)
<b>Laceiras do Côvo 2</b>	Vale de Camba, Aveiro	Monumento de <i>tumuli</i> de baixa altimetria com cista no interior <sup>[c]</sup>	Bronze Médio/ Bronze Final (?)	Sem qualquer vestígios
<b>Mazugueira/Caramêlo</b>	Tondela	“[...] conjunto de seis monumentos, de planta circular, de pequenas dimensões e muito baixos (entre 10 e 6m de diâmetro; < 0,50m de altura), associados a duas mamoadas maiores [...]; distribuem-se por dos núcleos, distantes entre si cerca de 400 metros;” (pg.77) <sup>[a]</sup>	Bronze Final	Sem qualquer vestígio
<b>Monte Cavalô</b>	Vouzela	Monumento de <i>tumuli</i> com 2 cistas no interior e uma outra no seu exterior <sup>[d]</sup>	Bronze Final	Sem qualquer vestígio
<b>Paranho</b>	Tondela	Necrópole de cistas <sup>[a] [e]</sup>	Bronze Final	Incineração (em urna ou não)
<b>Pousadão</b>	Vila Nova de Paiva	4 monumentos de <i>tumuli</i> subcirculares com pequena volumetria <sup>[a]</sup>	Bronze Final	(?)
<b>Senhora da Ouvida</b>	Castro Daire	Cerca de 30 monumentos de <i>tumuli</i> circulares, de diferentes volumetrias e dimensões, todos feitos de pedra. <sup>[a]</sup>	Bronze Final	Presença de rituais com fogo
<b>Serra da Muna</b>	Campo, Viseu	3 monumentos de <i>tumuli</i> de pequenas dimensões, pouco impactantes na paisagem. Monumento 1 e	Bronze Final	Presença de rituais com fogo

		2 datados do início do Bronze. [a]		(incineração ?)
<b>Travessa da Lameira de Lobos</b>	Castro Daire	Monumento subcircular sem <i>tumuli</i> com cista no centro [f]	Bronze Final	Sem qualquer vestígio
	<b>Víbora</b>	Carregal do Sal	<i>Cairn</i> com anel pétreo em volta do mesmo [a]	Sem informação Sem qualquer vestígio

**Fig.3-** Tabela-síntese de alguns dos contextos funerários identificados pelos investigadores

[a] Vilaça e Cruz (1999: 74, 77-79) [b] Kalb (1995b: 87) [c] Sá (2014: 37, 38) [d] Pereira et al. (2019)<sup>6</sup> [e] Cruz (1997: 89) [f] Vilaça et al. (2017: 130)

A necrópole do Paranho (anexo 1, fig. IV) inclui-se numa área onde é possível encontrar outras estruturas arqueológicas (como um monumento megalítico- Cabeço da Mina-, o castro de Nandufe ou a estação de arte rupestre de Molelinhos) (Cruz 1997: 87) que poderão evidenciar a importância desta zona para as comunidades proto-históricas. Seria constituída por seis cistas (de planta retangular) dispostas de forma circular e envoltas por pedras fincadas que também delimitariam um arco semicircular (uma espécie de “anel externo” face às sepulturas cistoides) (Cruz 1997: 89).

O conteúdo das cistas e respetiva distribuição são relativamente homogéneas e equilibradas, apenas com divergências pontuais (o “[...] que poderá relacionar-se, quer com a inexistência de comportamentos rituais extremamente estereotipados no que concerne aos receptáculos dos restos mortuários, quer com a organização familiar sem estruturação rígida.” Cruz 1997: 102). A cista 1 foi encontrada intacta (de resto tal como a 2, 3 e 4), com as quatro pedras que colmatavam os lados da sepultura e a quinta que a tapava por cima. Dentro desta apenas foi encontrado, para além do enchimento de terra, um vaso cerâmico partido a meio de uma forma aparentemente intencional (estando a metade de cima a servir de “tampa” à metade de baixo), contendo no seu fundo terra e ossos. A cista 2 era arquitetonicamente semelhante à 1, apenas sem a tampa de cobertura. O vaso nela encontrado também era parecido ao anteriormente descrito, sendo ligeiramente maior e estando inteiro/completo. Dentro deste vaso foram encontrados terra, ossos (aparentemente calcinados), carvão, um bracelete de bronze e pedaços de bronze que corresponderiam, à partida, a um pequeno vaso. A cista 3 tinha terra e ossos no seu fundo, contendo igualmente pedaços de bronze que pareciam pertencer a uma

fíbula. A cista 4 tinha uma grande tampe e estava preenchida de forma similar às restantes: terra, ossos no fundo da sepultura, carvão e também vestígios de um objeto metálico, cuja tipologia é difícil de delinear. A cista 5, por sua vez, foi encontrada totalmente destruída, porém no seu interior existira um vaso com terra e ossos e também pedaços de bronze. Por fim, a cista 6 não ofereceu qualquer tipo de vestígio ou espólio e estava também totalmente destruída (Cruz 1997: 90).

É importante realçar que os dois vasos cerâmicos que em melhores condições foram encontrados, ou seja, o da cista 1 e 2, são tipologicamente iguais. Ambos são carenados, “[...] de forma bicónica, com bordo vertical, levemente extrovertido, de extremidade arredondada” (Cruz 1997: 92) e com um fundo plano. As semelhanças também são assinaláveis ao nível das pastas, a respetiva textura e ENP, bem como em relação ao tratamento das superfícies. Parece ter sido esta a tipologia-base de vaso funerário usado nas sepulturas do Paranho. Já o bracelete da cista 2 era em bronze, como já referido, e foi encontrado “[...] fragmentado numa das extremidades” (Cruz 1997: 92), era maciço, sem decoração, e formava um aro subcircular aberto.

Também no trabalho de Domingos Cruz que tem vindo a ser citado há registos e análises de vários estudos feitos por vários investigadores aos componentes destas cistas, inclusive os restos ósseos. Desse modo foi possível perceber que a cada cista correspondia a deposição de apenas um indivíduo (sepultamento individual), e a cremação do mesmo seria executada no cadáver fresco, numa fogueira própria que atingia elevadas temperaturas (Cruz 1997: 96). As datações revelam uma utilização desta necrópole entre o século XII e século XI a.C., ou seja, no decorrer do Bronze Final (Cruz 1997: 98, 99).

Por todas as suas características, a necrópole do Paranho destaca-se no contexto funerário da Beira Alta e poderá encontrar paralelos com o outro contexto de exceção identificado no Norte, o sítio de Granjinhos (Braga) (Sampaio 2017: 798).

É relevante assinalar um outro exemplo, o da Travessa da Lameira de Lobos (anexo 1, fig. V), reservando, porém, as principais elações sobre o seu enquadramento visual/cénico e as suas funções “performativas” para o capítulo 6. O monumento insere-se num “amplo e diversificado conjunto de monumentos de cariz funerário, ou para-funerário” (Vilaça et al. 2017: 129) desta região, caracterizando-se pela sua planta subcircular sem *tumuli* com uma cista no seu centro, e estando delimitado por um anel de pedras fincadas no solo.

O interior do monumento estaria “forrado” com vários blocos pétreos de diversas dimensões, dispostos horizontalmente no solo. Apenas alguns fragmentos cerâmicos foram fornecidos na escavação. Apesar de terem sido identificados alguns vestígios de carvão, tal não é suficiente para confirmar um ritual crematório, mas também não foram encontrados quaisquer restos ósseos que também permitam vislumbrar uma inumação (Vilaça et al. 2017: 131). Ainda que não seja totalmente claro, tende-se a enquadrar a Travessa da Lameira de Lobos num contexto do Bronze Final. Neste complexo funerário encontraram-se várias lajes gravadas com pelo menos dois tipos de motivos iconográficos, algo que irá salientar o carácter simbólico e ritual deste espaço e destas estruturas.

Mais recentemente, vários arqueólogos têm desenvolvido mais escavações na região de Vouzela (Viseu)<sup>5</sup>, dando continuidade a trabalhos mais antigos como os de Aristides de Amorim Girão (1895-1960) e evidenciado a riqueza arqueológica aqui existente, inclusive ao que ao mundo funerário diz respeito. Um dos estudos atuais debruçou-se na mamoa do Monte Cavallo, sobre a qual os investigadores afirmam tratar-se de um grande *tumulus* (com 8 metros de diâmetro que albergava 2 cistas, uma destruída e a outra intacta, bem como um monólito com gravações (presumivelmente deslocado da sua posição primária) (Pereira et al. 2019<sup>6</sup>). Em torno destas estruturas foram identificados dois semicírculos de pedra que as delimitavam e nelas se encontrou algum espólio, tanto lítico, como cerâmico e metálico. Exterior a este monumento, estaria uma terceira cista já sem o seu *tumulus*.

Recorrendo a paralelos, os arqueólogos estipulam para este complexo funerário uma cronologia datável do Bronze Final, afirmando que “[...] no Monte Cavallo poderia ter existido uma realidade complexa, já reconhecida noutros setores do Caramulo, com dólmenes neolíticos aos quais se teriam associado depois túmulos proto-históricos” (Pereira et al. 2019<sup>6</sup>).

No geral, é possível perceber que também no centro do território as estruturas tumulares são das mais recorrentes, coexistindo, contudo, com outras arquiteturas e rituais. São sepulturas geralmente pequenas e de pouco impacto volumétrico, estando preferencialmente localizados em pontos mais acalentados no território (Vilaça e Cruz 1999: 85, 86). É bastante comum também nesta região o fenómeno de utilização de monumentos megalíticos mais antigos ou,

---

<sup>5</sup> Os resultados das escavações feitas em 2019 foram apresentados numa comunicação das I Jornadas de Arqueologia de Vouzela-Lafões (Novembro 2019)

<sup>6</sup> PEREIRA, Telmo, et al. (2019). *A mamoa proto-histórica do Monte Cavallo, Vouzela*. [online] Research Gate. Available at: <[https://www.researchgate.net/publication/337275357\\_A\\_mamoa\\_proto-historica\\_do\\_Monte\\_Cavallo\\_Vouzela](https://www.researchgate.net/publication/337275357_A_mamoa_proto-historica_do_Monte_Cavallo_Vouzela)>



pelo menos, dos espaços simbólico-religiosos já conhecidos de há mais séculos, o que de certo modo pode comprovar uma forte ligação destas comunidades aos seus ancestrais. Outros aspetos relacionados com a arte rupestre e com a presença de estelas (Vilaça e Cruz 1999: 88) podem igualmente perfazer esta dinâmica de utilização do espaço como “cenário performativo” dos rituais fúnebres.

Percorrendo de forma geral os espólios que são possíveis de identificar nos vários contextos, podemos perceber, principalmente ao que a cerâmicas diz respeito, que as formas e decorações mais comuns se relacionam com os tipos “Baiões/Santa Luzia” e Cogotas I, que serão identificados mais pormenorizadamente no ponto 5.

### 3.3- O Sul (Alentejo e Algarve)

“Desde logo, a evidência empírica apontava para comunidades que, em regra, tumulavam em sepulcros individualizados, em fossa, em cista ou em hipogeu, ou mesmo reutilizando criptas megalíticas, com um reportório cerâmico e metálico estandardizado”

“[...] o Bronze do Sudoeste seria caracterizado por povoados que não mostravam características de povoados estáveis, vastos e de longa duração”

**PARREIRA, Rui.** *O Bronze do Sudoeste como entidade arqueogeográfica: a visibilidade dos dados empíricos e os resultados da pesquisa como produto social* (2014)

No que toca à região do Alentejo, várias especificidades poderão ser destacadas, sendo uma área onde se encontram interessantes contextos funerários por vezes destoantes dos que caracterizam outras regiões de território.

Numa perspetiva sócio-económica, as comunidades alentejanas do Bronze Final assemelhar-se-ão às restantes do território, existindo, ao que ao povoamento e mundo funerário diz respeito, traços de hierarquia e estratificação (Silva e Soares 2018: 387, 391). Seriam grupos dedicados à agro-pastorícia que também estabeleceram contactos com povos mediterrânicos, principalmente a partir do Bronze Final. O concelho de Beja é o que até agora mais informações oferece quanto à ocupação da Idade do Bronze no Alentejo (Serra e Porfírio 2017: 210).

À semelhança do que é defendido para o Norte do território por vários investigadores como Ana Bettencourt, também para o Sul do território (Alentejo e Algarve) (Alarcão e Barroca 2012: 64), é sugerido uma revisão cronológica para os contextos em causa, devido a certos traços culturais e funerário muito próprios, surgindo, assim, o conceito de “Bronze do

Sudoeste”<sup>7</sup> (Serra e Porfírio 2017: 211; Silva e Soares 2018: 375, 385), no qual vale a pena refletir. Esta cronologia começou a ser construída por Estácio da Veiga, Santos Rocha e Leite de Vasconcelos (Silva e Soares 2018: 375), que nos seus primeiros trabalhos debruçados sobre necrópoles atribuíam ao Bronze do Sudoeste duas fases, de acordo com as diferenças de materiais cerâmicos que justificavam, assim, uma distinção temporal. O Bronze do Sudoeste I teria início em 1500 a.C. e caracterizar-se-ia pelas cerâmicas lisas de diferentes tipologias, como as taças “tipo Atalaia”, copos carenados e troncocónicos e recipientes piriformes. O Bronze do Sudoeste II, iniciado em 1100 a.C., incluiria os recipientes com nervuras verticais, copos de Odiveiras ou taças de Santa Vitória (Silva e Soares 2018: 385; Porfírio e Serra 2010: 53)<sup>8</sup>. Quando criado e difundido, o conceito do Bronze do Sudoeste não contemplava limites cronológicos para o Bronze Final (Silva e Soares 2018: 385).

Há autores que aplicam este conceito com cronologias mais afinadas, dividindo-o em Bronze Pleno do Sudoeste (entre cerca de 2070/1930 e 1170/1050 a.C.) (Serra e Porfírio 2017: 211) e Bronze Final do Sudoeste (1170/1050 e 780/730 a.C.) (Serra e Porfírio 2017: 211). É, no geral, uma cronologia muito discutida, corrigida ou adaptada por alguns investigadores, mas, para outros, é um conceito cultural e temporal já não tão significativo e que acaba por ser pouco usado.

Quanto ao espectro funerário, ainda que certas tipologias sepulcrais sejam mais dominantes que outras, a diversidade é também uma realidade nesta região do Alentejo, e talvez nestas necrópoles, mais do que em quaisquer outras, há um maior e claro reflexo da hierarquização social das comunidades (Soares e Silva 2016: 367; Silva e Soares 2018: 387-393).

---

<sup>7</sup> Não é só referente a esta região que surgem diferentes conceitos culturais e cronológicos relacionados com a Idade do Bronze. Também o “Bronze Atlântico” foi discutido e datado desde o século passado, inicialmente por Santa Olalla e posteriormente por investigadores como Philine Kalb (Vilaça in Alarcão e Barroca 2012: 63; Kalb 1980). É um conceito enquadrado nas fases de 1200-900 a.C (1ª) e 900-650 a.C (2ª) (Vilaça in Alarcão e Barroca 2012: 63) e que se baseia em diversas tipologias de artefactos metálicos e respetivas dispersões territoriais, o que torna o Bronze Atlântico identificável, grosso modo, na Estremadura portuguesa e no Norte. Machados de talão e de aletas, punhais e espadas de nervura central são artefactos da 1ª fase, já machados de alvado, foices, lâminas de barbear, pontas de lança, espadas e punhais de “língua de carpa” pertencem à 2ª fase cronológica (Kalb 1980: 113) (anexo 1, fig. VII).

<sup>8</sup> Já no *Dicionário de Arqueologia Portuguesa*, João Luís Cardoso enquadra o Bronze do Sudoeste I entre 2100/2000 e 1700/1600 a.C e o Bronze do Sudoeste II entre 1600 e 1250 a.C (Cardoso in Alarcão e Barroca 2012: 64). Esta cronologia irá convergir grosso modo com a utilizada em Soares e Silva (2016: 359), onde se enquadra o Bronze Médio I do Sudoeste no intervalo entre 1900/1800 e 1600/1500 a.C. e o Bronze Médio II do Sudoeste entre 1600/1500 e 1200 a.C.

Por existir confluência de regiões nesta cultura do Bronze do Sudoeste, far-se-á uma junção de contextos funerários do Alentejo e do Algarve (figura 4).

<b>Nomenclatura</b>	<b>Local</b>	<b>Tipo(s) de estrutura(s)/necrópole</b>	<b>Cronologia</b>	<b>Prática funerária</b>
<i>Alcaria</i>	Ourique, Alentejo	Monumentos de <i>tumuli</i> de planta circular com cistas	Bronze do Sudoeste II [a]	Inumação
<i>Alfarrobeira</i>	Silves, Algarve	Necrópole de cistas com e sem <i>tumuli</i>	Bronze do Sudoeste I [b]	Inumação
<i>Alto de Brinches 3</i>	Serpa, Alentejo	Necrópole de hipogeus	Idade do Bronze [c]	Inumação
<i>Atalaia</i>	Ourique, Alentejo	Monumentos de <i>tumuli</i> de planta circular com cistas	Bronze Final [d]	Inumação
<i>Casas Velhas</i>	Melides, Alentejo	Necrópole de cistas sem <i>tumuli</i>	Bronze Médio [e]	Inumação
<i>Corte Cabreira</i>	Aljezur, Algarve	Monumentos de <i>tumuli</i> retangulares com cistas, organizada a partir de um espaço central	Bronze Final [f]	Sem qualquer vestígio
<i>Ervidel</i>	Beja, Alentejo	2 cistas retangulares em fossa sem <i>tumuli</i> (apenas uma com materiais datáveis)	Bronze do Sudoeste II [g]	Inumação
<i>Monte da Ramada 1</i>	Aljustrel, Alentejo	Necrópole de hipogeus	Bronze Final [h]	Inumação individual e coletiva
<i>Outeiro Alto 2</i>	Serpa, Alentejo	Necrópole de hipogeus	Idade do Bronze [i]	Inumação
<i>Panóias</i>	Ourique, Alentejo	Monumentos de <i>tumuli</i> de planta retangular com cistas	Bronze do Sudoeste I [j]	Inumação

<b>Quitéria</b>	Sines, Alentejo	Monumentos de <i>tumuli</i> de planta retangular com cistas	Bronze do Sudoeste II [a]	Inumação
<b>Soalheironas</b>	Alcoutim, Algarve	Necrópole de cistas sem <i>tumuli</i>	Bronze do Sudoeste [l]	Sem vestígios de restos humanos
<b>Torre Velha 3</b>	Serpa, Alentejo	Necrópole de hipogeus e fossas	Bronze Pleno [m]	Inumação
<b>Vinha do Casão</b>	Vilamoura, Algarve	Necrópole de cistas sem <i>tumuli</i>	Bronze do Sudoeste II [a]	Inumações individuais e triplas

**Fig.4-** Tabela-síntese de alguns dos contextos funerários identificados no território do Bronze do Sudoeste<sup>9</sup>

[a] Gomes et al. (1986: 62-83) [b] Gomes (1995b: 141) [c] Alves et al. (2014: 97, 99) [d] Schubart (1965: 13-86) [e] Soares e Silva (2016: 366) [f] Gamito (1995: 82-84) [g] Gomes e Monteiro (1976-77: 286, 287) [h] Baptista et al. (2014: 277) [i] Filipe et al (2013: 109) [j] Gomes (1994: 93) [l] Cardoso e Gradim (2008: 223-233) [m] Porfírio (2014: 27)

Nestas regiões, a investigação arqueológica produziu, até aos dias de hoje, mais dados sobre o Bronze Pleno do que propriamente sobre o Bronze Final (“Os contextos funerários do Bronze Final, nesta região do Sudoeste [...] eram até há dois ou três anos atrás, praticamente desconhecidos”, Soares et al. 2009: 448). Porém, a fase sidérica, nomeadamente o século VII e o VI, é uma das fases posteriores que volta a ser alvo de mais investigações. Deste modo, é possível assinalar, neste contexto geo-cultural do Bronze do Sudoeste, as principais ruturas e as eventuais continuações paradigmáticas entre o Calcolítico e a Idade do Bronze, bem como as principais características de uma fase mais avançada da I Idade do Ferro.

A inumação individual parece ser o ritual mais comum na maioria dos contextos conhecidos (Soares e Silva 2016: 365; Silva e Soares 1995: 136; 2018: 380; Parreira 1995: 133), divergindo do cariz coletivo dos sepultamentos que até então predominavam.

<sup>9</sup> Dado a heterogeneidade de nomenclaturas em relação ao Bronze do Sudoeste e as diversas cronologias utilizadas, que pressupõem sempre algumas diferenças nos intervalos de tempo, nesta tabela serão atribuídas a cada contexto funerário as cronologias utilizadas pelos autores lidos para o efeito.

Estruturalmente, as inumações em cista, em hipogeus<sup>10</sup>, em silos ou em fossa são características do Bronze Pleno, podendo existir um *tumuli* ou não associado a tais sepulturas. No entanto, parecem ser mais comuns, pelo menos de acordo com os dados até hoje existentes, as sepulturas tipo cista, tanto no Algarve, como no Alentejo central e no interior-baixo Alentejo (Gomes 2016: 30, 31), tendo a sua construção e utilização caído em desuso no Bronze Final (Soares et al. 2009: 448).

Certos sepultamentos em fossa ou silo são especialmente curiosos, pois refletem, segundo alguns autores, a relação intrínseca entre as áreas de povoados e estas estruturas que, mesmo que anteriormente tivessem outra função, acabam por encerrar em si um papel funerário. Juntamente com este cruzamento de povoado-necrópole, a presença de certos artefactos, algumas das vezes aliados ao sepultamento de animais, evidencia a importância dos rituais de comensalidade no contexto dos rituais funerários (Porfírio e Serra 2010: 50), assunto que será mais à frente comentado.

Dos vários contextos, é pertinente destacar alguns, como Terra Velha 3 (Serpa) (anexo 1, fig. VIII e IX). Este sítio localiza-se num ponto de relativa altitude e destaque paisagístico e com proximidade a cursos de água (Porfírio e Serra 2010: 55), e foi identificado e estudado no seguimento dos trabalhos da EDIA, aquando dos trabalhos no Alqueva. Aqui foram identificadas mais de cinco centenas de estruturas, sendo a maioria constituída por “[...] interfaces escavadas no “caliço”.” (Porfírio e Serra 2010: 56), sendo cerca de cem associadas à ocupação da Idade do Bronze, e destas destacam-se em maior número os hipogeus e também várias fossas (Porfírio 2014: 27; Porfírio e Serra 2010: 56; Porfírio e Serra 2018: 145). Em relação a estas últimas, Eduardo Porfírio comenta que “[...] as fossas de tipo “*silo*”, apesar de ocuparem as imediações dos hipogeus, não se misturam com estas realidades, nomeadamente no que se refere à grande concentração central, cujo espaço parecem respeitar.” (2014: 28).

De referir que as estruturas de Torre Velha 3 não correspondem na sua totalidade à função funerária/religiosa, e quanto a este facto Eduardo Porfírio e Miguel Serra afirmam que “a realização de enterramentos humanos em estruturas de tipo/fossa, morfológica e estratigraficamente semelhantes àquelas que não tiveram utilização funerária, poderá indiciar a

---

<sup>10</sup> Este tipo de estrutura é bastante característico desta região, sendo constituído por “[...] um átrio de planta maioritariamente quadrangular ou rectangular que antecede uma câmara escavada no subsolo” (Porfírio e Serra 2010: 49). Mais sucintamente, o *Dicionário de Arqueologia Portuguesa* (Alarcão e Barroca coord. 2012) caracteriza os hipogeus como “jazigo escavado na rocha ou, pelo menos, parcialmente subterrâneo” (pg. 176).

inexistência de uma delimitação espacial entre o mundo dos vivos e dos mortos [...]” (2010: 56).

Em Torre Velha predomina o ritual de inumação individual, principalmente em posição fetal, à exceção de apenas dois casos, onde se identifica, num dos casos, uma inumação em decúbito dorsal, e no outro, uma inumação dupla em decúbito ventral (Porfírio e Serra 2010: 61; Porfírio 2014: 29). Os espólios existem num número elevado nos hipogeus, e entre eles destacam-se os metálicos, desde os punções até punhais e facas. Neste sítio arqueológico é possível definir uma distinção entre espólio de defuntos do género masculino e feminino, sendo que é aos primeiros que correspondem os espólios compostos por armas (Soares e Silva 2016: 364). Artefactos cerâmicos também foram encontrados, constituindo essencialmente tipologias hemisféricas de perfis ovais (Porfírio e Serra 2018: 145). Também existem, contudo, formas carenadas, taças de tipo “Atalaia” e “Odivelas” ou garrafas com decorações incisas (Porfírio e Serra 2018: 146). Já nas fossas e silos também presentes neste contexto funerário, sentia-se a ausência de espólio.

“A prática de comensalidade no decurso dos rituais funerários seria assim, um momento congregador da comunidade, reunindo vivos e mortos.” (Porfírio e Serra 2010: 64). Os banquetes parecem ter sido, nesta região, prática essencial inserida dos rituais funerários. Sendo que os objetos utilizados nos atos de comensalidade são os mais finos, ricos e decorados, aqueles que no geral estariam na posse das elites sociais e dos chefes das comunidades, tal poderá indicar que estes mesmos chefes aproveitariam os atos funerários para aglomerar a sua comunidade (e quiçá outras vizinhas) e para demonstrar a sua riqueza e o seu poder político-económico (Porfírio e Serra 2010: 64). Mas a comensalidade não se reduz ao consumo dos alimentos, incluindo também, nestes contextos em específico, as oferendas e sacrifícios de animais e respetivos artefactos adjacentes a tais situações. Estes exemplos evidenciam a importância social e comunitária que os atos cerimoniais e funerários podiam ter em períodos proto-históricos, sendo um ambiente propício à coesão política e à ostentação de riqueza e poder (Porfírio e Serra 2010: 64).

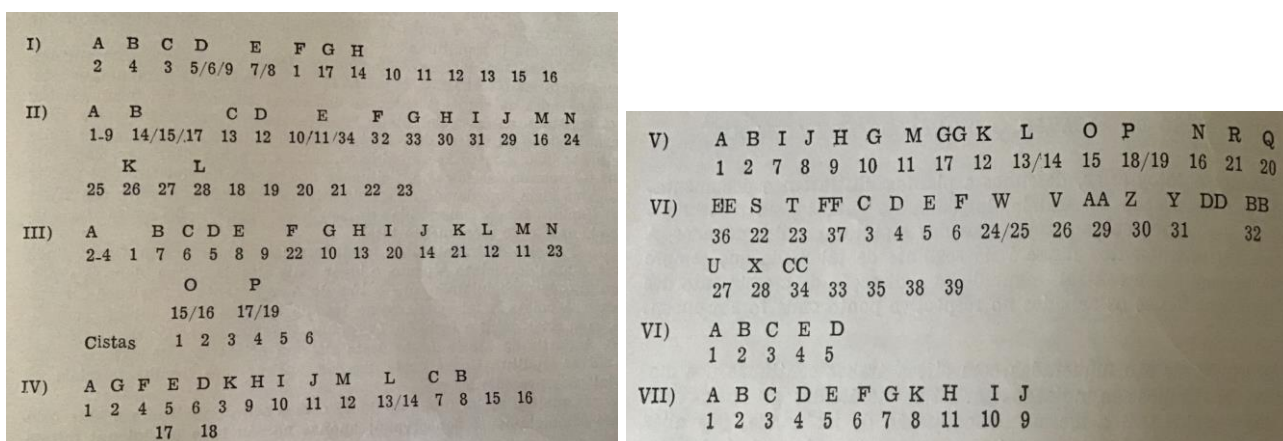
Nesta linha de ideias, vale a pena referir Alto de Brinches 3, um outro contexto funerário de Serpa (anexo 1, fig. X e XI). Este espaço é, à semelhança de Torre Velha, uma simbiose entre mundo habitacional e funerário, contendo vestígios de vários momentos de ocupação, desde o Calcolítico até ao período contemporâneo (Alves et al. 2014: 96). À Idade do Bronze correspondem 63 estruturas em negativo, sendo 60 delas silo/fossas, e as restantes 3 estruturas com especificidades que as distinguem das demais (Alves et al. 2014: 96).

Uma destas últimas estruturas é uma fossa com deposição de vários animais, nomeadamente um suídeo e um canídeo (Alves et al. 2014: 99), cuja conservação permitiu a sua identificação mais objetiva. Será este mais um testemunho de atos de comensalidade em contextos fúnebres?

A par das inúmeras fossas deste sítio, foi igualmente identificado um hipogeu já relativamente destruído, em cuja câmara foi encontrado um contexto de inumação infantil em decúbito lateral direito, datável do Bronze Pleno por meios comparativos, já que a inexistência de espólios datáveis era clara (Alves et al. 2014: 100).

Atalaia é outro contexto, em Ourique (anexo 1, fig. XII e XIII), que merece ser especialmente caracterizado, pois o seu estudo, na opinião de Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares “[...] inaugura um novo capítulo na história da investigação sobre a Idade do Bronze do Sudoeste Peninsular, pois, ao permitir o conhecimento das arquitecturas de enquadramento das sepulturas propriamente ditas, iria fornecer importantes bases para abordagens de carácter social” (2018: 383, 384).

Em 1965, Hermanfrid Schubart faz uma profunda descrição dos vários processos de escavação e apresenta algumas conclusões possíveis sobre esta necrópole (Schubart 1965). Este documento de elevado interesse dá a conhecer a complexidade das estruturas desta necrópole e respetiva distribuição pelo espaço, o que levou à divisão das mesmas por vários núcleos (monumento compostos por sepulturas e seus *tumuli*, ainda com a complementaridade de cistas fora das áreas tumulares), expressa pelo autor no seguinte esquema:



**Fig.5-** Esquema de divisão de estruturas da necrópole de Atalaia (Schubart 1965: 13, 14). A numeração romana equivale aos monumentos separados entre si, a numeração árabe indica as sepulturas e as letras maiúsculas correspondem aos túmulos que albergam as sepulturas.

Há no total, portanto, 99 *tumuli*, 147 sepulturas e ainda 6 cistas à parte (Schubart 1965: 71, 72). Os monumentos estão circundados por anéis pétreos com alguma altura, anéis estes que por vezes se conectam uns com os outros, adossando túmulos e sepulturas. É dentro destes “muros de circunvalação” que estão os *tumuli*, compostos por pedras e terra e de plantas maioritariamente circulares ou subcirculares (Schubart 1965: 71, 72). A cada *tumulus* corresponde, geralmente, uma sepultura, havendo, porém, exceções, como assinalado na figura em cima. Pela arquitetura em questão, facilmente se induz que as sepulturas que se encontram sob um mesmo *tumulus* serão contemporâneas (Schubart 1965: 72, 73). Os monumentos dispersam-se de forma heterogénea pela área da necrópole, havendo alguns que distam entre si poucas dezenas de metros, mas outros que chegam a estar afastados por centenas de metros, ficando assim mais isolados (Schubart 1965: 70). Mais resumidamente, Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares também afirmam que em causa estão “[...] numerosas sepulturas (cistas e fossas) integradas em recintos tumulares de planta circular que confinam entre si e se desenvolvem a partir de um *tumulus* central” (2018: 383).

Ainda sobre a organização tumular, Schubart revela ainda que “em volta dum túmulo central posto em relevo pelas suas dimensões, a coroa de pedras fechadas, a posição mais alta, e por vezes também por ricas dádivas, seguem as instalações secundárias evidentemente com o intuito de ficarem em contacto com o primeiro enterrado, ou pelo menos com o enterrado no túmulo precedente” (1965: 85), o que reforça a ideia que nas sepulturas centrais jazia um patriarca ou um chefe de elevada importância (1965: 86).

Segundo o autor, a larga maioria destas sepulturas sob *tumuli* são “fossas aprofundadas na rocha” (Schubart 1965: 73), sendo que algumas delas têm um revestimento extra feito por outras lajes de pedra, criando uma estrutura similar às cistas. Menciona-se, por isso que, no mínimo, existirão 91 “covas” (nome também atribuído às fossas na rocha) e 27 cistas, estabelecendo assim a diferença entre tais sepulturas (Schubart 1965: 75).

Não havendo propriamente vestígios osteológicos, os contextos encontrados levaram os arqueólogos envolvidos nas primeiras escavações a atribuir o ritual de inumação a esta necrópole de Atalaia, considerando também que a mesma deveria ser feita em posição dobrada (devido às dimensões das sepulturas que não permitiriam uma posição totalmente estendida do defunto). O ritual de cremação é, de algum modo, descartado como hipótese para este contexto, pois, como o arqueólogo defende, as comunidades não teriam o esforço “laboral” de abrir as suas sepulturas na rocha para se “limitarem” a um ritual de deposição de restos incinerados (Schubart 1965: 73, 74).



Os espólios depositados nesta necrópole não são muito numerosos, sendo na sua maioria artefactos cerâmicos, dos quais se destacam as taças, os jarros e as tigelas de “tipo Atalaia”, todas elas tipologias com carenas e raramente com decoração (Schubart 1965: 76, 77). Onze “canecas” foram igualmente encontradas em Atalaia, juntando-se aos restantes tipos. O cobre e o vidro também estão representados neste contexto.

Duas lâminas de punhal, duas pontas de flecha, dois anéis espiral (um em ouro e outro em prata) e algumas pérolas de vidro concluem o espólio encontrado, sendo que a larga maioria de todos os materiais advém das covas (Schubart 1965: 77, 78).

Mantendo o foco no enquadramento cultural do Bronze do Sudoeste, há que referir também o Algarve. Neste território sublinhamos a necrópole da Vinha do Casão, em Vilamoura (anexo 1, fig. XIV e XV). Os primeiros estudos desta necrópole remetem aos anos 70 e 80 do século passado (Gomes et al. 1986: 7).

Falamos de uma necrópole de cistas sem *tumuli*, onde estas, com uma orientação N-S, albergavam defuntos inumados em posição fetal e decúbito lateral, acompanhados por um ou mais artefactos cerâmicos (Gomes et al. 1986: 7). Foram 13 as sepulturas tipo cista escavadas com as características mencionadas acima, sendo que uma fossa também estudada evidenciou um ritual inumatório (Gomes et al. 1986: 7).

As sepulturas cistoides são, de uma maneira geral, muito similares entre si, na forma e no tamanho. Umas oferecem vestígios osteológicos mais bem conservados que outros, não obstante em todas é possível analisar com alguma exatidão o ritual em questão. A sepultura 4, 12 e 13 estavam destruídas aquando da primeira escavação. Na figura 6 sintetiza-se a informação dada por Mário Varela Gomes, juntamente com outros investigadores, sobre a arquitetura e espólio de Vinha do Casão.

Nº	Tipo/Planta/Cobertura	Espólio
1	Estrutura cistoide baixa com planta trapezoidal constituída por fossa, com um grande monólito na cobertura, com “cavinhas” (pg.14).	Alguns fragmentos de cerâmica pertencentes a um vaso no fundo da cista (pg.16).
2	Monumento com cista constituído por fossa subrentangular. Cobertura feita por sedimentos	Pequeno vaso com fundo hemisférico, colo alto, bordo extrovertido, uma asa e decorações

	e pequenos elementos pétreos, não cobrindo a cista na totalidade (pg.16).	mamilares, disposto sobre os ossos da mão (pg.16, 19).
3	Semelhante à sepultura 2. A sua fossa teria cerca de 1 metro de profundidade com 4 esteios em cutelo, perfeitamente encaixados entre si e unidos por terra miúda (pg.19). Não teria laje de cobertura.	Dois vasos, um junto à cabeça e outro pousado nas mãos (pg.19, 21), ambos hemisféricos e carenados. Também foi encontrado um alfinete ou punção de cobre (pg.21).
5	Monumento com cista constituído por fossa. A “tampa” daquela estrutura é constituída por uma laje menor e terra (pg. 23, 24).	Uma taça assimétrica de “tipo Atalaia”, de fundo hemisférico e carena pousada nas mãos e um vaso assimétrico de carena pronunciada, também de fundo hemisférico (pg.24).
6	Monumento com fossa e com lajes em cutelo, formando igualmente uma estrutura tipo cistoide (pg.26).	À altura dos joelhos estavam dois vasos hemisféricos, de fabricos semelhantes (pg.26).
7	Monumento com cista constituído por fossa com mais de 1 metro de profundidade. Os 4 esteios de calcário daquela seriam cobertos por 4 lajes menores e terra (pg.29).	Duas taças carenadas baixas, um vaso e um punção ou agulha de cobre (pg.29)
8	Monumento com cista constituído por fossa. A cista estaria igualmente coberta por lajes mais pequenas e terra (pg.38).	Sem espólio significativo, apenas um fragmento presumivelmente pertencente a um vaso hemisférico.
9	Monumento com cista constituído por fossa. A tampa da cista seria uma única laje, cobrindo-a totalmente (pg.39, 40)	Um vaso globular, duas taças de “tipo Atalaia” carenadas, uma outra de carena baixa e fundo quase plano, uma agulha ou punção de cobre e ainda uma grande valva de “Glycimeris glycimeris” (pg. 40, 41, 43)
10	Detetadas apenas algumas lajes dispersas e desconectadas e alguns vestígios osteológicos (pg.46).	-
11	Sem uma estrutura pétrea propriamente dita em torno do inumado. O corpo estava numa fossa oval (pg.46).	Perto dos ossos das mãos estava um vaso hemisférico de carena alta, com decorações mamilares. Acima deste, encontrou-se uma lâmina de cobre e atrás da cabeça (que se

virava para nascente) identificou-se uma lâmina de sílex (pg.48).

**Fig.6-** Tabela-síntese das estruturas funerárias desta necrópole, segundo Mário Varela Gomes (et al. 1986).

É pertinente destacar os contextos das sepulturas 7, 8 e 9. Nelas foram inumados três indivíduos em conjunto. Em relação à sepultura 7 é dito que “a um nível um pouco mais baixo identificou-se, encostado ao esteio nascente, um conjunto de ossos longos, duas taças carenadas baixas, e, junto ao canto NE da cista, um crânio, também humano, voltado para poente. Sob o esqueleto do indivíduo primeiramente referido, que correspondia à última inumação, jazia um outro, ao que parece inumado do mesmo modo, voltado para poente” (Gomes et al. 1986: 29). Já a sepultura 8 abrigaria três defuntos em idade infantil em posição aparentemente fetal, também em decúbito lateral, inumados em cotas e estratigrafias diferentes, logo, não seriam, como tudo indica, enterramentos contemporâneos (Gomes et al. 1986: 38, 39). Por fim, quanto ao contexto da sepultura 9, o arqueólogo reconhece a dificuldade em definir a posição certa dos corpos inumados, principalmente do primeiro, cujos ossos estariam amontoados (1986: 40) (talvez de forma intencional, num momento posterior em que foram inumados os restantes indivíduos, de forma a ganhar espaço para os mesmos). A este primeiro defunto estariam associados uma das taças, um dos vasos e a agulha ou punção mencionados na figura 6. Já o segundo e terceiros enterramentos desta sepultura seriam ambos em decúbito lateral, sendo acompanhados por uma taça e uma valva (segundo indivíduo) e ainda outra taça carenada (terceiro indivíduo) (Gomes et al. 1986: 43, 44).

Outro aspeto curioso desta necrópole é a existência de estruturas de combustão, relativamente dispersas entre si, ocupando, porém, o que parece ser uma área mais central da necrópole (Gomes et al. 1986: 71). Este tipo de estruturas, que é não só encontrada em contextos de povoados como se torna, conseqüentemente, elemento-chave na identificação dos mesmos, como será possível ver no capítulo 5, aqui terão claramente uma ligação aos rituais e cerimónias fúnebres (Gomes et al. 1986: 48), refletindo a importância da presença do fogo em tais espaços e momentos.

Esta dualidade de inumações (entre singulares e triplas) enquadrada numa aparente harmonia e relativa homogeneidade arquitetónica e material faz de Vinha do Casão um exemplo bastante pertinente e significativo no mundo do Bronze do Sudoeste.

### 3.4- A Alta Extremadura

“En el caso de Cogotas I las evidencias documentadas no permiten comprobar la existencia de un ritual funerario normativo, las evidencias documentadas hasta el momento en el Ato Tajo [...] se caracterizan por la variedad en las estructuras, posición de los defuntos y ajuares, manteniendo como elementos fijos el rito de inhumación y la cercanía a los luagres de habitat.”

**PEREIRA SIESO, Juan, CARROBLES SANTOS, Jesús.** *Rituales funerários en la Meseta Sur durante el primer milenio a.C.* (2011)

À semelhança do que se desenvolveu no território português neste capítulo, seria igualmente vantajoso e desejável analisar a investigação feita sobre esta problemática no território espanhol, percorrendo vários eixos regionais de norte a sul, este e oeste, para depois enquadrar e comparar tais contextos à “linha do Tejo” que extravasa a fronteira entre os dois países.

No entanto, reconhecendo a impossibilidade de elaborar, neste trabalho, tal análise com a devida profundidade, recorreremos (apenas) a alguns exemplos que se localizam não só neste “linha” territorial que mais nos interessa (onde se destacam regiões como Cáceres, Toledo e Cuenca), como também noutras regiões periféricas à mesma, que poderão, no todo, possibilitar uma comparação mais abrangente e eclética, ainda que estejamos conscientes de que, como já dito, tal não será suficiente para perfilar consistentemente o panorama da Morte do Bronze no território espanhol.

Para uma caracterização geográfica, se tivermos em conta os atuais limites jurídico-administrativos (que, em certa medida, são úteis na localização de contextos), podemos considerar que a província de Toledo e de Ciudad Real delimitam, a este e oeste, parte da região que mais nos interessa (Rodríguez Días e Enríquez Navascués 2001: 16). “Podría decirse que tanto las comarcas portuguesas de Beira Baixa y Alentejo como el Campo de Calatrava o el Valle de Alcudia son prolongaciones naturales del actual território extremeño”, afirmam Alonso Rodríguez Díaz e Juan-Javier Enríquez Navascués (2001: 16).

Já a norte e sul, a Extremadura terá como limites naturais o Sistema Central e a Serra Morena, respetivamente (Rodríguez Días e Enríquez Navascués: 15, 16). Esta região beneficiará, assim, de contactos mais facilitados com outras regiões espanholas, como a Meseta ou a Andaluzia Ocidental (Rodríguez Días e Enríquez Navascués 2001: 16). Os rios Tejo e Guadiana serão, por conseguinte, dois dos principais recursos e meios de comunicação desta

região em tempos proto-históricos (Rodríguez Díaz e Enríquez Navascués 2001: 19).<sup>11</sup> Naturalmente, devido à importância do rio Tejo neste trabalho, será a Alta Extremadura a região para nós mais pertinente.

Numa perspetiva sócio-cultural, as comunidades da Extremadura no Bronze estariam a viver uma “metamorfose cultural” (Rodríguez Díaz e Enríquez Navascués 2001: 77) face aos paradigmas pretéritos, tendo consolidado ainda mais as atividades agrícolas e metalúrgicas, optando por viver, não só mas também, em povoados de altura com traços semelhantes aos que serão expostos no ponto 5 desta dissertação (Rodríguez Díaz e Enríquez Navascués 2001: 79, 82).

À semelhança de outras regiões que temos vindo a abordar, foi também na transição entre o Calcolítico e a Idade do Bronze que se começaram a intensificar os rituais de inumação individual, em detrimento da coletiva (Rodríguez Díaz e Enríquez Navascués 2001: 76), inclusive na área do Tejo (Barroso et al. 2014: 127), ainda que esta última não seja totalmente abandonada, como veremos.

Rosa Barroso Bermejo é uma investigadora com trabalhos dedicados ao Tejo, num dos quais ressalva que, em relação ao período transitório entre Bronze e Ferro há uma certa carência de informação tanto ao nível do povoamento como em relação às realidades funerárias, “[...] lo que no debe resultar raro, pues precisamente, el Bronce Final se caracteriza por su parquedad funerária em buena parte de nuestra Península Ibérica” (Barroso Bermejo 2012: 36)

Ao que à Morte diz respeito, na região de Madrid, Maria da Concepción Blasco e outros seus colegas investigadores referem que “[...] para encontrar las últimas inhumaciones en completa conexión anatómica hay que retrotraerse a mediados del II milenio, al Horizonte Protocogotas en el que, siguiendo la tradición de los grupos del Bronce Antiguo, se practican inhumaciones individuales o en pareja, dentro de “silos” distribuidos en el interior de los poblados, en general, en número reducido y progresivamente cada vez más raras de las que tenemos constancia en yacimientos como Caserío de Perales, La Dehesa, La Pista de Motos de Pinto o la Fábrica de Ladrillos [...]” (Blasco Bosqued, Chamón e Barrio Martín 2012: 49), dando a entender, portanto, que o panorama funerário desta região mudará com a generalização

---

<sup>11</sup> Se considerarmos uma outra amplitude geográfica, podemos também incluir a Meseta Sul, igualmente marcada pelos rios Tejo e Guadiana e delimitada também “[...] por el Sistema Central e Ibérico, las Sierras de Alcudia y Segura, Sierra Morena, las Sierras extremeñas y los Montes de Toledo [...]” (Pereira Sieso 1994: 37). Pela sua posição bastante central, seria um território de “paso obligado” (Pereira Sieso 1994: 37) e de elevada relevância.

de outros rituais como o da incineração, que, por altura do Ferro Inicial, já será uma prática totalmente implantada (Blasco Bosqued, Chamón e Barrio Martín 2012: 49, 51), mas não única.

<b>Nomenclatura</b>	<b>Local</b>	<b>Tipo(s) de estrutura(s)/necrópole</b>	<b>Cronologia</b>	<b>Prática funerária</b>
<i>Arroyo Butarque</i>	Legánes, Madrid	Necrópole de sepulturas e silos	Ferro Inicial [a]	Incineração
<i>Arroyo Culebro</i>	Legánes, Madrid	Necrópole de urnas em sepulturas planas	Ferro Inicial [b]	Incineração e inumação (esta como fenómeno pontual)
<i>Herrería (I e II)</i>	Madrid	Necrópole	Bronze Final/ Ferro Inicial [a] [b]	Inumação e incineração
<i>La Torrecilla</i>	Getafe, Madrid	Estrutura (com um depósito?) contendo urna cinerária	Bronze Final/ Ferro Inicial [a] [b]	Incineração
<i>Manzanares</i>	Nas proximidades deste rio (afluente do Tejo)	Povoado com contexto funerário (fossa-silo)	Bronze Final [a]	Inumação
<i>Yuncos, “Sector 22”</i>	Toledo	Sepultamentos em fossa-silo	Bronze Médio e Tardio [c]	Inumação

**Fig.7-** Tabela-síntese de alguns contextos funerários espanhóis

[a] Pereira Sieso e Corrobles Santos (2011: 45, 48, 51) [b] Barroso Bermejo (2012: 36) [c] Barroso Bermejo et al. (2014: 123)

A necrópole de Herrería (Madrid) é um dos exemplos dados para esta região espanhola, onde se podem encontrar testemunhos de bi-ritualismo, bem como uma diversidade de arquiteturas funerárias, acompanhadas, em certos casos, por estelas (Barroso Bermejo 2012: 36). Aqui foram escavadas cerca de 600 sepulturas de cronologias ligeiramente diferentes, o

que, de resto, comprova também a consolidação desta necrópole e da(s) comunidade(s) a ela associada(s), no tempo e no espaço (Barroso Bermejo 2012: 36).

Esta mesma autora supracitada avança também com um estudo em Toledo, em Yuncos (Barroso Bermejo et al. 2014) (anexo 1, fig. XVII e XVIII), cujas características fundamentarão o que Maria Blasco destacou. O chamado “Sector 22” revela um contexto habitacional típico do mundo de Cogotas I, com ocupações desde o Calcolítico até à época romana, onde são identificados enterramentos (Barroso Bermejo et al. 2014: 118), refletindo uma interna simbiose entre a Vida e a Morte. As quatro estruturas sepulcrais escavadas são todas de tipo fossa-silo, sendo relativamente heterogéneas nas dimensões e nas formas. Destacam-se, neste sentido, a fossa 13A e 3, nas quais se realizaram enterramentos de indivíduos relativamente jovens (Barroso Bermejo et al. 2014: 119- 121).

A fossa 13A recebeu um único defunto numa posição lateral e encolhida. Esta criança, inumada diretamente na base da fossa, estava acompanhada por um recipiente cerâmico sem decoração, depositado junto da sua cabeça (Barroso Bermejo et al. 2014: 119). A estratigrafia desta estrutura evidenciava uma utilização ulterior, com uma função de armazenamento (aliás, foram também recolhidos, não associados ao enterramento, cerca de 80 fragmentos cerâmicos, apenas um com decoração) (Barroso Bermejo et al. 2014: 119, 122). Aqui estavam também preservados restos faunísticos (Barroso Bermejo et al. 2014: 121)

Por sua vez, a fossa 3 albergava o enterramento de três indivíduos, onde dois dos enterramentos seriam secundários e um primário (Barroso Bermejo et al. 2014: 120). Na parte mais baixa/inferior, estaria o indivíduo 3, com entre 9 a 11 anos, sem qualquer conexão anatómica, com os seus restos osteológicos espalhados na metade Este da estrutura (Barroso Bermejo et al. 2014: 120). A mandíbula deste indivíduo 3 foi disposta junto ao crânio de um outro, o indivíduo 2, que se situava na zona sul da fossa. Esta criança, com não mais de 4/5 anos, só teve inumado neste contexto precisamente o seu crânio, não existindo mais nenhum vestígio associado à sua pessoa (Barroso Bermejo et al. 2014: 120). Por cima de ambas as crianças, a Este, estava disposta o indivíduo 1. Foi encontrado em conexão anatómica, “[...] boca arribada, con las extremidades flexionadas, los brazos sobre el torso y las piernas giradas hacia su lado izquierdo” (Barroso Bermejo et al. 2014: 120, 121).

À semelhança da fossa 13A, a 3 teria vestígios de ossos de animais, animais estes que seriam de tenra idade tal como as crianças inumadas (Barroso Bermejo et al. 2014: 121, 122).

Esta variedade de enterramentos duplos, triplos ou similares numa mesma sepultura parece não estar reservada apenas a crianças ou adultos, ou apenas a mulheres ou homens. É um ritual que aparentemente se relaciona com os laços familiares ou sociais que instigam, assim, a uma ligação dos indivíduos na Morte, ao longo do tempo (Barroso Bermejo et al. 2014: 127). Não há contudo, provas arqueológicas claras que possam tornar esta hipótese exclusiva.

Este contexto de Toledo é um exemplo representativo da cultura de Proto-Cogotas e de Cogotas I<sup>12</sup> na zona da Meseta, profundamente caracterizada pelos enterramentos em fossas (na verdade, Rosa Barroso afirmava em 2014 que este tipo de sepultamento era o único conhecido com totais certezas nesta área geográfica) (Barroso Bermejo et al. 2014: 125, 132).

Juan Pereira Sieso e Jesús Corrobles Santos são dois autores que, para além de sublinharem certos contextos mais conhecidos (alguns também incluídos na figura 7), mencionam também sítios de carácter funerário como La Muela, Denesa de Alcalá, Caserío de Perales ou Arrenero del Soto (2011: 45), igualmente enquadrados no espectro cronológico-cultural de Cogotas I, pertinentes para compreender a diversidade sepulcral, ritual e de espólios existentes neste tempo no Alto Tejo (Pereira Sieso e Corrobles Santos 2011: 45), não obstante uma persistência também nesta região dos rituais de inumação levados a cabo em necrópoles próximas dos povoados (Pereira Sieso e Corrobles Santos 2011: 45), como anteriormente também já mencionamos.

Deixamos também assinalado o contexto de um povoado localizado nas proximidades do Tejo, o Cerro de la Mesa, em Alcolea de Tajo (Pereira Sieso et al. 2020), cujas principais ocupações e contextos culturais se enquadram no I milénio a.C., de um modo amplo (Pereira Sieso et al. 2020: 369). Tal povoado encontra-se nas imediações não só do contexto funerário de “Casa del Carpio”, do século VII a.C. como também do depósito de bronze de Las Fráguas, cuja (parcial) função funerária não está totalmente descartada pelos arqueólogos (Pereira Sieso et al. 2020: 369-73). Ora, tal contexto geográfico destes sítios, em aparente conexão entre si, constitui um curioso exemplo das dinâmicas que temos vindo a assinalar de uma proximidade entre a Vida e a Morte e o seu reflexo na organização territorial dos espaços correspondentes.

Também nas últimas décadas têm sido desenvolvidos novos estudos e datações referentes a fenómenos de inumações em vaso cerâmico na zona do Tejo e seu estuário (Barroso

---

<sup>12</sup> O mundo de Cogotas expande-se pela Meseta, Vale do Ebro e Extremadura, equivalendo, cultural e cronologicamente falando, ao Bronze Médio e Tardio locais, de um modo lato (Velasco-Vázquez e Esparza Arroyo 2016: 77).



Bermejo et al. 2018), também em regiões que temos vindo a mencionar como Madrid ou Toledo. Este interessante tipo de ritual funerário, que pode ser um ritual primário como secundário (recolhimento dos ossos numa urna após primeira inumação em sepultura, por exemplo) (Barroso Bermejo et al. 2018: 16) é identificado usualmente em fossas-silo e juntamente com outras inumações simples, e está fortemente associado a contextos habitacionais (Barroso Bermejo et al. 2018: 20, 21). A inumação em urna tem precedentes cronológicos muito amplos e seria um ritual levado a cabo em regiões do Mediterrâneo e Próximo Oriente desde o Neolítico, sendo que a sua adoção nesta zona da Península Ibérica é atribuída às influências da cultura de El Argar, que terá generalizado este ritual ao longo da Idade do Bronze e até à Idade do Ferro (Barroso Bermejo et al. 2018: 23). A inumação em recipientes cerâmicos é, regra geral, feita numa posição totalmente encolhida, em posição fetal lateral (Barroso Bermejo et al. 2018: 22). Um grande número de casos associado a este ritual remete para defuntos crianças, ainda que também haja registo de indivíduos adultos nestas condições. Assim, não sendo, talvez, um ritual usado na distinção etária de defuntos, poderia ser especialmente destinado a indivíduos de uma menor estatura que se coadunassem com o típico tamanho destes recipientes cerâmicos (Barroso Bermejo et al. 2018: 22).

Os contextos do Tejo que melhor se conhecem não estão totalmente datados, por sua vez os que estão apontam para uma cronologia do Bronze Médio (Barroso Bermejo et al. 2018: 20). Seria interessante reforçar os estudos as datações de semelhantes contextos para perceber o impacto e continuidades (a existirem) de tal ritual no Bronze Final, algo que ainda não é conhecido (Barroso Bermejo et al. 2018: 25).

Por estes exemplos é possível percebermos a existência de práticas fúnebres diversificadas nestas regiões, tal como a persistência do bi-ritualismo, com nuances tanto no que toca à inumação como à incineração.

Antes de terminar, de notar uma vez mais que seria frutífero para este trabalho, e não só, aprofundar contextos funerários de outros pontos do território espanhol para estabelecer uma comparação regional e cultural entre eles. Mas na impossibilidade de o fazer, destacamos um caso em específico que nos parece útil, pois a Morte como ritual e reflexo da realidade sócio-política das comunidades é uma ideia que nos acompanha ao longo deste trabalho e em Burgos, no povoado de Los Rompizales (Velasco-Vázquez e Esparza Arroyo 2016) (anexo 1, fig. XIX), há um contexto que, de um modo muito interessante, contribui para essa reflexão. Ainda que o sítio arqueológico em causa esteja datado do Bronze Médio e geograficamente distante do Tejo, será pertinente aprofundá-lo e tê-lo em conta para ilações futuras.

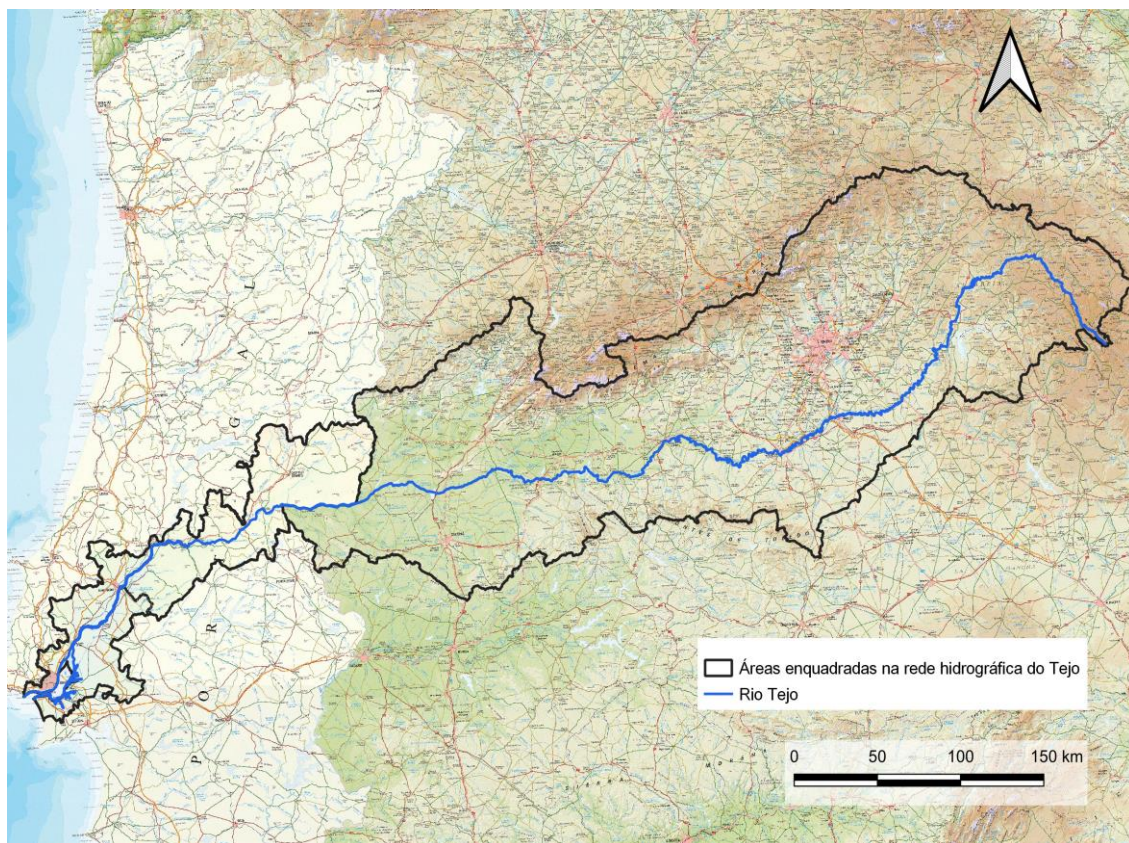
Este é mais um dos exemplos em que a Vida e a Morte se unem, existindo enterramentos em fossas/silos dentro do povoado de Los Rompizales. Aqui encontraram-se 4 indivíduos inumados após terem sofrido violentos golpes físicos (Velasco-Vázquez e Esparza Arroyo 2016: 77). Tal remete-nos ao silo número 64 deste povoado, de planta subcircular, onde, por baixo de uma camada superficial de “cobertura” do mesmo estavam, então, os restos osteológicos dos defuntos, sendo que um deles se encontrava numa posição praticamente central do silo e os restantes três estavam dispostos em posições periféricas, ao longo da curvatura da estrutura, sob uma outra “capa” de sedimentos diferente da do primeiro indivíduo mencionado (Velasco-Vázquez e Esparza Arroyo 2016: 79). As idades destes inumados estaria compreendida entre os 7 e os 17 anos (Velasco-Vázquez e Esparza Arroyo 2016: 84). Também neste contexto funerário os mortos fizeram-se acompanhar de animais, pois foram igualmente identificados restos faunísticos (Velasco-Vázquez e Esparza Arroyo 2016: 79).

Contrariando a aparente “norma”, aqui foi realizado um enterramento coletivo, ideia que é corroborada pelas datações disponíveis que indicam que os quatro enterramentos se enquadram num só momento de deposição, existindo contemporaneidade entre eles (Velasco-Vázquez e Esparza Arroyo 2016: 81). A disposição das camadas sedimentares também leva os investigadores a acreditar que estamos perante um contexto de deposição/exposição dos corpos ao ar livre, situação em que “[...] el sedimento no entra em contacto con los restos humanos al menos de forma homogénea y generalizada, sino en un momento avanzado del proceso de decomposición” (Velasco-Vázquez e Esparza Arroyo 2016: 83).

Todas estas particularidades e a explícita intencionalidade das ações sepulcrais aqui observáveis conduzem à ideia de que não se trata de um contexto de mortes fortuitas entre estes quatro jovens, mas sim um contexto de violência propositada e com uma intenção intrínseca (Velasco-Vázquez e Esparza Arroyo 2016: 92). Estes jovens, mortos com duros golpes cranianos, terão tido tal destino por um “bem maior”, por uma causa relacionada com a comunidade onde se inseriam. Muitos arqueólogos se debruçam sobre este assunto, e realmente há teorias de como o ato de matar alguém poderia não ser um “mero” assassinato, mas um ato comunitário de regulação social e/ou de demonstração de poder, um bem necessário, tendo em conta o que poderão ter sido o(s) ato(s) considerados criminosos feitos por certo indivíduo, como bruxaria, traição, assassinato e incesto, na opinião dos autores (Velasco-Vázquez e Esparza Arroyo 2016: 94, 97), ainda que tais “noções” sociais (ou, neste caso, de desvio da “norma”) sejam mais atuais e modernas, tendo de haver prudência na associação de tais conceitos a um passado tão distante. Certos contextos de Morte também podem estar associados

a sacrifícios rituais ou às chamadas mortes de acompanhamento, dois panoramas que os investigadores não descartam totalmente para este caso de Los Rompizales, até porque as análises osteológicas comprovam que se tratavam de indivíduos não indígenas, ou seja, exteriores à comunidade deste povoado e, se juntarmos esta ideia à análise do espólio presente, que pode refletir um certo estatuto social, torna-se plausível que estes jovens tenham “[...] sido capturados em outras comunidades para ser sacrificados” (Velasco-Vázquez e Esparzo Arroyo 2016: 93). Fica também a possibilidade de certas mortes serem levadas a cabo quando em causa estão membros da comunidade que apresentam anomalias/doenças físicas e/ou psíquicas, o que parece não ser o caso.

Todas estas questões, que se prendem fundamentalmente com a questão do como e porquê da Morte, são o ponto central que os arqueólogos tentam esclarecer.



**Fig.8-** Delineação das áreas abrangidas pela bacia do Tejo (lado espanhol), em conjunto com as áreas de influência da “linha do Tejo” (lado português)

Figura elaborada no programa *Q.Gis 3.10.5*, versão “A Coruña”

**Observações/comentários:** Para delimitação das áreas do Tejo do lado português utilizou-se um critério baseado nos concelhos pelos quais passa diretamente o caudal do rio (ver juntamente a figura 13, na qual é feita uma interpretação mais completa). Já a área desenhada no território espanhol não é da nossa autoria, tendo sido retirada toda esta informação referente à rede hidrográfica do Tejo do site [centrodedescargas.cnig.es](http://centrodedescargas.cnig.es), sob a tutela do Centro Nacional de Información Geográfica.

#### 4- O TEJO- BREVE ENQUADRAMENTO

“O rio é visto não só como um fator de desenvolvimento do território, mas também como marca delimitadora do mesmo”

COSME, João. *Olhar(es) sobre o rio Tejo* (2019)

Para estabelecer uma área de estudo para esta dissertação, selecionou-se um elemento preponderante na organização territorial e na definição de fronteiras “geopolíticas”: o rio Tejo.<sup>13</sup>

A importância e primordialidade da água na vida das comunidades proto-históricas é vivamente destacada pelos arqueólogos, e tal não se deveria unicamente à capacidade abastecedora ao nível piscícola.

##### 4.1- Contexto geográfico, morfológico e litológico

Primeiro, há que localizar geográfica e morfológicamente este rio e os seus afluentes. “[...] a bacia apresenta uma dissimetria bem marcada entre as margens setentrional e meridional do maior rio peninsular. A margem setentrional é dominada pela Cordilheira Central e pelos relevos da Estremadura portuguesa [...], sendo mais elevada e de declives mais acentuados do que a margem meridional, bem menos movimentada, e na qual domina uma topografia plana, à exceção dos Montes de Toledo e da Serra de S.Mamede”, afirma a geógrafa Catarina Ramos (Ramos 2019: 95).

Numa perspetiva litológica, o Tejo e respetiva bacia hidrográfica apresentam características heterogéneas. Mais a norte, este e sudeste, a bacia hidrográfica abrange o Maciço Antigo, a Oeste e a Noroeste estende-se pela Orla Sedimentar Ocidental e a Sudeste pela Bacia Terciária do Tejo (Ramos 2019: 97) (fig.9).

Aqui, o Maciço Antigo caracteriza-se pelos solos de baixa ou muito baixa permeabilidade (como é o caso dos xistos, micaxistos ou granitos), já a Orla Sedimentar tem níveis de permeabilidade diversos, devido aos seus calcários. A Bacia Terciária tem formações geológicas pouco consolidadas, caracterizando-se principalmente pelos seus complexos areno-argilosos (Ramos 2019: 98, 100).

A região da Estremadura e o Estuário do Tejo são zonas de elevada relevância ao longo

---

<sup>13</sup> Nas figuras XX e XXI (anexo 2) é possível enquadrar geograficamente a Península Ibérica e também compreender a heterogénea hipsometria do território português, de modo a facilitar a compreensão do singular contexto do Tejo.

desta dissertação e igualmente das mais estudadas pelos investigadores. Esta região, também chamada de “Centro litoral” ou “Portugal Litoral Médio” (Ribeiro, Lautensach e Daveau 2004: 157) é bastante rica, diversificada e nela se destaca, naturalmente, a cidade de Lisboa, que por várias razões, ao longo de séculos, se estabeleceu como um ponto fulcral de desenvolvimentos (Ribeiro, Lautensach e Daveau 2004: 25). Esta região é composta por variadas litologias, como os calcários e dolomitos, argilas, arenitos e conglomerados (Ribeiro, Lautensach e Daveau 2004: 156). Particularmente na Península de Lisboa é de assinalar, juntando aos elementos já mencionados, “[...] lavas e tufos vulcânicos eocénicos, tranchites e ainda o granito e sienito da Serra de Sintra” (Ribeiro, Lautensach e Daveau 2004: 156). Portanto, rochas do Mesozóico e do Terciário Inferior caracterizam tal região (Ribeiro, Lautensach e Daveau 2004: 157). A Estremadura cria, deste modo, uma paisagem que, na perspetiva destes autores, é “[...] variada pela ondulação quase caótica do relevo e pela resistência dos seus diversos materiais à erosão [...]” (Ribeiro, Lautensach e Daveau 2004: 27) (anexo 2, fig.XXII e fig. XXIV).

Da mesma forma, o Médio Tejo (que tem traços caracterizadores iguais ao chamado “Alto Ribatejo”, o que faz com que muitas vezes sejam estudados paralelamente como um todo) destaca-se como uma região de importância e de interesse para as comunidades, localizando-se num ponto médio e central face ao atual território português. Com uma assinalável diversidade geomorfológica, aliada a uma hidrografia complexa, o Médio Tejo “[...] proporcionou às várias comunidades que se estabeleceram neste território estratégias de exploração do espaço no âmbito económico, que determinaram também a sua estratégia de captação de recursos, acrescentando-se-lhe a contribuição de troca de pessoas e bens” (Delfino et al. 2014: 149) (anexo 2, fig.XXIII e fig. XXIV).

As litologias desta região incluem o Maciço Calcário Estremenho, mais a Ocidente, caracterizado pelas argilas, arenitos e pelos calcários, a Bacia Terciária do Tejo-Sado, na zona mais central desta região, igualmente com argilas, calcários e arenitos, bem como o Maciço Metamórfico Antigo, a Oriente, com os seus xistos, quartzitos e alguns granitos. (Delfino et al. 2014: 148)

Para além do Tejo, outros rios como o Nabão, o Zêzere ou o Ocreza também se destacam e terão igualmente influenciado as dinâmicas do povoamento do II e I milénios a.C.

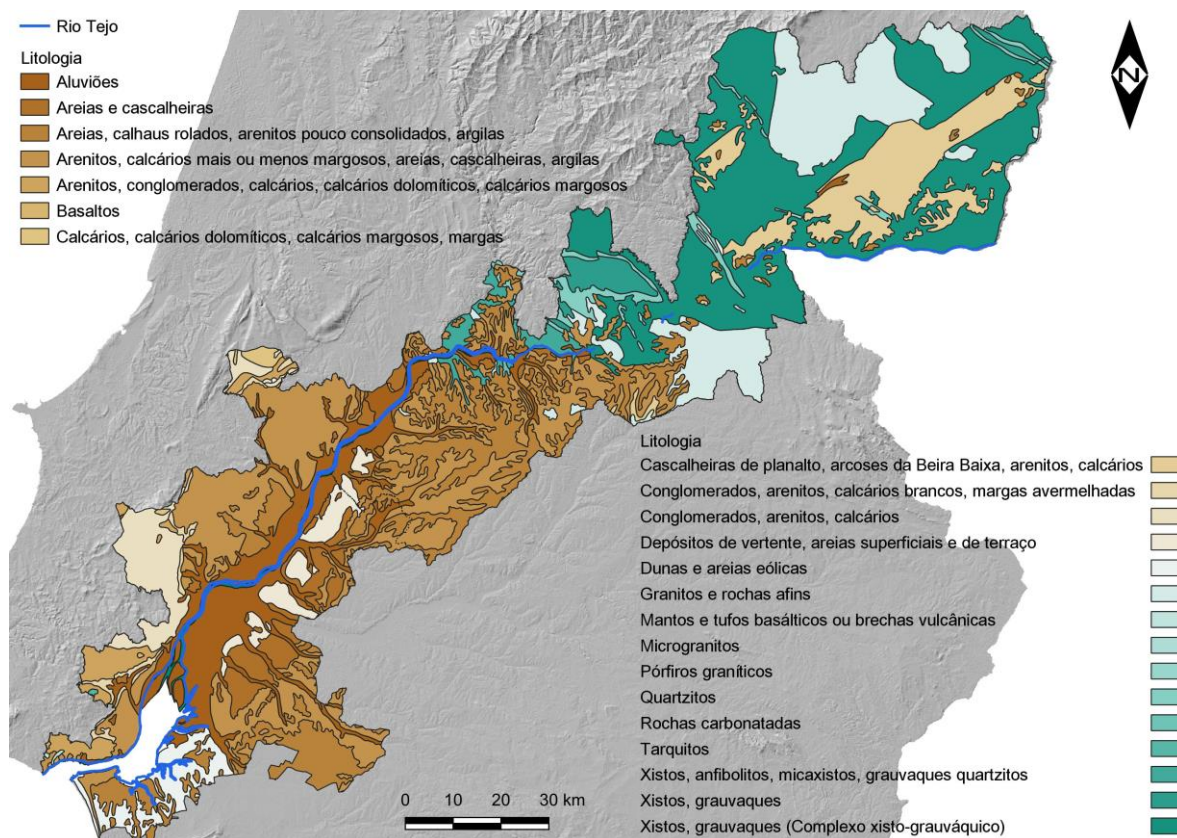
A Beira Interior Sul, ainda designada muitas vezes por Beira Baixa, é outra área de destaque e será regularmente mencionada e estudada neste trabalho. Falamos de uma região fulcral nas dinâmicas do Bronze Final, usufruindo de uma localização peculiar e muito

estratégica que permitem às comunidades deste território um contacto sistemático com tudo o que as rodeia (Vilaça 1998: 204, 205) (anexo 2, fig. XXIII e fig. XIV).

Esta região possui uma enorme riqueza, diversidade e complexidade de recursos, entre os quais os hidráulicos e metalíferos, o que a torna muito interessante para outras regiões vizinhas também na perspetiva económica (Vilaça 1998: 205). Dos acidentes naturais, destaca-se, naturalmente, o Tejo, mas também as serras da Cordilheira Central (como a Gardunha), que constituem simultaneamente uma divisão (principalmente entre os eixos Norte-Sul) e um mecanismo defensivo, mas também um eixo de comunização e mobilidade. Neste sentido, Raquel Vilaça confirma que “[...] os contactos com o Planalto beirão e com o mundo meseteno, bem como com o Noroeste Peninsular, eram viáveis” (Vilaça 1998: 205).

Os rios Pônsul, Zêzere, Ocreza e Erges, a par do Tejo, contribuíram para esta riqueza hidrográfica tão fundamental.

Geologicamente, esta região é heterogénea. “De facto, as rochas metamórficas do chamado Grupo das Beiras, [...], dominam toda a amplitude de altitudes desta região [...]. As rochas magmáticas intrusivas (vulgo granitos) do chamado Ciclo Varisco, concentram-se na parte Norte do andar morfológico intermédio. De modo mais discreto [...] evidenciam-se as longas cristas de rochas muito duras de quartzitos armoricanos do Ordovícico. São também representativas, pela expressão territorial, as formações sedimentares, cenozoicas, areno-argilosas-conglomeráticas, que culminam as rochas do Maciço Antigo [...]” (Caninas 2019: 18).



**Fig.9-** Contexto litológico da “linha do Tejo” no território português

Figura elaborada no programa *Q.Gis 3.10.5*, versão “A Coruña”

**Observações/comentários:** De um modo geral, podemos observar que predominam os aluviões, as areias e os arenitos, bem como as cascalheiras de planalto (Beira Baixa), os granitos e os xistos-grauvaques.

#### 4.2- Enquadramento histórico-cultural

As opiniões quanto ao papel do Tejo são comuns e não dividem os investigadores. Todos reconhecem que este curso de água ibérico recorta profundamente as regiões por onde passa, sendo simultaneamente um definidor fronteiriço, principalmente na perspetiva de um eixo Norte-Sul, e também um corredor imprescindível de contactos e movimentos de pessoas e objetos entre o litoral e interior da Península, o que motivou profundamente os mútuos contactos e trocas entre regiões como, por exemplo, a Estremadura, o Médio Tejo, a Beira Baixa ou a Meseta Central (Vilaça e Arruda 2004: 13; Vilaça e Cardoso 2017: 238-240). Raquel Vilaça e Ana Arruda definem este rio, inclusive, como um “corredor estremenho-beirão” que ligou vivamente estes dois pólos, algo que, naturalmente, influenciará os modos de vida das comunidades destas regiões, permitindo a similitude das mesmas na maior parte dos casos (2004: 36).

A primeira arqueóloga supracitada e João Luís Cardoso são dois dos investigadores que já reservaram alguns dos seus trabalhos às temáticas do povoamento no Bronze Final, remetendo este rio para um lugar de destaque e atribuindo-lhe um fator preponderante para a fixação das comunidades nas suas margens (como, aliás, será falado noutra desta dissertação, um dos critérios para a escolha da localização dos povoados, seria, segundo as ideias e prioridades das sociedades proto-históricas, a proximidade a cursos de água). Muito sucintamente, estes autores oferecem aos seus leitores uma visão bem explícita do contexto geográfico do Tejo: “Desde a fronteira, quando entra em território português e recebe as águas do Erges, até à zona do estuário, o Tejo tem aproximadamente 230 Km. Neste percurso encontramos, na realidade, dois rios. A montante, no seu troço internacional, é um rio que corre apertado e encaixado nos planaltos do Maciço Antigo, enquanto que a jusante, depois da foz do Zêzere, transforma-se num rio de planície, entrando em plena Bacia Cenozóica e finalizando num largo estuário interior junto a Lisboa” (Vilaça e Cardoso 2017: 237).

Não obstante, é muito importante e pertinente recuar no tempo e analisar também de que forma seria vista toda a abrangência da Península Ibérica, em especial as regiões e povos em torno do Tejo ou a ele relacionados, no contexto geográfico conhecido numa época um pouco posterior (finais do I milénio a.C.) à que nos importa.

Estrabão<sup>14</sup> foi um dos mais importantes autores da Antiguidade a escrever sobre a ‘finis terrae’, e destacou na sua obra *Geografia* importantes características desta região mais a Ocidente da Europa. O geógrafo destaca que a região mais a norte da Península é bem mais deserta e isolada do que a mais a sul, onde os terrenos são mais férteis e as comunidades em maior número (Deserto e Pereira 2016: 35). Depois de descrever a costa e respetivos limites mais ocidentais, o autor inicia uma visão para o interior da Península, afirmando que “A partir do litoral contíguo ao Promontório Sagrado [Cabo de S. Vicente], por um lado é o começo do flanco ocidental da Ibéria, até à embocadura do rio Tejo, por outro, o do flanco meridional, até

---

<sup>14</sup> Estrabão foi um erudito da Antiguidade, presumivelmente nascido no final do século I a.C. (64/63), na Amásia, e falecido a 24 d.C. (ainda que estas datas não ofereçam grande consenso) (Deserto e Pereira 2016: 13; Alarcão e Barroca coord. 2012: 152). É descrito como “Um autor de língua grega, educado no mundo grego, profundamente embebido na cultura, na literatura e na filosofia gregas, mas que, ao mesmo tempo, se ajusta, de forma harmoniosa, ao crescente poder e influência de um Império que vai já ocupando a maior parte do mundo conhecido, e que ele elogia e exalta.” (Deserto e Pereira 2016: 14). Das suas vastas obras, destaca-se a coletânea de *Geografia*, onde Estrabão descreve profundamente variadas regiões por ele visitadas, tanto no Mediterrâneo, como na Ásia e África. O livro número III deste conjunto é o que nos suscita mais interesse, sendo aquele que o autor dedica à Ibéria, região que, ainda assim, não visitou, mas descreveu com base em testemunhos orais e fontes escritas da época (Alarcão e Barroca coord. 2012: 152).



outro rio, o Anas, e à sua embocadura. Cada um deles flui desde as regiões orientais, mas o Tejo, que é muito maior que o outro, lança-se diretamente para o ocidente;” (Deserto e Pereira 2016: 38, 39).

Mais à frente, Estrabão recupera a reflexão sobre o rio, caracterizando-o de forma muito objetiva: “O Tejo<sup>15</sup> tem de embocadura uma extensão de vinte estádios [3,7 km] e uma grande profundidade, de modo que pode ser subido por cargueiros com capacidade para dez mil ânforas. Quando as marés têm lugar, forma dois estuários nas planícies que se situam para o interior, de modo que se estendo como um mar por cento e cinquenta estádios [27,75 km] e torna a planície navegável; no estuário superior circunda uma pequena ilha de cerca de trinta estádios [5,55 km] de comprimento, fecunda e com belas vinhas” (Deserto e Pereira 2016: 59). Com estas características, Estrabão demonstra que o Tejo seria um verdadeiro meio de comunicação e mobilidade, ligando com facilidade toda a Península entre si devido à sua potencial navegabilidade. Litoral e interior estariam, assim, facilmente conectados.

Por tudo isto, o autor não deixará de ressaltar que “[...] a região de que estamos a falar é fértil e atravessada por rios grandes e pequenos, todos eles fluindo desde as partes orientais, paralelos ao rio Tejo; e a maior parte deles tem navegação rio acima e uma grande quantidade de pepitas de ouro. Destes rios, os mais conhecidos, a seguir ao Tejo, são o Mondego [...] bem como o Vouga” (Deserto e Pereira 2016: 61). Estas ideias, por tantos arqueólogos do presente também referidas, reiteram a importância dos rios nas dinâmicas “políticas”, económicas e sociais das comunidades peninsulares e o seu importante papel na organização territorial da época.

Quanto à diversidade de povos, Estrabão também faz menção a essas realidades culturais e étnicas e afirma que “[...] cerca de uns trinta povos ocupam o território entre o Tejo e os Ártabros [“Povo do noroeste extremo da Península, habitava junto do Cabo Nério e era vizinho dos Célticos dessa região”, Deserto e Pereira 2016: 97<sup>16</sup>]. Apesar de a região ser próspera em frutos, gado e abundância de ouro, prata e metais semelhantes, a maior parte deles

---

<sup>15</sup> Resumidamente, os autores da tradução desta obra de Estrabão caracterizam o Tejo, no “Índice de Termos Geográficos” com a seguinte definição: “Extenso rio peninsular, atravessa a Ibéria de este para oeste, passando por território dos Celtiberos, dos Carpetanos, dos Vetónios e dos Lusitanos, até desaguar em Olisipo (Lisboa). Banha vários territórios extremamente férteis. Estrabão dá especial destaque ao seu muito amplo estuário e à navegabilidade a larga distância para o interior do rio.” (página 118).

<sup>16</sup> Definição retirada do “Índice de Termos Geográficos” presente nesta obra.

contudo, abandonou a exploração da terra: passavam o tempo em piratarias e em terras contínuas, quer entre si, quer (atravessando o Tejo), contra os seus vizinhos [...]” (Deserto e Pereira 2016: 62). Daqui parece ressaltar a ideia de uma certa instabilidade entre os povos, com a paz um tanto ou quanto comprometida, num contexto em que, pouco tempo depois, a romanização intensificar-se-ia e o quadro político-cultural da Península iria alterar-se bastante. Tal situação faz questionar se um pouco antes, no início do I milénio a.C., não terão sido estas instabilidades sociais as promotoras de uma certa alteração dos padrões de povoamento, principalmente no que toca ao abandono de certos povoados.

Deste modo, atualmente os arqueólogos continuam a ter o Tejo como linha orientadora dos seus estudos, continuando-se a dedicar à diminuição das lacunas de investigação que existem em relação a algumas regiões deste rio, desenvolvendo a identificação e o conhecimento de povoados do período proto-histórico.

## 5- A VIDA ANTES DA MORTE- AS COMUNIDADES E O POVOAMENTO ENTRE O BRONZE FINAL E O FERRO INICIAL

Não se poderá compreender o paradigma da Morte e respetivos rituais, espaços, espólios e estruturas, nem (tentar) responder ao “porquê” de todas estas dinâmicas, sem antes esboçar o contexto quotidiano das comunidades “vivas”, conhecendo os espaços onde habitavam, os espaços que exploravam, a paisagem que denominavam e a forma como entre si se organizavam e relacionavam.

Ao refletir nas pessoas e nos espaços, contactar-se-á sistematicamente com uma dicotomia entre a fachada atlântica da Península Ibérica e os corredores mais interiores e medianos do território peninsular, como as Beiras ou a Meseta. As distinções entre o litoral e o interior terão diversas razões e comportarão várias consequências no trilhar das comunidades do Bronze Final, delineando, assim, contornos de diversas geografias políticas (Silva e Gomes 1992: 122). São estas que ditarão as mudanças ou as continuidades na transição para a I Idade do Ferro. Fala-se essencialmente de diferentes ritmos e “timings” de crescimento social, económico, político e de contactos com regiões estrangeiras. O litoral será quase sempre a plataforma preferencial de atrancamento de novas pessoas, novos artefactos, novas ideias e tecnologias vindos do mundo oriental e atlântico, sendo dos primeiros territórios a beneficiar desses primeiros contactos, enquanto que o interior absorve do Tejo e de outros corredores de comunicação as novidades e os diferentes paradigmas. Isto não significa que as regiões contactem de forma unilateral: as produções locais das comunidades do interior serão igualmente fundamentais para o abastecimento das regiões que careciam, por exemplo, de algumas fontes/recursos metalíferos (Senna-Martinez 1999: 45, 46), nem tampouco significa que o litoral atlântico seja o único sítio do qual emanam as influências exógenas para as outras partes da Península.

### 5.1- As pessoas

“Control of metal technology and control of the sources of metals may also have been factors in the process of elite emergence.”

**HARDING. A.F.** *European Societies in the Bronze Age* (2000)

Antes de mais, é importante lembrar que as comunidades do Bronze Final dinamizavam profundamente, e há já vários séculos, as práticas agrícolas e de pastorícia, e

promoviam cada vez mais intensamente desde o século XII e principalmente do século X em diante (Silva e Gomes 1992: 122) a especialização metalúrgica, a produção de cerâmica e as trocas comerciais supra e inter-regionais (prática que, de resto, motivaria vários avanços tecnológicos, acionaria as economias e catapultaria mudanças culturais e ideológicas). As comunidades peninsulares estavam efetivamente em constante movimento, crescimento e contacto, abertas para o mundo Atlântico, Oriental e Europeu (Vilaça 1998: 204, 208; 2008: 379-381, 398). Influenciavam e eram influenciadas. Adotavam e descartavam ideias. Contudo, a “orientalização” cultural dos povos indígenas pode ter sido, em diferentes ritmos, um acontecimento geograficamente lato, mas não socialmente “democrático” ou amplo, no sentido em que o uso de certos artefactos ou a adoção de certos rituais sociais e funerários exógenos não são propriamente estendidos a todas as camadas sociais que constituiriam uma comunidade, mas sim, de algum modo, mais restritos e próprios das elites, que entre si criariam rotas de contactos e de proliferação de ideias (Vilaça 2008: 375-379), através, por exemplo, das trocas matrimoniais (que, a existirem, implicariam mais concisamente a movimentação das mulheres), tanto entre indígenas como com pessoas do mediterrâneo, que levariam consigo não só vários tipos de artefactos no seu “dote”, mas também (e principalmente) os conhecimentos e técnicas que assim se proliferavam pelo território (Senna-Martinez 1999: 46; 2013: 176; Vilaça 2013b: 200, 201; Cardoso 2002: 28).

Não obstante, estes primeiros contactos estabelecidos numa escala social mais afunilada nesta cronologia em estudo não podem ser desvalorizados, pois serão o ponto de partida para os paradigmas que no decorrer da Idade do Ferro e períodos pré-romanos se enraizarão mais amplamente (Cardoso 2006: 69).

Mas como funcionariam estas comunidades e como se distinguiam essas elites dos restantes estratos? No que toca a essas organizações sociais e políticas das comunidades do final do II milénio, há divergências de opiniões. Contudo, que a hierarquia social existia e grupos elitistas em cada comunidade dominariam principalmente a posse e circulação de certos bens (Cardoso 2006: 40, 42), como já dito anteriormente, a Arqueologia parece prová-lo e não deixa muitas dúvidas quanto a isso. São essencialmente os chamados “bens de prestígios” (assim considerados devido à sua escassez e exclusividade social quanto à sua posse, uso e acumulação, em contextos habitacionais e funerários, sejam eles importados ou de produção local), como as armas, as peças de cerâmicas mais finas, de boas pastas e decoradas (como as de “tipo Baiões” ou as do tipo “Carambolo”), peças de adorno (braceletes, colares), de vestuário (fíbulas, fechos de cinturão) ou de tratamento do corpo (pinças, lâminas, pentes) e afins (Vilaça

1999: 177; 2008: 390-396; Vilaça e Cardoso 2017: 267-272), que demonstram a heterogeneidade social e as diferenças de estatuto. “A natureza e tipo de bens de origem mediterrânea [...] parecem ser compatíveis com símbolos de distinção, de prestígio e poder e, por definição, de excepção” (Vilaça 2008: 400).

Dos grupos elitistas destacar-se-ia o dito “chefe”, figura central e primordial de uma comunidade, garante da estabilidade e representante do poder e do território da sua população. Os chefes são, de resto, na Morte, aqueles cuja identidade parece ficar mais obviamente assinalada e perpetuada através das estelas funerárias (sobre as quais haverá oportunidade de falar mais atentamente neste trabalho), sendo que a restante população ficaria, aparentemente, anónima e indiferenciada nas suas próprias sepulturas, isto segundo a opinião de alguns investigadores.

## 5.2- Os espaços

“É sobretudo naqueles espaços, [...] e na forma como as pessoas se articularam entre si e com os vizinhos, e com os territórios, em rotinas diárias ou em função das estações do ano, explorando-os, demarcando-os física e conceptualmente, ou deles se apropriando, inclusive a nível emocional, que se terão fomentado sentimentos de pertença, de identidade, de hereditariedade, com ou sem conflitualidade efectiva”

VILAÇA, Raquel. *O Ocidente Peninsular de há 3000 anos num cruzamento de escalas. Itinerários das coisas e das pessoas* (2020)

### 5.2.1- A organização territorial

Portanto, como se pode caracterizar o padrão de povoamento vigente de forma bastante uniforme por todo o território na cronologia em estudo? Ainda que existam sempre exceções à regra e alguns exemplos de povoados com configurações mais próprias, as escavações e estudos encetados nas últimas décadas em Portugal têm permitido a definição de um espectro em que dois principais tipos de habitats coexistiam e se correlacionavam.

Falamos dos genericamente chamados “povoados de altura” e “povoados de planície” (ou “casais agrícolas”). Os primeiros, como a própria expressão sugere, localizavam-se em cotas mais elevadas no terreno, muitas das vezes em relevos mais acidentados (o que, naturalmente, providenciava uma defesa natural, pois as movimentações estariam mais dificultadas), de preferência em pontos que estivessem perto de cursos de água. Falamos,

portanto, de locais com elevado valor estratégico e cuja ampla visibilidade permitia um controlo dos territórios abrangentes, as suas vias de comunicação e as pessoas que nelas se deslocavam (Martín Bravo e Galán Domingo 1998: 307, 308; Arruda et al. 2017: 80; Vilaça 1999: 175, 176; Vilaça e Arruda 2004: 16, 17; Vilaça 2013b: 197, 198; Vilaça e Cardoso 2017: 241; Serra e Porfírio 2017: 209). Os povoados seriam fortificados, fortificações essas que não só delimitavam o espaço interior, defendendo-o, como materializa um valor simbólico que contrapõe o exterior/interior, o “eles” e o “nós”.

Nestes habitats encontram-se vários tipos de materiais, nomeadamente os bens de prestígio já mencionados. Atividades produtoras e agrícolas têm também as suas marcas nestes povoados (tal como nos de planície), o que para alguns autores é prova da não existência clara e objetiva de sistemas de hierarquização de povoamento, sistemas esses muitas vezes discutidos na Arqueologia. Mas já lá iremos.

A título de exemplo, é pertinente assinalar povoados como o Alto do Castelo de Alpiarça (Santarém), Castelo Velho do Caratão (Mação), Castelo Velho da Zimbreira (Mação), Moreirinha, Monte do Frade, Alegrios (Idanha-a-Nova) e também, ainda que mais a norte do Tejo, os povoados de Santa Luzia e Baiões (Viseu), sem esquecer Outeiro do Circo (Beja), um dos mais importantes povoados do Alentejo nesta época.

Por sua vez, os povoados de planície/abertos serão, na perspetiva topográfica e altimétrica, o oposto dos de altura. Situados em cotas baixas, em relevos relativamente homogéneos e também nos vales de rios, estes povoados seriam abertos, ou seja, sem sistemas defensivos criados pelas comunidades, não usufruindo de uma defesa natural e escarpada. A visibilidade é, inevitavelmente, mais reduzida e o impacto destes habitats na paisagem é menor face aos do outro tipo, pois não possuem um destacamento proeminente (Arruda et al. 2017: 80; Vilaça e Cardoso 2017: 240-242; Serra e Porfírio 2017: 209; Cardoso 2006: 38, 39). A agricultura e a criação de gado seriam duas das atividades mais importantes e com grande impacto na vida das comunidades, não esquecendo, pois, que os solos das zonas onde estes povoados se instalavam eram preferencialmente férteis (Cardoso 2006: 38, 39; Vilaça e Cardoso 2017: 241). Se focarmos no Tejo, é possível perceber que é nas zonas do Médio e Baixo Tejo, bem como no seu estuário, que se encontra a maioria deste tipo de povoado, com base nos estudos feitos até à data (Vilaça e Cardoso 2017: 241, 244).

Temos como interessantes reflexos deste modo de habitar no centro do território povoados como a Tapada da Ajuda (Lisboa), a Amoreira, a Quinta do Vale do Zebro, Carrascal, Tramagal (estes últimos todos na região de Abrantes).

O fenómeno sincrónico destes dois tipos de povoamento está comprovado pelas datações feitas aos vestígios destes espaços. Inclusive, segundo João Luís Cardoso (1995: 126), essa coexistência revela precisamente a tendência de desenvolvimento e hierarquização das comunidades no decorrer do Bronze Final. Ora, será isso que prova que também entre os tipos de povoados (e respetivas dinâmicas externas) há uma hierarquia adjacente? É esta uma das questões usualmente discutida, questão esta profunda e intrinsecamente relacionada com a organização social das comunidades.

Baseados (não só mas também) no espólio que em maior número se encontram em cada um deles, alguns arqueólogos tendem a remeter aos povoados de planície as funções e atividades agrícolas, de criação de gado, da pastorícia e produção de cerâmica, sem esquecer também a tecelagem ou a moagem de cereais (daí o termo casal agrícola que comumente também traduz esta realidade). Já para os povoados de altura, os espaços privilegiados das elites e dos chefes das comunidades, estaria reservada essencialmente a atividade metalúrgica e as práticas de trocas comerciais, bem como as principais funções de poder, administração política e bélica, quiçá também religiosa. Assim, estes últimos seriam os povoados mais importantes, os pontos centrais que controlariam o território e geriam o mesmo, bem como tudo o que nele se produzisse. Já os outros seriam hierarquicamente secundários, sem poder autónomo, visando a produção para também abastecer os povoados que não possuiriam, à partida, essa capacidade produtora. As trocas seriam mútuas de acordo com o que cada povoado teria para dispor e os contactos e relações estavam vinculadas (Vilaça 2013b: 197-202).

Ora, outros investigadores acautelam-se no uso deste sistema como algo transversal, único e suscetível de ser aplicado automaticamente a todos os casos (Martín Bravo e Galán Domingo 1998: 307, 308). Primeiro, nas últimas décadas as escavações arqueológicas têm mostrado que em alguns povoados de altura há vestígios de fragmentos de mó ainda com vestígios de trituração sementes, por exemplo, e noutros povoado de planície existem também cadinhos e moldes de fundição, próprios da atividade metalúrgica (Vilaça e Arruda 2004: 18). Não podemos falar, por isso, de uma exclusividade de atividades num e noutro tipo de povoado, sendo este um critério ou definição relativamente frágil, principalmente nesta perspetiva de produção e desenvolvimento de atividades económicas, mas que não derruba na totalidade a veracidade deste sistema. É uma questão que mais uma vez reforça a dificuldade existente na

Arqueologia de traçar com certezas os traços sociais das comunidades do passado, sendo, no entanto, um ponto fulcral para com isso entender tudo ao que à Vida e à Morte diz respeito.

### 5.2.2- A ocupação dos povoados

No geral, “[...] os povoados da fachada atlântica parecem refletir, globalmente, ocupações mais prolongadas e continuadas no tempo [...]” (Vilaça 2008: 372), e é nesta região litoral que os povoados se cobrem de maior dinamismo, importância e sofrem mais cedo que em qualquer outra zona avanços culturais de diferentes ordens que tornarão estes espaços e as suas pessoas mais preparados (e predispostos) para a mudança e para a quebra com o paradigma puramente indígena. E porquê? Porque nelas circulam mais profunda e facilmente os materiais de bronze e aqui se instalam, nos primeiros séculos do novo milénio, povos fenícios que trazem consigo novos aspetos culturais que desta zona se ramificaram para o interior (Vilaça 2008: 373). A Estremadura portuguesa é, nas palavras de Senna-Martinez, uma “espécie de placa giratória em torno da qual se organizariam as relações entre o Norte Atlântico e o Sul Mediterrânico peninsulares” (2013: 179) e Ana Margarida Arruda, juntamente com outros investigadores, reiteram e intensificam esta ideia ao afirmar que “o poder passa a emanar dos sítios que se orientizaram, onde a população de origem mediterrânea se instalou, tendo a maioria dos povoados indígenas sido abandonados” (Arruda et al. 2017: 88).

Direta e sucintamente, aquele arqueólogo também refere que “A sul do Tejo e na Estremadura Atlântica são os contactos orientalizantes o factor de ruptura entre um mundo indígena [...] e as civilizações do Mediterrâneo Oriental [...] induzindo nessas áreas do Ocidente Peninsular uma “revolução urbana” que funciona como início de um novo período histórico que designamos como Idade do Ferro” (Senna-Martinez 2013: 181). É nestas características que se pode talvez encontrar uma das justificações para a existência de uma certa assimetria regional no fenómeno de abandono de espaços aquando o início do novo milénio.

De facto, em comparação, regiões mais interiores como as Beiras parecem ter tido um processo um pouco mais moroso de “cedência” aos novos estilos de vida que se intensificavam noutros espetros geográficos, deixando esta região com um cariz mais rural e indígena durante mais tempo, regra geral com povoados mais pequenos, abrigando igualmente comunidades com números mais reduzidos de indivíduos. Tal não nega, contudo, que esta região não tivesse a sua importância geo-política nas dinâmicas sociais e económicas, como também já referido noutro momento desta dissertação, e não estabelecesse contactos com o mediterrâneo (aliás, destacam-



se artefactos de origem exógena como contas de vidro e âmbar ou lâminas de ferro, fíbulas, pinças e espetos nos povoados de Alegrios, Moreirinha, Monte do Frade e Cachouça, ainda assim de modo residual, se compararmos com povoados litorais) (Vilaça 1998: 208; Vilaça 2007c: 68). Inclusive, Raquel Vilaça sublinha que as Beiras participaram na “dinâmica que configurou o processo de uma primeira “globalização arcaica” (Vilaça 2013b: 196) e que nelas é reconhecível uma “permeabilidade cultural” (Vilaça 1995a: 129).

Não obstante, alguns povoados mais interiores perderam inevitavelmente a sua capacidade magnetizante comparativamente aos do litoral pelas razões inicialmente elencadas, e deixaram de responder às emergentes necessidades das suas pessoas, que procuravam, assim, instalar-se noutros povoados mais desenvolvidos ou nos já existentes em cotas mais baixas de terras férteis, com capacidade de desenvolver mais atividades económicas, numa maior escala. Tudo isto não significa que em regiões mais a ocidente das Beiras e no litoral não tenha havido, naturalmente, vestígios de abandono dos espaços.

Independentemente da região, as capacidades de adaptação, evolução, “cosmopolização” e orientalização parecem ter sido quatro dos ingredientes essenciais para permitir a sobrevivência de alguns povoados em detrimentos de outros.

A Arqueologia comprova, portanto, que vários espaços habitacionais, se não a larga maioria, ocupados em período de Idade do Bronze não se mantiveram ativos (não pelo menos de forma permanente) no período imediatamente posterior (Vilaça e Arruda 2004: 33). Não se ignora a possibilidade de que esses abandonos pudessem, ao invés, ter motivações ambientais/naturais alheios às dinâmicas culturais humanas, sendo uma ameaça à sobrevivência das comunidades. Falamos, por exemplo, de catástrofes como inundações ou incêndios que forçariam o replaneamento dos modos de vida e dos espaços ocupados.

Por outro lado, a arqueóloga Raquel Vilaça destaca também a possibilidade de o abandono de um povoado estar intrinsecamente ligado e motivado pela morte do chefe, cuja vida e poder são o combustível do funcionamento de uma comunidade num determinado espaço. À morte deste, o povoado ficaria, simbólica e metaforicamente, também sem vida e “inutilizado”, sendo necessário instalar raízes noutros habitats (Vilaça 2013b: 208).

### 5.2.3- O interior dos povoados

“Bastante mais limitado é o conhecimento que temos da organização interna do espaço habitado” (Vilaça e Cardoso 2017: 245). Mas os estudos até agora desenvolvidos permitem algumas reflexões.

No interior dos próprios povoados, as mudanças são visíveis. Mas também o são as continuidades. Se quisermos traçar uma linha evolutiva do tipo de casa do Bronze Final para a Idade do Ferro, podemos falar de uma generalização das plantas ortogonais face às bastantes usuais plantas ovais e circulares, ainda que a coexistência de ambos os tipos seja demonstrada arqueologicamente em povoados datados desde o Calcolítico. O mesmo se aplica aos materiais base usados na construção destas mesmas casas, intensificando-se, na transição para o I milénio a.C., o uso de elementos mais perenes e fortes, dos quais se destaca a pedra, comparando a séculos anteriores em que a sua utilização seria mais residual, abundando mais os materiais perecíveis como a madeira, os tecidos, as peles e os elementos vegetais (Vilaça 2013b: 203; Vilaça 1998: 208; Blanco González 2018: 301; Coroba Peñalver 2015: 116; Soares 2016: 25-33, 36).

Como referem sinteticamente Raquel Vilaça e João Luís Cardoso “A estruturas habitacionais do Bronze Final do território português estão representadas essencialmente por cabanas [...] traduzem em geral uma arquitetura pouco complexa, frágil e rústica” (2017: 246). As dimensões das estruturas habitacionais também sofrem alterações na transição para o I milénio a.C.: as casas tornam-se maiores, mais divididas, funcionalmente compartimentadas (Vilaça e Cardoso 2017: 246; Coroba Peñalver 2015: 113; Soares 2016: 52-54). Também aumenta a preocupação com o tratamento das estruturas, sendo mais evidente nos inícios do Ferro casas com pisos mais alisados, por vezes até decorados como acontece na Cachouça (Idanha-a-Nova) (Vilaça e Cardoso 2017: 249) e paredes com revestimentos internos (Coroba Peñalver 2015: 125, 126).

Vestíbulos, pátios ou alpendres constituem outros espaços das casas e podem refletir uma nova forma de interpretar o espaço doméstico: mais do que dormitórios ou espaços de confeção de alimentos, as casas são também espaços de convivência, de identidade familiar e de distinção social. Como afirma Antonio Blanco González, na I Idade do Ferro “las viviendas adquieren una visibilidad nueva y un protagonismo inusitado, acaparando los testimonios de la vida social” (2018: 309).

O fogo é, em Vida, um elemento fulcral para as comunidades. Tanto dentro como fora das cabanas, as estruturas de combustão, definidas por anéis pétreos e placas de argila, são fontes de luz essenciais para o aquecimento e preparação e confeção de alimentos (Vilaça 2013b: 204; Soares 2016: 63). Para além disso, a lareira seria um ponto aglutinador das pessoas, proporcionando entre elas o convívio e a dinamização de atividades simbólico-culturais, constituindo, assim “[...] a alma física e simbólica do espaço habitado” (Vilaça e Cardoso 2017: 249).

Fossas, silos ou buracos de poste são algumas das estruturas que também fortalecem o carácter presumivelmente habitacional do espaço onde se encontram e permitem delinear as áreas e plantas das casas. São estruturas de diversos tamanhos, formas e profundidades, podendo também comportar diferentes funções. As fossas são estruturas em negativo, maiores ou menores, mais ou menos fundas, associados por vezes de forma mais direta e perceptível a determinadas casas (Coroba Peñalver 2015: 117), às quais se associa usualmente a função de armazenamento de produtos agrícolas (Blanco González 2018: 301) - ainda que o mesmo se pudesse fazer preferencialmente com o uso de grandes recipientes cerâmicos como os potes (Vilaça e Cardoso 2017: 249, 251) - ou de “despejo” de produtos indesejados ou já em final de “vida útil” (lixeiros) - porém, como foi visto no capítulo 3, a sua função funerária, mesmo dentro do povoado, não deve ser negligenciada. Aos silos serão atribuídas funções similares, podendo ser mais pequenos em relação às fossas. Os buracos de poste são, como o nome indica, as depressões que recebem os postes de madeira que sustentarão as paredes e coberturas das cabanas, reforçando toda a estrutura (Soares 2016: 45). São, de resto, das estruturas que melhor permitem ao arqueólogo esboçar a planta das casas e respetivos tamanhos, inclusive a organização e distribuição das mesmas pelo povoado (Coroba Peñalver 2015: 116).

As ditas “muralhas” ou fortificações são outros elementos usualmente associados aos povoados, principalmente aos de altura (pelo menos no Bronze Final). Nem sempre são fáceis de identificar e encontram-se muitas vezes bastante destruídas. Os investigadores acreditam que, para além das suas funções “limítrofes” de delimitação do espaço do povoado e de distinção entre o dentro/fora e de defesa contra qualquer tipo de ameaças externas, a muralha encerrava em si um profundo significado simbólico associado à fundação do povoado ou à identidade comunitária das pessoas de um determinado espaço. Em determinados casos, parece também haver uma associação entre esta estrutura e certos rituais culturais peculiares, algo que será discutido mais adiante. As datações das muralhas podem ser fundamentais para compreender o processo de edificação de um povoado, o seu período de ocupação e até mesmo o seu momento

de abandono ou reocupação posterior (Vilaça e Cardoso 2017: 252- 254). No Médio Tejo, foram identificadas, em contexto de escavação, muralhas em vários povoados, dos quais são exemplo o Castelo Velho do Caratão (Mação) ou o Castelo Velho da Zimbreira (na cadeia montanhosa de Mação) (Delfino et al. 2014: 167, 168, 171- 176).

Os espaços e estruturas comuns, sejam eles os corredores de circulação, ou os dedicados a cerimónias comunitárias ou de armazenamento de excedentes agrícolas, por exemplo, também se reestruturam e organizam no espaço de forma mais criteriosa e, acima de tudo, distinta dos espaços privados, familiares. Mais do que nunca, parece haver necessidade de refletir as diferenças no espaço e nas materialidades, tornando-as mais visíveis tanto numa perspetiva funcional e pragmática como simbólica e ritual.

Na transição entre Bronze Final e Idade do Ferro, os contextos escavados e estudados tanto no litoral como no interior, nesta perspetiva habitacional, parecem apresentar contornos semelhantes (tanto em termos de tipos de povoamento, como de composição e formas das casas, estruturas anexas ou materiais associados) e também linhas evolutivas convergentes, sendo possível analisar as mudanças que, de forma mais ou menos direta, se desenvolveram nas (novas) formas de habitar.

É importante ressaltar que a presença de plantas ortogonais em simultâneo com as circulares ou ovais, bem como o uso mais recorrente da pedra parecem ser arqueologicamente reconhecidos um pouco mais cedo na região litoral do que no interior (Vilaça e Cardoso 2017: 246). Que motivos podem estar inerentes a tal diferença? Será, uma vez mais, consequência de um mais regular e precoce contacto com outras comunidades além Península Ibérica que fez introduzir mais cedo novas técnicas construtivas? Ou as comunidades do litoral do território tornaram-se mais rapidamente em comunidades totalmente sedentarizadas, instaladas de forma permanente no mesmo espaço (em detrimento de ocupações temporais ou sazonais) e necessitavam de criar estruturas mais resistentes e duradouras nos seus povoados? (Coroba Peñalver 2015: 121, 129). Ou, por outro lado, a razão recai em fatores sociais, económicos e culturais que implicariam uma certa distinção social visível nas formas e tamanhos das cabanas, por exemplo? Isso será prova que as comunidades litorais começaram mais cedo a organizar-se como sociedades hierarquizadas, desiguais e com grupos privilegiados que se destacavam no seu meio social?

De qualquer forma, parece que os processos de edificar casa e de organizar povoados acompanharam (e refletiram) ao longo dos séculos as mudanças sociais das comunidades, que

caminharam em direção a uma maior hierarquização e desigualdade (como será explorado no ponto 5.4) e a novas necessidades de produção.

### 5.3- Os materiais

“As the central link between the ancients and ourselves, artefacts are crucial. The abundance of artefacts, their sensitivity to place and time, and the directness of their relationship with human activities make them a superb but underused and poorly understood source of information. [...] They can be used to identify workshops and their distribution areas, and from this attempts have been made at specifying the size of Bronze Age socio-political groupings and the territories they occupied”

**HARDING, A.F.** *European Societies in the Bronze Age* (2000)

Há certos materiais, tanto cerâmicos como metálicos, que produzidos pelos indígenas ou importados de outras regiões no final do II milénio permitem caracterizar e datar os contextos habitacionais e traçar as rotas de circulação destes mesmos materiais um pouco por todo o território.<sup>17</sup>

Contudo, trata-se de um exercício de elevada dificuldade este de tentar perceber e assinalar os pontos de produção de um determinado tipo de material e as rotas que se estabeleceriam para o fazer circular. Também oferece dificuldade a distinção entre uma produção original e uma imitação, o que pode induzir um arqueólogo em erro na compreensão de fenómenos de importação/exportação vs produção local (Vilaça 2008: 376, 377). O estudo das pastas, das formas e das decorações de uma cerâmica permitem induzir a sua utilidade no passado, ainda assim, há peças cuja funcionalidade ou significado simbólico é difícil de

---

<sup>17</sup> Os arqueólogos dedicam-se aos estudos da cultura material de modo a caracterizar certas regiões e, com isso, estabelecerem comparações entre espaços e pessoas, visando igualmente perceber, como mencionado, os pontos de produção e as rotas comerciais que certos tipos de cerâmica poderiam ter. As datações de C<sup>14</sup>, que são datações absolutas, são cruciais para estes objetivos, mas não o único método aplicado. Há outros tipos de datação relativa que permitem aos arqueólogos inferir certas teorias e hipóteses, como é o caso da tipologia e da seriação, profundamente relacionadas. “A tipologia [...] assenta na definição de tipo. [...] um tipo é a unidade básica de classificação arqueológica, definido por um conjunto consistente de atributos” (Bicho 2012: 194). São, portanto, as tipologias que permitem perceber as culturas materiais. Podem existir vários tipos associados aos materiais: “morfológicos, funcionais, descritivos e cronológicos ou temporais” (Bicho 2012: 195). Nos métodos de seriação, os arqueólogos visam a descrição e ordenação das tipologias então definidas, criando uma certa sequência que pode ter variados critérios e também diferentes objetivos. O exemplo dado neste Manual é o das coleções do Museu Nacional da Dinamarca onde os artefactos estão sequenciados “[...] com base no pressuposto evolucionário de que aqueles se desenvolvera a partir da Idade da Pedra, passando pela do Bronze e chegando à do Ferro. Esta seriação não é mais do que o método da tipologia [...] a funcionar com base no grau de complexidade tecnológica dos fósseis-diretores” (Bicho 2012: 198).

vislumbrar. Mais difícil ainda é o estudo dos metais que requer métodos e critérios mais abrangentes e conhecimentos mais técnicos para uma compreensão aprofundada.

Nas produções cerâmicas, as formas das peças produzidas no Bronze Final não parecem estabelecer uma rutura com aqueles que já se faziam em períodos anteriores, como por exemplo as formas carenadas. Será talvez no tratamento de superfícies de tipo de decoração das mesmas que no Bronze Final se desenvolvem novos estilos, alguns deles muito próprios de determinadas regiões. Estes regionalismos das produções são assinaláveis no que toca às cerâmicas mais finas e trabalhadas, pois as grosseiras (cujas morfologias, muito diversas e heterogêneas, se associam usualmente às funções de preparação e armazenamento de alimentos) não apresentam propriamente traços identificativos capazes de se enquadrar numa produção específica/local (Cruz e Correia 2007: 102). Não obstante, cerâmicas brunidas (e também de ornatos brunidos) dispersam-se de forma lata pelo território português, sendo possível identificá-las em assentamentos de várias zonas. O mesmo acontece a cerâmicas impressas, com decorações plásticas ou de “tipo Bouquique”.<sup>18</sup>

Como cerâmicas finas, bem trabalhadas e associadas a um certo status social temos, por exemplo, as cerâmicas de Baiões/Santa Luzia que assumem esta nomenclatura devido à região onde se crê que existiria a sua produção original, em Viseu (no povoado do Bronze Final da Sr<sup>a</sup> da Guia de Baiões e o de Santa Luzia). São de boa qualidade, decoradas com variados motivos geométricos (reticulados, ziguezagues, faixas paralelas e oblíquas, triângulos...), obtidos através de “[...] finas incisões realizadas, talvez com ponta metálica, após a cozedura da cerâmica ou, em alguns casos, antes, mas numa fase de adiantada secura” (Vilaça in Alarcão e Barroca 2012: 95; Silva 2005: 42). As superfícies são usualmente alisadas e brunidas (Cruz e Correia 2007: 105; Cardoso 2002: 12). Peças deste grupo aparecem principalmente em povoados do Centro do território, incluindo as Beiras, com maior destaque na região de Viseu, naturalmente, existindo também vestígios mais pontuais na região Norte.

Semelhantes às cerâmicas de tipo Baiões na perspetiva de motivos decorativos temos as cerâmicas tipo “Lapa do Fumo”. As decorações são brunidas e contrastam com as superfícies

---

<sup>18</sup> Para alcançar, não só mas também, os objetivos dos métodos de datação relativa, alguns dos aspetos/atributos analisados nas cerâmicas incluem o estudo da origem da matéria-prima, o tipo de cozedura, o tipo de fabrico (se manual - com variadas técnicas - ou a torno), o tipo de pasta, tanto ao nível de espessura (grosseira, mediana, fina), como de textura (também influenciada pela existência ou não de ENP), o tratamento das superfícies e em especial o tipo de decoração, desde as suas técnicas aos seus motivos (Cruz e Correia 2007: 21-79). A perspetiva morfológica é igualmente preponderante para a definição de culturas e cronologias de produção, bem como na atribuição de funções dos recipientes.

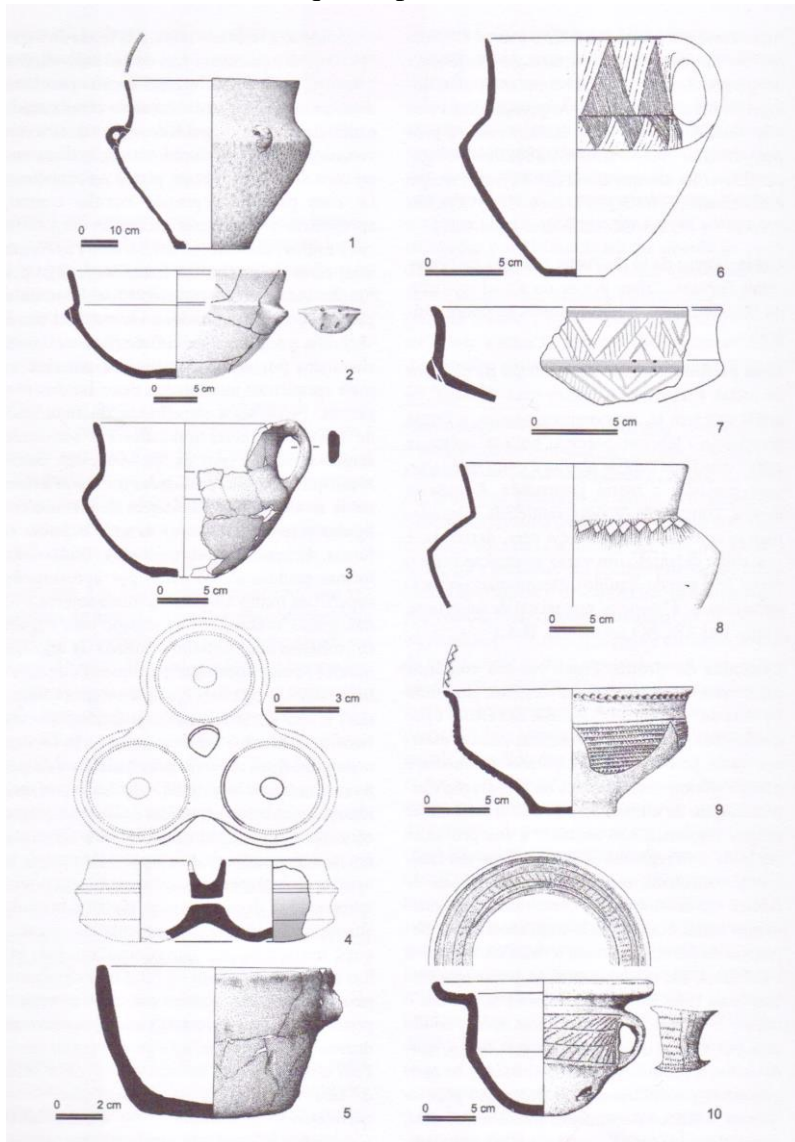
mais mate (Vilaça in Alarcão e Barroca 2012: 93, 95). Este contraste seria obtido com a fricção constante entre a pasta (seca mas não cozida) e instrumentos de ponta romba. As cerâmicas deste tipo têm uma presença substancial na região da Estremadura e Baixo Tejo, espalhando-se pela região do Alentejo Central chegando à Beira Baixa, onde existiram também focos produtores destes materiais (Vilaça in Alarcão e Barroca 2012: 93, 95; Cruz e Correia 2007: 104, 105).

As cerâmicas “tipo Carambolo” partilham características com o supracitado estilo, destacando-se pelas tonalidades vermelhas das suas decorações (Silva 2005: 42) sobre superfícies alisadas, brunidas e/ou engobadas (Vilaça 1995b: 300), predominando os motivos geométricos. É um tipo de cerâmica que evidencia os contactos comerciais por toda a península, sendo que a sua origem remete ao povoado de Carambolo, na zona de Sevilha (Andaluzia), e é considerado um “fóssil guia” da cultura Tartéssica caracterizadora desta região (Casado Ariza 2011: 95; Vilaça et al. 2018: 56). As cerâmicas “tipo Carambolo” não são tão abundantes no atual território português, contudo foram assinaladas principalmente entre as regiões do Alentejo e a Beira Alta e Baixa, onde podemos destacar sítios arqueológicos como o Outeiro do Circo, a Moreirinha, Cachouça, Cabeça da Argemela e Vila do Touro (Alarcão e Barroca 2012; Senna-Martinez 1999: 43; Vilaça et al. 2018: 57; Vilaça 1995b: 301). “São cerâmicas de luxo e exceção, porventura associadas a mulheres de elevado status” (Vilaça 2007a: 17) (anexo 3, fig. XXV).

É igualmente importante assinalar as cerâmicas de “tipo Cogotas I”, também elas alógenas, com a sua maior expressividade no território da Meseta (aliás, de onde irradiam). São identificadas na Beira Interior, em Trás-os-Montes, e em larga escala por todo o território espanhol, nomeadamente o Sudeste (Abarquero Moras 2012: 60- 65, 84). Algumas explicações são apresentadas para a justificação de tal expansão, entre as quais os atos rituais de troca recíproca de artefactos aquando o contacto de comunidades distintas, os tratados de paz, selados precisamente com a troca de objetos ou contextos matrimoniais, onde as cerâmicas podem circular no dote das mulheres (Abarquero Moras 2012: 89- 91). Francisco Abarquero Moras sintetiza estas ideias, dizendo que “su carácter doméstico y no restrictivo socialmente, su accesibilidad en cuanto a la técnica y su capacidade para satisfacer los anhelos estéticos y las nuevas necesidades sociales de ostentación y agasajo de las familias poseedoras” (2012: 91) são as principais causas para o sucesso ibérico destas cerâmicas. Estilisticamente falamos de peças ricamente decoradas que utilização técnicas de incisão, excisão, impressão e por vezes a

técnica de “Bouquique” (Abarquero Moras 2012: 60; Vilaça et al. 2020: 90, 91; Silva 2005: 42), com motivos reticulados, em espiga, circulares e subcirculares (anexo 3, fig. XXV).

Na transição para os primeiros séculos do I milénio a.C. assiste-se a uma certa continuidade de produção de formas cerâmicas e respetivas técnicas e motivos decorativos (Vilaça e Arruda 2004: 23, 24; Cruz e Correia 2007: 102), ainda que o impacto das influências exógenas se torne cada vez mais visível e vá tornar, gradualmente, a continuidade numa descontinuidade. O que se poderá assinalar de novo são as cerâmicas de índole mediterrânea,



que se começam a disseminar neste período, bem como uma gradual expansão da técnica de pasta vítrea (em contas de colar, por exemplo) e de produção cerâmica a torno, não substituindo, porém, as produções manuais. As chamadas cerâmicas cinzentas também ganham destaque, predominando neste grupo as tipologias de taças e pratos (Vilaça e Arruda 2004: 23, 24, 34, 35).

**Fig.10-** Exemplos de alguns dos tipos e decorações cerâmicos mais usuais no Bronze Final no território português.

1-Pote de armazenagem (Alegrios); 2-Taça carenada com pega mamilar (Castelejo); 3-Recipiente com ombro (Moreirinha); 4-Recipiente geminado (S.Julião); 5-Recipiente tronco-cónico (Monte do Frade); 6-Urna decorada com ornatos brunidos (Alpiarça); 7-Taça carenada decorada com ornatos brunidos (S.Pedro de Arraiolos); 8-Pote bicónico decorado com motivos do tipo “Baiões/Santa Luzia” (Baiões); 9-Vaso com decoração “tipo Bouquique” (Baião); 10-Vaso de bordo horizontal (Vila Fria)

Fonte: ALARCÃO, Jorge de, BARROCA, Mário. *Dicionário de Arqueologia Portuguesa* (2012: 94, 400)



No geral, é a partir da I Idade do Ferro em diante que começam a esmorecer as “formas domésticas de produção” (Senna-Martinez 2013: 181), dando lugar, consecutivamente, a produções em oficina, permitindo uma difusa circulação e troca de materiais (Senna-Martinez 2013: 181).

Os metais, como já tivemos oportunidade de referir, são materiais que caracterizam e destacam as elites sociais das comunidades, estando associados a meios de produção, e posteriormente de troca, muito específicos e relativamente diferentes dos das cerâmicas. Para a área primordial deste trabalho, é de referir que, mais uma vez, o Tejo se cobre de destaque nesta dinâmica de fornecimento de recursos (do Alto e Médio Tejo) para as várias regiões (incluindo o Baixo Tejo), bem como de produção e circulação dos artefactos produzidos (Vilaça e Cardoso 2017: 267). “Nos povoados, independentemente do tipo, encontra-se por norma vestígios da produção e/ou utilização de peças de bronze”, referem também Raquel Vilaça e João Cardoso (2017: 267). O ouro era um metal igualmente trabalhado e comercializado.

A título de exemplo do fenómeno de produção metálica no território português podemos assinalar o vasto espólio do Castro da Senhora da Guia de Baiões que constitui um dos achados mais significativos do Bronze Final. Este conjunto tem sido profundamente estudado e ainda hoje é um foco de interesse para os arqueólogos, não só devido à excecionalidade do achado dos seus materiais, mas também aos diversos significados culturais a eles adjacentes. As datações elaboradas aos materiais apontam para uma cronologia enquadrada entre os séculos X e IX a.C. (Vilaça 2008: 384, 385).

O depósito em causa abarca diferentes tipologias e, nos seus 18 quilogramas de espólio (Valério 2005: 90), caracteriza claramente os trabalhos metalúrgicos de qualidade executados nesta região (Armbruster 2002-03: 152). Foram identificados e agrupados, segundo Barbara Armbruster, desde utensílios a armas, passando pelas jóias, recipientes, objetos de “culto”, moldes de fundição e restos de fundição (2002-03: 146), expressos num total de 128 artefactos. (Valério 2005: 92). O tipo de materiais encontrado (principalmente ao que à prática metalúrgica diz diretamente respeito, como os moldes ou os utensílios para a martelagem) indica que em Baiões se faria uma produção local de, pelo menos, alguns destes objetos metálicos (Armbruster 2002-03: 152).

Os artefactos parecem inserir-se no contexto cultural e material do Bronze do Atlântico, sendo também possível assinalar influências mediterrânicas (principalmente ao que há presença de materiais de ferro, fíbulas e ponderais diz respeito) (anexo 3, fig. XXVI), o que demonstra

os contactos existentes e a troca de técnicas e artefactos (Valério 2005: 92; Armbruster 2002-03: 146; Senna-Martinez 2010: 19; Vilaça 2008: 382). Paralelamente à expressiva presença do bronze, existem também vestígios de ouro que despertam a atenção, nomeadamente dois torques de secção circular (um com decoração geométrica e outro liso), tipologicamente relacionadas ao tipo Sagrajas/Berzocana (Armbruster 2002-03: 146). Mais enigmático ainda é o fragmento de punhal que incorpora tanto o ferro como o bronze no seu fabrico (Armbruster 2002-03: 146). A cerâmica está também presente em Baiões, neste caso na composição dos moldes, tal como a pedra, através da pedra de toque e do machado encontrados (Armbruster 2002-03: 147).

Dos utensílios podemos mencionar as foices de alvado e os fragmentos de caldeiro, ao nível do armamento, os machados de talão e as pontas de lança de alvado, os braceletes destacam-se no grupo de objetos de adorno e no ritual é importante não descartar as taças hemisféricas e um curioso carro votivo. Já as argolas, artefacto em maior número em Baiões, não têm a si atribuídas uma função clara e explícita.

Os machados de talão são um dos artefactos mais expressivos deste grupo e Pedro Valério (2005), que se dedicou ao estudo químico deste grupo de Baiões, afirma que, apesar de agrupar tais artefactos no tipo “armamentos”, o seu gume usualmente sem sinais de desgaste e a pouca dureza/resistência de tais machados parecem não confirmar o seu uso prático, mas sim, eventualmente, a sua função simbólica-ritual (Valério 2005: 97). No seguimento do seu estudo de machados, o autor revela também que quanto mais percentagem de chumbo uma peça de bronze apresenta, maior a probabilidade de se tratar de uma peça simbólica ou de prestígio elitista, dado que, com teor elevado de chumbo, a sua resistência está comprometida (Valério 2005: 103).

*Tranchets* (anexo 3, fig. XXVII) ou elementos de arreio foram encontrados em Baiões mas são, porém, relativamente raros no território nacional, sendo encontrados pontualmente em regiões como as Beiras e Estremadura (Valério 2005: 109; Vilaça 2008-09: 62, 63, 71). A função dos *tranchets* é uma problemática ainda em aberto, pois se para alguns investigadores são facas específicas para o corte e tratamento de peles, couros e afins, para outros, a raridade deste artefacto em território peninsular, poderá evidenciar o seu carácter luxuoso, logo uma função mais “rica” e excepcional, de espátulas de tratamento corporal ou mesmo navalhas de barbear (Vilaça 2008-09: 74). De qualquer modo, é possível determinar que a tipologia de *tranchets* encontrada com mais ênfase no nosso território, de encabamento vazado, enquadrada

no chamado Bronze Atlântico português, difere da do Bronze Atlântico europeu, constituindo, portanto, uma variante produtiva interessante (Vilaça 2008-09: 76).

Algo que poderá igualmente ser um exemplo de influência exógena, tanto na sua forma como função, são os fragmentos de carros votivos (que não perfazem nenhum exemplar em completo) que foram aqui encontrados (Valério 2005: 16; Armbruster 2002-03: 150, 151). Para Barbara Armbruster, estes carros de Baiões constituem uma imitação tipológica e tecnológica dos carros que se elaborariam na região do Mediterrâneo central e oriental (2002-03: 151). Teriam uma função de queimador de essências e a análise da sua produção evidencia a existência de diferentes técnicas em simultâneo, desde o método da cera perdida, a fundições secundárias passando pela martelagem (Armbruster 2002-03: 150).

Particularmente, o oeste peninsular assume-se, pela sua produção e circulação de artefactos cerâmicos e metálicos, como uma região de importantes recursos para a produção dos mesmos e de posição estratégica que proporciona troca simbiótica de estilos e tipologias entre regiões (Vilaça 2012: 14).

#### **5.4- A organização social**

“A evidente estratificação da sociedade do Bronze Final, com a correspondente existência de elites, detentoras de apreciável sobreproduto económico, que concentravam o poder político-militar e das quais dependia a administração permanente e estável de territórios bem determinados, foram factores que muito beneficiariam o sucesso da penetração e difusão de produtos de origem fenícia [...]”

**CARDOSO, João Luís.** *Lisboa e Estremadura. A Pré-história Recente e a Proto-história* (2006)

Em geral, há diversos autores que teorizam quanto à composição e organização social das comunidades pretéritas e quanto ao papel do chefe (a existir tal figura) nas dinâmicas de controlo territorial e dinamização da produção económica de uma determinada região. Nesse processo teórico, as ilações sobre os modos de povoamento e os materiais produzidos pelas comunidades são tidas também como base para o desenvolvimento de ideias e possibilidades.

É um assunto complexo que pode tomar várias nuances e que incita os investigadores a refletir sob variadas perspetivas. É também neste campo que a Arqueologia se apoia em estudos etnográficos que, tomando exemplos de dinâmicas sociais e culturais de comunidades atuais (mas com sistemas não “modernos”), comparam-nos, ainda que com relutâncias e as devidas

salvaguardas, às hipotéticas realidades do passado, pretendendo com isso recriar um possível funcionamento político, social, económico e cultural desses povos. São estudos que se constituem como pontos de partida para a sua revalidação ou refutação no decorrer dos estudos mais aprofundados dos assentamentos humanos.

Se analisarmos teorias como as de Elman Service (1984<sup>19</sup>) podemos ter uma percepção de como este divide e classifica as várias organizações sociais do passado pré-histórico. O autor considera que a principal mudança se opera na transição entre sociedades primitivas e civilizadas (Service 1984: 21), sendo que as primeiras “[...] estaban segmentadas en grupos de parentesco que eran igualitarios en sus relaciones mutuas” (1984: 21), no entanto alguns deles poderiam tornar-se grupos hierárquicos, tendo por base um poder central (1984: 21, 22). É precisamente na análise destas transições que este antropólogo sugere várias fases. Um dos tipos de classificação que apresenta é precisamente a de “chefatura”, quando falamos de comunidades associadas a centros fortificados e espaços religiosos e rituais, assentes num sistema económico definido pela acumulação central e na redistribuição comunitária (processos controlados pelo chefes e elites), em que a produção metalúrgica tem um papel de elevada importância. As desigualdades e hierarquias sociais destes grupos seriam, então, determinados pelo parentesco com os grupos mais elevados, existindo também uma conceção de hereditariedade de poder (Service 1984: 34). As chefaturas distinguem-se de outros dois tipos de comunidades sedentárias definidas por Elman Service: as sociedades segmentadas (as chamadas “tribos”) e os Estados<sup>20</sup>.

As primeiras seriam as primeiras comunidades sedentárias, que estabeleciam povoados permanentes com casas mais perenemente edificadas, e que se baseavam essencialmente nas atividades agrícolas e de criação de gado. Já os Estados definem-se como sociedades dividida e hierarquizada com bases nas classes, encabeçados pelo poder de um rei ou imperador,

---

<sup>19</sup> O livro lido e citado, datado de 1984, é uma tradução espanhola da obra de Service em inglês, intitulada “Origins of the State and Civilization- The process of Cultural Evolution”, de 1975. No entanto, as primeiras obras que o autor publicou sobre a temática da organização e evolução cultural remetem ao final da década de 50/ inícios da década de 60, como são exemplo os livros “A profile of Primitive Culture” (1958), “Evolution and Culture” (1960) ou “Primitive Social Organization” (1962).

<sup>20</sup> Para além destes conceitos referentes a comunidades sedentárias, Service refere também o primeiro estágio social denominado “bando”, associado aos hábitos de caça-recoleção e nomadismo. Os bandos seriam grupos pequenos, igualitários, sem um líder específico, logo sem distinção económica ou de *status* (Renfrew e Bahn 2005: 143, 144; 2015: 145, 146; González Ruibal 2003: 90, 91) (anexo 3, fig. XXXVIII).

funcionando de acordo com uma burocracia centralizada e um conjunto de leis em espaços urbanizados como as cidades, recorrendo em certos casos ao uso da força e coerção para estabelecer a ordem e fazer cumprir as regras (Renfrew e Bahn 2005: 38, 77; 2015: 145, 147; Service 1984: 33; González Ruibal 2003: 93). Segundo Service, as origens de Estado devem-se ao intrínseco desenvolvimento dos líderes e respetivos papéis de administradores numa “aristocracia hereditária” (1984: 26), que vê o seu poder aumentar em proporção ao crescimento que as suas comunidades também sofrem ao nível demográfico e económico (1984: 26). Portanto, estes vários desenvolvimentos sociais ao longo dos vários estádios aconteceriam devido às necessidades de elevar um líder com um poder forte e estruturado para este supervisionar a redistribuição de diversos produtos oriundos de diferentes zonas ambientais, promovendo a coordenação e cooperação das sociedades que se complexavam cada vez mais (Renfrew e Bahn 2005: 144).

Estas propostas são simultaneamente úteis e até amplamente adotadas como base de indução para os arqueólogos que estudam determinados povoados e suas comunidades e também usualmente questionadas, principalmente no que toca à assertividade de características que objetivamente o investigador encaixa nestes parâmetros, parecendo ignorar as particularidades de cada grupo. Para além disso, outra das críticas apontadas é relativamente à ideia de “evolução linear” que estes conceitos sociais apresentam. Vários casos de estudos de outros investigadores sugerem que nem todos os grupos terão evoluído necessariamente de um bando para uma tribo, por exemplo, podendo ter logo adotado organizações e modos de vida que os reportaria, segundo estas definições, para uma chefatura (Renfrew e Bahn 2005: 37-39)

Morton Fried é um dos nomes que personifica a oposição (ou, melhor dizendo, correção) às ideias de Elman. Este opta pela definição de critérios não tao castradores das singularidades de cada sociedade, baseando-os na complexa evolução de relações e competitividades políticas entre grupos. Define, deste modo, três estádios: sociedades igualitárias, com classes e estratificadas (Fried 1967).

Assumindo que é impossível uma sociedade ser totalmente igualitária (pois há sempre diferenças inerentes aos indivíduos, como a idade, o sexo, as características físicas, as capacidades intelectuais etc), Fried refere que nas sociedades igualitárias todos os membros têm uma relevância política e social, podendo, por mérito próprio, alcançar papéis ou estatutos de poder, sempre em prol do bem comum, onde o egocentrismo, que define o papel do chefe, focado na persona *per si*, dá lugar ao sociocentrismo, onde todos servem o “todo” e o “eu” não se destaca. Não há figuras singulares de poder, mas há autoridade na regulação da comunidade

(Fried 1967: 27-34). Já uma sociedade classificada limita os papéis de valioso status e o alcance aos mesmos, não sendo necessariamente o indivíduo mais capacitado e meritório a ocupar tal posição. Tal não colocaria em causa o acesso de qualquer pessoa a bens e recursos básicos essenciais à vida quotidiana. Todas as pessoas são incluídas nas várias tarefas de trabalho e de produção, de acordo com a sua idade e género e, segundo Fried, não terá sido uma necessidade de definir agentes de gestão e organização destes trabalhos da comunidade que levou ao desenvolvimento de sociedades igualitárias para classificadas, mas sim o destaque de alguns indivíduos que procuravam afirmar-se socialmente, criando relações de “obrigatoriedade” e reciprocidade entre eles mesmos e os restantes membros da sociedade que para com eles ficavam “em dívida”, pois deles recebiam bens/produtos que não possuíam. Por isso, com base no que possuíam, que começou a ser desigual, estas sociedades começam a caminhar para a hierarquização, com destaque para as posições de status mais elevado (Fried 1967: 109- 184).

Por fim, temos as sociedades estratificadas, que são o ponto de partida para a inevitável formação de um Estado e respetivas instituições. Isto porque, uma sociedade estratificada implica o seguimento de ordens e um conjunto de sanções para quem não as cumpre, o que pressupõe determinados meios e instituições que o determinem e regulem, algo próprio das organizações estatais. Numa sociedade estratificada, o acesso a fontes básicas que sustentam a vida diária não é o mesmo para todos os indivíduos, mesmo que estes sejam iguais em idade, sexo ou outros parâmetros, e, assim, “By differently distributing access to basic means of livelihood and by simultaneously making possible the exploitation of human labor in the conventional Marxist sense, stratified societies create pressures unknown in egalitarian and rank societies [...]” (Fried 1967: 186). Há, portanto, uma assumida hierarquia, com diferenciados graus de acesso aos recursos básicos, onde se pressupunha uma obediência aos oficiais.

Os investigadores Allen Johnson e Timothy Earle (anexo 3, fig. XXIX), do campo da Etnografia e Arqueologia respetivamente, também oferecem outra proposta. Falam de organizações de nível familiar, de grupos locais e de políticas regionais.

O primeiro tipo de organização caracteriza-se por pequenos grupos de indivíduos (cerca de 25), cujas inter-relações assentam na família, como o próprio nome sugere. Acima dela, não há outras instituições formais que regulem as suas vidas. Apenas quando necessário, um órgão de liderança pode emergir para providenciar alguma organização e direção das atividades, sendo que desvanece quando já não é preciso tal figura. A horticultura e a recolção são das atividades mais desenvolvidas. São, no fundo, organizações sociais pequenas, de parentesco e

com uma flexibilidade que permite facilmente a formação e desagregação das mesmas. (Johnson e Earle 2000: 119-129)

Com tipos de assentamento diversos e com vários ambientes associados, os grupos locais são regra geral sociedades sedentárias, maiores e mais produtivas do que as de espetro familiar. As suas dinâmicas socio-económicas pressupõem uma grande cooperação entre os indivíduos nas atividades laborais, na gestão das mesmas e na organização de cerimónias e rituais. Já existe uma certa estratificação social encabeçada pelos líderes que, contudo, não possuem exclusivamente o poder e a gestão dos recursos, não podendo, por isso, oprimir os demais. O líder tem principalmente a função de representar a sua comunidade em contextos de cerimónias que extravasam o seu território e impliquem um contacto com outros grupos sociais. É pelo mérito e capacidade que as pessoas ascendem a esses cargos de liderança (Johnson e Earle 2000: 331-366).

Por fim, estes dois investigadores lançam o conceito de política regional, que abarcará alguns tipos de organizações (desde as chefaturas ditas simples, as complexas, os Estados regionais e os Impérios). Falamos de grupos sociais que abarcam já milhares de indivíduos, onde se vinca cada vez mais a hierarquia social, a sua estratificação bem como a especialização (o que também pressupõe uma divisão em classes de trabalho). A ideia de estratificação pode implicar uma ideologia de superioridade racial (das elites, especificamente), histórica e religiosa. Acentuam-se conflitos entre sociedades pela posse dos territórios, comprometendo a paz entre elas (Johnson e Earle 2000: 642-677).

As principais razões para a evolução social (nunca vista como necessariamente linear ou objetiva) recaem sempre, segundo estes autores, em motivações ambientais/ecológicas que influenciam os modos e ritmos de produção (onde surge a necessidade de um líder que os controle e regule), ou em motivações político-sociais (pelas quais as sociedades se hierarquizam para diferenciar o acesso aos meios de produção, agilizando o trabalho dos produtores e criando um distanciamento entre estes e a população “comum”) (Johnson e Earle 2000).

Note-se que, no fundo, os conceitos definidos pelos diferentes autores não se anulam necessariamente nem negam a verosimilhança de cada um. Os investigadores tentam, sim, ser o mais corretos e fiéis possível às (supostas) realidades pretéritas, abarcando nas suas definições critérios e características que possam aplicar-se mais realisticamente nos estudos dessas comunidades, nunca esquecendo as especificidades regionais e culturais de cada uma.

Deste modo, em que estágio social estaria cada uma das comunidades peninsulares por altura da viragem do milénio, considerando a heterogeneidade e complexidade de realidades na Península? Qual a melhor definição para elas? E de que forma podem todas estas características e diferenças sociais ser visíveis na organização dos povoados e na composição das necrópoles? Anthony Harding destaca as mesmas dúvidas quando interroga “How accurately do such labels reflect the apparent nature of Bronze Age society as it appears?” (2000: 390).

Apesar destes auxílios e destes critérios, as dúvidas não se dissipam totalmente e continuam a ser importantes as escavações e estudos dos territórios, dos povoados e das necrópoles para nos elucidar ainda mais e melhor sobre o “todo” (e não apenas a parte) das sociedades peninsulares e para compreender que melhores definições se encaixam nas suas realidades heterogêneas e verdadeiramente as refletem.

Isto, porque, se muitos vestígios de distintas naturezas permitem aos arqueólogos traçar ou sugerir uma linha caracterizadora das elites, desde o que possuíram, que impacto tiveram socialmente, onde se localizaram e onde e como fizeram no fim das suas vidas, o mesmo não se pode fazer (pelo menos com a mesma clareza ou evidências) em relação ao cerne das comunidades, todos os restantes grupos sociais que seriam maioritários, mas socialmente inferiores e não privilegiados. Como diz Raquel Vilaça, muitos artefactos, principalmente os bens de prestígios, conduzem para a “penumbra a essência da sociedade” (2020a: 293). É este um dos obstáculos da Arqueologia: conhecer aqueles que deixaram rastros “mudos” e “despersonalizados/indiferenciados”, que “apenas” evocam a contraposição entre as “elites” e os “outros”. Mais, é deveras complicado, apenas com base nos vestígios arqueológicos que nos chegam dos assentamentos habitacionais ou dos espaços funerários, refletir sobre as diferentes dinâmicas associadas às etnias culturais possivelmente coexistentes num mesmo espaço ou sobre os papéis sociais interpretados pelo homem e pela mulher, sem esquecer o mundo relacionado com rituais de passagem (os nascimentos de novos indivíduos na comunidade, a transição da infância para uma fase mais adulta ou os próprios matrimónios) (Renfrew e Bahn 2015: 167-174; González Ruibal 2003: 128-130).



## 6- A MORTE

### 6.1- A Arqueologia da Morte: o que nos dizem os contextos funerários e quais os seus significados?

“[...] our ideas of the past are strongly conditioned by the culturally and historically dominant assumptions of the present”

**GOULD, Richard.** *Ethnoarchaeology and the past: our search for the “real thing”* (1989)

“Does the use of the same burial space, or the same funerary modality, implies the existence of a dominant ideology reflected in the social and economic structure?”

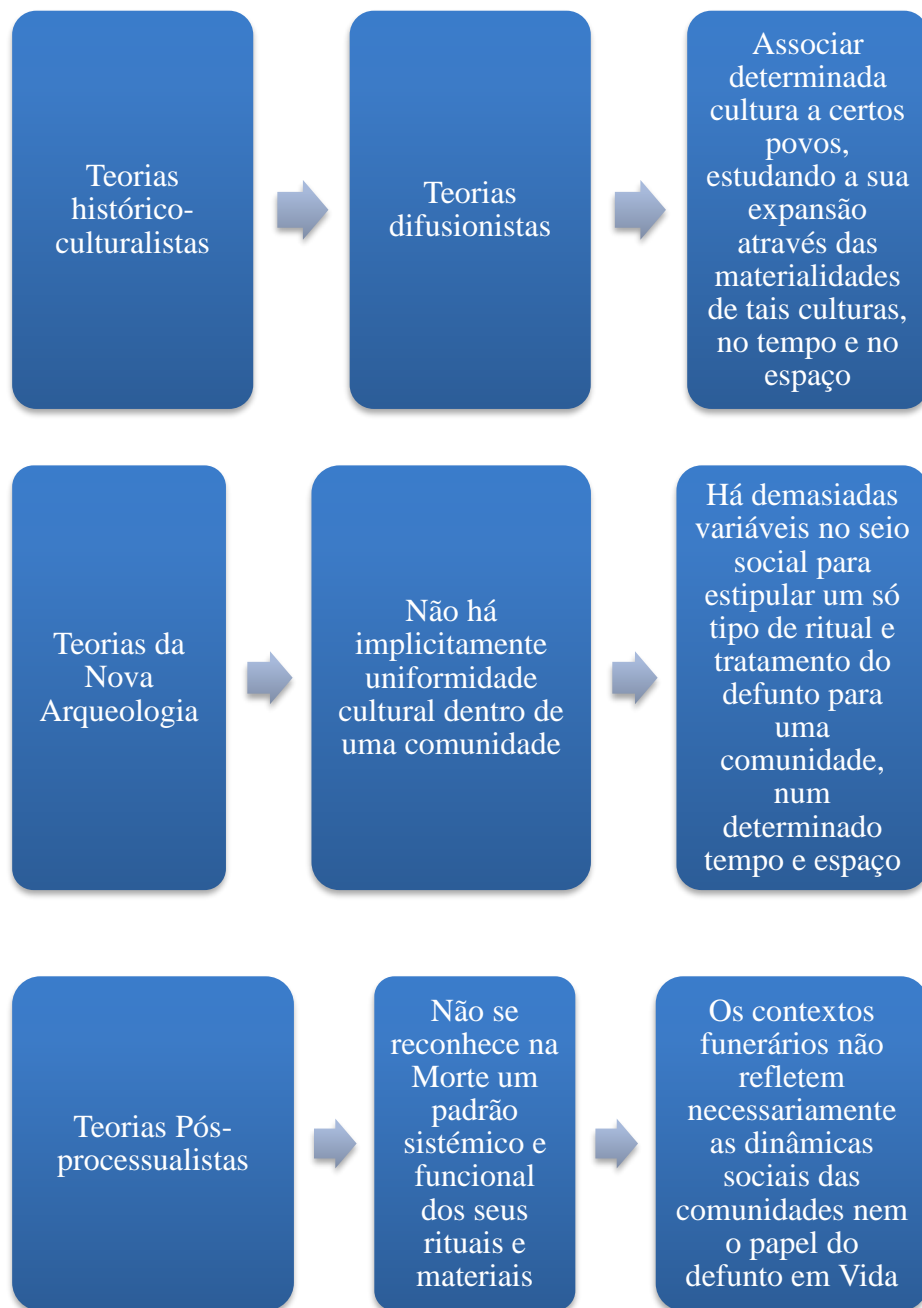
**CRUZ, Ana, GRAÇA, Ana, OOSTERBEEK, Luiz.** *Caves, Megalithism and Tumuli- Three diachronic realities in funerary archeography from Alto Ribatejo* (2014)

Antes de avançar para análises mais focadas no tipo de arquitetura das sepulturas ou no tipo de tratamento do corpo, é primordial refletir sobre as possíveis dinâmicas rituais e crenças religiosas das comunidades do Bronze Final peninsular, para também perceber de que modos seria interpretada a Morte e o seu espaço.

Muitas ideias se podem desenvolver quanto ao assunto e, pela sua subjetividade e caráter “metafísico” ou “oculto”, podem ser facilmente aceites e aplicadas a estes contextos. Outras estarão regularmente sob escrutínio. Ao longo dos anos, a Arqueologia da Morte tem sofrido evoluções teóricas e novas interpretações, visando ao máximo compreender de que modo é que, de facto, um ritual funerário se podia inserir nas dinâmicas sociais e quotidianas de uma comunidade.

De um modo geral, parece ser consensual que nos rituais da Morte nada é por acaso. Desde os espaços, ao tipo de estrutura, à forma de tratamento dos defuntos e aos objetos que levam (ou não) consigo para o “Além”. Mas com que critérios e objetivos são estipuladas tais escolhas? Que influências culturais, sociais e políticas poderão estar por detrás de tais comportamentos? De que modo a comunidade, como um todo, estabelece os rituais normativos para cada indivíduo que de si faz parte? Até que ponto certas ações relacionadas com o sepultamento de um indivíduo não estarão sob a “tutela” de um “micro grupo” social, como a sua família ou clã? (Rodríguez- Corral e Ferrer Albelda 2018: 90)

Ao longo das várias décadas de investigação científica em Arqueologia, as teorias e os métodos relacionados com o estudo dos hábitos e rituais das populações têm vindo a alterar-se, mudando, assim, o ênfase dado a certas variáveis (Jorge 2012: 25) (fig. 11).



**Fig.11-** Esquema-síntese das várias evoluções teóricas sobre as culturas e respetivos povos, com base em Rodríguez-Corral e Ferrer Albelda 2018: 89-98 e Bicho 2012: 49-81

As várias teorias em relação aos contextos funerários e intrínsecos simbolismos são usualmente contrapostas pelos investigadores. A corrente histórico-culturalista encaixa em determinadas culturas os artefactos correspondentes, atribuindo-lhes uma datação própria e um espaço de origem, a partir do qual, devido a correntes migratórias e práticas de trocas de objetos (e também imitação dos mesmos), se vai expandir por diferentes espaços, sendo possível, desse modo, delinear um padrão cultural e caracterizar as comunidades (Bicho 2012: 55, 57). Estas

teorias difusionistas justificarão as eventuais mudanças e/ou evoluções culturais que poderão ser assinaladas em determinados casos (Rodríguez-Corral e Ferrer Albelda 2018: 92). Este exercício indutivo é também aplicado, para os arqueólogos que seguem esta corrente, nos contextos funerários, nomeadamente ao conjunto sepultura-espólio. Os investigadores Javier Rodríguez-Corral e Eduardo Ferrer Albelda afirmam que, nesta perspetiva, “[...] las propias prácticas funerárias se utilizaron para definir pueblos y culturas, y para establecer sus áreas de influencia y expansión” (2018: 90). Recorre-se, deste modo, a uma certa generalização de contextos, ignorando de algum modo as particularidades também presentes em variadas situações, como também já foi possível assinalar ao longo deste trabalho. Esta será, no fundo, a principal objeção à ideia “unitária” da cultura, pois “cada caso é um caso”, o que não torna possível, na visão de alguns arqueólogos, inferir uma ligação objetiva e transversal entre determinados rituais, materiais e culturas e respetivas influências exógenas (Rodríguez-Corral e Ferrer Albelda 2018: 92).

Esta crítica ao histórico-culturalismo ganha vida não só mas também na corrente da Nova Arqueologia, que irá analisar certas hipóteses através de um outro prisma. Considerando precisamente as especificidades pessoais de cada defunto (e não apenas o seu papel enquanto membro da comunidade, do todo), a Nova Arqueologia valoriza outros fatores e variáveis como a idade, o género, o contexto familiar/de parentesco (nomeadamente ao que ao matrimónio diz respeito) para “desconstruir” e analisar o que será o seu contexto fúnebre, não limitando esta mesma análise ao espetro do status social, nem associando apenas a presença de um determinado espólio a um papel específico em vida (Rodríguez-Corral e Ferrer Albelda 2018: 93), isto porque, um determinado ritual, artefacto, ou tratamento do defunto pode ter um determinado significado/simbolismo para o indivíduo A e outro completamente diferente para o indivíduo B. Estas ideias constituem um pensamento sistémico, onde “[...] las leyes que gobiernan la existencia y distribución de un elemento en un sistema difieren cuando este elemento se integra en otros sistemas con una organización diferente” (Rodríguez-Corral e Ferrer Albelda 2018: 93). Resumidamente, estas novas teorias descartam de algum modo a ideia que a inovação, a evolução e as dissidências culturais se operam devido à difusão e expansão desses mesmos paradigmas, valorizando, sim, as dinâmicas internas de um grupo, as suas estruturas sociais e as particularidades de cada membro, pois “la forma y estructura de la practica funeraria está condicionada por la naturaleza social del difunto, y por la complejidad del

sistema que establece los tipos posibles de persona social” (Rodríguez-Corral e Ferrer Albelda 2018: 94).<sup>21</sup>

Contrastando, existirá a visão pós-processualista, que põe em causa tanto as generalizações e proliferações defendidas pelos histórico-culturalistas como as associações culturais e sociais feitas entre a ritualização da morte e a comunidade onde estes se inserem. Passa a ser posto em prática um exercício de analogias antropológicas e etnográficas de modo a destacar, precisamente, as diferenças existentes no tempo e no espaço (Rodríguez-Corral e Ferrer Albelda 2018: 95). Os pós-processualistas questionam até que ponto é minimamente fidedigno estabelecer a ideia de que, de um modo ou de outro, um contexto funerário reflete traços das estruturas sociais das comunidades nelas enterradas, usando para tal exemplos simples do presente. Se analisarmos os cemitérios atuais, não encontramos nem de forma recorrente nem explícita uma profunda diversidade de estruturas ou formas de tratar o corpo, o que, refletindo uma certa unidade, poderá induzir à ideia de que estão em causa sociedades igualitárias sem quaisquer distinções de status, o que sabemos que não é verdade (Rodríguez-Corral e Ferrer Albelda 2018: 95). Alfredo González Ruibal, baseado em Hodder, também refere que um contexto funerário pode ser mais uma projeção daquilo que se idealiza ou ambiciona do que o que verdadeiramente é a realidade (2003: 151). O mesmo afirma que “[...] en los enterramientos se pueden ver más las aspiraciones e ideas de los que entierran que las del enterrado: los funerales son para los vivos” (2003: 151).

Portanto, qual a validade desse argumento aplicado às comunidades pretéritas? Não pode haver o mesmo peso e medida para todos os contextos, daí a adoção de novos métodos por parte desta diferente corrente teórica.

Para o pós-processualismo, a cultura material deve ser interpretada como um meio “ativo” nas comunidades, mas não implicitamente como um reflexo destas (Rodríguez-Corral e Ferrer Albelda 2018: 96). Um exemplo simples de compreender são os bens de prestígio, objetos que num determinado contexto e na posse de determinada pessoa podem constituir uma

---

<sup>21</sup> Lewis Binford, que é um dos rostos da Nova Arqueologia, considera a Cultura um conjunto de adaptações e articulações que se repetem nos meios sociais, tecnológicos ideológicos de uma população (Bicho 2012: 71). Sobre esta linha de raciocínio de Binford, Nuno Ferreira Bicho clarifica que “o importante neste processo é identificar e tratar os artefactos como um produto combinado ou como uma expressão de subsistemas, operando independentemente mas, simultaneamente, de forma sistémica, dentro de um sistema cultural” (2012: 71). Deste modo, os artefactos que constituem uma cultura material refletem em si sistemas sociais, tecnológicos (relacionados com a adaptação ao meio) e simbólicos (Bicho 2012: 72).

essencial ferramenta social na legitimação de poder, de exibição de riqueza. Estudar os simbolismos dos materiais pode ser um ponto-chave para a compreensão do mundo funerário.

Por conseguinte, percebemos que os contextos funerários podem ser interpretados de modos diferentes, permitindo hipóteses de várias naturezas. Ou seja, as interpretações dos vestígios arqueológicos podem tomar contornos bastante diversificados, como veremos de seguida.

## 6.2- Sociedades ritualizadas: os simbolismos, o metafísico e a celebração de rituais nos contextos funerários<sup>22</sup>

“Death is a social act, and funerary practices are “symbolic productions””

**BETTENCOURT, Ana M. S.** *Life and death in the Bronze Age of the NW of Iberian Peninsula* (2008)

“Assuming that one specific type of deposition, e.g., inhumation, constitutes the predominant proper burial practice by an ancient society, archaeologists possibly overlook other less obvious types of mortuary contexts. To study one aspect of mortuary ritual under the assumption that it represents the whole and to assume that the mortuary behavior of one specific group of people stands for the overall society can seriously flaw our understanding of the past”

**WEISS-KREJCI, Estella.** *The formation of mortuary deposits- Implications for understanding mortuary behavior of past populations* (2011)

Da mesma forma que em Vida as comunidades são profundamente influenciadas pelo meio ambiente e, inclusive, estabelecem-se num determinado local considerando os recursos

---

<sup>22</sup> O que é, na verdade, um “ritual”? Susana Oliveira Jorge resume o conceito, caracterizando-o como uma atividade coletiva programada, inserida num padrão repetitivo, mas não acessível a todos os membros da comunidade (2012: 26). “O ritual possui uma natureza coercitiva, sendo usado pelos mecanismos sociais de poder de cada grupo para fomentar a diferenciação social e o controlo por alguns da maioria dos elementos duma comunidade. [...] O “ritual”, enquanto dimensão performativa, no momento em que acontece, cria sentido. [...] O “ritual” é o lugar/tempo em que o Real acontece.” (2012: 26). A autora remata, dizendo que “os “rituais” das sociedades primitivas/arcaicas exprimem-se através duma linguagem simbólica universal, que é temporal e especialmente unitária, permitindo, assim, a ligação entre o passado e o presente de forma contínua” (2012: 26). Estamos perante um conceito inserido num binómio complexo, que contrapõe ritual/quotidiano, simbólico/prático, não-funcional/funcional (Jorge 2012: 27). Mas não será o ritual uma ferramenta social, logo algo funcional, do quotidiano? (Jorge 2012: 28).

naturais aí disponíveis, é crível que na Morte os elementos da natureza tenham igualmente um enorme significado, não tanto funcional/produtivo, mas simbólico.

A Terra, o Fogo, a Água e o Ar são elementos que facilmente conseguimos identificar nos contextos funerários, direta ou indiretamente. A Terra, símbolo de fertilidade, de Vida, de alimento e subsistência pode, no ritual de inumação, evocar a ideia de “novo nascimento” e de passagem, demarcando uma transição da vida antiga, para a qual se morreu, para a nova vida, no “Além” (Rodríguez-Corral e Ferrer Albelda 2018: 99; Cruz, Graça e Oosterbeek 2014: 73). Já o Fogo, que pode ser visto paralelamente como destruidor e purificador, permite que o defunto se desvincule do seu corpo antigo, no caso da incineração, ganhando leveza e purificando a alma que terá uma nova vida “no outro Mundo” (Rodríguez-Corral e Ferrer Albelda 2018: 91; Cruz, Graça e Oosterbeek 2014: 73). Mas não é só na incineração do corpo em si que o fogo está presente, como são, de resto, prova os “quemederos” (Pereira Sieso 2001: 28) ou as lareiras igualmente escavadas nos contextos de necrópoles. A Água, como o elemento purificador primordial, que sacraliza pessoas e objetos, e como meio navegável e de comunicação que é adota um significado especial na deposição dos corpos (sendo que um dos rituais praticados poderia ser precisamente a deposição de defunto em meio aquático), guiando o morto até ao “outro Mundo” (Rodríguez-Corral e Ferrer Albelda 2018: 91, 92; Cruz, Graça e Oosterbeek 2014: 72; Cardoso 2006: 42). O Ar, que conecta todos os outros elementos, também atua nos corpos quando estes são inumados ao ar livre.

Crê-se que o Sol seria igualmente um elemento fulcral na Vida e na Morte das comunidades, com um papel simbólico, praticamente divino, de extrema importância. Como fonte de luz e calor, o Sol é essencial no quotidiano para o desenvolvimento de todos o tipo de atividades, destacando-se a agricultura. Marca o tempo das pessoas e, de um modo mais abstrato, representa o nascimento e a morte através do seu ciclo, levantando-se a Este e caindo a Oeste, num movimento que poderia determinar a localização de um povoado, a orientação de casas e respetivas entradas, de monumentos megalíticos e a posição dos defuntos numa sepultura.

O espaço onde a Morte se ritualiza é igualmente um ponto-chave nas interpretações dos arqueólogos em relação a estas problemáticas, sendo que no ponto 6.3 da dissertação o tema será mais aprofundado.



**Fig.12-** Reconstituição imaginada de um ritual de deposição de urna com restos incinerados numa pequena cista centralizada num monumento circular que poderá vir a ser selado e coberto por um montículo (*tumulus*)

Fonte: Revista *National Geographic* Portugal, nº235, Outubro de 2020, secção “Visões”

Quanto ao tratamento dos defuntos, alguns arqueólogos consideram que a escolha entre uma inumação ou incineração, por exemplo, poderia ser mais do que uma questão cultural e/ou de distinção social ou étnica, mas sim um ritual escolhido “para” os Vivos, na medida em que o próprio processo de inumar um corpo ou incinerá-lo poderia cobrir-se de um simbolismo significativo para quem o levava a cabo. Os investigadores espanhóis que temos vindo a referenciar destacam o próprio espetáculo sensorial que um ritual de incineração poderia providenciar a quem assistia: os cheiros, o aspeto visual do fumo, o calor gerado pelo corpo em chamas (Rodríguez-Corral e Ferrer Albelda 2018: 100, 101). Também um corpo ao ser inumado poderia refletir todo um significado mais metafísico, com a orientação do seu corpo e da sua cabeça a convergir com os ciclos solares ou a própria posição corporal, muitas vezes fetal, a evocar o nascimento, neste caso o renascer para “a outra Vida” (Rodríguez-Corral e Ferrer Albelda 2018: 91).

Parece, portanto, que a forma como um defunto era tratado e depositado poderá não ter necessariamente como objetivo “carimbar” perante a comunidade o estatuto que o mesmo teria (existindo, muitas vezes, este processo teórico de tentar associar a cada um dos rituais um determinado grupo social de uma comunidade), mas sim contribuir para a integração de todos os membros da comunidade nos atos funerários, interligando-os às crenças religiosas e “sobrenaturais”. O tipo de tratamento dos defuntos é um dos claros exemplos que reflete a impossibilidade de delinear um padrão uniforme nos paradigmas mortuários e nos respetivos significados: numa comunidade a incineração podia ser considerada como o tratamento mais “prestigante” e especial, enquanto que paralelamente noutra comunidade, quiçá numa mesma região territorial, a incineração poderia estar reservada para os indivíduos que cometeram em Vida atos socialmente condenáveis, de algum modo “desprezados” no seio da comunidade, sem qualquer estatuto especial (Weiss-Krejci 2011: 73). “What is considered normal, acceptable or negative varies from one society to the other”, lembra-nos Estella Weiss-Krejci (2011: 73).

Mas o tratamento corporal do morto não se restringe, como é sabido, às práticas anteriormente referidas. Não se pode descartar a hipótese de deposições dos corpos em meio aquático e a exposição dos mesmos ao ar livre (com posterior deposição sepulcral ou não) sejam dois rituais tão recorrentes quanto a incineração e a inumação (Vilaça 2015: 91, 92). Raquel Vilaça não deixa fugir à discussão os rituais de desarticulação dos corpos, que permitem, simbolicamente, fazer os defuntos “viajar” no tempo e no espaço com os Vivos, ou depositá-los recorrentemente em diferentes sepulturas (Vilaça 2015: 92). Estas práticas poderiam ser igualmente importantes e usuais nas dinâmicas dos grupos sociais e seria interessante desenvolver o estudo de tais fenómenos.

E como interpretar as inumações duplas e coletivas? Que tipo de importância (ou falta dela) terão tais corpos, que não são inumados isoladamente, mas também não são “destruídos” pelo fogo? O que conectará tais indivíduos em Vida que justifique uma união na Morte? As respostas poderão ser múltiplas, no entanto, parece ser consensual a ideia de que algo, uma certa característica ou um acontecimento ligam de tal modo os defuntos que haverá justificação para a sua junção na sepultura funerária. No capítulo 3 demos o exemplo do contexto de Los Rompizales, onde se realizou uma inumação coletiva de vários jovens que terão sido mortos intencionalmente e de forma violenta provavelmente como “punição” por um comportamento à margem das normas sociais (Velasco-Vásquez e Esparza Arroyo 2016: 92-97). Aqui, o “cenário” da Morte coletiva podia ser um modo de ensinamento comunitário, reiterando a ideia de que quem não cumpre determinada regra, tem um fim específico e eventualmente divergente



dos rituais mais habituais, tal como a investigadora Estella Weiss-Krejci defende ao dizer que uma ““bad death” can lead to “deviant” mortuary behavior” (2011: 70). Acerca deste assunto, Eduardo Porfírio e Miguel Serra (2010) também referem que as inumações duplas poderão ser um claro indício de organizações sociais que se baseiam profundamente em relações familiares dentro das próprias dinâmicas comunitárias, algo que ficaria lacrado nestes espaços funerários (2010: 62). Assim, quem vivia junto em Vida, repousaria junto na Morte, tanto numa mesma sepultura como também com os seus corpos bem unidos, quase entrelaçados, como também já foi identificado pelos autores (Porfírio e Serra 2010: 145). Estes dois exemplos suscitam duas ideias um pouco distintas: os rituais da Morte são, de certo modo, ferramentas de coerção social e são definidos pela própria comunidade ou a forma como se encara a Morte e o “papel” do defunto nos rituais da mesma é algo definido de forma mais particular e familiar? Haverá espaço para as duas situações?

Os rituais de comensalidade são outra evidência muitas vezes identificada nos contextos fúnebres, como são exemplos os do Bronze do Sudoeste. Naturalmente que quem come e bebe são os vivos e não os mortos, o que reitera a premissa de que os rituais fúnebres são um meio de sociabilização (inter)comunitária, momentos de ostentação e demonstração de poder (Porfírio e Serra 2010: 52, 64). De um outro modo, este tipo de rituais integrado nas exéquias de um defunto poderão ser não só uma forma de homenagem ao mesmo, como um gesto simbólico de (ainda) enquadrar o Morto nos atos quotidianos dos Vivos (neste caso, o de consumo de alimentos), evocando a sua memória (Porfírio e Serra 2010: 64).

Este tipo de rituais pode deixar os seus vestígios nalguns dos espólios funerários e principalmente nos contextos habitacionais (artefactos mais ou menos completos como, por exemplo, caldeirões, “ganchos de carne” ou espetos articulados) (Armada e Vilaça 2016: 129-137; Cardoso 2002: 29), mas também deixa na própria deposição de animais, junto ao defunto. Foram encontrados em vários contextos restos osteológicos de animais pertencentes à dieta do Homem, porém, não se pode ignorar a possibilidade de tais seres terem sido, não consumidos em contexto de banquete e posteriormente integrados no interior das sepulturas, mas especialmente sacrificados e “entregues” como oferenda ao “Além”, juntamente com os indivíduos.

Quanto aos espólios no geral, temos visto que nos contextos do nosso território há uma predominância clara dos artefactos cerâmicos, com algumas formas e tipologias recorrentes, em detrimento dos metais, ainda que as oferendas não sejam, em si, em grande quantidade, na larga maioria dos casos. A quase total ausência de armas é sentida, o que não deixa de intrigar

os arqueólogos, pois se há elites e chefes que as possuem em vida, porque não as levam na Morte? Mais uma vez se sublinha a ideia de que, quiçá, os contextos funerários não tenham como objetivo inerente ou necessário a representação social dos seus defuntos. A tipologia dos artefactos das sepulturas, as suas formas ou tamanhos e a sua própria localização dentro da sepultura poderiam desenrolar um rol de interessantes questões e hipóteses. Deixamos em destaque os potenciais significados/sentidos ou funções das oferendas que Hugo Sampaio refere como fundamentais (2017: 801). Para o autor, os materiais que se encontram em contextos funerários podem visar “[...] distinguir qualidades do(a) sepultado”, “[...] associar um objeto pessoal ou biográfico ao defunto”, podem ser uma “[...] recordação pelo(s) seu(s) ente(s) querido(s) pela perda” ou “uma forma como o defunto gostaria de ser lembrado” (Sampaio 2017: 81). Talvez estas várias características justifiquem a heterogeneidade patente na Morte e relacionada a cada caso e a cada defunto.

Outro aspeto que é regularmente interpretado de forma objetiva e “técnica” em artefactos, principalmente cerâmicos, é a decoração, ou, num sentido mais abrangente, o que consideramos atualmente por “Arte”. Muito etnógrafos creem que um “mero” motivo decorativo numa cerâmica não tem apenas valor *per se*, mas também um significado social, mágico, simbólico e religioso (González Ruibal 2003: 145). Mas não só em peças do quotidiano a “Arte” estaria presente: desde o próprio vestuário, os vários ornamentos, a pintura das casas ou a decoração e escarificação facial e corporal (ação extremamente ritual que a Etnografia regista em tribos dos nossos tempos) (González Ruibal 2003: 145, 146; Vilaça 2009: 492, 493), todas estas decorações e pinturas comportariam igualmente uma ligação cósmica com os ancestrais das comunidades, providenciando a sua proteção. Aspetos relacionados com a distinção social, de poder e de privilégios também poderiam fazer uso de certos objetos decorados, ostentando-os (González Ruibal 2003: 145).

Não obstante tais possibilidades, é preciso ter alguma precaução no uso de estudos etnográficos em contextos pré e proto-históricos, principalmente ao que às manifestações “artísticas” diz respeito, pois a Etnografia, ainda que interessante e pertinente para a Arqueologia, apresenta sempre o perigo na sua própria interpretação das realidades, pois um etnógrafo estará sempre influenciado pela sua própria cultura e contexto, filtrando os dados e as suas observações de um modo inevitavelmente mais pessoal e subjetiva, comprometendo, mais ou menos, o rigor científico.

“Para cada caso, uma face”, é o que afirma a arqueóloga Raquel Vilaça, que advoga também que não existe uma norma na Morte, mas sim uma pluralidade (2015: 83-91). Por isso,

a mesma sugere um conjunto de quatro variáveis (Vilaça 2015: 94) que podem determinar as particularidades que, à *posteriori*, se analisam nos contextos funerários, e que contribuem para a repetida heterogeneidade visível nos vários espaços. Serão, então, aspetos mutuamente interligados e que dizem respeito ao:

A- Tipo de cultura de um indivíduo e sua comunidade (as distintas tradições, crenças e influências endógenas e exógenas).

B- Tipo de organização social (inclusive as distinções hierárquicas, etárias, de género).

C- Tipo de morte (dependendo se é uma morte acidental, natural, infligida por outrem ou resultado de uma disputa, o ritual para os defuntos nestas diferentes circunstâncias pode variar precisamente com o intuito de distinguir tais mortes).

D- Contexto espaço-temporal das comunidades (a sua localização geográfica, o tipo de contactos com outras regiões e pessoas).

Parece-nos que estas pistas não poderão deixar de fazer parte dos processos interpretativos dos arqueólogos quanto aos panoramas da Morte, pelo menos no que toca aos vários contextos e variáveis que antecedem os sepultamentos em si, isto porque, tal como é reforçado por Estella Weiss-Krejci, há todo um conjunto de rituais, cerimónias, tratamentos do defunto e utilização dos espaços funerários que se podem proceder muito além da morte do indivíduo e que são ainda mais difíceis de descodificar (fig. XXX, anexo 4).

Resta questionar: que influências terão tido, afinal, os paradigmas exógenos nas comunidades indígenas? De que modo os novos contactos culturais alteraram, de facto, a forma de interpretar a Morte e ritualizá-la? Foram as vagas migratórias que verdadeiramente catapultaram as alterações, inovações e generalizações de certos hábitos comparando a cronologias anteriores?

### **6.3- O território da Morte - a relação com a paisagem e com os povoados**

“Places, meanings, and memories are intertwined to create what some authors have termed a “sense of place” (*apud* Feld and Basso 1996). A sense of place rests upon, and reconstructs, a history of social engagement with the landscape”

**VAN DYKE, Ruth, ALCOCK, Susan.** *Archaeologies of Memory: An introduction* (2003)

“Neste sentido, o posicionamento geomorfológico dos contextos funerários é de extrema importância, na medida em que reflete uma escolha intencional que se crê estar inter-relacionada com o significado social que esse lugar teria antes da sua materialização [...]”

**SAMPAIO, Hugo.** *A Idade do Bronze na Bacia do Rio Ave (Noroeste de Portugal)* (2014)

Se as comunidades têm em conta um conjunto de critérios, sejam eles geográfico-ambientais ou simbólicos e culturais, para se fixarem num determinado território, parte-se do princípio de que o mesmo acontecerá para a última morada dos mortos. O meio é, indiretamente, um agente de ação e determina aspetos fundamentais do Homem (Sampaio 2014: 688). Vários arqueólogos redirecionam os seus estudos precisamente para as problemáticas da Arqueologia da Paisagem e como esta é alterada e vivida pelo Homem.

Como foi mencionado no capítulo 5, a visibilidade territorial seria uma ferramenta vital para as comunidades proto-históricas, permitindo-lhes um conhecimento dos espaços que as rodeavam e o controlo e defesa do território que lhes pertencia e que poderiam manipular e alterar. Seria importante, para alguns grupos em determinados povoados, ver e ser visto, no decorrer das suas dinâmicas quotidianas. O mesmo se aplicará às necrópoles? Edificá-las num espaço de relativa altitude, com um impacto visual suficientemente proeminente seria uma prioridade para as várias comunidades de uma mesma região? Seria este um fator essencial para a coesão social e política, usando os espaços sagrados das necrópoles como um ponto de encontro, união e simbiose entre grupos?

Neste contexto será interessante refletir em dois pontos: o impacto visual e paisagístico dos monumentos megalíticos, em alguns casos reutilizados num momento posterior à sua edificação, e, paradoxalmente, ou não, a tendência de inverter essa “monumentalidade” das sepulturas, existindo, durante a Idade do Bronze, um elevado número de contextos de cistas com *tumuli* baixo ou totalmente planas, bem como outro tipo de estruturas em negativo, como foi possível analisar no ponto 3.

Vários arqueólogos assumem uma justificação funcionalista para esta questão. Desde logo a identificação de certos monumentos megalíticos com reutilizações mais recentes suscita dúvidas. Exemplos podem ser encontrados um pouco por todo o território português e também na Extremadura espanhola, como os casos de Orca da Cunha Baixa, Carregal do Sal (Vilaça e Cruz 1999: 79), Fonte da Malga (cujos monumentos da Idade do Bronze parecem evidenciar uma existência prévia de construções megalíticas) (Kalb 1995b: 87) e a *tholos* do Cerro de

Alcoutim, uma construção do Calcolítico com reutilizações datadas do Bronze Final (Cardoso e Gradim 2007: 199; Vilaça e Cardoso 2017: 255)

Principalmente a sua localização e contextos ambientais levam os investigadores a considerar uma funcionalidade quase “política” para tais estruturas, isto porque se assinala um certo padrão caracterizado pela proximidade de um considerável número de monumentos megalíticos a cursos de água<sup>23</sup>, nomeadamente nos espaços onde a passagem de uma margem à outra seria efetivamente possível (Sampaio 2014: 689; Galán Domingo e Martín Bravo 1991: 193, 194, 202). Ora, se assumirmos que um rio ou ribeira seria considerado um limite natural de um espaço, um monumento de expressiva visibilidade localizado nas suas proximidades demarcaria, igualmente, os territórios pertencentes a uma determinada comunidade, legitimando a sua posse com a presença dos ancestrais e criando um “sentido de lugar” (Sampaio 2014: 690). A este respeito, Hugo Sampaio não deixa de ressaltar uma interpretação mais simbólica e ritual, assumindo que a proximidade de um contexto funerário a um curso de água e especificamente nos seus locais de passagem pode evocar a transição do mundo dos Vivos para o dos Mortos, pela travessia expressa através do rio, por exemplo (2014: 689). Também Harding analisa os monumentos megalíticos e os recintos onde estes se inserem, sugerindo que os alinhamentos pétreos ou “estruturas” similares, quando presentes, estabelecem uma ligação com a observação dos céus, principalmente os movimentos do Sol e da Lua, permitindo também que estes dois elementos e os respetivos ciclos de luz criem um “espetáculo” nestes espaços (2000: 313).

Não obstante, ainda que se verifique uma certa reutilização destes monumentos mais antigos em período de Idade do Bronze, torna-se um contexto minoritário face a outros tipos de sepultamentos mais vastamente identificados e caracterizadores deste momento cronológico. Para Ana Bettencourt, tal situação evidencia uma mudança de paradigma e a gradual substituição do megalitismo funerário destaca, no seu entender, uma “quebra” com a ancestralidade dos povos, uma adoção de novos significados religiosos e místicos, no fundo, uma nova forma de interpretar o mundo dos Mortos (2008: 103). Estas novas ideias paradigmáticas também se refletem na própria localização dos espaços de sepultamento,

---

<sup>23</sup> É de notar que este aparente critério de localização perto de cursos de água e/ou em terrenos com uma certa altitude, e logo ampla visibilidade, não é sublinhado por alguns investigadores apenas para o megalitismo, mas também para necrópoles ou outro tipo de espaços ritualizados da Idade do Bronze (Vilaça 2015: 87), ainda que na ótica de outros autores, a tendência seja precisamente oposta.

segundo a arqueóloga supracitada. Para esta, o desvincular da tradição megalítica<sup>24</sup> proporciona um aproximar (maior ou menor, dependendo dos casos) das necrópoles aos espaços habitacionais, seja dentro ou fora destes (Bettencourt 2008: 103). Mas que razões poderemos apontar para tal mudança territorial? Se se assumir que tais estruturas são, de facto, agentes de controlo e “coerção” por parte do Homem (Senna-Martinez 1996a: 71, 72), talvez o desenvolver de hábitos substancialmente mais sedentários e perenes num mesmo povoado, o adensar das práticas agrícolas em determinado território e o reforço dos poderes e estatutos dos chefes perante os demais fossem já formas de legitimar a posse e usufruto de um determinado espaço sem ter de recorrer, necessariamente, a estes “sinalizadores” visuais, que, com o peso da sua ancestralidade, marcavam e guardavam o território de uma determinada comunidade descendente dos mortos ali depositados (Bettencourt 2008: 103). Portanto, a visibilidade útil e funcional atribuída também aos monumentos fúnebres perde, aparentemente, a sua importância e pertinência, tornando a Morte mais “escondida” e invisível através dos paradigmas que se disseminam na Idade do Bronze.

Paralela à visão mais funcional dos monumentos megalíticos, alguns autores destacam uma análise muito interessante que, por sua vez, interliga esta “invisibilidade” da Morte ao misticismo dos Vivos em relação à mesma, numa vontade de desvincular o quotidiano dos vivos com a última morada dos mortos. Depositar os mortos em sepulturas em negativo ou de volumetrias muito baixas é “escondê-los”, “vedar-lhes” um acesso ao território dos vivos ou uma permanência visual neste mundo. Incinerá-los pode ser uma forma de impedir categoricamente a sua “corporalização”, a possibilidade de renascerem e atormentarem os vivos. Enterrá-los em necrópoles fora dos perímetros dos povoados é assegurar a distância (física/geográfica, mas também psicológica) entre os dois mundos (Rodríguez-Corral e Ferrer Albelda 2018: 96-98). Por conseguinte, depositar os defuntos em monumentos megalíticos mais ancestrais e visualmente destacados (Galán Domingo e Martín Bravo 1991: 202) torna-se uma hipótese menos pertinente. Mas como se poderá justificar, então, a grande proximidade dos espaços de sepultamento aos povoados (em muitos casos, mesmo no seu interior), como se

---

<sup>24</sup> Esta ideia é vista de forma relutante por alguns arqueólogos, que colocam em cima da mesa a dúvida se em determinados casos estão em evidência monumentos megalíticos construídos em períodos mais recuados, como o Neolítico, e efetivamente reutilizados para novas sepulturas na Idade do Bronze, após períodos contínuos ou não de utilização, ou se se tratam de monumentos edificadas e usados num momento mais recente, inspirados sim numa tradição megalítica. São pormenores que fazem a diferença e que poderão colocar em causa se se trata, de facto, de uma progressiva quebra do paradigma megalítico ou se, ao invés, a sua “imitação” eterniza ainda mais tal cultura.

assinala recorrentemente, por exemplo, na região do Bronze do Sudoeste? (Soares e Silva 2016: 368)

Este aspeto da visibilidade no território e/ou marcação simbólica do mesmo alude o caso das estelas, segundo alguns autores. A título de exemplo, podemos deixar assinaladas a estela do Baraçal, no Sabugal, as de S.Martinho em Castelo Branco, a de Meimão, em Penamacor, a de Ervidel, em Beja ou a da Figueira, em Vila do Bispo (Vilaça 2000: 32, 38; Cardoso 2002: 39; Gomes e Monteiro 1976-77: 297- 304). Ora, ao longo de tempo os estudos das estelas e a definição das respetivas tipologias têm lançado novas hipóteses e diferentes interpretações sobre os significados e funções das mesmas. É um processo complexo, principalmente quando os arqueólogos visam associar uma cronologia e área de dispersão geográfica a um determinado grupo de ícones gravados na pedra.

Deixamos como referência os tipos sugeridos por Mário Varela Gomes e J.Monteiro (1976-77), baseados não só mas também em autores como Almagro Gorbea, onde explicitam as características de dois tipos de estela (I ou tipo alentejano e II ou tipo estremenho) (Gomes e Monteiro 1976-77: 305-316). O tipo I, profundamente enquadrado na cultura do Bronze do Sudoeste, destaca-se pelos seus motivos “ancoriformes”<sup>25</sup>, usualmente numa posição central das estelas, aliados às espadas e também, em certos casos, aos machados, cinzéis ou pegadas humanas (Gomes e Monteiro 1976-77: 306- 308). É um tipo de estelas que aparece, em certos casos, associado a necrópoles, em especial a sepulturas de indivíduos de um estatuto especial, como sublinha João Luís Cardoso no *Dicionário de Arqueologia Portuguesa* (Cardoso in Alarcão e Barroca 2012: 150). O tipo II tem certas nuances, sendo de destacar o subtipo II.A que engloba apenas a representação de lanças, escudos e espadas (tendo o escudo uma posição central), o II.B, que a juntar aos elementos do II.A apresenta espelhos, pentes, fíbulas, carros e capacetes, seguido do subtipo II.C que introduz a figura humana, o “guerreiro”, que estará então representado com as suas armas e utensílios (Gomes e Monteiro 1976-77: 310-313). Por fim, o subtipo II.D “[...] organizam-se numa estrutura dualista na qual a figura glorificada do guerreiro, rodeado das suas armas e objetos pessoais, se opõe a cenas que descrevem e tipificam a própria vida do personagem ou que correspondem a uma visão mitológica do mundo dos mortos” (Gomes e Monteiro 1976-77: 314). Resumidamente, podemos encontrar nestas

---

<sup>25</sup> Estes elementos ancoriformes são enigmáticos para os arqueólogos, pois não se conhecem exemplares reais de tais objetos, não se sabendo ao certo como seriam e como seriam utilizados, ainda assim, crê-se que, nas respetivas estelas, terão como “função” refletir o estatuto social do eventual inumado ao qual essa mesma estela possa estar associada (Cardoso in Alarcão e Barroca 2012: 150).

tipologias de estelas elementos relacionados com armas, utensílios e, em determinados casos, a figura antropomórfica interpretada como o “guerreiro” (Cardoso 2002: 38, 39).

Marta Díaz-Guardamino (2011) é outra autora que se debruça nesta temática das estelas, e destaca as de “Sudoeste”, subdivididas no tipo A (onde são maioritários elementos como os escudos, as espadas e as lanças) e o tipo B (onde se destaca a figura antropomórfica numa posição central da estela, à qual se podem juntar os elementos do tipo A) e remetidas ao Bronze Final/Ferro Inicial (2011: 69). Um outro exemplo que consideramos importante deixar registado é o de Sebastián Celestino Pérez e José Ángel Salgado Carmona (2011), que oferecem uma nova tipologia. O considerado tipo I caracteriza estelas sem uma figura humana (o tipo I.A enquadra estelas com a representação de escudo, espada e lança e o tipo I.B terão ainda elementos de adorno pessoal associados aos do tipo I.A), o tipo II já possui uma figura antropomórfica, ainda que seja o escudo o elemento que visualmente predomina, enquanto que o tipo III (que pode ter ícones individuais ou coletivos) já oferece uma igualdade entre os elementos do tipo II. O último tipo, o IV, é o mais complexo e é neste que a figura antropomórfica é assumidamente predominante. O tipo IV.A agrupa elementos individuais (só com o guerreiro ou com a definição de diademas), enquanto que o tipo IV.B agrupa iconografias humanas coletivas (que podem estar aos pares ou juntar às figuras humanas a caracterização de certas “cenas” sociais) (Celestino-Pérez e Salgado Carmona 2011: 424, 425).

Outras sugestões tipológicas existem e são limadas por vários investigadores, porém as anteriormente descritas são um bom reflexo da diversidade dos estudos e da heterogeneidade de critérios, definições e elementos iconográficos identificáveis nas estelas.

Ora, para certos autores a função destes elementos é de algum modo equivalente à dos monumentos megalíticos e que anteriormente referimos, podendo “[...] pontuar também as vias de circulação transregionais mais importantes, sacralizando, em determinados locais de passagem, ou portelas, a memória dos chefes ou marcando o direito à propriedade ou controlo de circulação de tais sítios por parte da elite guerreira a que se reportam.”, refere João Luís Cardoso (2002: 38). Marta Díaz-Guardamino acrescenta como possíveis “critérios” de localização para as estelas os cursos de água, as zonas de pasto, as terras férteis ou as zonas com recursos minerais (2011: 67).

Para outros, as estelas representam precisamente uma nova forma de encarar a “identificação” da Morte, a figura do defunto, mantendo viva a memória coletiva de uma comunidade (Vilaça 2015: 93), ainda que tal hipótese seja (fragilmente) substanciada por um



número reduzido de estelas cujas iconografias aludem a tal “temática”, pelo menos até ao presente. De acordo com esta segunda ideia mencionada, as estelas eternizam a figura dos chefes das comunidades, possibilitando uma certa “indução” e reforço dos conceitos vigentes de estratificação social e status de prestígios no seio da memória coletiva, que essas mesmas estelas ajudam a perpetuar (Gomes 1995a: 130). As estelas são, assim, um agente social que, através da sua visibilidade e destaques iconográficos, contam a história de uma determinada comunidade “àquele” espaço associada, num tempo em que, sendo ainda inexistente a escrita, é na pedra que se grava e comunica uma ideia, uma memória (Vilaça 2015: 93), independentemente de estar ou não implícita uma função funerária.

Há que referir também outro tipo de locais, numa certa simbiose entre os espaços habitacionais e os funerários, que se caracterizam como “recintos monumentalizados” tal como Ana Bettencourt os descreve (2013: 35), por vezes também relacionados com os espaços onde já estão construídos certos monumentos megalíticos mais antigos (Bettencourt 2008: 102). Tais locais, dos quais há exemplos no noroeste e centro do território (a autora destaca, por exemplo, S.Julião em Vila Verde, o Alto da Pena em Ponte de Lima/Paredes de Coura e Cidades, em Arouca), carregam valores rituais e cerimoniais e neles poderiam ocorrer importantes celebrações com grande impacto social e ideológico. Simultaneamente, estes espaços marcariam o território, legitimavam-no e também lhe atribuíam uma “função” sociocultural (Bettencourt 2013: 35). Não tendo necessariamente um cariz funerário, de deposição de defuntos, nem de habitat, são locais que, ao longo dos tempos, reforçam a sua carga “cénica”, tendo um peso simbólico e “mítico” essencial para a transmissão da “memória social” (2008: 102), para o qual os ancestrais lembrados e evocados nestes mesmos espaços contribuem (2008: 102).

Talvez com funções semelhantes (ainda que não considerado pelos autores um “recinto”, muito menos “monumentalizado”), há que destacar a Travessa da Lameira de Lobos devido às suas características peculiares (Vilaça et al. 2017). Aqui estão presentes várias lajes com decorações tanto reticuladas como curvilíneas, sendo este último tipo de decoração relativamente inédito nesta região centro (Vilaça et al. 2017: 135). Estas lajes circunscrevem um anel que, na opinião dos autores, traduz um certo significado cósmico, relacionado com o ciclo do Sol (Vilaça et al. 2017: 135). Este tipo de espaços bastante complexos denotam a importância do espaço em questão e o seu uso recorrente nas práticas rituais das comunidades, no entanto, destaca-se uma questão: um espaço com estas características, principalmente nos casos em que certas estruturas presentes evocam uma função sepulcral “deverá ser entendido

como estrutura tumular de enterramento num sentido clássico sepulcral, ou como estrutura ritual de evocação da morte [...]?” (Vilaça et al. 2017: 133). Serão tais “funções” coexistentes e mutuamente implícitas?

As interpretações existentes são, como vemos, relativamente antagónicas quanto a esta transição paradigmática e à localização dos espaços de sepultamento. A procura de justificações para determinados contextos no seu espaço e tempo revela-se, no mínimo, complexa e morosa, talvez um pouco utópica até.

#### **6.4- Os paradigmas na transição entre o Bronze Final e o Ferro Inicial na “linha do Tejo”**

“É interessante considerar como, quer na Europa Centro-Oriental [...], quer na Península Ibérica, até à fachada atlântica, o ritual de incineração vai prevalecer desde o início do Bronze Final, com expressões regionais diferentes, mas tendo como elemento uniformizador a incineração em urnas.”

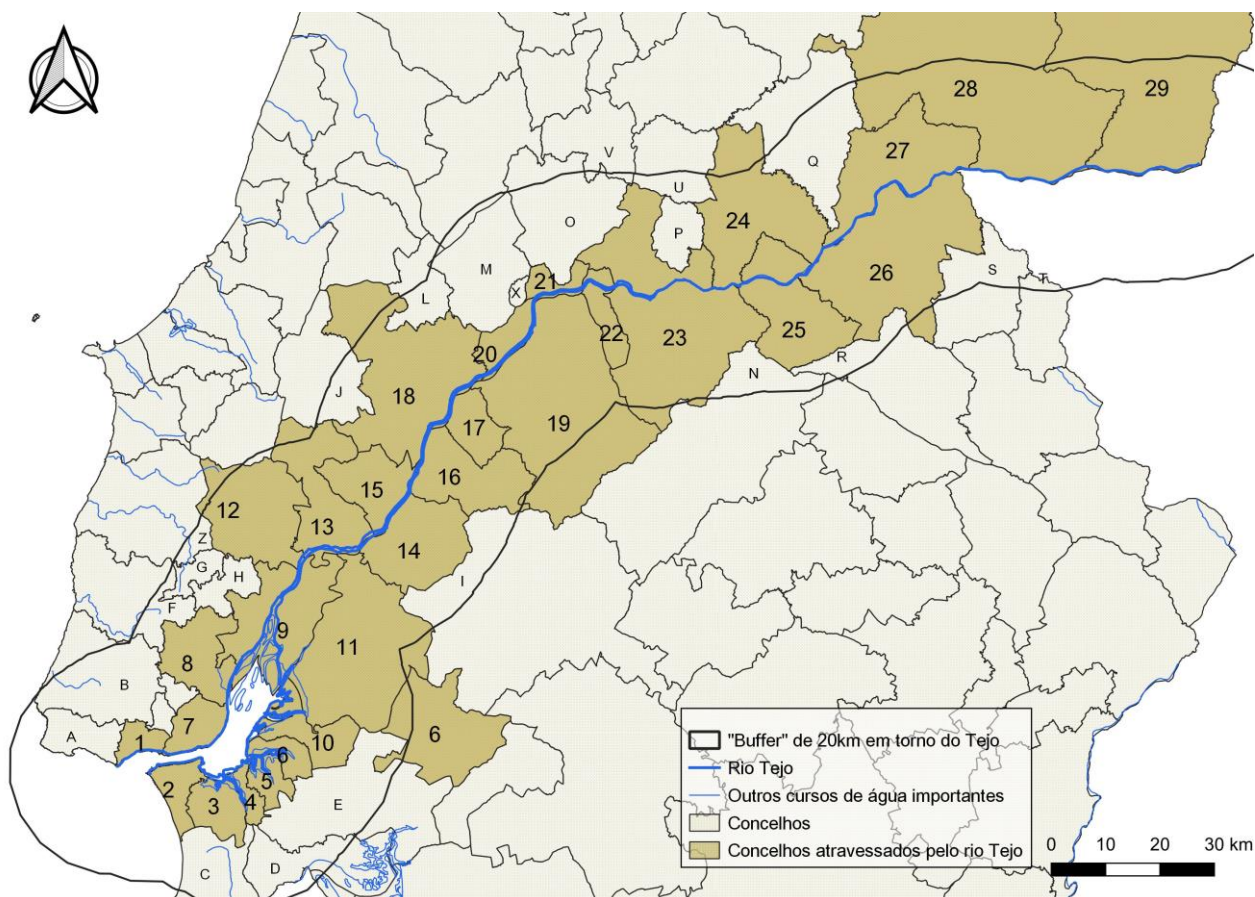
**CRUZ, Ana, DELFINO, Davide, GRAÇA, Ana.** *Pensar a Morte no Alto Ribatejo: Tumulus I do Souto (Abrantes, Portugal)* (2013)

Depois de sintetizar algumas das principais características do mundo funerário de várias regiões no “Estado da Arte” e de refletirmos nos significados possíveis para tais sepulturas, rituais ou tratamentos corporais dos Mortos, resta-nos verificar que situações se generalizam e, por ora, se destacam extraordinariamente nesta amplitude regional muito específica que denominamos “linha do Tejo”.

Tivemos oportunidade de assinalar a importância deste rio no capítulo 4 e de que forma este constrói uma ponte entre os paradigmas quotidianos do litoral e do interior (capítulo 5). Foi possível compreender que este “corredor estremenho-beirão” (Vilaça e Arruda 2004: 36), satisfaz um conjunto de características que permitem a fruição de pessoas e objetos, tanto exógenos como endógenos, o que induz nos investigadores a ideia de que, neste território em particular, a influência mediterrânea tenha tido um especial impacto nas adoções de novos paradigmas e rituais (Arruda et al. 2017: 83; Vilaça 2020: 287; 2007b: 151). Tal situação pode ser comprovada pelas ruturas de povoamento que acontecem em determinados casos, como vimos no ponto 5.2.2. A este propósito, vários autores referem que é principalmente na zona

mais litoral, do estuário do Tejo, onde as influências mediterrâneas mais se fizeram sentir, que os povoados cuja ocupação remete, pelo menos, ao Bronze Final, subsistem pelo I milénio a.C. (Arruda et al. 2017: 88). Povoados indígenas “subjugam-se” e os povoados “orientalizados” prevalecem. É esta ideia que se costuma espelhar para o mundo dos rituais funerários, assumindo-se que também nestes contextos a tradição indígena será alterada e gradualmente substituída em prol de novas dinâmicas. Será mesmo assim?

De que modo podemos, portanto, descrever os hábitos funerários? A persistência do biritualismo será talvez a resposta mais objetiva que é possível dar para o quadro transitório entre milénios nesta “linha do Tejo” (Vilaça e Cardoso 2017: 255, 256). São identificadas inumações e incinerações contemporâneas umas às outras, reforçando a complexidade e a diversidade cultural desta região. Não obstante, é assinalável um significativo panorama de incinerações com deposição em urna, ritual que não será tão usual noutros pontos do território, o que também reitera a singularidade desta “linha regional”.



**Fig.13-** Esboço da “linha do Tejo” no território português, com ênfase para os concelhos diretamente banhados pelo rio

1-Oeiras; 2-Almada; 3-Seixal; 4-Barreiro; 5-Moita; 6-Montijo\*; 7-Lisboa; 8-Loures; 9-Vila Franca de Xira; 10-Alcochete; 11-Benavente; 12-Alenquer; 13-Azambuja; 14-Salvaterra de Magos; 15-Cartaxo; 16-Almeirim; 17-Alpiarça; 18-Santarém; 19-Chamusca; 20-Golegã; 21-Vila Nova da Barquinha; 22-

Constância; 23-Abrantes; 24-Mação; 25-Gavião; 26-Nisa; 27-Vila Velha de Ródão; 28-Castelo Branco; 29-Idanha-a-Nova

A-Cascais; B-Sintra; C-Sesimbra; D-Setúbal; E-Palmela; F-Mafra; G-Sobral de Monte Agraço; H-Arruda dos Vinhos; I-Coruche; J-Rio Maior; L-Alcanena; M-Torres Novas; N-Ponte de Sor; O-Tomar; P-Sardoal; Q-Proença-a-Nova; R-Crato; S-Castelo de Vide; T-Marvão; U-Vila de Rei; V-Ferreira do Zêzere; X-Entroncamento; Z-Torres Vedras

Figura elaborada no programa *Q.Gis 3.10.5*, versão “A Coruña”

**Observações/comentários (fig.13):** Os concelhos com cor e identificados por números são diretamente atravessados pelo rio Tejo. Já os concelhos identificados por letras são aqueles que, não distando muito deste curso de água, poderão beneficiar da sua proximidade e ser também parte do grupo de influências desta “linha do Tejo”. Para a definição destes últimos teve-se em conta a área abrangida pelo “buffer” desenhado (que respeita os contornos e o eixo do curso de água), que delinea raios territoriais até 20 quilómetros a partir de cada margem do Tejo, parecendo-nos esta uma distância realista entre o rio e a localização de eventuais comunidades nesta mesma área que dele poderão usufruir a vários níveis.

\*Este concelho sofre uma descontinuidade territorial na sua administração

Poucos são os contextos que se conhecem mais a fundo e que já sofreram as devidas escavações e estudos procedentes. Há outras necrópoles, ou similares, na “linha do Tejo” (anexo 4, fig.XXXI) que constituem outras pistas sobre a Morte, mas que, infelizmente, ainda não são suficientemente conhecidas para preconizarem mais ênfase neste trabalho, como por exemplo a Quinta da Alorna (ou Eira da Alorna), em Almeirim, um sítio ocupado numa longa diacronia que recua até ao Calcolítico e onde se crê, tendo em conta investigações mais recentes, que seriam realizadas deposições de restos incinerados em período da Idade do Bronze Final e onde foi descoberto, adjacente a tal ritual e cronologia um vaso carenado com asa, para além de outras cerâmicas mais relacionadas com o quotidiano de tal comunidade (Vilaça 2015: 90; Pimenta et al. 2018: 9, 10, 18-21; Vilaça e Cardoso 2017: 259). Salvaterra e Almoester são outros dois exemplos onde em ambos os sítios se reconheceu a presença de uma necrópole (e onde neste último se exumou um vaso totalmente completo de colo cilíndrico) e também em Santarém, num local sem referência específica, onde há igualmente referência a uma necrópole e sepulturas (Vilaça e Arruda 2004: 38; Vilaça 2015: 90; Vilaça e Cardoso 2017: 259). O aprofundamento dos conhecimentos destes sítios é essencial para desenvolver o traçado cultural desta linha regional, fundamentando a sua importância no panorama português.

Alguns autores também assinalam exemplos de povoados ou depósitos que, no decorrer das suas escavações, apresentaram vestígios pontuais que podem remeter para um contexto funerário e/ou ritual. O povoado amuralhado de Castelo Velho do Caratão (Mação) é um desses casos, onde terá sido encontrada uma deposição de cinzas numa urna (Delfino et al. 2014: 168;

Vilaça e Cardoso 2017: 255). Também no povoado da Cachouça foi identificado na base do talude (ou seja, possivelmente associado aos seus primeiros momentos de edificação) um vaso cerâmico (com vestígios de matéria orgânica no seu interior) cujas características se assemelham à maioria das urnas que têm vindo a ser descobertas (Vilaça e Cardoso 2017: 255). Não se tendo totais certezas de que tal vaso tivesse recebido restos osteológicos, não deixa de ser um caso curioso, podendo sugerir uma ligação entre a Morte (ou mais genericamente um conjunto de rituais simbólicos) à construção do mundo dos Vivos. Para além disto, ainda neste mesmo talude, é também identificado um outro objeto cerâmico, desta vez nas camadas mais superficiais da estrutura (que representam os momentos finais de construção) e num lado oposto ao outro vaso referido (Vilaça 2007c: 70), o que eventualmente traduz uma certa ligação com o ciclo solar (como também já comentámos neste capítulo 6), sendo o talude em si e as respetivas cerâmicas em si presentes símbolos de um ritual que estipula um início e um fim, o nascer do sol de um lado do vaso e o seu desaparecimento do outro lado oposto, um “antes da construção” e um “pós construção”, dando, simbolicamente, vida ao novo povoado que se edificava e organizava (Vilaça 2007c: 70).

Será fundamental recorrer à análise de casos específicos e mais conhecidos para compreender as dinâmicas existentes na “linha do Tejo” neste momento de transição milenar. Na descrição dos seguintes contextos, estabeleceu-se um critério de ordenação baseado na transição entre o território português para o espanhol, entre o litoral e o interior, começando, por isso, pelos casos mais a Oeste, seguindo para Este.

#### **6.4.1- Roça do Casal do Meio**

**Localização:** “Quinta do Calhariz”, Sesimbra, Setúbal, região da Estremadura

**Coordenadas (Endovélico): Latitude:** 38,462873; **Longitude:** -9,036832

**Cronologia:** Bronze Final

**Ritual:** Inumação dupla

Este monumento funerário localizado em Sesimbra é um dos mais estudados pelos investigadores e também um contexto vastamente utilizado na exemplificação da abertura do centro do território às culturas exógenas durante a Idade do Bronze. Foi descoberto na década de 60, com contribuições de Octávio da Veiga Ferreira e Georges Zbyszewski entre outros investigadores (Spindler et al. 1973-74: 91). Ainda que tenha vários elementos conservados e

estudados, os sepultamentos da Roça do Casal do Meio (anexo 4, fig. XXXII, XXXIII e XXXIV) ainda oferecem dúvidas que possibilitam heterogeneidade na sua interpretação.

Em termos tipológicos, trata-se de um monumento sob *tumulus*, com câmara e corredor (Spindler et al. 1973-74: 94; Cardoso 2000a: 246). Aquela tem uma planta subcircular, com pouco mais de 3 metros de diâmetro e o seu corredor, orientado para sudeste, tem cerca de 4 metros (Spindler et al. 1973-74: 103; Vilaça e Cunha 2005: 49). A cobertura da câmara seria em falsa cúpula e o corredor que a ela acedia apresenta uma inclinação (Spindler et al. 1973-74: 103; Cardoso 2000a: 245; 2000b: 68; Vilaça e Cunha 2005: 49). No geral, o monumento no seu todo apresenta um cuidado arquitetónico muito raramente assinalado nos demais monumentos conhecidos, algo que se evidencia também, na opinião de Raquel Vilaça e Eugénia Cunha, pelo revestimento em argila das paredes do monumento, nomeadamente do corredor (2005: 49). Todos estes elementos estão rodeados por um muro circular, feito de lajes em calcário, que delimitava um espaço de 11 metros e atingiria um pouco mais de 1 metro de altura, nunca ultrapassando os 2 metros (Spindler et al. 1973-74: 116; Vilaça e Cunha 2005: 49). Há investigadores que caracterizam este monumento como tipicamente Calcolítico (em termos morfológicos e estruturais), aceitando as primeiras teorias sugeridas pelos primeiros arqueólogos a estudar a Roça do Casal do Meio (Spindler et al. 1973-74: 94), mas será uma imitação desse estilo pretérito feita no II milénio a.C. ou sim uma reutilização do Bronze Final de um monumento construído anteriormente? (Vilaça e Cardoso 2017: 255; Cardoso 2000b: 68)

Este monumento albergava a inumação de dois indivíduos adultos, posicionados em circunstâncias singulares. Um deles, do sexo masculino, jazia diretamente no chão da câmara do monumento (sepultura 1), em decúbito dorsal (Spindler et al. 1973-74: 109; Cardoso 2000a: 246; Vilaça e Cunha 2005: 49), já o outro (sepultura 2) estava em decúbito lateral (para o lado direito, virado para a parede da câmara) e encontrava-se em cima de uma “banqueta” de argila com alguma altura (25 centímetros, segundo Spindler e outros autores) e encostada à câmara (Spindler et al. 1973-74: 110; Cardoso 2000a: 246; Vilaça e Cunha 2005: 49). Este indivíduo seria também do sexo masculino, ao que tudo indica (Spindler et al. 1973-74: 110).

Cada um dos corpos se fazia acompanhar de espólio muito relevante. Associado à sepultura 1 identificou-se um pente de marfim de cerca de 48 dentes finos, colocado sobre o ombro esquerdo do defunto, uma pinça, por sua vez colocada junto ao crânio do mesmo e ainda uma argola de secção retangular, ambas em bronze (Spindler et al. 1973-74: 118, 119; Cardoso 2000a: 246; Vilaça e Cunha 2005: 49; Silva e Gomes 1992: 108). O indivíduo da sepultura 2

também tinha um artefacto posicionado junto o seu ombro esquerdo, neste caso uma pinça (maior que a do outro defunto), tendo também um colchete de cinturão abaixo da bacia e ainda uma fíbula na zona occipital (Spindler et al. 1973-74: 119; Vilaça e Cunha 2005: 49; Silva e Gomes 1992: 108). Todos os elementos eram feitos de bronze.

Em termos de oferendas, há ainda que referir outros artefactos que foram também encontrados na câmara do monumento, ainda que não diretamente associados às sepulturas, nomeadamente um vaso cerâmico bicónico, ligeiramente carenado e com algumas decorações de ornatos brunidos, e uma taça carenada com mamilo. Ainda se identificaram fragmentos cerâmicos nas camadas de construção do monumento de um possível terceiro artefacto, também carenado (Spindler et al. 1973-74: 121; Vilaça e Cunha 2005: 50; Cardoso 2000a: 246).

De referir que também na Roça do Casal do Meio é possível assinalar a presença de enterramentos de animais a acompanhar os defuntos, neste caso o indivíduo da sepultura 1, que aos seus pés tinha os restos ósseos de duas cabras e dois carneiros (Vilaça e Cunha 2005: 49).

Ora, todas as características que temos vindo a enumerar substanciam a importância destes enterramentos. Não só falamos de um espólio muito rico, “exótico” e de prestígio, como também do acompanhamento animal, não esquecendo a inumação dupla em si, com uma aparente desigualdade sepulcral entre os defuntos (que significados poderá ter a “elevação” de um dos corpos na banqueta em relação ao corpo colocado diretamente no chão?). Não obstante, o espólio maioritariamente metálico (que, como temos visto ao longo do trabalho, é algo raro nos contextos até hoje conhecidos) ainda com um elemento em marfim, claramente importado, sugere, no geral, uma importância e estatuto destes indivíduos. Mas, a ser verdade, de onde provêm? Esta é, de resto, a questão sobre a qual muitos autores se debruçam, principalmente os antropólogos (Vilaça e Arruda 2004: 29).

Antes, generalizava-se a ideia de que ambos os defuntos poderiam ser navegadores sardos que estabeleceriam contactos frequentes com a esta região e que aqui terão falecido (Cardoso 2000; Vilaça 2007b: 143). Porém, mais recentemente, têm-se substanciado as teses que defendem que os dois adultos seriam cavaleiros, pois a análise dos seus membros inferiores evidencia uma robustez própria da prática recorrente de montar a cavalo, situação que, de certo modo, é incompatível com a ideia de navegadores (Vilaça 2007b: 143).

O enterramento duplo da Roça do Casal do Meio é efetivamente um bom exemplo da heterogeneidade de casos, sendo marcado pelas influências mediterrâneas (segundo João Luís

Cardoso, é um contexto funerário que “corporiza” claramente os “contactos anteriores à presença fenícia direta”) (2002: 30), e destacando-se dos demais contextos já referidos.

#### 6.4.2- Alpiarça (Meijão, Tanchoal, Cabeço da Bruxa)

**Localização1:** Alpiarça, Santarém, região do Ribatejo

**Coordenadas (Endovélico): Latitude:** 39,243138 **Longitude:** -8,588422 (Meijão); **Latitude:** 39,249318 **Longitude:** -8,585763 (Tanchoal); **Latitude:** 39,240738 **Longitude:** -8,608096 (Cabeço da Bruxa)

**Cronologia:** Bronze Final/ Ferro Inicial (Tanchoal e Meijão: séculos XI-IX a.C.)

**Ritual:** Incineração em urna

Ao falarmos de Alpiarça (anexo 4, fig. XXXV, XXXVI e XXXVII), englobamos inevitavelmente um “complexo funerário” que se estende entre Meijão, Tanchoal e também o Cabeço da Bruxa, passando inevitavelmente pelo sítio de Alto do Castelo (Alpiarça), interpretado como um habitat conectado a estes espaços funerários (Arruda et al. 2017: 83; Vilaça e Arruda 2004: 29; Cardoso 200b: 65, 66).

Este sítio situa-se numa zona entre as necrópoles de Tanchoal e Meijão, onde confluem dois cursos de água, e terá tido uma ocupação na longa diacronia, recuando ao Calcolítico e terminando, mais ou menos, no período da república romana (Arruda et al. 2014: 145), funcionando contemporaneamente, a certa altura, com as necrópoles acima mencionadas. Este povoado cobre-se de importância, pois, devido aos seus materiais, comprova os importantes contactos e “colonizações” que se intensificaram em períodos posteriores, ao longo da Idade do Ferro (Arruda et al. 2014: 152).

O que facilmente colocou estes contextos na mira dos arqueólogos foi o ritual de incineração com posterior deposição dos restos osteológicos numa urna, ritual este que destoa do restante território português, ainda que na “linha do Tejo” não pareça um paradigma funerário tão “desconhecido” ou pontual. Também os materiais aqui encontrados foram dos primeiros com as características geométricas e decorativas que viriam a compor o chamado grupo cerâmico do tipo “Lapa do Fumo/Alpiarça”, que tivemos oportunidade de descrever no capítulo 5 (Cardoso 2002: 33). A este grupo correspondem precisamente algumas das urnas cinerárias encontradas nas necrópoles de Tanchoal e Meijão, cujos primeiros e principais estudos remetem a Mendes Corrêa. Em termos cronológicos, as dúvidas sempre existiram desde



o início, não se sabendo ao certo, de acordo com algum do espólio, se é correto um enquadramento geral ainda no Bronze Final ou se, por outro lado, será mais correto abranger uma cronologia que inclua já a Idade do Ferro (Cardoso 2002: 33; Vilaça, Cruz e Gonçalves 1999: 8-11). Não obstante, são mais as informações que faltam do que as que os arqueólogos têm quanto a estes dois contextos, pois “a forma como se estruturava internamente o espaço das distintas necrópoles, bem como cada tumulação em si, com urnas contendo restos humanos calcinados, é quase desconhecida, muito em particular nas duas primeiras necrópoles [Tanchoal e Meijão]”, tal como reiteram Raquel Vilaça e João Luís Cardoso (2017: 256).

Um espectro relativamente semelhante foi identificado no Cabeço da Bruxa, escavado por Philine Kalb e Martin Höck, onde foram recuperadas três urnas presumivelmente cinerárias, distantes umas das outras e datadas do Bronze Final (Kalb e Höck 1982: 62; Vilaça, Cruz e Gonçalves 1999: 11). Uma delas, sem conteúdo no seu interior, estaria enterrada numa profundidade não superior a trinta centímetros, preenchendo uma fossa que estaria, por sua vez, coberta por um montículo de pedras. A esta urna estariam ainda associados uma taça e um bracelete de ouro (Vilaça, Cruz e Gonçalves 1999: 11). A segunda urna estava igualmente numa fossa, ligeiramente mais profunda que a anterior, e estaria coberto apenas por três pedras, sendo junto desta urna se encontrava também uma taça cerâmica (Vilaça, Cruz e Gonçalves 1999: 11). A outra urna não teria, aparentemente, um espólio a si associado, ainda que nas suas proximidades tenham sido identificados mais cinco braceletes (Vilaça, Cruz e Gonçalves 1999: 12).

De resto, falamos de um sítio que teve vários períodos de ocupação, inclusive no Calcolítico, no Bronze Médio e até ao período de romanização (Kalb e Höck 1982: 61, 62; Vilaça, Cruz e Gonçalves 1999: 11). Em relação ao Bronze Médio, parece também haver evidências de inumações individuais, o que também comprova que este Cabeço assistiu a graduais adoções de diferentes formas de sepultar um defunto.

Assim, este complexo “polinucleado” de Alpiarça oferece-nos um panorama explícito da dinâmica povoado-necrópole, situação que não é tão evidente na “linha do Tejo” quanto noutras regiões periféricas (Vilaça e Cardoso 2017: 256).

### 6.4.3- Souto

**Localização:** Abrantes, Santarém, região do Ribatejo

**Coordenadas (Endovélico):** (*Tumulus* 1) **Latitude:** 39,568819; **Longitude:** -8,248594

**Cronologia:** Bronze Final (cerca de séculos XII-X a.C.)

**Ritual:** Incineração em urna

A necrópole do Souto (anexo 4, fig. XXXVIII e XXXIX), na região de Abrantes, constituiu um exemplo de excecionalidade que a destaca no panorama português (Cruz, Delfino e Graça 2013: 51; Cruz 2020: 8). Os seus estudos são relativamente recentes, estando uma grande parte deles ao encargo da arqueóloga Ana Cruz. Esta necrópole insere-se numa região na qual se tem vindo a comprovar ainda mais a existência de uma certa tendência funerária mais ou menos homogénea, como Ana Cruz exemplifica num dos seus mais recentes trabalhos quando enumera os vários *tumulus* recentemente prospetados (Cruz 2020: 11).

Este contexto funerário é composto por alguns monumentos tipo *tumuli*, relativamente distanciados entre si (Beltrame et al. 2018: 34; Vilaça e Cardoso 2017: 260). Os *tumuli* 1 e 2 são os que distam menos metros entre si, cerca de 5.5, e outros seis monumentos mais dispersos constituem, na totalidade, os oito monumentos desta necrópole, sendo que só cinco deles estão escavados (Vilaça e Cardoso 2017: 260).

O *tumulus* 1 é o mais estudado pelos investigadores, sendo um monumento constituído por um anel pétreo aprofundado 20 centímetros no substrato, formando uma planta circular com não mais de 6 metros de diâmetro (Beltrame et al. 2018: 34, 35; Vilaça e Cardoso 2017: 259). O elemento que tem mais protagonismo é a urna depositada no centro deste *tumulus*, que por sua vez tem no seu interior um outro recipiente cerâmico (Vilaça e Cardoso 2017: 260; Vilaça 2020: 287; Delfino et al. 2014: 182). Face a este panorama tipológico, e também através das datações radiocarbónicas feitas aos restos osteológicos, assume-se que a incineração do indivíduo em questão remonta ao período do Bronze Final (Beltrame et al 2018: 38; Delfino et al. 2014: 185).

Os arqueólogos Ana Cruz, Davide Delfino e Ana Graça recriam, com base nos vestígios, o que poderão ter sido os rituais e momentos construtivos que antecederam a finalização da cobertura deste monumento (fig. 14).

Fase	Descrição
1	“Reserva prévia selecionada” de seixos, que constituiriam a futura mamoa. “A esta reserva de matéria-prima, à falta de melhor designação, chamaremos jazida”. (pg. 54)
2	Limpeza de toda a área correspondente ao monumento, “sendo também em simultâneo aberto ao covacho no solo para colação da urna”. (pg. 54)
3	Transporte da urna para o monumento, contendo os restos incinerados (cujo corpo terá sido incinerado <i>a priori</i> , num outro espaço) e o vaso cerâmico no seu interior. (pg. 54)
4	“O covacho aberto é completamente preenchido pela urna funerária e é colocado à cabeceira da urna uma pequena laje de xisto, cuja orientação é sensivelmente a Nordeste” (pg. 55)
5	Após a deposição da urna, é construído o anel pétreo “[...] ao redor do colo da urna funerária de forma a sustentar o peso dos seixos que foram sendo colocados sobre a mesma”. (pg. 56)
6	Construção da cobertura da urna e da mamoa do monumento, com cinco níveis de deposição de sedimentos, criando uma espessura de 50 centímetros no centro. (pg. 56)
7	“Após o <i>terminus</i> do ritual, a mamoa é deixada sem cobertura final de sedimento, mantendo-se enquanto ponto de referência para as populações da Idade do Bronze e pensa-se fazendo coincidir em simultâneo o tempo dos ritos com zonas pré-determinadas de passagem das populações coevas”. (pg. 56)

**Fig.14**– Tabela-síntese dos passos sugeridos pelos arqueólogos para a construção do *tumulus* 1 do Souto, em coesão com o próprio ritual de deposição (Cruz, Delfino e Graça 2013)

“Assim, o processo de construção e dinâmica simbólica caminham de mãos dadas num conjunto de gestos ritualizantes, que concorrem para a confirmação de início de uma nova cosmogonia, que teve reflexos óbvios no plano económico-social”, comentam David Delfino e outros investigadores em relação às ideias atrás sintetizadas (Delfino et al. 2014: 182).

A urna funerária foi um dos objetos que foi possível reconstruir com base nos seus fragmentos, sendo “[...] um recipiente fechado, de forma globular de colo alto e troncocónico e superfície externa engobada e brunida”, já o outro recipiente encontrado dentro da urna, o dita “púcaro”, que preservou praticamente completo (Beltrame et al. 2018: 35), é um “[...] recipiente fechado, de colo, com carena média, asa canelada e base ligeiramente côncava e com superfície externa brunida” (Cruz, Delfino e Graça 2013: 56).

Um pote globular de base côncava e sem decoração, um vaso de forma aberta, colo esvasado e um bojo ovalado, um outro vaso de forma fechada e uma taça são outros quatro formas identificadas neste contexto (Delfino et al. 2014: 185).

A par de fragmentos cerâmicos, foram igualmente encontrados alguns vestígios metálicos e de sementes (Cruz, Delfino e Graça 2013: 57;). Os metais, bastante deteriorados, estariam depositados dentro da urna e do púcaro, são pequenos fragmentos de hastes subcirculares, com variados comprimentos (Beltrame et al. 2018: 38). À semelhança dos ossos, também estes elementos metálicos foram meticolosamente estudados analiticamente através de alguns métodos laboratoriais, o que permitiu um conjunto de ilações. Deixando de parte pormenores, cuja tecnicidade e métodos<sup>26</sup> não serão aqui explicados em exaustão, é de referir que as características destes metais fundamentaram a ideia de que não só se reportam à Idade do Bronze Final, como foram feitos através de moldes (Beltrame et al. 2018: 40). As suas composições binárias, em adição à hipótese de que tais elementos metálicos do Souto corresponderiam a braceletes, interpelam os investigadores à ideia de que, não só existiria uma seleção do tipo de artefactos metálicos que constituiriam um espólio funerário (comparativamente a artefactos usados no quotidiano e em depósitos), como, ainda assim, o tipo/nível de fabrico dos metais de contextos funerários não se distinguiria de outros elaborados para outro fim (Beltrame et al. 2018: 40).

O pequeno púcaro também teria incrustações nas suas paredes compostas essencialmente por estanho e cobre, o que seria, à partida, uma opção estética/decorativa para tal recipiente cerâmico (Beltrame et al. 2018: 41, 43). Tal circunstância suscita curiosidade, pois o cuidado e técnica de tratamento e decoração da peça com estes elementos estão a aplicados a uma forma cerâmica bastante banal e até pouco rica, o que parece uma situação ligeiramente paradoxal, mas ainda pouco estudada (Beltrame et al. 2018: 43).

Portanto, temos na necrópole do Souto um caso de elevado interesse, com potencial para ainda mais estudos futuros e que representa explicitamente o ritual de incineração do corpo e posterior recolha e armazenamento em urna, ritual este que parece instalar-se na “linha do Tejo” com mais expressão a partir dos finais do II milénio a.C. (Beltrame et al. 2018: 45).

---

<sup>26</sup> No estudo usado na exemplificação, os investigadores utilizaram métodos como a Fluorescência Portátil de Raios-X (pXRF), SEM-EDS, microscopia óptica a luz refletida e transmitida e, por fim, difração dos Raios-X (XRD) (Beltrame et al. 2018: 39).

#### 6.4.4- Monte de São Domingos

**Localização:** Malpica do Tejo, Castelo Branco, região da Beira Baixa

**Coordenadas (Endovélico): Latitude:** 39,686392; **Longitude:** -7,358493

**Cronologia:** Bronze Final

**Ritual:** Incineração em urna

Este contexto funerário (anexo 4, fig. XL, XLI e XLII), localizado na Beira Baixa e definido como casal agro-pastoril (Costeira 2005: 29, 37), é um caso relativamente enigmático no mundo da Morte do Bronze. Começou a ser estudado mais afincadamente no final da década de 90, com investigações a cargo, não só mas também, da Associação de Estudos do Alto Tejo (Cardoso, Caninas e Henriques 1997-98: 325).

Aqui, foram identificadas duas estruturas circulares afastadas entre si por cerca de 18 metros, alinhadas a Oeste-Este (Cardoso, Caninas e Henriques 1997-98: 327; Brandherm, Krueger, Cardoso 2016-17: 521), compostas por um embassamento pétreo. Um pequeno grande pormenor nestas estruturas fez com que os investigadores lhes atribuíssem quase de imediato a função de casas, e tal foi a presença de entradas para o interior destas mesmas estruturas (Brandherm, Krueger, Cardoso 2016-17: 521).

A “cabana” mais pequena (com não mais do que 2 metros de diâmetro), definida por lajes de xisto fincadas no solo, ofereceu, aquando da sua escavação, alguns fragmentos correspondentes a, pelo menos, um vaso de carena alta (Cardoso, Caninas e Henriques 1997-98: 330). Para além disso, os arqueólogos assinalam no solo do interior da estrutura vestígios de uso de fogo (Cardoso, Caninas e Henriques 1997-98: 330).

As características da estrutura anterior, a 1, não justificariam, à partida, um caráter de excecionalidade do Monte de São Domingos, porém a segunda estrutura altera o panorama. A segunda “cabana”, a maior, com cerca de 3,30 metros de diâmetro, (Brandherm, Krueger, Cardoso 2016-17: 521; Cardoso, Caninas e Henriques 1997-98: 330), apresenta uma maior complexidade construtiva, isto porque, no seu interior, foram reveladas outras três “sub-estruturas”: a nº1 era um pequeno alinhamento pétreo de planta sub-rectangular, que parecia definir e preencher um pequeno “covacho” natural já previamente existente no terreno. No seu interior existiam vários fragmentos correspondentes a um recipiente cerâmico. A nº2 corresponde a um buraco de poste com consideráveis dimensões, definido e forrado por lajes de quartzo e quartzito. Este buraco de poste também substanciou, inicialmente, a ideia de que

a presente estrutura seria efetivamente coberta, comportando uma função habitacional. Já a nº3 teria semelhanças com o alinhamento nº1, mas seria mais irregular e menos profunda, e nela se encontrou um grande vaso de colo alto, que no seu interior continha um outro recipiente que guardava restos osteológicos incinerados (Cardoso, Caninas e Henriques 1997-98: 332, 334; Brandherm, Krueger, Cardoso 2016-17: 521; Vilaça 2020: 287; Vilaça 1999: 179; Vilaça e Cardoso 2017: 254, 255).

Tanto a estrutura 1 como a 2 estavam delineadas exteriormente por um muro e tinham a dita “entrada” orientada a Sudeste (Cardoso, Caninas e Henriques 1997-98: 332).

Ao longo dos anos tornou-se perentório estudar mais a fundo este sítio arqueológico, principalmente ao que à contextualização cronológica diz respeito. Mais recentemente, alguns autores dedicaram-se a tal tarefa e, contornando os obstáculos adjacentes a tais métodos, dataram os vestígios incinerados que se preservaram nos recipientes cerâmicos, assumindo, assim, que a incineração e deposição dos restos incinerados ocorreu no Bronze Final, entre cerca “1046-888 cal BC” (Brandherm, Krueger, Cardoso 2016-17: 522-526).

A questão mais enigmática associada a este contexto do Monte de São Domingos prende-se com a definição da verdadeira função das suas estruturas (Cardoso, Caninas e Henriques 1997-98: 235): estamos perante um povoado no qual se desenvolveu um ritual de deposição de restos incinerados no interior de uma casa? O buraco de poste e a passagem nos alinhamentos das supostas “cabanas” são elementos suficientes para reforçar o carácter habitacional? (Cardoso, Caninas e Henriques 1997-98: 236). Ou este seria um espaço simbólico-ritual no qual se desenvolveu a prática de incineração em urna, com a construção de estruturas pétreas com diversas funções, inclusive a de sepultura?

A primeira hipótese parece conivente com a ideia que alguns autores defendem em relação à tendência de aproximação dos espaços funerários/sepulturas aos espaços habitacionais, num corte ideológico com a tradição megalítica, como pudemos ver no ponto 6.3, o que neste caso do Monte de São Domingos representa mesmo um interiorizar de rituais fúnebres nas estruturas domésticas, à partida (Vilaça 1999: 179). Todavia, este sítio arqueológico possui, nas imediações destas duas principais estruturas, alguns vestígios de arte rupestre anteriores à Idade do Bronze, bem como rochas com “covinhas”, o que poderá induzir a ideia de que este espaço teria uma certa carga simbólica e ancestral, utilizando, quiçá, como espaço de performances rituais e funerárias, como se evidencia pela presença dos restos osteológicos na urna.

Algo parece evidente: se realmente a gradual adoção de rituais de incineração em urna como este que é aqui descrito é fruto de influências exógenas, não o é necessariamente de cariz mediterrâneo, pois, pelo menos no Monte de São Domingos há carência de elementos específicos dessa cultura (Vilaça 2008: 375).

## 7- REFLEXÕES FINAIS

Com o aproximar da finalização deste trabalho, urge a necessidade de lançar algumas comparações e reflexões finais, não só entre os contextos da “linha do Tejo”, como também entre estes e os de outras regiões, sendo essencial a síntese que fomos fazendo ao longo do capítulo 3.

### 7.1- As datações da “linha do Tejo”

Como já mencionámos, alguns contextos tiveram parte dos seus elementos datados através de métodos de <sup>14</sup>Carbono, algo que beneficia em larga medida os estudos feitos sobre estes espaços e permite benéficas comparações em termos de períodos cronológicos, deixando-nos vislumbrar, quiçá, qual terá sido a tendência evolutiva de certas práticas funerárias, percebendo que contextos se criaram primeiro ou posteriormente.

Contexto	Amostra	Tipo de material	Datação <sup>14</sup> C (BP)	Data. calibrada (BC) 2 sigma		Bibliografia
				Método A	Método B	
<b>Roça do Casal do Meio</b>	GrA-13501	Ossos humanos	2760 +/- 40	1001-825	997-985 (3,3%) 982-828 (96,7%)	Vilaça e Cunha 2005: 52, 53
<b>Roça do Casal do Meio</b>	GrA-13502	Ossos humanos	2820 +/- 40	1109-1101 1074-1062 1052-894 878-841	1125-1125 (0,01%) 1111-1099 (0,15%) 1053-892 (89,9%) 879-839 (5,4%)	Vilaça e Cunha 2005: 52, 53
<b>Tanchoal dos Patudos</b>	GrA-9270	Ossos humanos	2830 +/- 50	1187-1182 1146-1145 1128-889 882-836	1128-838 (100%)	Vilaça, Cruz e Gonçalves 1999: 15
<b>Tanchoal dos Patudos</b>	GrA-9572	Carvão vegetal	2790 +/- 50	1048-827	1054-823 (100%)	Vilaça, Cruz e Gonçalves 1999: 15
<b>Souto</b>	Beta-280041	Ossos humanos	2840 +/- 40		1120-910	Delfino et al. 2014: 185
<b>Souto</b>	Beta-463589	Ossos humanos	2810 +/- 30		1050-895	Beltrame et al. 2018: 38
<b>Souto</b>	Beta-450680	Ossos humanos	2850 +/- 30		1110-925	Beltrame et al. 2018: 38



<b>Monte de São Domingos</b>	UBA-30686	Ossos humanos	2801 +/- 37	1046-888 (95,4%) 883-845	Brandherm, Krueger e Cardoso 2016-17: 526, 527
------------------------------	-----------	---------------	-------------	-----------------------------	--

**Fig.15-** Tabela com dados de datações radiocarbónicas de alguns dos contextos da “linha do Tejo”\*

\*(A diversidade de métodos, protocolos, laboratórios e programas de calibração está patente nestes dados, daí ser importante a consulta da bibliografia supracitada para a clarificação dos mesmos. Nas amostras correspondentes a Roça do Casal do Meio e Tanchoal, os métodos utilizados pelos investigadores pressupõem a exposição de dois tipos distintos, A e B).

Os dados expostos na fig.15 basearam-se principalmente na datação dos restos osteológicos presentes em cada um destes contextos, oferecendo hipóteses quanto aos momentos da morte destes indivíduos.

Quanto às amostras dos defuntos do monumento da Roça do Casal do Meio (sem se saber a qual deles corresponde cada uma das amostras) (Vilaça e Cunha 2005: 52), Raquel Vilaça e Eugénia Cunha, duas investigadores que já abordaram e estudaram estes resultados, afirmam que poderá ser mais correto usar, neste caso em concreto, os dados com maior probabilidade de ocorrência do método B (igualmente a 2 sigma), que indicam que estes enterramentos terão ocorrido num período entre 982 e 828 a.C. (amostra 13501) e 1053 e 892 a.C. (amostra GrA-13502) (Vilaça e Cunha 2005: 52), o que não só confirma uma proximidade temporal entre eles como reitera o enquadramento no horizonte do Bronze Final/Ferro Inicial.

Já as datações de Tanchoal do Patudos (Vilaça, Cruz e Gonçalves 1999: 15, 16) também verificam que tal contexto se insere num período entre o século XI e o IX a.C., tendo principalmente em conta os valores do Método B.

As amostras do Souto (Delfino et al. 2014: 185; Beltrame et al. 2018: 38) apresentam, naturalmente, uma elevada concordância entre si, pois pertencem ao indivíduo do *tumulus* 1 (Beltrame et al. 2018: 38), confirmando que a sua cremação terá ocorrido algures entre finais do século XII a.C. e inícios do século IX a.C.

Por fim, a datação absoluta dos restos osteológicos do Monte de São Domingos (Brandherm, Krueger e Cardoso 2016-17: 526, 527) também irá comprovar a ideia cronológica que já se teria previamente a partir das interpretações relativas e comparativas das tipologias das cerâmicas, remetendo este contexto para uma linha entre a segunda metade do século XI e os meados do século IX a.C., condizentes com o Bronze Final/Ferro Inicial.

Considerando os dados, parece que, de um modo geral, a evolução do ritual de incineração em urna se vai alastrando do litoral para interior com algumas diferenças temporais (ainda que relativamente ténues), existindo registos de cremações mais antigas na necrópole do Tanchoal (sem considerar a datação dos carvões) comparativamente, por exemplo, ao contexto do Monte de São Domingos. Estas datações consubstanciam, aparentemente, as teorias que defendem uma circulação de novidades culturais através do Tejo, começando mais a Ocidente rumo às regiões mais interiores. Contudo, é de realçar uma vez mais que a Roça do Casal do Meio reflete precisamente a persistência do bi-ritualismo, sendo adotado aqui um ritual de inumação, mesmo numa cronologia ligeiramente posterior a algumas das incinerações em urna já realizadas nesta região. Será, neste caso em particular, a inumação usada precisamente para distinguir os indivíduos ali sepultados (que, como vimos em 6.4.1, poderão não ser de origem indígena)? A própria tipologia do monumento (que evoca a tradição calcolítica dos *tholos*) justifica o recurso a este tipo de ritual que começa a predominar precisamente a partir da transição entre o Calcolítico e a Idade do Bronze?

Face a estas questões, há-que refletir também numa outra ideia que oferece hipóteses praticamente contrárias à mencionada anteriormente em relação à “linha de expansão” dos rituais de incineração em urna. Damos o exemplo da cultura dos “campos de urnas”, um fenómeno complexo, amplamente discutido, com traços regionais muito próprios. É uma temática profunda que não teremos oportunidade de abordar na sua total abrangência, mas consideramos essencial reter alguns pontos em relação à mesma para estabelecer um exercício comparativo.

O conceito dos *urnfields* remete à Europa Central, onde importantes vestígios de tal cultura terão sido identificados entre o século XIX e XX (Ruiz Zapatero 2014: 195). A partir desta região a cultura e hábitos dos “campos de urnas” terão, então, emanado para outros pontos, inclusive a Península Ibérica, em vários ritmos temporais e com algumas particularidades. Em causa está o ritual de deposição de restos cremados em urnas, por sua vez colocadas em pequenas fossas sem montículos que, no seu todo, criam um “campo”/recinto funerário com alguma expressividade, podendo chegar às centenas de sepulturas (Ruiz Zapatero 2014: 195; Fokkens 1997: 360). A cultura dos “campos de urnas” abrange também um tipo de cerâmica específico e espólios de influências continentais (Ruiz Zapatero 2014: 195).

Muitas são as razões intuídas para a expansão territorial deste fenómeno, umas mais aceites que outras. No geral, apontam-se como causadores da adoção deste tipo de ritual as mudanças sociais e económicas, impelidas pelas novas ideologias, que poderiam ver nos “campos de

urnas” não só uma forma de tirar máximo proveito das terras (num contexto de Idade do Bronze ao qual se associa um gradual aumento demográfico das comunidades e uma expansão dos territórios possuídos e explorados por cada uma, diminuindo, talvez, o espaço disponível para as necrópoles) como também, simultaneamente, um modo de “democratizar” a Morte, tornando as sepulturas e o ritual funerário relativamente indiferenciados entre si (sendo todas muito semelhante na forma, podendo haver apenas algumas ligeiras nuances nos tamanhos) (Fokkens 1997: 369, 370). Este último aspeto é deveras curioso, pois destaca uma vez mais a problemática da hipotética diferenciação social e de *status* nas organizações das necrópoles, sendo que os “campos de urnas” parecem oferecer uma alternativa, principalmente a partir do Bronze Final, à tendência que é visível em certos casos (ainda no Bronze Final mas principalmente em tempos mais recuados) de organizar as necrópoles entre sepulturas primárias e/ou mais centrais reservadas a chefes e elites, e sepulturas secundárias, destinadas à restante população (Fokkens 1997: 364-369). Não obstante, ao falarmos do Bronze Final, quando esta cultura mais se terá proliferado, falamos de um contexto cultural e cronológico em que precisamente as diferenças e hierarquias sociais parecem acentuar-se no seio das comunidades. Assim sendo, a Morte é ou não um reflexo das dinâmicas sociais?

Ora, seja com que intuítos sociais ou ideológicos for, o que é facto é que tal cultura se dispersou pelo território, através, presume-se, da possível migração de comunidades da Europa Central, que dali saíam em busca de novas terras (em resposta, talvez, ao já falado aumento demográfico) e seguindo as rotas comerciais que se adensavam, promovendo a troca de diferentes produtos e ideias (Fokkens 1997: 360, 367-370). No caso da Península Ibérica, a região dos Pirenéus poderá ter sido um dos principais corredores da expansão da cultura dos *urnfields* (expansão essa cujo início pode remeter ao Bronze Médio), auxiliada pelo rio Ebro, uma importante via de comunicação nesse sentido (Ruiz Zapatero 2014: 196, 206). A Catalunha é uma das regiões peninsulares com mais vestígios de “campos de urnas”, principalmente de uma cronologia mais recente (Ruiz Zapatero 2014: 199).

Se se aceitar a ideia que de os contextos da “linha do Tejo” que melhor se conhecem e evidenciam o ritual de incineração em urna se podem enquadrar nesta cultura em específico, então a “linha” de transmissão deste novo traço cultural dá-se, possivelmente (mas não unicamente) do interior da Península Ibérica, vinda da zona pirenaica, para o litoral, onde se incluem, então, os contextos do território português. Muitos autores não aplicam diretamente o conceito de “campo de urnas” à “linha do Tejo”, pois tal implicaria um número considerável de sepulturas que justificasse a caracterização de “campo” (algo que não se verifica) e também

uma visível presença dos típicos espólios associados a esta cultura, o que parece não existir igualmente. As datações da fig.15 colocam, pelo menos para já, algumas dúvidas na total aceitação desta hipótese, pelos dados que anteriormente também expusemos. Contudo, se nos restringirmos ao ritual de incineração em urna em si, não poderemos ignorar de todo esta influência centro-europeia, nem dizer que estas populações além-Pirenéus não poderão ter exercido as suas influências na Península Ibérica em simultâneo com as de outras comunidades atlânticas e mediterrânicas, que entrariam diretamente pela costa do território português (Vilaça 2007: 145).

## 7.2- Discussão geral

Considerando principalmente aquelas que foram as nossas análises e interrogações ao longo do capítulo 3, 6 e 7, o que poderemos destacar?

De um modo geral podemos, presentemente, considerar que no Bronze Final são maioritárias as soluções sepulcrais mais discretas, pequenas, em negativo, muitas das vezes totalmente planas, de plantas tanto circulares como subretangulares, ainda que as primeiras pareçam ser as mais comuns. Os monumentos sob *tumuli* (ou seja, cobertos por montículos de sedimentos e pedras) são-no, usualmente, também de baixa volumetria e altura, o que também os torna relativamente encobertos na paisagem, apesar de haver referências pontuais a *tumuli* cujas pedras refletem em si a luz solar de forma muito incidente, o que, aparentemente ao contrário de outros casos, evidencia a presença desses mesmos elementos, sendo mais fácil identificá-los. Fossas-silo e cistas são, por isso, tipos de sepultura recorrentemente assinalados neste trabalho e os que melhor caracterizam o nosso território. A maior exceção poderá ser encontrada na região Sul, onde se destacam os monumentos tipo hipogeu, escavados na rocha.

Nalgumas necrópoles foi interpretada uma certa organização espacial, com estruturas mais centrais a partir das quais se alinhariam e irradiariam outras presumivelmente mais “secundárias”, sendo que para tais contextos os arqueólogos tendem a especular um hábito (e necessidade) de diferenciação entre indivíduos neles sepultados, notando que essa mesma diferenciação não tem de ser implicitamente social ou de *status*. Porém, este tipo de organização, e conseqüente (ou aparente) distinção entre estruturas, não é extensível a todos os casos, o que permite, uma vez mais, destacar as particularidades de certos contextos.

A prática de inumação individual continua a ter uma presença inquestionável, dando continuidade a esta tendência que se começou a intensificar no Bronze Inicial com uma gradual

desvalorização da inumação coletiva, que ainda seria o ritual predominante no Calcolítico. Porém, esta última não foi totalmente descartada no Bronze Final e em diante, aliás, fomos dando alguns exemplos de inumações coletivas que, na ótica de alguns investigadores, até se poderão ter tornado mais um meio de distinção (seja de que natureza for ou com que intuitos) dos indivíduos na sua Morte. A incineração é também assinalável e vai ganhando mais ênfase neste período de final do II milénio a.C., comparativamente a outros anteriores. Assim, os contextos estudados reiteram um bi-ritualismo que se vai evidenciando de forma heterogénea entre as várias regiões.

Especificamente as incinerações em urna são um ritual visível principalmente na “linha do Tejo” que, como também vimos, terá sido um corredor de comunicação privilegiado e, talvez, mais prematuramente permeável a novos hábitos culturais e rituais, comparando a outras regiões. Voltamos a lembrar o contexto da necrópole do Paranho, a norte desta “linha do Tejo” e com evidências de incineração em urna numa cronologia paralela (as datações por radiocarbono feitas aos restos osteológicos na década de 90 remontam para um período entre 1116-993 a.C.) (Domingos 1997: 97), que poderá ser uma interessante pista para esboçar a “rota” de expansão deste tipo de hábito funerário. Aliás, se fizermos uma análise um pouco mais minuciosa, vemos que esta datação da necrópole do Paranho indica uma ligeira antiguidade face, por exemplo, ao contexto do Souto, o que, em certa medida, demonstra uma proliferação deste ritual talvez mais rápida e geograficamente mais ampla do que se julga, chegando simultaneamente a outros pontos. Por isso, é de destacar a pertinência do aprofundamento dos estudos referentes às incinerações em urna na Península Ibérica, procurando a datação de mais contextos a elas associados, de modo a estabelecer comparações entre litoral e interior, norte e sul, tentando perceber as origens deste fenómeno e a sua linha territorial de expansão. Talvez assim se consiga perceber se continua a fazer sentido uma análise particular (e até geograficamente “isolada”) da “linha do Tejo” quanto a este ritual fúnebre.

A incineração dos corpos com posterior deposição dos restos cremados num recipiente cerâmico é, em certa medida, uma característica paradigmática do Bronze Final, ainda não totalmente generalizada mas que já faz vislumbrar uma mudança significativa nos rituais fúnebres. Ainda assim, não podemos ignorar o singular contexto da Roça do Casal do Meio, que em si converge a aparente “tradição” e evocação da ancestralidade através da arquitetura do seu monumento, o também “tradicional” e mais comum ritual de inumação, com a significativa presença de espólios com claros traços de “novidade”, de “exotismo”, comparando aos que usualmente se encontram nos contextos funerários mais conhecidos.

Seria muito interessante analisar concisamente estes fenómenos de bi-ritualismos, enquadrados em contextos culturais e cronológicos mais amplos, tentando observar o papel da incineração e da inumação a partir da I Idade do Ferro em diante. Deixamos como referência um exemplo que nos parece elucidativo da contínua importância (e em certos casos complexidade) que a inumação parece continuar a ter em tempos mais recentes, sendo ele o contexto funerário de “Casa del Carpio”, em Belvís de la Jara (Toledo), datado do século VI a.C (Pereira Sieso 1989; 1994; 2008; 2012; Pereira Sieso e De Alvaro 1988; Pereira Sieso e Carrobles Santos 2011). Trata-se de uma sepultura em fossa sem *tumulus*, dividida em três níveis de deposição e ritual, sendo que no segundo nível se encontravam dois inumados, uma mulher com cerca de 25 anos e uma criança recém-nascida Pereira Sieso 1989: 396; 1994: 55-60; 2008: 115; 2012: 203, 204), acompanhados nos restantes níveis por enterramentos de animais e um variado espólio cerâmico, metálico, incluindo também uma dita “clepsidra” que comprova a *performance* de rituais de libação associados a estes dois enterramentos (Pereira Sieso 1989: 396, 405; 1994: 55-60; 2008: 115; 2012: 204; Pereira Sieso e Carrobles Santos 2011: 51).

Se as incinerações se foram generalizando por talvez constituírem qualquer tipo de “vantagem” para as comunidades (fosse por novas ideologias que se queriam implementar por razões sociais, fosse por uma questão funcional de gestão do espaço - com recurso a sepulturas mais pequenas - ou por uma mudança paradigmática que negasse a diferenciação dos indivíduos na Morte, visando por isso a destruição do seu corpo, por exemplo), também as inumações continuaram a ser uma escolha, segundo critérios que poderão ser igualmente variados, mas sobre os quais os arqueólogos estão ainda longe de ter certezas.

Em termos das materialidades, vimos que os espólios não são de todo muito abundantes e quando existem são maioritariamente de cerâmica, sendo parco o material metálico e até mesmo lítico. A ausência de armas também é sentida nos contextos estudados, sendo por isso uma característica o que coloca em discussão, novamente, a ideia de que as necrópoles também refletem as organizações sociais das comunidades indígenas, isto porque, se aceitarmos as teorias expostas principalmente no capítulo 5 quanto ao assunto, seria de esperar uma clara diferença material mais evidente entre sepulturas de um mesmo espaço funerário, algo que, como vimos, não é de todo normativo. Os espólios com indubitáveis influências (ou até mesmo importações) exógenas, como as fíbulas, as pinças, as pastas vítreas e os próprios elementos de ferro, são minoritários face aos demais, e estão principalmente enquadrados na zona centro do território e na “linha do Tejo”.

As variadas heterogeneidades sugerem que os rituais fúnebres, ainda que contextualizados num tempo, espaço e cultura, se adaptam ao “particular”, fazendo sobressair aquelas que poderiam ser as singularidades dos defuntos, e até, quem sabe, a sua própria vontade quanto à “preparação” dos espaços da sua Morte e respetiva “ritualização”. Como comenta António Soares juntamente com outros autores, “a variabilidade parece ser a regra nas práticas funerárias, o que pode sugerir que no âmago do ritual existia o respeito pelo morto, mais do que simbolismos crípticos e ritos perfunctórios, os quais são muitas vezes característicos de uma qualquer religião.” (Soares et al. 2009: 452).

Em suma, se recuperarmos o conjunto de alíneas presentes no capítulo 2, ao qual se tencionava atribuir resposta, que resultados teremos? Grosso modo, conseguimos perceber, tanto através das materialidades que advêm de variados contextos, como da evolução da organização dos povoados, passando, claro está, pelos fenómenos mortuários e rituais, que neste período cronológico ocorrem algumas mudanças sociais e económicas, que culturalmente as comunidades indígenas são, de certo modo, permeáveis e evidenciam nas suas dinâmicas várias influências exógenas fruto dos graduais contactos incentivados por muitos fatores. Porém, tal não significa que possamos (já) falar, dado o estado dos conhecimentos até hoje, numa total transição paradigmática, neste caso mais especificamente em relação aos rituais da Morte. A transição do Bronze Final para o Ferro Inicial é, de facto, um período de intensificação de contactos e de maior abertura para novos povos, novas ideias e novos hábitos, mas a tradição indígena (que comporta regionalismos, particularidades e diversidade) é que continua a predominar.

## 8- CONCLUSÕES

Findadas as nossas análises e discussões, é possível resumir e reafirmar um conjunto de ideias que permitem clarificar o panorama do estudo e conhecimento da Morte nos séculos transitório entre o II e o I milénios a.C.

Começando por um balanço aos objetivos inicialmente definidos no capítulo 2, conseguimos perceber que a quantidade (e diversidade) da investigação feita em torno deste tema ainda é, de algum modo, insuficiente, o que deixa algumas análises comprometidas, perguntas ainda sem meios de resposta e também condiciona o exercício de comparação regional, isto porque, dentro do (pouco) que ainda se sabe, há zonas do território português com mais escavações e estudos recorrentes do que outras. Mais, é importante não esquecer que os contextos que nos chegam até hoje e começam a ser estudados podem já ter estado sob ações destrutivas com variadas causas e agentes, desde a ação do Homem, a acidentes naturais, passando até pelo tipo de solos do nosso território que, em certos casos, não facilitam a preservação de certos elementos como, por exemplo, os próprios restos osteológicos e orgânicos, o que, inevitavelmente, comprometerá os objetos de estudos dos arqueólogos e o seu fundamento para certas conclusões

Não obstante, é possível delinear algumas ideias que nos permitem compreender as diferenças e semelhanças, as continuidades e descontinuidades, e também as tradições indígenas e as (eventuais) influências exógenas nos rituais da Morte.

Se quisermos analisar os contextos numa perspetiva de regra/norma *versus* exceção, ou melhor, contextos maioritários *versus* minoritários (isto porque uma dita “norma” é, de algum modo, inexistente) é legítimo assumir que os primeiros se caracterizam por traços indígenas (e, talvez, adjacentes às características mais específicas de cada defunto e aos seus espetros sociais mais próximos) e os segundos, excepcionais, se compõem por elementos culturais exógenos. Neste âmbito, as dicotomias litoral/interior que se conseguem identificar nalguns traços referentes ao povoamento e quotidianos das comunidades não parecem ser tão evidentes no mundo funerário, ainda que não devam ser desvalorizadas na hora de formular hipóteses.

Perceber a tendência evolutiva destes rituais fúnebres em períodos posteriores aos que considerámos primordialmente neste trabalho será um exercício de elevada importância e que poderia constituir um bom complemento à análise que por nós foi proposta.



As teorias e ilações expostas ao longo do capítulo 6 refletem a dificuldade inerente ao estudo do ritual e do simbólico, predominando a subjetividade do “oculto” e a falta de certos elementos “palpáveis” para a compreensão de certos gestos das comunidades pretéritas. Algo que se salienta também, e que de algum modo justifica tal dificuldade, é precisamente a complexidade de certos contextos e espaços, em alguns casos com uma (aparente) ligação à Morte e aos seus rituais, práticas e cenários, mas não com vestígios objetivos de inumação ou incineração de indivíduos, por exemplo. No entanto, o estudo dos paradigmas da Morte não deve cessar e muito menos ser desvalorizado, ainda que existam sempre vários obstáculos.

Neste sentido, é fulcral apostar ainda mais nas prospeções, nas escavações (com registos o mais claros e completos possível para propiciar interpretações fundamentadas) e nos estudos dos contextos. Nota para o inventário presente no anexo 1 que demonstra a viabilidade deste tipo de estudos e a presença de vários vestígios sugestivos um pouco por todo o território, ainda que haja, efetivamente, uma menor aposta neste tipo de contextos, algumas vezes só meramente conhecidos e com pouca (ou por vezes desatualizada) informação adjacente. O Portal do Arqueólogo em si e o seu inventário do Endovélico demonstram igualmente algum défice de organização e dados de vários tipos de contextos o que, em certa medida, compromete bastante o estudo dos arqueólogos.

Mas, de facto, poderá ser interessante e pertinente levar a cabo tais prospeções com base em critérios que viemos assinalando no trabalho e que são visíveis em certos contextos funerários, como a sua proximidade a espaços habitacionais, a cursos de água e/ou por outro lado a ligação a outros espaços simbólicos/ancestrais, eventualmente com cariz também funerário, com mais ou menos destaque na paisagem. São talvez características relativamente divergentes e antagónicas, mas, no fundo, demonstram a pluralidade do mundo funerário no Bronze Final e podem ser “pistas” para a localização dos defuntos.

A multidisciplinidade poderá ser um método-chave para os arqueólogos analisarem os contextos fúnebres (em correlação com os contextos habitacionais) através de diferentes métodos e elementos. Um suporte em estudos etnográficos e antropológicos, por exemplo, aliados sempre que possível a recorrentes datações absolutas de restos materiais e osteológicos (que permitem fundamentos mais objetivos do que os exercícios de datações relativas), poderá criar novas hipóteses em relação aos defuntos, à forma como se encontram e como foram depositados, aos materiais que os acompanham e aos espaços e estruturas onde se localizam. Um profundo estudo de restos humanos inumados pode, em vários casos, providenciar importantes dados sobre as origens do defunto, a sua dieta ou as suas atividades quotidianas

(como vimos ter sido o caso dos defuntos da Roça do Casal do Meio na análise dos seus membros inferiores), e também permite analisar episódios *post-mortem* que os restos osteológicos possam ter sofrido, como ressalva o antropólogo David Gonçalves (2011: 6), algo que permitirá também mais termos comparativos.

Ainda que tenham sido proferidas há mais de duas décadas, as ilações de Raquel Vilaça não poderiam ser mais atuais, quando diz que “a morte no Bronze Final tem, de facto, de ser lida nas entrelinhas, fazendo-se um permanente balanço entre a evidência arqueológica positiva e a ausência de evidência, entre o que está e é, o que está pela vez de, e o que, não estando, acaba por estar.” (2000: 40).

## 9- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### A

ABARQUERO MORAS, Francisco Javier. (2012). Cogotas I más allá del Territorio Nuclear-Viajes, Bodas, Banquetes y Regalos em la Edad del Bronce Peninsular. *Cogotas I- Uma cultura de la Edad del Bronce en la Península Ibérica. Arte y Arqueología*. Nº30. Valladolid. pp.59-92

ALARCÃO, Jorge de, BARROCA, Mário. (2012). Dicionário de Arqueologia Portuguesa. Figueirinhas. Porto

ALVES, Catarina, ESTRELA, Susana, PORFÍRIO, Eduardo, SERRA, Miguel. (2014). Intervenção arqueológica no sítio de Alto de Brinches 3 (Reservatório Serpa-Norte): Resultados Preliminares. 4º Colóquio de Arqueologia do Alqueva- O Plano de Rega (2002-2010). EDIA. pp.96-102

ARMADA, Xosé-Lois, VILAÇA, Raquel. (2016). Rituales de comensalidad en el Bronce Final de la Iberia atlántica: artefactos metálicos, contextos e interpretación. in *Matar a fome, alimentar a alma, criar sociabilidades*. Coimbra. pp.127-144

ARMBRUSTER, Barbara R. (2002-03). A metalurgia da Idade do Bronze Final Atlântico do Castro de Nossa Senhora da Guia, de Baiões (S. Pedro do Sul, Viseu). *Estudos Pré-Históricos*. Volume 10-11. pp.145-155

ARRUDA, Ana Margarida, SOUSA, Elisa de, PIMENTA, João, MENDES, Henrique, SOARES, Rui. (2014). Alto do Castelo's Iron Age Occupation (Alpiarça, Portugal). *Zephyrus*. pp.143-156

ARRUDA, Ana Margarida, SOUSA, Elisa de, PIMENTA, João, SOARES, Rui, MENDES, Henrique. (2017). Fenícios e indígenas em contacto no Estuário do Tejo, *OPHIUSSA*. Volume 1. pp.79-90

### B

BAPTISTA, Lúcia, GOMES, Sergio, PINHEIRO, Rui, RODRIGUES, Zélia, VALE, Nelson, GRILO, José, MENDONÇA, Rodry, LUÍS, Liliana, SARAIVA, André, COSTA, Raul, FERNANDES, Sandrine, BAPTISTA, Hugo. (2013). Ponto de situação dos trabalhos de minimização de Impactes sobre o património cultural decorrentes da execução do bloco de rega de Ervidel- Fase de obra (Aljustrel, Ferreira do Alentejo e Beja, Portugal). in *VI Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*. Livro de Atas. pp.2489-2536

BAPTISTA, Lúcia, SOARES, António M. Monge, RODRIGUES, Zélia, VALE, Nelson, PINHEIRO, Rui, FERNANDES, Sandrine, VALÉRIO, Pedro. (2014). Os hipogeus funerários do Bronze Final do Sudoeste do Monte da Ramada 1 (Ervidel, Aljustrel)- Estudo preliminar. in *VIII Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*. Livro de Atas. pp.265-288

BARROSO BERMEJO, Rosa. (2012). Bronce Final-Hierro en el Tajo Superior. in *El Primer Milenio A.C en la Meseta Central- De la longhouse al oppidum*. Volumen 1. pp.29-45

BARROSO BERMEJO, Rosa, BUENO, Primitiva, GONZÁLEZ, Armando, CANDELAS, Nieves, ROJAS, Juan Manuel, LÓPEZ SÁEZ, Jose Antonio. (2014). Enterramientos de la Edad del Bronce en la Meseta Sur peninsular a partir del Sector 22, Yuncos (Toledo). *Munibe Antropologia-Arkeologia*. Nº65. pp.117-136

BARROSO BERMEJO, Rosa, BUENO RAMÍREZ, Primitiva, BALBÍN BEHRMANN, Rodrigo de, GONZÁLEZ MARTÍN, Armando, RODRÍGUEZ-MALO, Juan Manuel Rojas. (2018). Inhumaciones em urna cerâmica de la Edad del Bronce en la Cuenca Media e Alta del Tajo: una perspectiva comparativa. *SPAL- Revista de Prehistoria y Arqueología*. Nº27.1. pp.13-30

BELTRAME, Massimo, BOTTAINI, Carlo, CRUZ, Ana, VILAÇA, Raquel, CANDEIAS, António, MIRÃO, José. (2018). O Tumulus 1 do Souto (Abrantes, Médio Tejo): Novos contributos para o conhecimento das materialidades do mundo funerário do Bronze Final no Centro de Portugal”. *Estudos do Quaternário*. Nº19. Braga. pp.33-48

BETTENCOURT, Ana M. S. (1995). Dos inícios aos Finais da Idade do Bronze no Norte de Portugal. in *A Idade do Bronze em Portugal- discursos de poder*. Museu Nacional de Arqueologia. pp.110-115

BETTENCOURT, Ana M. S. (1997). Expressões funerárias da Idade do Bronze no Noroeste peninsular. *II Congreso de Arqueología Peninsular, Tomo II- Neolítico, Calcolítico y Bronce*. Fundación Rei Afonso Henriques. pp.621-632

BETTENCOURT, Ana M. S. (2001). Considerações em torno de alguns aspetos económicos do Ferro Inicial no Noroeste português, *Arqueologia*. Nº26. pp.41-55

BETTENCOURT, Ana M. S. (2005). O que aconteceu às populações do Bronze Final do Noroeste de Portugal, no segundo quartel do I milénio a.C, e quando começou, afinal, a Idade do Ferro?. *Arqueologia*. Cadernos do Museu. Penafiel. Nº11. pp.25-40

BETTENCOURT, Ana M. S. (2008). Life and death in the Bronze Age of the NW of Iberian Peninsula. in *The Materialiy of death- bodies, burials, beliefs*. Archeopress. pp.99-104

BETTENCOURT, Ana. M. S. (2010). La Edad del Bronce en el Noroeste de la Península Ibérica: un análisis a partir de las prácticas funerárias. *Trabajos de Prehistoria*. 67. Nº1. pp.139-173

BETTENCOURT, Ana M. S. (2013). A Pré-História do Noroeste Português. Territórios da Pré-História em Portugal. *ARKEOS*. Volume 2. pp.31-54

BICHO, Nuno Ferreira. (2012). Manual de Arqueologia Proto-Histórica. Edições 70. 2ª edição

BLANCO GONZÁLEZ, Antonio. (2018). De cabañas a casas- Estrategias sociales en la prehistoria final de la Meseta (1400-400 AC). in *Mas allá de las casas- Familias, linajes y comunidades en la protohistoria peninsular*. Universidad de Extremadura. pp.295-326

BLASCO BOSQUED, María Concepción, CHAMÓN, Jorge, BARRIO MARTÍN, Joaquín. (2012). Las primeras necropolis de incineración en tierras de Madrid. *El Primer Milenio A.C en la Meseta Central- De la longhouse al oppidum*. Volumen 1. pp.49-63

BRANDHERM, Dirk, KRUEGER, Michal, CARDOSO, João Luís. (2016-17). Um novo método para a datação absoluta de ossos humanos cremados: A cabana 2 do Monte de São Domingos (Malpica do Tejo, Portugal). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Volume 23. pp.519-530

## C

CANINAS, João Carlos. (2019). Megalitismo e Povoamento entre o Zêzere e o Tejo na região de Castelo Branco. Tese de Doutoramento em Arqueologia. Universidade de Évora

CARDOSO, João Luís. (1995). Os povoados do Bronze Final a Norte do Estuário do Tejo. in *A Idade do Bronze em Portugal- discursos de poder*. Museu Nacional de Arqueologia. p.126

CARDOSO, João Luís, CANINAS, João Carlos, HENRIQUES, Francisco. (1997-98). Duas cabanas circulares da Idade do Bronze do Monte de São Domingos (Malpica do Tejo, Castelo Branco). *Actas do Colóquio "A Pré-História na Beira Interior"* (Tondela, 1997). Centro de Estudos Pré-Históricos da Beira Alta. Viseu. pp.325-345

CARDOSO, João Luís. (2000 a). A sepultura da Roça do Casal do Meio (Sesimbra) no quadro dos rituais funerários da Idade do Bronze da Baixa Estremadura. *Discursos. Língua, Cultura e Sociedade*. Série III. Nº2. pp.243- 251

CARDOSO, João Luís. (2000 b). Manifestações funerárias da Baixa Estremadura no decurso da Idade do Bronze e da Idade do Ferro (II e I milénios a.C.): Breve síntese. *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Volume V. Porto. pp.61-79

CARDOSO, João Luís (2002). O território português no quadro das solidariedades comerciais atlanto-mediterrâneas do Bronze Final. *Discursos- Língua, Cultura e Sociedade- A construção da Europa*. Série III. Nº4. Universidade Aberta

CARDOSO, João Luís. (2006). Lisboa e Estremadura. A Pré-história Recente e a Proto-história. *Territórios da Pré-História em Portugal*. Volume 6.2. pp.38-77

CARDOSO, João Luís, GRADIM, Alexandra. (2007). A tholos do Cerro do Malhanito (Alcoutim). Resultados das escavações arqueológicas efectuadas. *Promontoria- Revista do Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve*. Ano 5. Nº5. pp.199-226

- CARDOSO, João Luís, GRADIM, Alexandra. (2008). A necrópole de cistas da Idade do Bronze das Soalheironas (Alcoutim). Primeira notícia dos trabalhos realizados e dos resultados obtidos. *Promontoria*- Revista do Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve. Ano 6. Nº6. pp.223-248
- CASADO ARIZA, Manuel. (2011). Cerámica grabada Tartésica del Carambolo: Nuevos testimonios. *SPAL*- Revista de Prehistoria y Arqueología. Nº20. pp.93-105
- CELESTINO PÉREZ, Sebastián, SALGADO CARMONA, José Ángel. (2011). Nuevas metodologías para la distribución espacial de las estelas del Oeste peninsular. Estelas e estátuas-menires: da Pré à Proto-história. Actas das IV Jornadas Raianas. Sabugal. pp.417-438
- COROBA PEÑALVER, Juan. (2015). Viviendas del Bronce Final e Inicios de la Edad del Hierro en la cuenca superior del Tajo. *ARPI-Arqueologia y Prehistoria del Interior Peninsular*. Nº2. Universidad de Alcalá. pp.108-132
- COSME, João. (2019). Olhar(es) sobre o rio Tejo. *Caminhos do rio- rios das grandes civilizações*. Câmara Municipal de Torres Vedras. Universidade de Lisboa. pp.147-159
- CRUZ, Ana, DELFINO, Davide, GRAÇA, Ana. (2013). Pensar a Morte no Alto Ribatejo: Tumulus 1 do Souto (Abrantes, Portugal). *Identidades e diversidade cultural: património arqueológico e antropológico do Píauí- Brasil e do Alto-Ribatejo-Portugal*. CEIPHAR/ITM. pp.51-60
- CRUZ, Ana, GRAÇA, Ana, OOSTERBEEK, Luiz. (2014). Caves, Megalithism and Tumuli- Three diachronic realities in funerary archeography from Alto Ribatejo. *Rendering death: Ideological and Archaeological Narratives from Recent Prehistory (Iberia)*. England. pp.61-75
- CRUZ, Ana. (2020). A Arqueologia da Morte na região de Abrantes durante o Bronze Final (sécs. XVIII- VIII a.C) - A necrópole de *tumuli* de Bioucas-Souto. Relatório final de Pós-Doutoramento em Arqueologia. Coimbra
- CRUZ, Domingos. (1997). A necrópole do Bronze Final do "Paranho" (Molelos, Tondela, Viseu). *Estudos Pré-Históricos*. Volume 5. pp.85-110
- CRUZ, Domingos, VILAÇA, Raquel. (1999). O grupo de *tumuli* da Senhora da Ouvida (Monteriras/ Moura Morta, Castro Daire, Viseu) - Resultados dos trabalhos arqueológicos. *Estudos Pré-Históricos*. Volume 7. pp.129-162
- CRUZ, Maria das Dores, CORREIA, Virgílio Hipólito. (2007). Normas de Inventário de Cerâmica Utilitária. Instituto dos Museus e da Conservação

**D**

DELFINO, Davide, CRUZ, Ana, GRAÇA, Ana, GASPAR, Filomena, BATISTA, Álvaro. (2014). A problemática das continuidades e descontinuidades na Idade do Bronze do Médio Tejo Português. *A Idade do Bronze em Portugal: os dados e os problemas. Série Monográfica*. Nº1. Instituto Politécnico de Tomar. pp.147-201

DESERTO, Jorge, PEREIRA, Susana da Hora Marques. (2016). Estrabão- Geografia Livro III: Introdução, tradução do Grego e notas. Imprensa da Universidade de Coimbra

DIÁZ-GUARDAMINO, Marta. (2011). Iconografía, lugares y relaciones sociales: Reflexiones em torno a las estelas y estatuas-menhir atribuidas a la Edad del Bronce en la Península Ibérica. Estelas e estátuas-menires: da Pré à Proto-história. Actas das IV Jornadas Raianas. Sabugal. pp.63-87

**F**

FILIPE, Victor, GODINHO, Ricardo, GRANJA, Raquel, RIBEIRO, Artur, VALERA, António Carlos. (2013). Bronze Age funerary spaces in Outeiro Alto 2 (Brinches, Serpa, Portugal): The hypogea cemetery. *Zephyrus*. LXXI. pp.107-129

FOKKENS, Harry. (1997). The genesis of urnfields: economic crisis or ideological change?. *Antiquity*. Nº71. pp.360-373

FRIED, Morton. (1967). The Evolution of Political Society- An essay in Political Anthropology. Columbia University Press

**G**

GALÁN DOMINGO, Eduardo, MARTÍN BRAVO, Ana Maria. (1991). Megalitismo y zonas de paso en la cuenca Extremeña del Tajo. *Zephyrus*. pp.193-205

GAMITO, Teresa Júdice. (1995). A necrópole de Corte Cabreira. in *A Idade do Bronze em Portugal- discursos de poder*. Museu Nacional de Arqueologia. pp.82-84

GOMES, Francisco. (2016). Contactos culturais e discursos identitários na I Idade do Ferro do Sul de Portugal (séculos VIII-V a.n.e): leituras a partir do registo funerário. Tese de Doutoramento em História, na especialidade de Arqueologia. Universidade de Lisboa

GOMES, Francisco. (2021). Funerary practices in the Southern Portuguese Late Bronze Age: a critical overview, twenty years later. *Conference: 20 ans de recherches. Actes du colloque international anniversaire de l'APRAB*, pp.477-485. Dijon: APRAB.

GOMES, Mário Varela, MONTEIRO, J. Pinho. (1976-77). As estelas decoradas da Herdade de Pomar (Ervidel- Beja)- Estudo comparado. *Setúbal Arqueológica*. Volume II-III. Museu de Arqueologia e Etnografia de Setúbal. pp.281-343

GOMES, Mário Varela, GOMES, Rosa Varela, BEIRÃO, Caetano de Mello, MATOS, José Luís de, CUNHA, Armando Santinho, SILVA, Carlos Tavares da, GIL, Fernando Bragança, GUERRA, Maria Filomena, BARREIRA, Gaspar. (1986). A Necrópole da Vinha do Casão (Vilamoura, Algarve) no contexto da Idade do Bronze do Sudoeste Peninsular. *Trabalhos de Arqueologia*. Nº2. Lisboa

GOMES, Mário Varela. (1994). A necrópole de Alfarrobeira (S.Bartolomeu de Messines) e a Idade do Bronze no concelho de Silves. *XELB- Revista de Arqueologia, Arte, Etnologia e História*. Nº2. Silves. pp.11-138

GOMES, Mário Varela. (1995 a). As Estelas funerárias, da Idade do Bronze Final, no Centro e Sul de Portugal. in *A Idade do Bronze em Portugal- discursos de poder*. Museu Nacional de Arqueologia. p.130

GOMES, Mário Varela. (1995 b). A Idade do Bronze no Algarve. in *A Idade do Bronze em Portugal- discursos de poder*. Museu Nacional de Arqueologia. pp.140-143

GONÇALVES, David. (2011). Cremains- the value of quantitative analysis for the bioanthropological research of burned human skeletal remains. Tese de Doutoramento em Antropologia Biológica. Universidade de Coimbra

GONZÁLEZ RUIBAL, Alfredo. (2003). La experiencia del Otro- Una introducción a la etnoarqueología”. *AKAL Arqueología*. Nº3. pp.89-97,145-155

GOULD, Richard (1989). Ethnoarchaeology and the past: our search for the “real thing”. *Fennoscandia archaeologica*. VI. pp.3-22

## H

HARDING, A.F. (2000). *European Societies in the Bronze Age*. Cambridge World Archaeology

## J

JOHNSON, Allen W., EARLE, Timothy. (2000). *The evolution of human societies- From Foraging group to Agrarian state*. 2ª Edição. Stanford University Press.

JORGE, Susana Oliveira. (2012). Pensar a Arqueologia do ritual: breve apontamento. 1ª Mesa Redonda- Artes rupestres da Pré-História e da Proto-História: paradigmas e metodologias de registo. *Trabalhos de Arqueologia*. Nº54. pp.25-32



**K**

KALB, Philine. (1980). O "Bronze Atlântico" em Portugal. Separata das *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*. pp.3-27

KALB, Philine, HÖCK, Martin. (1982). Cabeço da Bruxa, Alpiarça (distrito de Santarém): relatório preliminar da escavação de Janeiro e Fevereiro de 1979. *Portvgalia*. pp.63-69

KALB, Philine. (1995 a). O Tesouro de Baiões. in *A Idade do Bronze em Portugal- discursos de poder*. Museu Nacional de Arqueologia. p.101

KALB, Philine. (1995 b). Fonte da Malga. in *A Idade do Bronze em Portugal- discursos de poder*. Museu Nacional de Arqueologia. p.87

**M**

MARTÍN BRAVO, Ana Maria, GALÁN DOMINGO, Eduardo. (1998). Poblamiento y circulación metálica en la Beira Interior y Extremadura durante el Bronce Final y la transición a la Edad del Hierro. *Actas do Colóquio A Pré-História na Beira Interior*. pp.305-323

**P**

PARREIRA, Rui. (1995). Aspectos da Idade do Bronze no Alentejo Interior. *A Idade do Bronze em Portugal- discursos de poder*. Museu Nacional de Arqueologia. pp.131-134

PARREIRA, Rui. (2014). O Bronze do Sudoeste como entidade arqueográfica: a visibilidade dos dados empíricos e os resultados da pesquisa como produto social. in *Idade do Bronze do Sudoeste- Novas perspetivas sobre uma velha problemática*. Coimbra. pp.13-23

PEREIRA SIESO, Juan, DE ALVARO, Enrique. (1988). Una tumba de la transición Bronce-Hierro en la Meseta Sur: El Carpio (Belvis de la Jara, Toledo). *I Congreso de Historia de Castilla- La Mancha*. pp.279-389

PEREIRA SIESO, Juan. (1989). Nuevos datos para la valoración del hinterland Tartésico. El enterramiento de la Casa del Carpio (Belvis de la Jara, Toledo). in *Tartessos- Arqueología Protohistorica del Bajo Guadalquivir*. pp.395-409

PEREIRA SIESO, Juan. (1994). La transición del Bronce Final al Hierro en la Meseta Sur. *La Edad del Bronce en Castilla- La Mancha: Actas del Simposio 1990*. pp.37-85

PEREIRA SIESO, Juan. (2001). El registro arqueológico de las cremaciones, una fuente para la reconstrucción del ritual funerario. *Arqueología funeraria: Las necrópolis de incineración*. Colección Humanidades. pp.11- 35

PEREIRA SIESO, Juan. (2008). La tumba de Casa del Carpio y el comercio en el valle del Tajo. in *Arqueología Vettona: La Meseta occidental en la Edad del Hierro*. Alcalá de Henares. Museo Arqueológico Regional. pp.115-124

PEREIRA SIESO, Juan, CARROBLES SANTOS, Jesús. (2011). Rituales funerarios en la Meseta Sur durante el primer milenio a.C. in *La muerte en el Tiempo- Arqueología e Historia del hecho funerario en la provincia de Toledo*. UNED. Talavera de la Reina. pp.45-79

PEREIRA SIESO, Juan. (2012). La tumba de la Casa del Carpio (Belvís de la Jara, Toledo) - Un enterramiento femenino de época orientalizante. *La Arqueología funeraria desde una perspectiva de género*. II Jornadas Internacionales de Arqueología y Género en la UAM. Colección Estudios 145. pp.201-214

PEREIRA SIESO, Juan, CHAPA BRUNET, Teresa, CHARRO LOBATO, Cristina, VALLÉS IRISO, Javier, MAYORAL HERRERA, Victorino. (2020). Nuevas perspectivas en el estudio del urbanismo del asentamiento fortificado del Cerro de la Mesa (Alcolea de Tajo, Toledo) mediante métodos no destructivos. Actualidad de la investigación arqueológica em España I (2018-2019)- Conferencias impartidas en el Museu Arqueológico Nacional. pp.367-385

PIMENTA, João, SOUSA, Elisa de, MENDES, Henrique, HENRIQUES, Eurico, ARRUDA, Ana Margarida. (2018). A Eira da Alorna (Almeirim): as ocupações pré e proto-históricas. *Cira-Arqueologia*. VI. pp.9-49

PORFÍRIO, Eduardo, SERRA, Miguel. (2010). Rituais funerários e comensalidade no Bronze do Sudoeste da Península Ibérica: novos dados a partir de uma intervenção arqueológica no sítio da Torre Velha 3 (Serpa). *Estudos do Quaternário*. Nº6. pp.49-66

PORFÍRIO, Eduardo. (2014). Torre Velha 3 e o povoamento de planície nos campos de Serpa durante a Idade do Bronze. in *Idade do Bronze do Sudoeste- Novas perspetivas sobre uma velha problemática*. Coimbra. pp.25- 49

PORFÍRIO, Eduardo, SERRA, Miguel. (2018). It's right there! Trans-regional contacts in Bronze Age Baixo Alentejo? Brief Reflections from the hypogea necropolis of Torre Velha 3 (Serpa, Portugal). Interchange in Pre and Protohistory. Case studies in Iberia, Romania, Turkey and Israel. *BAR International Series*. pp.143-158

## R

RAMOS, Catarina. (2019). Condições geomorfológicas e climáticas das cheias da Ribeira de Tera e do Rio Maior (Bacia hidrográfica do Tejo). Centro de Estudos Geográficos. Universidade de Lisboa

RENFREW, Colin, BAHN, Paul. (2005). *Archaeology- The Key Concepts*. London and New York.

RENFREW, Colin, BAHN, Paul. (2015). *Archaeology Essentials- Theories, Methods, Practice*. London.

RIBEIRO, Orlando, LAUTENSACH, Hermann, DAVEAU, Suzanne. (2004). *Geografia de Portugal- A posição geográfica e o território*. Volume I. 6ª edição. Lisboa

RODRÍGUEZ-CORRAL, Javeir, FERRER ALBELDA, Eduardo. (2018). Teoría e interpretación en la arqueología de la Muerte. *SPAL- Revista de Prehistoria e Arqueología*. Nº27.2. pp.89-123

RODRÍGUEZ DÍAZ, Alonso, ENRÍQUEZ NAVASCUÉS, Juan-Javier. (2001). *Extremadura tartésica- Arqueología de un proceso periférico*. Bellaterra Arqueología. Barcelona.

RUIZ ZAPATERO, Gonzalo. (2014). The urnfields. in *Iberia, Protohistory of the Far West of Europe. From Neolithic to Roman Conquest*. Burgos. pp.195-215

## S

SÁ, Edite. (2014). O Monumento sob *tumulus* da Idade do Bronze de Ladeiras do Covo 2 (Vale de Cambra, Centro-Norte de Portugal). in *Corpos e Metais na Fachada Atlântica da Ibéria- Do Neolítico à Idade do Bronze*. pp.33-41

SAMPAIO, Hugo. (2014). *A Idade do Bronze na Bacia do Rio Ave (Noroeste de Portugal)*. Tese de Doutoramento em Arqueologia. Universidade do Minho

SAMPAIO, Hugo. (2017). Contextos e práticas funerárias da Idade do Bronze na Bacia Hidrográfica do Rio Ave (Noroeste de Portugal). *Arqueologia em Portugal*. Associação dos arqueólogos portugueses. Lisboa. pp.795-

SCHUBART, Hermanfrid. (1965). *Atalaia- Uma necrópole da Idade do Bronze no Baixo Alentejo*. Separata do “Arquivo de Beja”. Volume XXII. Beja

SENNA-MARTINEZ, João Carlos de. (1995). Entre Atlântico e Mediterrâneo: Algumas reflexões sobre o grupo Baiões/Santa Luzia e o desenvolvimento do Bronze Final Peninsular. in *A Idade do Bronze em Portugal- discursos de poder*. Museu Nacional de Arqueologia. pp.118-122

SENNA-MARTINEZ, João Carlos de. (1996 a). Do espaço doméstico ao funerário: Ideologia e cultural material na Pré-História Recente do centro de Portugal. *OPHIUSSA*. Nº1. pp. 65-76

SENNA-MARTINEZ, João Carlos de. (1999). The Central Portugal Late Bronze Age: Contribution to a study on regional ethnogenesis. *Estudos do Quaternário*. Nº 2. Lisboa. pp.41-50

- SENNA-MARTÍNEZ, João Carlos de. (2010). “Um mundo entre mundos” - O grupo de Baiões/Santa Luzia, sociedade; metalurgia e relações inter-regionais. *Iberografias*. Nº6. pp.13-26
- SENNA-MARTINEZ, João Carlos de. (2013). Aspetos do Centro-Norte do Ocidente Peninsular no Final da Idade do Bronze: Povoamento, Metalurgia e Sociedade. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Volume 20. pp.173-190
- SERRA, Miguel, PORFÍRIO, Eduardo. (2017). Estratégias de povoamento entre o Bronze Pleno e Final na região de Beja. *Scientia Antiquitatis*. Nº 1. pp.209-232
- SERVICE, Elman R. (1984). Los orígenes del Estado y de la civilización- El proceso de la evolución cultural. Versión española de Mari-Carmen Elvira Hidalgo. Alianza Universidad Textos. Spain
- SILVA, Armando Ferreira da, GOMES, Mário Varela. (1992). Proto-História de Portugal. Universidade Aberta.
- SILVA, Carlos Tavares da, SOARES, Joaquina. (2018). Génese do conceito “cultura do Bronze do Sudoeste”. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Volume 24. pp.375-396
- SILVA, Carlos Tavares da, SOARES, Joaquina. (1995). O Alentejo Litoral no contexto da Idade do Bronze do Sudoeste Peninsular. in *A Idade do Bronze em Portugal- discursos de poder*. Museu Nacional de Arqueologia. pp.136-139
- SILVA, Ricardo Costeira da. (2005). Génese e transformação da estrutura do povoamento do I milénio a.C. na Beira Interior. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Universidade de Coimbra.
- SOARES, António, SANTOS, Filipe J.C., DEWULF, Joke, DEUS, Manuela de, ANTUNES, Ana Sofia. (2009). Práticas rituais no Bronze do Sudoeste- Alguns dados. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Nº17. pp.433-456
- SOARES, Joaquina, SILVA, Carlos Tavares. (2016). Bronze Médio do Sudoeste- indicadores de complexidade social. *Terra e água- Escolher sementes, invocar a Deusa. Estudos e Memórias*. Nº9. UNIARQ. pp.359-384
- SOARES, Inês. (2016). Espaços de habitação no Bronze Final: das materialidades às vivências sociais- o povoado da Moreirinha. Dissertação de Mestrado em Arqueologia e Território. Universidade de Coimbra
- SPINDLER, Konrad, BRANCO, António Castello, ZBYSZEWSKI, Georges, FERREIRA, Octávio da Veiga. (1973-74). Le monument à coupole de l'âge du Bronze Final de la Roça do Casal do Meio (Calhariz). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Tomo LVII. Lisboa. pp.91-153

## V

VALÉRIO, Pedro. (2005). Caracterização química de produções metalúrgicas do Castro da Senhora da Guia de Baiões (Bronze Final). Dissertação de Mestrado em Química Aplicada ao Património Cultural. Universidade de Lisboa.

VAN DYKE, Ruth M, ALCOCK, Susan E. (2003). Archaeologies of Memory: An Introduction. in *Archaeologies of Memory*. Blackwell Publishers. pp.1-14

VELASCO VÁZQUEZ, Javier, ESPARZA ARROYO, Ángel. (2016). Muertes ritualizadas en la Edad del Bronce de la Península Ibérica: un enterramiento inusual en Los Rompizales (Quintanadueñas, Burgos). *Munibe Antropologia-Arkeologia*. Nº67. pp.75-103

VILAÇA, Raquel. (1995 a). A Idade do Bronze na Beira Baixa. in *A Idade do Bronze em Portugal- discursos de poder*. Museu Nacional de Arqueologia. pp.127-129

VILAÇA, Raquel. (1995 b). Aspetos do Povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos Finais da Idade do Bronze. *Trabalhos de Arqueologia*. Nº9. Volume 1

VILAÇA, Raquel. (1998). Hierarquização e conflito no Bronze Final da Beira Interior. *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?*. *Trabalhos de Arqueologia*. Nº10. pp.203-217

VILAÇA, Raquel. (1999). Some comments on the Archaeological heritage of the Late Bronze Age in Beira Interior. *Journal of Iberian Archaeology*. Volume 1. pp.173-184

VILAÇA, Raquel, CRUZ, Domingos. (1999). Práticas Funerárias e Culturais dos Finais da Idade do Bronze na Beira Alta. *Arqueologia*. Nº24. Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto. pp.73-99

VILAÇA, Raquel, CRUZ, Domingos, GONÇALVES, A.A.Huet B. (1999). A Necrópole de Tanchual do Patudos (Alpiarça, Santarém). *Conimbriga*. XXXVIII. pp.5-29

VILAÇA, Raquel. (2000). Notas soltas sobre o património arqueológico do Bronze Final da Beira Interior. *BEIRA INTERIOR- História e Património*. Guarda. pp.31-50

VILAÇA, Raquel, ARRUDA, Ana Margarida. (2004). Ao longo do Tejo, do Bronze ao Ferro. *Conimbriga*. XLIII. pp.11-45

VILAÇA, Raquel, CUNHA, Eugénia. (2005). A Roça do Casal do Meio (Calhariz, Sesimbra), novos contributos. *Al-Madan*. II série (13). pp.48-57

VILAÇA, Raquel. (2006). Proto-História Peninsular: Programa, metodologia, conteúdos e guia bibliográfico. Textos Pedagógicos e Didáticos. Nº16. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

VILAÇA, Raquel. (2007 a). Considerações sobre cerâmicas pré e proto-históricas do território português. *Actas do Seminário “A produção de Cerâmica em Portugal”*. Barcelos. pp.7-25

VILAÇA, Raquel. (2007 b). Todos os caminhos vão dar ao Ocidente: trocas e contactos no Bronze Final. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Volume 15. pp.135-154

VILAÇA, Raquel. (2007 c). A Cachouça (Idanha-a-Nova, Castelo Branco) - Construção e organização de um caso singular de inícios do I milénio a.C. *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular. Promontoria Monográfica*. Nº8. pp.67-75

VILAÇA, Raquel. (2008). Reflexões em torno da presença mediterrânea no centro do território português, na Charneira do Bronze para o Ferro. *Contacto cultural entre el Mediterráneo y el Atlántico (siglos XII-VIII a.C.)- La precolonización a debate*, Escuela Española de Historia y Arqueología en Roma. Madrid. pp.371-400

VILAÇA, Raquel. (2008-09). Sobre *tranchets* do Bronze Final do Ocidente Peninsular. *Portvgalia*. Volume XXIX-XXX. pp.61-84

VILAÇA, Raquel. (2009). Sobre rituais do corpo em finais do II milénio/ inícios do I milénio a.C.: Do espaço europeu ao território português. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Volume 17. pp.489-511

VILAÇA, Raquel. (2012). Late Bronze Age: Mediterranean impacts in the western end of the Iberian Peninsula (Actions and reactions). *Actas del Seminario Internacional celebrado en la Universidad Pompeu Fabra, Cuadernos de Arqueología Mediterránea*. Nº21. pp.13-41

VILAÇA, Raquel. (2013 a). A presença Mediterrânea no mundo interior Beirão, Centro de Portugal (Sécu. XI/X- VII- VI a.C.). *VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos*. pp.396-411

VILAÇA, Raquel. (2013 b). O Povoamento da Beira Interior durante o Bronze Final: Evidências, interações, simbolismos. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Volume 20. pp.191-220

VILAÇA, Raquel. (2015). As faces da Morte- Do Bronze para o Ferro, o Norte e o Sul do território português. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Nº53-55. pp.83-105

VILAÇA, Raquel. (2017). Da Morte e seus rituais em finais da Idade do Bronze no Centro de Portugal: 20 anos de investigação. *Actas da Mesa Redonda: A Pré-História e a Proto-história no Centro de Portugal: avaliação e perspectivas de futuro*. Volume XVII (versão digital). Viseu. pp.101-134

VILAÇA, Raquel, CARDOSO, João Luís. (2017). O Tejo Português durante o Bronze Final. in *Territorios comparados: Los valles del Guadalquivir, el Guadiana y el Tajo en época Tartésica*. Instituto de Arqueología. Mérida. pp.237-282

VILAÇA, Raquel, CRUZ, Domingos, SANTOS, André Tomás, MARQUES, João Nuno. (2017). Encenar a morte, ritualizar o espaço: o monumento da Travessa da Lameira dos Lobos (Castro Daire, Viseu, Portugal). *Arquitecturas funerárias y memoria: la gestión de las necrópolis en Europa occidental (ss.X-III a.C.)*. Actas del Coloquio del 13-14 Marzo 2014. Madrid. pp.129-142

VILAÇA, Raquel, SOARES, Inês, OSÓRIO, Marcos, GIL, Francisco. (2018). Cerâmicas pintadas de “tipo Carambolo” na Beira Interior (centro de Portugal). *SPAL- Revista de Prehistoria y Arqueología*. Nº27.2. pp.55- 88

VILAÇA, Raquel. (2020). O Ocidente Peninsular de há 3000 anos num cruzamento de escalas. Itinerários das coisas e das pessoas. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Volume 27. pp.281-316

VILAÇA, Raquel, BOTTAINI, Carlo, OSÓRIO, Marcos, SILVA, Sofia, FERNANDES, Diana. (2020). A ocupação Pré-histórica do Cabeço de Caria Talaia (Sabugal, Portugal). *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid*. Nº46. pp.79-117

## W

WEISS-KREJCI, Estella. (2011). The formation of mortuary deposits- Implications for understanding mortuary behavior of past populations. in *Social bioarchaeology*. Wiley-Blackwell. pp.68-108

## OUTRAS BIBLIOGRAFIAS LIDAS<sup>27</sup>

### A

ALMAGRO-GORBEA, Martín. (1973). *Los Campos de Túmulos de Pajaroncillo (Cuenca)*. *Excavaciones Arqueológicas en España*. Nº83. Madrid.

ALMAGRO-GORBEA, Martín. (1993-94). Ritos Y Cultos funerarios en el mundo Ibérico. *Anales de Prehistoria y Arqueología*. Volúmenes 9-10. Universidad de Murcia. pp.107-133

ARRUDA, Ana Margarida, CARDOSO, João Luís. (2015). A necrópole da Idade do Ferro de Vale da Palha (Calhariz, Sesimbra), *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Volume 22. pp.301-314

---

<sup>27</sup> As seguintes bibliografias, ainda que não tenham sido referenciadas no texto para corroborar determinadas ideias, também foram essenciais para a compreensão das problemáticas adjacentes a este trabalho e providenciaram, através da sua leitura, uma conjectura da estruturação do texto e respetivos pontos a abordar.

**B**

BLASCO BOSQUED, María Concepción, BARRIO MARTÍN, Joaquín. (2001-02). El inicio de las necrópolis de incineración en el ámbito carpetano. *Studia E. Cuadrado. An Murcia*. Nº16-17. pp.263-272

BLÁZQUEZ, José María, PRESEDO, Francisco, LOMAS, Francisco Javier, FERNÁNDEZ NIETO, Javier. (1997). *Historia de España Antigua*. Tomo I. 6ª Edición. Madrid.

BOAS, Luciano Vilas, MARTÍN SEIJO, Maria. (2014). Ritos de fogo em contextos funerários da Idade do Bronze do NW da Ibéria: o caso de estudo do monumento sob tumulus de Vale do Chão 1 (Braga, Portugal). in *Corpos e Metais na Fachada Atlântica da Ibéria. Do Neolítico à Idade do Bronze*. pp.43-51

BRUMFIEL, Elizabeth M., EARLE, Timothy K. (1987). Specialization, exchange and complex societies: an introduction. *Specialization, exchange and complex societies*. Cambridge University Press. pp.1-9

**C**

CARDOSO, João Luís, CANINAS, João Carlos, HENRIQUES, Francisco. (1995). A Anta 6 do Couto da Espanhola (Rosmaninhal, Idanha-a-Nova). *Estudos Pré-Históricos*. Volume 3. pp.19-30

CERRILLO CUENCA, Enrique, GONZÁLEZ CORDERO, Antonio. (2014). Collective Burial Caves in Spanish Extremadura: Chronology, Landscapes and Identities. *Rendering death: Ideological and Archaeological Narratives from Recent Prehistory (Iberia)*. England. pp.77-89

CHAPA BRUNET, Teresa, PEREIRA SIESO, Juan. (2006). Un vado perdido: El cerro de la Mesa (Alcolea del Tajo, Toledo). *Miscelánea en homenaje a Victoria Cabrera. Zona Arqueológica*. Nº 7. Volumen II. pp.120-133

CRUZ, Ana. (2014). Middle Tagus Region and the autochthonous evidences in Late Bronze Age I (Central Portugal). *Late Prehistory and Protohistory: Bronze Age and Iron Age, Proceedings of the XVII UISPP World Congress*. Volume 9/Sessions A3c and A16a. pp. 171-186

**G**

GARCÍA FERNÁNDEZ, Francisco, FERRER ALBELDA, Eduardo, RODRÍGUEZ-CORRAL, Javier, SÁEZ ROMERO, Antonio M., CASTIÑERA REY, Josefa. (2020). La presencia fenicio-púnica en los confines de Iberia. *Un viaje entre el Oriente y el Occidente del Mediterráneo*. Actas del IX Congreso Internacional de Estudios Fenicios y Púnicos. Volume IV. pp.1513-1530



**J**

JIMÉNEZ ÁVILA, Javier, GARCÍA CABEZAS, Miriam. (2014). Colonial process in Southwestern Iberian Early Iron Age: New burial evidence from “El Molino de Abajo” (Villafranca de Los Barros- Extremadura- Spain). in *Actas XVIII CIAC: Centro y periferia en el mundo clásico/ S.3- Mundo indígena, Sustratos culturales y los impactos coloniales*. Mérida. pp.459-462

**K**

KALB, Philine. (1994). Reflexões sobre a utilização de necrópoles megalíticas na Idade do Bronze. *Estudos Pré-Históricos*. Volume 2. pp.415-426

KUNST, M. (1995). A Idade do Bronze na Estremadura. in *A Idade do Bronze em Portugal- discursos de poder*. Museu Nacional de Arqueologia. pp.124-125

**L**

LOPES, Susana. (2014). Mesa redonda- A Idade do Bronze em Portugal: os dados e os problemas. *A Idade do Bronze em Portugal: os dados e os problemas. Série Monográfica*. Nº1. Instituto Politécnico de Tomar. pg.9-13

LUÍS MARIÑO, Susana de. (2014). Aproximación al uso ritual de las cuevas en la Edad del Hierro: el caso del Cantábrico Centro Oriental (Península Ibérica). *Munibe Antropologia-Arkeologia*. Nº65. pp.137-156

**M**

MARTÍN BRAVO, Ana Maria, GALÁN DOMINGO, Eduardo. (2000). Megalitismo y Paisaje en la Cuenca Extremeña del Tajo. *Extremadura Arqueológica. VIII. El Megalitismo en Extremadura*. pp.81-94

MARTÍN RUIZ, Juan Antonio. (2000). Las sepulturas principescas del período Orientalizante Tartésico. Universidad de Málaga

MUJKA-ALUSTIZA, José Antonio, AGIRRE-GARCÍA, Jaione, AIESTARAN-DE LA SOTILLA, Mattin, AREVALO-MUÑOZ, Erik, EDESO-FITO, José Miguel, GOIKOETXEA-ZABALETA, Idoia, LOPETEGI-GALARRAGA, Ane, ORUE-BELTRAN DE HEREDIA, Iñigo, PÉREZ-DÍAZ, Sebastián, PÉREZ-LÓPEZ, Lartaun, RUIZ-ALONSO, Mónica, RUIZ-GONZÁLEZ, Daniel, ZALDUA-ETXABE, Luis. (2019). El ritual de la incineración durante el Bronce Final-Hierro en el conjunto de Beaskinarte (Sierra de Aralar, Gipuzkoa). *Munibe-Antropologia-Arkeologia*. Nº70. pp.157-183

**P**

PEREIRA SIESO, Juan. (1987). Los objetos de hierro más antiguos de la provincia de Toledo. *Carpetania*. Toledo. pp.247-251

PEREIRA SIESO, Juan, CHAPA BUNET, Teresa, MADRIGAL BELINCHÓN, Antonio. (2001). Reflexiones en torno al mundo funerário de la Alta Andalucía durante la transición Bronce Final-Hierro I. *SPAL- Revista de Prehistoria e Arqueología*. Nº10. pp.249-273

PEREIRA SIESO, Juan, CORROBLES SANTOS, Jesús, RUIZ TABOADA, Arturo. (2001). Datos para el estudio del mundo funerário durante la II Edad del Hierro en la Mancha Occidental: La Necrópolis de Palomar de Pintado. Villafranca de los Caballeros (Toledo). II Congreso de Arqueología de la Provincia de Toledo- La Mancha occidental y La Mesa de Ocaña. Volumen I. pp.245-274

**S**

SCHULTEN, Adolfo. (1924). Tartessos- Contribución a la Historia Antigua de Occidente. *Revista de Occidente*. Madrid

SENNA-MARTINEZ, João Carlos de. (1996 b). The symbolism of power in Central Portugal late Bronze Age communities. *Máthesis*. Nº5. pp.163-175

SOUSA, Elisa. (2013). A ocupação da foz do estuário do Tejo em meados do I milénio a.C.”. *O Tejo, palco de interação entre indígenas e fenícios*. *Cira-Arqueologia*. Nº2. pp.103-117

## **ANEXOS**

## NOTAS PRELIMINARES

As seguintes figuras estão organizadas por grupos de anexos, respeitando a ordem pela qual as temáticas foram abordadas no decorrer do texto. Assim, no anexo 1 (a partir da página 130) incluem-se figuras importantes para a interpretação dos contextos descritos no “Estado da Arte”, no anexo 2 (a partir da página 150) estão figuras que elucidam acerca do enquadramento geográfico, litológico e hidrográfico das principais regiões abordadas, no anexo 3 (a partir da página 154) agrupam-se figuras ilustrativas dos conteúdos desenvolvidos no capítulo 5 sobre as comunidades do Bronze Final e, por fim, teremos no anexo 4 (a partir da página 157) um conjunto de elementos referentes às problemáticas do mundo funerário, em particular na “linha do Tejo”.

Para uma mais organizada e fácil consulta, inseriram-se no índice principal as páginas correspondentes a cada figura dos anexos.

De modo a distinguir o conteúdo dos anexos das restantes figuras que foram inseridas no texto, optou-se por uma numeração romana, para que destoe da numeração árabe de resto utilizada no trabalho. A numeração será contínua entre anexos.

Todas as figuras terão a indicação da sua fonte, no caso de terem sido retiradas de outras obras, *sites* ou revistas, ou a indicação dos programas utilizados para a elaboração das mesmas, se por nós foram feitas. O mesmo se aplicará ao conteúdo do inventário. No caso de se tratarem de obras também usadas como referência bibliográfica no trabalho, a sua indicação nas fontes será feita em moldes semelhantes, indicando também a página, se possível, e estando a sua informação completa presente em “Referências bibliográficas” (da página 112 a 124).

As figuras serão seguidas de comentários/observações se tal se considerar necessário para a interpretação ou clarificação das mesmas.

O inventário presente será ordenado por ordem alfabética, utilizando para tal a nomenclatura dos sítios arqueológicos. Para a composição do mesmo tiveram-se como critérios não só os sítios com maior/melhor informação existente acerca das suas características, estruturas ou espólios, mas também a sua dispersão pelo território português, visando ao máximo uma representatividade o mais equilibrada possível das regiões norte, centro e sul (ainda que, como confirmámos ao longo deste trabalho, a quantidade e qualidade de informação não seja homogénea para todo o território e o mesmo acabe por ser também visível neste inventário).

**ANEXO 1- O “ESTADO DA ARTE”**



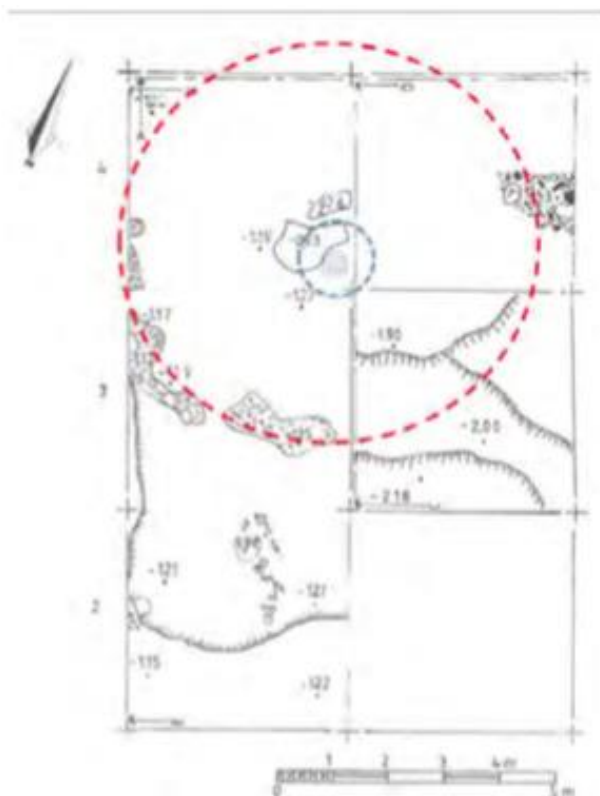
**Fig.I-** Fotografia do *tumulus* 1 de Vale Ferreiro (Fafe)

Fonte: SAMPAIO, Hugo. *A Idade do Bronze na Bacia do Rio Ave (Noroeste de Portugal)* (2014: 620)



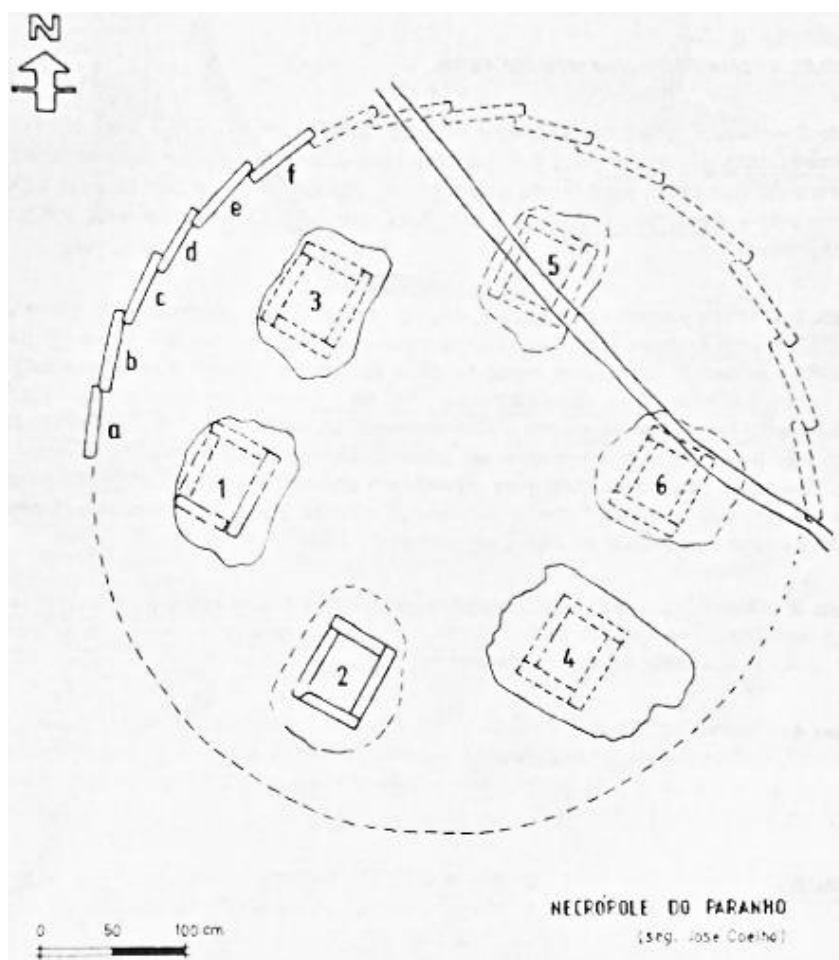
**Fig.II-** Fotografia da câmara funerária do *tumulus* 2 de Vale Ferreiro (Fafe)

Fonte: SAMPAIO, Hugo. *A Idade do Bronze na Bacia do Rio Ave (Noroeste de Portugal)* (2014: 623)



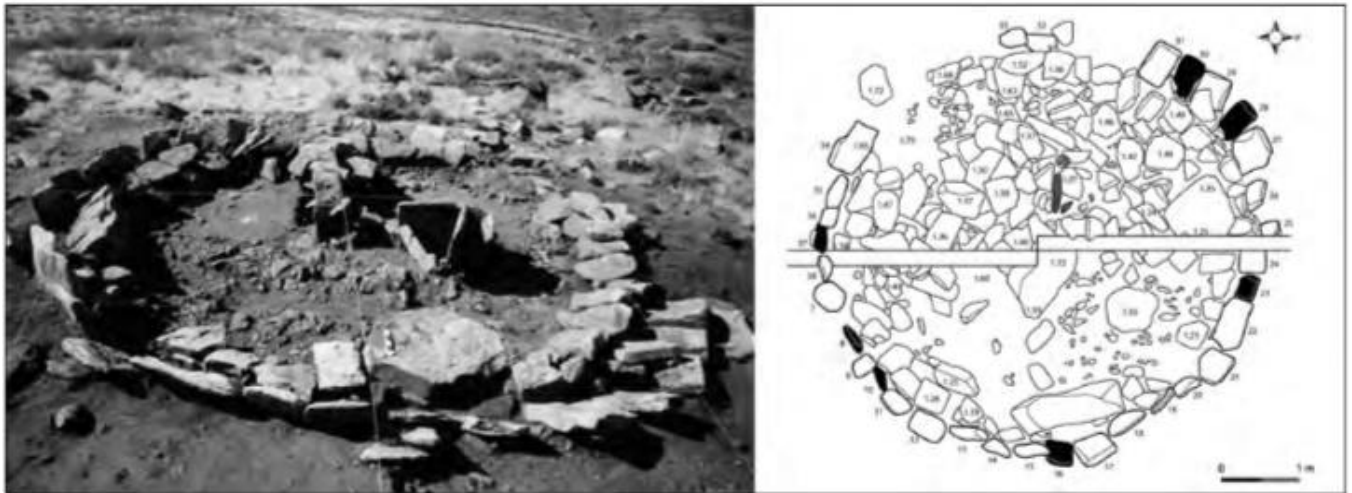
**Fig.III-** Planta geral do monumento de Granjinhos (Guimarães), com delineação a vermelho do possível formato e tamanho da estrutura em si, tendo em conta a localização e orientação das pedras e também de acordo com o sítio de localização dos vasos (a azul), segundo Hugo Sampaio

Fonte: SAMPAIO, Hugo. *A Idade do Bronze na Bacia do Rio Ave (Noroeste de Portugal)* (2014: 618)



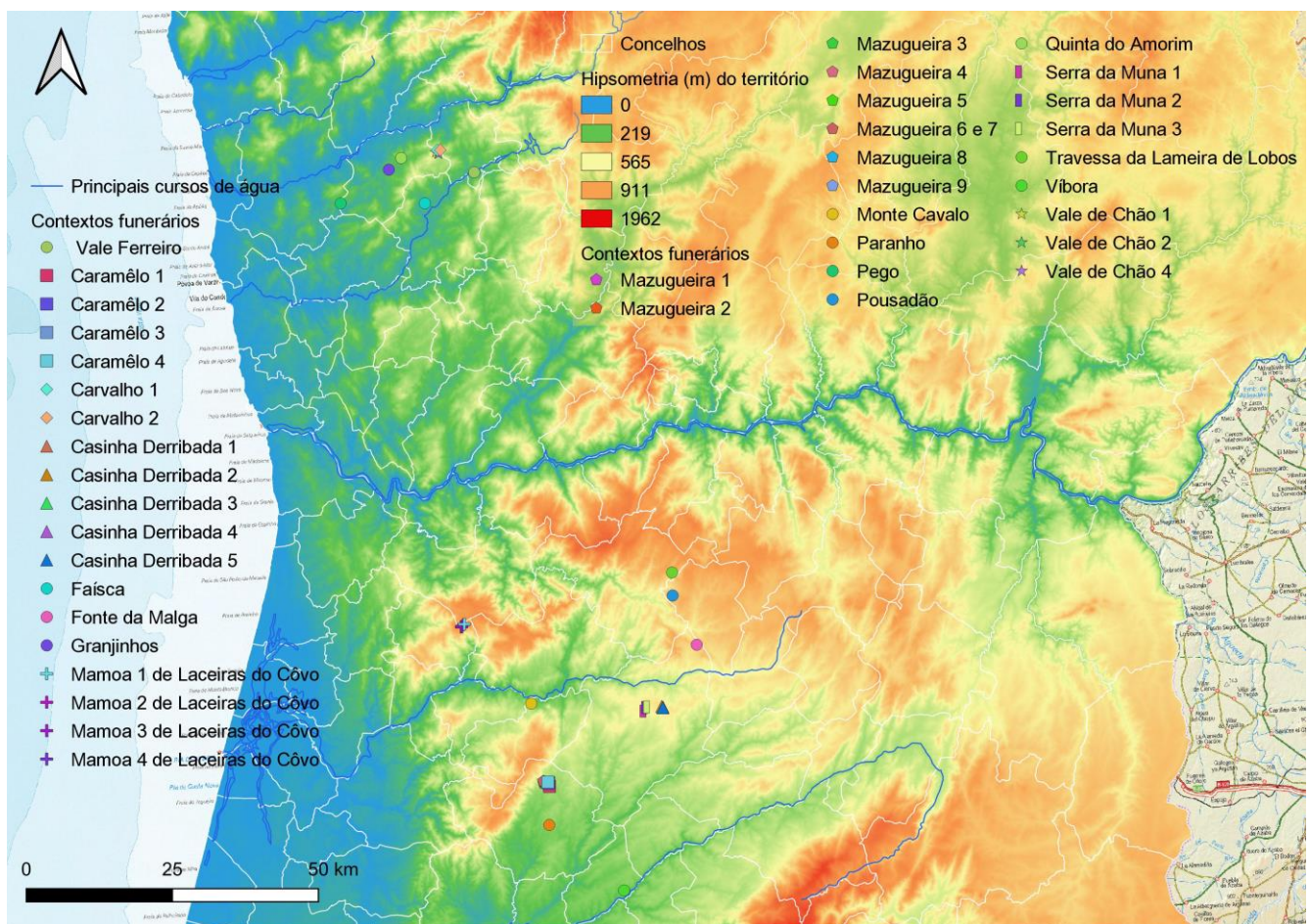
**Fig.IV-** Planta da necrópole do Paranho (Tondela), segundo José Coelho

Fonte: CRUZ, Domingos. *A Necrópole do Bronze Final do "Paranho"* (1997: 89)



**Fig. V-** Fotografia (à esquerda) e planta (à direita) do monumento de Travessa da Lameira de Lobos (Viseu)

Fonte: VILAÇA, Raquel et al. *Encenar a morte, ritualizar o espaço: o monumento da Travessa da Lameira dos Lobos (Castro Daire, Viseu, Portugal)* (2017b: 131)

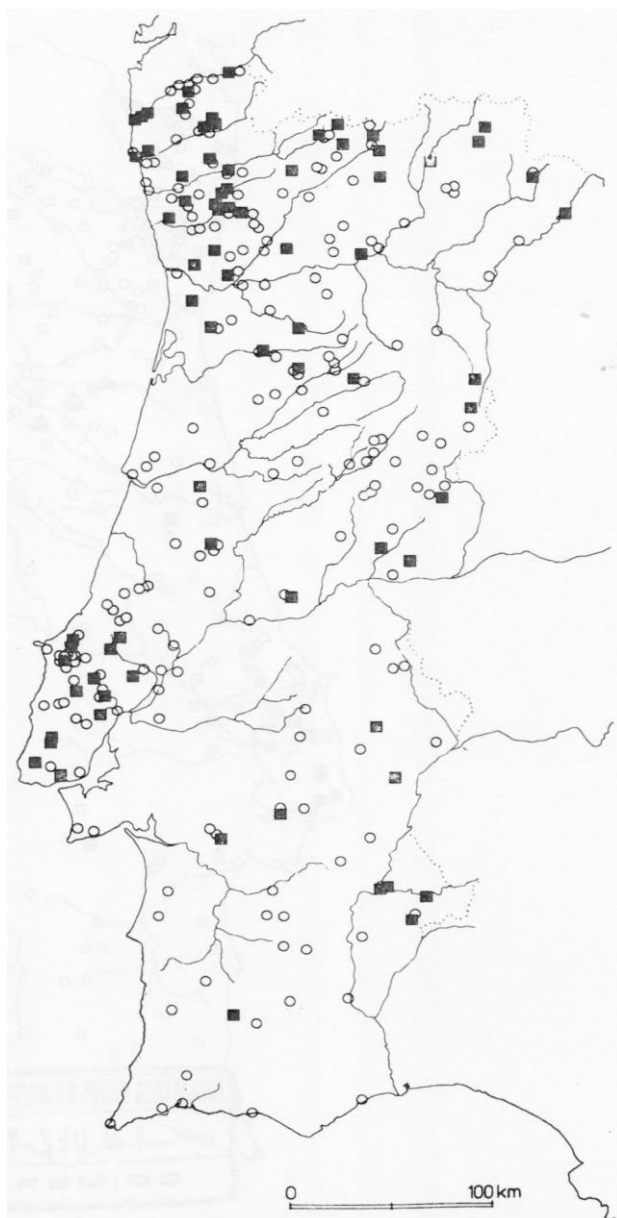


**Fig. VI-** Mapa hipsométrico da região norte e centro de Portugal, com a localização de contextos funerários caracterizados na figura 2 e 3

Figura elaborada no programa *Q.Gis 3.10.5*, versão “A Coruña”

**Observações/comentários (fig.VI):** Para a localização dos contextos utilizaram-se os dados de latitude e longitude decimais presentes no inventário do Endovélico, no entanto, como alguns dos contextos referidos no trabalho não estão nele inseridos, não foi possível obter dados para a sua geo-localização. Deste modo, estão de fora do mapa sítios como Regedoura 2 e Agra das Antas. Quanto à referência geográfica da Senhora da Ouvida, a mesma também não se encontra no Endovélico, mas há, porém, coordenadas desta necrópole em Cruz e Vilaça (1999: 135), contudo, na conversão dos dados presentes nesta obra (em graus, pelo meridiano de Lisboa) para coordenadas decimais (sistema necessariamente utilizado neste programa), foi identificado um erro que não permitiu a devida identificação da Senhora da Ouvida. Sugere-se a revisão das coordenadas geográficas deste mesmo sítio. Por sua vez, a localização de Vale Ferreiro foi retirada da tese de doutoramento de Hugo Sampaio (2014: 471). Alguns elementos encontram-se sobrepostos no mapa devido à existência da localização de vários túmulos de uma mesma necrópole que foram indicados individualmente (como é o caso de, por exemplo, Casinha Derribada, Ladeira do Covo ou o complexo Caramêlo-Mazugueira).

Não obstante algumas limitações na composição da figura, não deixa de ser possível analisar a tendência de tais contextos funerários se localizarem nas proximidades de rios, tendo uma altimetria diversa entre si.

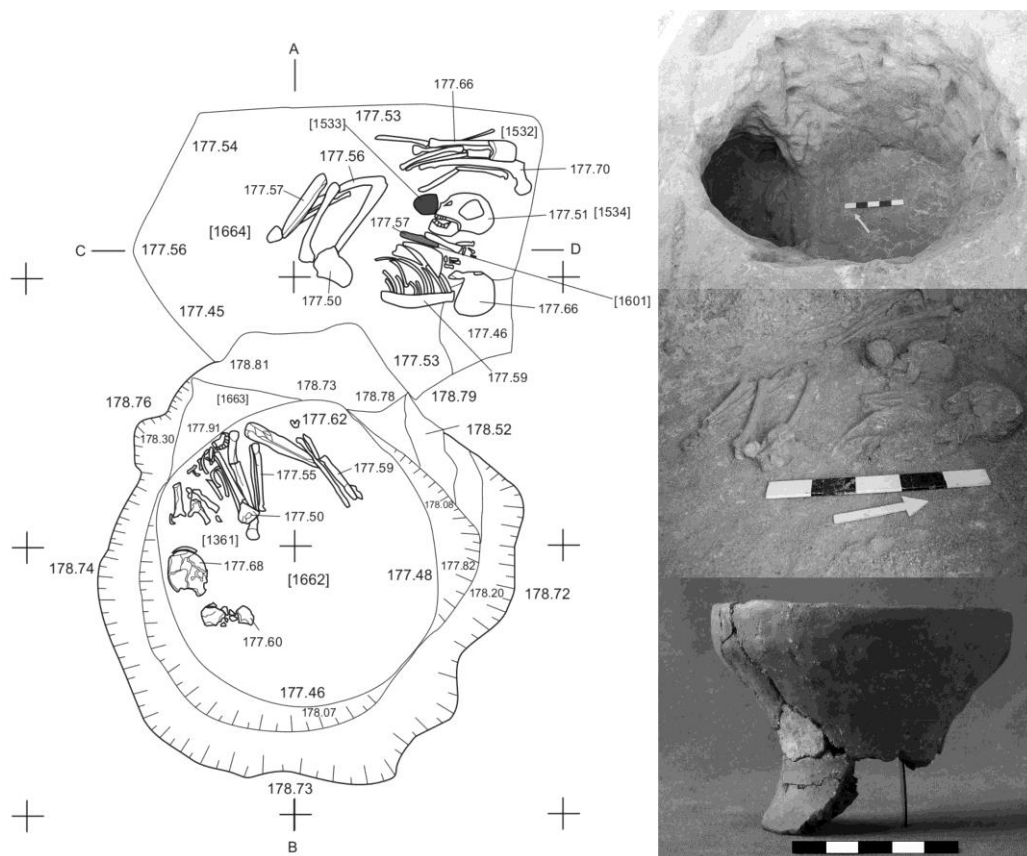


**Fig.VII-** Mapa de dispersão de materiais do “Bronze Atlântico”, com referência dos povoados conhecidos à data

■ - Povoados  
○ - Lugares com achados do “Bronze Atlântico”

Fonte: KALB. Philine. *O "Bronze Atlântico" em Portugal*. (1980)





**Fig.VIII-** Planta (à esquerda) e fotografias (à direita) de um hipogeu de Torre da Velha 3 (Serpa), exemplificando, assim, os modos de enterramento deste tipo de sepultura

Fonte: PORFÍRIO, Eduardo, SERRA, Miguel. *It's right there! Trans-regional contacts in Bronze Age Baixo Alentejo? Brief Reflections from the hypogea necropolis of Torre Velha 3 (Serpa, Portugal)* (2018: 146)



**Fig.IX-** Fotografia de um dos enterramentos identificados em Torre Velha 3 (Serpa), exemplificando uma inumação coletiva

Fonte: PORFÍRIO, Eduardo, SERRA, Miguel. *Rituais funerários e comensalidade no Bronze do Sudoeste da Península Ibérica: novos dados a partir de uma intervenção arqueológica no sítio da Torre Velha 3 (Serpa)* (2010: 61)



**Fig.X-** Fotografia de fossa com enterramento de um animal, em Alto de Brinches 3 (Serpa)

Fonte: DELICADO, Cátia Saque, SANTOS, Ana Beatriz, PORFÍRIO, Eduardo, SERRA, Miguel, DETRY, Cleia. (2017). Alto de Brinches 3 (Serpa): estudo da fauna recuperada nos contextos do 3º e 2º milénios a.n.e. *Cadernos do GEEvH*. N°6 (1). pp.28-55 (fig.XI na página 52)



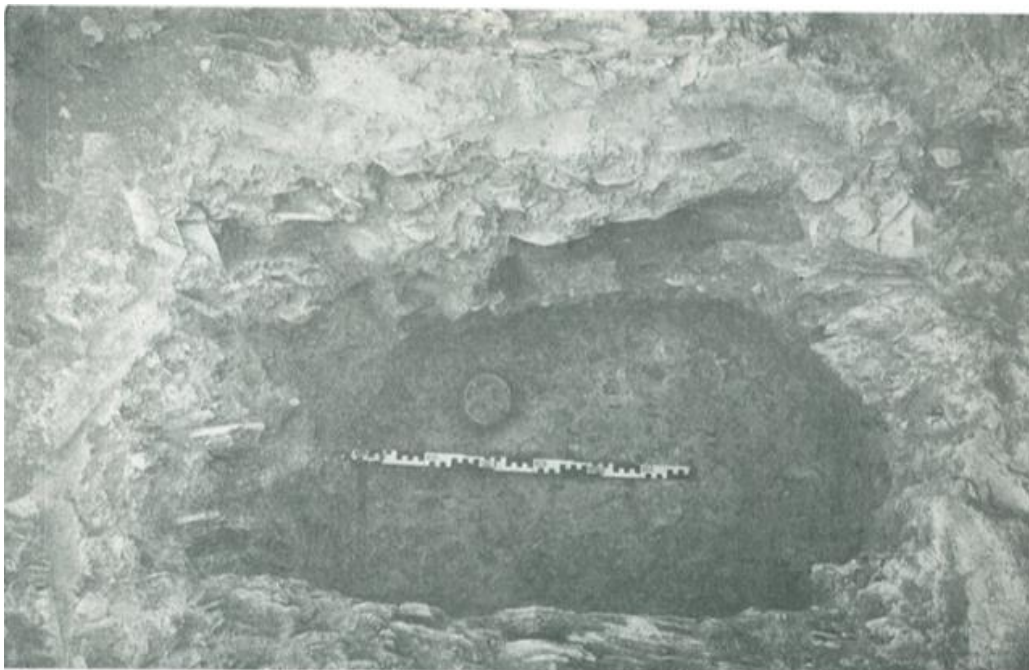
**Fig.XI-** Fotografia de uma peculiar estrutura em negativo em forma de “ferradura”, em Alto de Brinches 3 (Serpa)

Fotografia providenciada pelo arqueólogo Miguel Serra, a quem se deixa um especial agradecimento. A ele se deve também o melhoramento da qualidade das fotografias/imagens das figuras VIII, IX e X, bem como a sugestão do artigo usado como fonte da figura X.



**Fig.XII-** Vista do monumento VI da necrópole de Atalaia (Ourique)

Fonte: SCHUBART, Hermanfrid. *Atalaia- Uma necrópole da Idade do Bronze no Baixo Alentejo* (1965: 102)



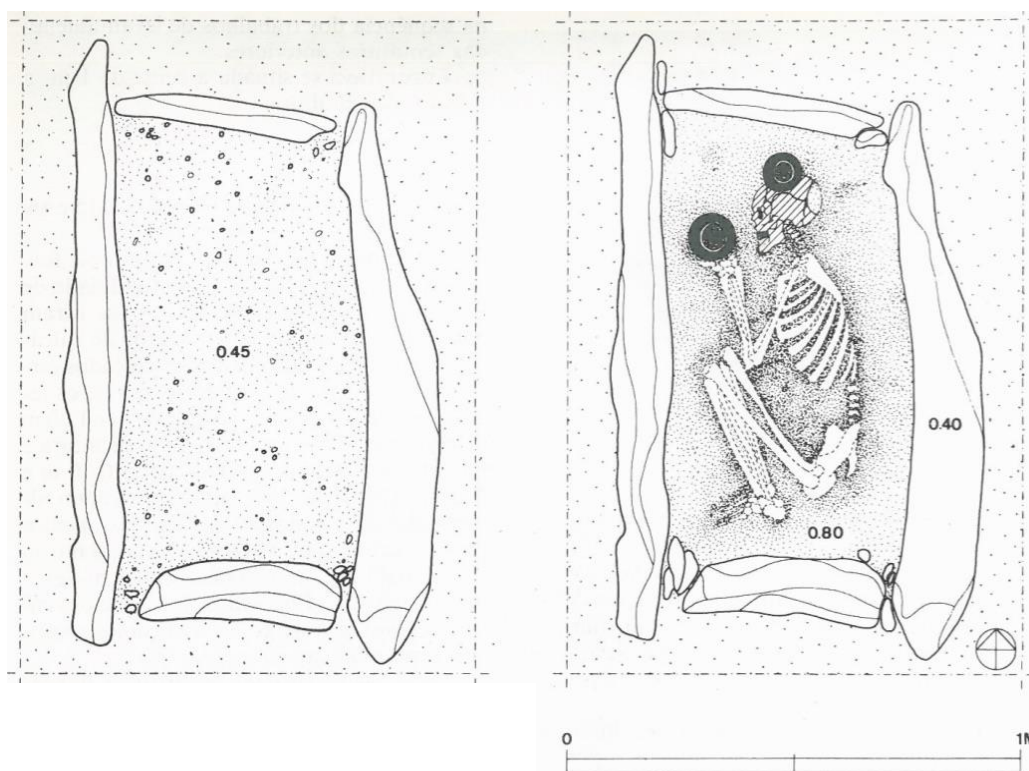
**Fig.XIII-** Sepultura 16 do monumento V de Atalaia (Ourique), cm destaque para o recipiente depositado como dádiva

Fonte: SCHUBART, Hermanfrid. *Atalaia- Uma necrópole da Idade do Bronze no Baixo Alentejo* (1965: 99)



**Fig. XIV-** Fotografia da sepultura 2 da necrópole de Vinha do Casão (Vilamoura), possibilitando a observação das lajes de cobertura da mesma

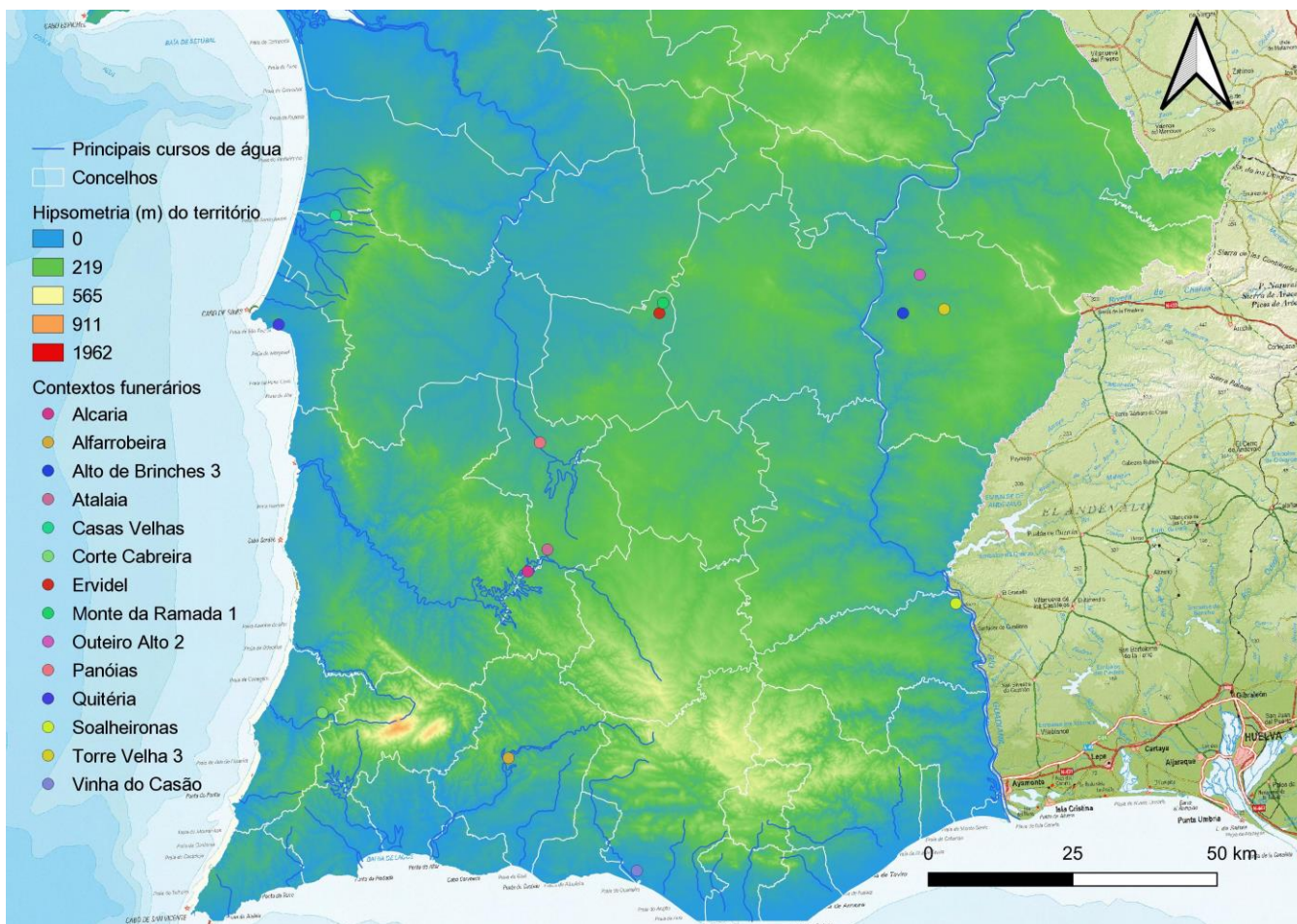
Fonte: GOMES, Mário et al. *A Necrópole da Vinha do Casão (Vilamoura, Algarve) no contexto da Idade do Bronze do Sudoeste Peninsular* (1986: 17)



**Fig.XV-** Planta e tipo de sepultamento (reconstituição) da sepultura 3 da necrópole de Vinha do Casão (Vilamoura)

Fonte: GOMES, Mário et al. A

*Necrópole da Vinha do Casão (Vilamoura, Algarve) no contexto da Idade do Bronze do Sudoeste Peninsular* (1986: 20)



**Fig.XVI-** Mapa hipsométrico da região sul de Portugal (Alentejo e Algarve), com a localização de contextos funerários caracterizados na figura 4

Figura elaborada no programa *Q.Gis 3.10.5*, versão “A Coruña”

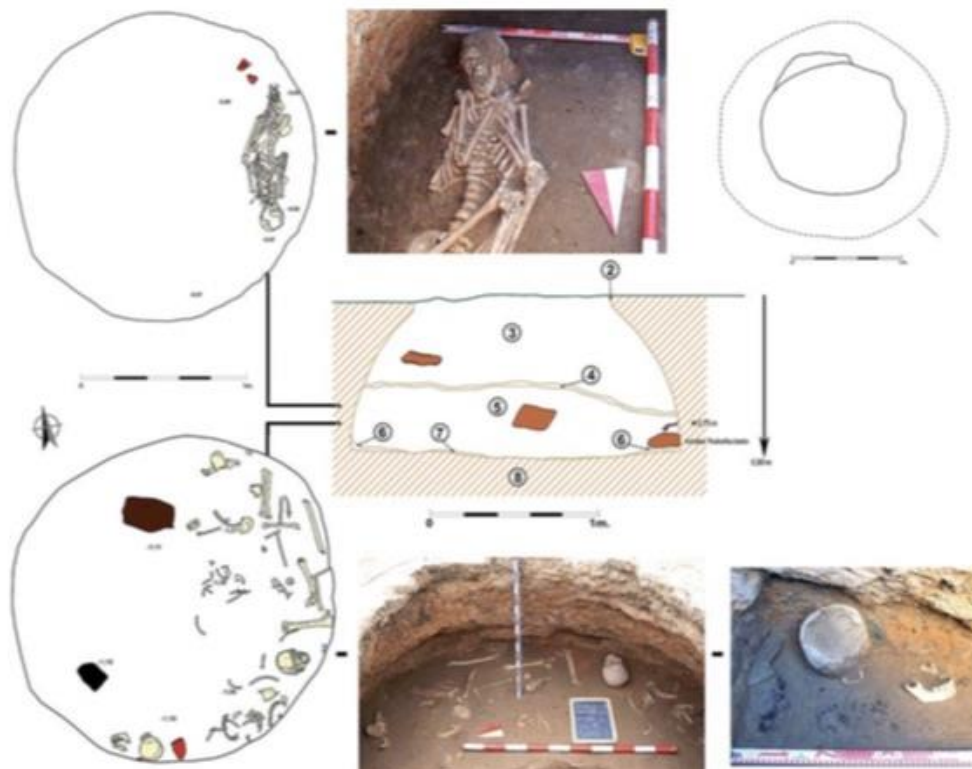
**Observações/comentários:** À semelhança do que pudemos observar na figura VI, também no sul parece existir uma direta conexão entre a localização das necrópoles e sepulturas com os rios e outros cursos de água, que também poderão permitir uma fácil identificação destes mesmos sítios no espaço/paisagem, para além do eventual simbolismo que por si só já poderão acarretar.



**Fig.XVII-** Esquema de imagens da sepultura 13A do sector 22 de Yuncos (Toledo), com a planta da mesma, fotografias e desenhos relativos a vários momentos da escavação

Fonte: BARROSO, Rosa, et al.

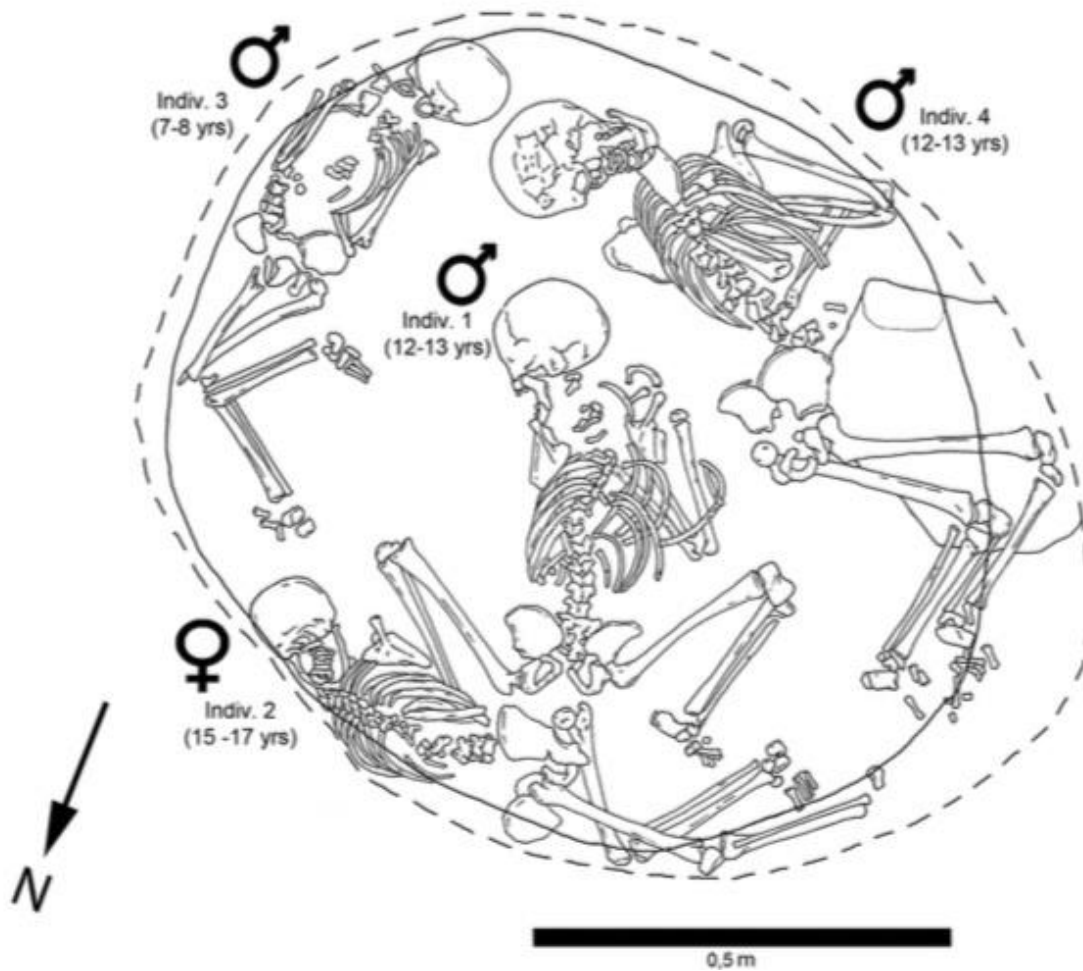
*Enterramientos de la Edad del Bronce en la Meseta Sur peninsular a partir del Sector 22, Yuncos (Toledo)* (2014: 120)



**Fig.XVIII-** Esquema de imagens da fossa 3 do sector 22 de Yuncos (Toledo), com a sua planta, fotografias e desenhos relativos a vários momentos da escavação

Fonte: BARROSO, Rosa, et al. *Enterramientos de la Edad del Bronce en la*

*Meseta Sur peninsular a partir del Sector 22, Yuncos (Toledo)* (2014: 121)



**Fig.XIX-** Desenho ilustrativo da inumação dos 4 jovens enterrados em Los Rompizales (Burgos)

Fonte: VELASCO-VÁZQUEZ, Javier, ESPARZA ARROYO, Ángel. *Muertes ritualizadas en la Edad del Bronce de la Península Ibérica: un enterramiento inusual en Los Rompizales (Quintanadueñas, Burgos)* (2016: 84)

## Inventário de alguns contextos funerários \*

### Almadeninha

**Sítio n.º:** 3032

**Local:** Budens, Vila do Bispo, Faro

**Tipo:** Necrópole

**Cronologia:** Idade do Bronze

**Estado de conservação:** -

**Informação:** “Necrópole de cistas, constituídas por lajes de grés.”

**Espólio Relevante:** -

**Geo-localização:** Latitude: 37,090025 Longitude: -8,780944

**Bibliografia:** FORMOSINHO, José, FERREIRA, Octávio da Veiga e VIANA, Abel. (1954). Estudos arqueológicos nas Caldas de Monchique. In *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 14:14;

GOMES, Mário Varela, SILVA, Carlos Tavares da e MARTINS, Isilda Maria Pires. (1987). Levantamento arqueológico do Algarve: concelho de Vila do Bispo. Lisboa: Delegação Regional do Sul. S.E.C

SCHUBART, Hermanfrid. (1971). Acerca de la cerâmica del Bronce tardio en el sur y oeste peninsular. In *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. N.º28;

SCHUBART, Hermanfrid. (1974). La cultura del Bronce en el Sudoeste Peninsular. Distribución e definición. In *Miscelanea Arqueológica*. Barcelona. 2:25;

SCHUBART, Hermanfrid. (1975). Die Kultur der Bronzezeit in Sudwesten der Iberischen Halbinsel. In *Madridrer Forschungen*. Berlin: Walter de Gruyter & Co., 9 Vols.;

VIANA, Abel, FORMOSINHO, José e FERREIRA, Octávio da Veiga. (1953). De lo prerromano a lo arabe en el museu regional de Lagos. In *Archivo Español de Arqueologia*. Madrid. 26: 87;

### Areiro

**Sítio n.º:** 7223

**Local:** Alvor, Portimão, Faro

**Tipo:** Necrópole

**Cronologia:** Idade do Bronze

**Estado de conservação:** Destruído

**Informação:** “No Museu de Lagos existem dois vasos com a referência de terem sido encontrados no sítio do Areiro. A estação está destruída, subsistindo a dúvida quanto à sua localização exacta. O local provável poderá situar-se num areiro junto do Monte Judeu.”



**Espólio Relevante:** “2 vasos cerâmicos do tipo Atalaia”

**Geo-localização:** Latitude: 37,141186 Longitude: -8,568040

**Bibliografia:** ARAÚJO, Ana Cristina Reis da Silva, FARIA, António José Marques de, MOINHOS, Maria José Nunes Espinheira, ANTUNES, Maria de Fátima, NUNO, Carlos Simões, LOURENÇO, Fernando Severino e PEREIRA, João Paulo de Melo Esteves. (1992). Carta Arqueológica de Portugal: concelhos de Portimão, Lagoa, Silves, Albufeira, Loulé, São Brás de Alportel. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, vol. 1;

GOMES, Mário Varela, GOMES, Rosa Varela, BEIRÃO, Caetano de Melo e MATOS, José Luís Martins de. (1986). A necrópole da Vinha do Casão (Vilamoura Algarve) no contexto do sudoeste peninsular. In Trabalhos de Arqueologia. Lisboa: IPPC (Trabalhos de Arqueologia; 2);

GOMES, Mário Varela e GOMES, Rosa Varela. (1988). Levantamento Arqueológico-Bibliográfico do Algarve. Delegação Regional do Sul da Secretaria de Estado da Cultura. Faro;

SCHUBART, Hermanfrid. (1975). Die Kultur der Bronzezeit in Sudwesten der Iberischen Halbinsel. In Madrider Forschungen. Berlin: Walter de Gruyter & Co., 9 Vols;

SOARES, Isabel. (2001). Concelho de Portimão Levantamento do Património Móvel e Imóvel de Interesse Relevante para o Estudo da História Local;

VIEIRA, José Gonçalves. (1911). Memória monographica de Villa Nova de Portimão. Porto: Typographia Universal de Figueirinhas & C.<sup>a</sup>

## Chão de Arefe

**Sítio n.º:** 2761

**Local:** Durrães e Trugosa, Barcelos, Braga

**Tipo:** Necrópole

**Cronologia:** Bronze Inicial

**Estado de conservação:** -

**Informação:** “Necrópole de vastas dimensões, constituída por três unidades de estrutura já identificada. Estas estruturas sepulcrais compõem-se por recintos ovalados constituídos por nove monólitos de apreciáveis dimensões, alguns *in situ*, outros fora da posição original, que circundam sepulturas de tipo cista de formato quadrangular. A unidade estratigráfica 3 depois de escavada não revelou dados suficientes que a classificassem como estrutura sepulcral. Nas primeiras duas sepulturas não se conservavam restos osteológicos devido à acidez do solo, mas foi recolhido espólio cerâmico e metálico.”

**Espólio Relevante:** “Sepultura 1: vaso troncocónico, ponta de lança de cobre, com vestígios de arsénio, ferro e níquel e braçal de arqueiro de xisto, simétrico e de forma rectangular. Sepultura 2: braçal de arqueiro, achada *in situ*.”

**Geo-localização:** Latitude: 41,623775 Longitude: -8,675492

**Bibliografia:** MACIEL, Tarcísio Daniel Pinheiro (2003). O Povoamento proto-Histórico do Vale do Neiva. Esposende, Viana do Castelo;

SILVA, Armando Coelho Ferreira da, MACIEL, Tarcísio Daniel Pinheiro e LOPES, António Baptista. (1984). A necrópole do Bronze Inicial de Chão de Arefe (Durrões, Barcelos). In Revista de Guimarães. Guimarães. Nº94

### Chã da Mourisca

**Sítio nº:** 38517

**Local:** Refóios do Lima, Ponte de Lima, Viana do Castelo

**Tipo:** Necrópole

**Cronologia:** Bronze

**Estado de conservação:** Regular

**Informação:** “Foi acidentalmente descoberta em 2010, tendo-se detetado na altura três estruturas arqueológicas distintas. A mais visível, representava um monumento megalítico funerário [...] cujos perfis evidenciam o desenho de duas estruturas em negativo. No perfil norte foi possível observar os limites de uma estrutura que se assemelhava a uma “fossa” em forma de saco e no perfil sul, uma outra estrutura de contorno sub-retangular. Posteriormente, foi possível aferir a existência de uma outra estrutura de maiores dimensões [...]. Um montículo ligeiramente saliente parecia indicar a presença de um *tumulus*. O montículo, então identificado, foi intervencionado, bem como a sepultura plana. Com a realização das duas intervenções foi possível detetar novas estruturas em negativo, de distintas tipologias e funcionalidades”

**Espólio Relevante:** “Dois vasos de bordo horizontal. Estes vasos surgiram cada um deles dentro da sua sepultura plana. Foram detetados diversos fragmentos de cerâmica e líticos.”

**Geo-localização:** Latitude: 41,824991; Longitude: -8,537782

**Bibliografia:** (apenas referência a um relatório de um trabalho arqueológico- sondagem-realizado em 2018)

### Lugar do Monte

**Sítio nº:** 493

**Local:** Antas, Esposende, Braga

**Tipo:** Necrópole

**Cronologia:** Calcolítico e Bronze Final

**Estado de conservação:** Destruído

**Informação:** “A necrópole surgiu em 1939, no sítio designado como Agra das Antas. [...] tratava-se de cerca de doze sepulturas trapezoidais, construídas em placas de lousa, para inumação de adultos e não adultos [...]. Encontravam-se espalhadas pelo terreno, aparentemente sem orientação definida, a cerca de 20 a 30 cm de profundidade, facto que terá motivado a sua destruição. Numa das sepulturas foi identificado um esqueleto de um indivíduo adulto, que se encontrava completo e em bom estado de conservação, não havendo mais registos osteológicos.

Associado ao ritual de inumação surgiram onze vasos cerâmicos completos, distribuídos por diferentes sepulturas, e que estavam normalmente localizados junto da cabeça do inumado, e no caso da existência de mais do que um vaso, também junto dos pés”

**Espólio Relevante:** “Onze vasos de cerâmica de largo bordo, semi-ovóides, com base convexa e fundo plano, e quase todos queimados quer interior quer exteriormente, sete dos vasos apresentam decoração, nomeadamente sulcos incisivos, grosseiros, dispostos em espinha; pequeno copo de fabrico manual, imperfeito e tosco; duas conchas de *Nassa sp.*, *Trochus sp.*”

**Geo-localização:** Latitude: 41,605042; Longitude: -8,764704

**Bibliografia:** ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de. (1986). Carta Arqueológica do Concelho de Esposende. In Boletim Cultural de Esposende. Esposende. 910;

ATAÍDE, Alfredo de e TEIXEIRA, Carlos. (1940). A necrópole e o esqueleto de S. Paio das Antas e o problema dos vasos de largo bordo horizontal. In Congresso do Mundo Português, Lisboa, 1940 Memórias e Comunicações apresentadas ao Congresso da Pré e Proto História de Portugal (I Congresso). Lisboa: Bertrand e Comissão Executiva dos Centenários. Secção de Congressos, 1;

CARDOSO, Mário. (1941). Monumentos nacionais. Seu arrolamento, classificação e protecção, especialmente na parte que se refere a arqueologia. In Revista de Guimarães. Guimarães. 51:12;

(1975). Catálogo dos Imóveis Classificados. Lisboa: Direcção Geral dos Assuntos Culturais: Imp. Nac.Casa da Moeda;

(1993). Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado. Inventário. Lisboa: IPPAR, 3 Vols. BA: PI/Pat;

SOEIRO, Maria Teresa C. M. (1988). A propósito de quatro necrópoles proto históricas do concelho de Esposende. In Actas do Colóquio de Homenagem a Manuel de Boaventura. Esposende: Câmara Municipal de Esposende, vol 2

## Monte da Ola

**Sítio nº:** 29589

**Local:** Mazarefes e Vila Fria, Viana do Castelo, Viana do Castelo

**Tipo:** Necrópole

**Cronologia:** Bronze Final

**Estado de conservação:** -

**Informação:** “Necrópole de inumação que teria sido constituída por diversas sepulturas de planta retangular estruturadas e tapadas com lajes de xisto, contendo, cada uma delas, um pequeno recipiente de cerâmica no seu interior.”

**Espólio Relevante:** -

**Geo-localização:** Latitude: 41,664129; Longitude: -8,775043

**Bibliografia:** DINIS, António e BETTENCOURT, Ana. (2004). Sondagens Arqueológicas no Monte da Ola, Vila Fria, Viana do Castelo (Norte de Portugal). In Portugália. Nova Série. vol. XXV. Porto;

PAÇO, Afonso do. (1933). Vaso de bordo horizontal, de Vila Fria. In Homenagem a Martins Sarmento. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento

### Monte dos Cebolinhos/ Cebolinhos 7

**Sítio n°:** 7229

**Local:** Corval, Reguengos de Monsaraz, Évora

**Tipo:** Necrópole

**Cronologia:** Idade do Bronze

**Estado de conservação:** -

**Informação:** “Necrópole de cistas do Bronze do Sudoeste, descoberta devido a uma lavoura profunda. Foram recuperados vasos cerâmicos característicos deste tipo de monumentos funerários, nomeadamente uma taça tipo Atalaia. São visíveis à superfície vários fragmentos de lajes de xisto (numa zona de afloramentos graníticos).”

**Espólio Relevante:** “Vasos cerâmicos, incluindo 1 taça de tipo Atalaia.”

**Geo-localização:** Latitude: 38,381561 Longitude: -7,484187

**Bibliografia:** GONÇALVES, Victor Manuel dos Santos e CALADO, Manuel João Maio. (1991). A necrópole da Idade do Bronze do Monte dos Cebolinhos (S. Pedro do Corval, Reguengos de Monsaraz). Notícia da sua identificação. In Portugália. Porto. nova série:1112;

GONÇALVES, Victor Manuel dos Santos, CALADO, Manuel João Maio e ROCHA, Leonor. (1992). Reguengos de Monsaraz: o antigo povoamento da Herdade do Esporão. In Setúbal Arqueológica. Setúbal. 910

### Necrópole da Figueira

**Sítio n°:** 1278

**Local:** Budens, Vila do Bispo, Faro

**Tipo:** Necrópole

**Cronologia:** Idade do Bronze

**Estado de conservação:** -

**Informação:** “Necrópole de cistas onde foi encontrada uma estela, de arenito vermelho, decorada com personagem antropomórfica, lança e escudo, com escutadura em V.”

**Espólio Relevante:** Estela

**Geo-localização:** Latitude: 37,073446 Longitude: -8,843774

- Bibliografia:** ALMAGRO BASCH, Martin. (1966). Las estelas decoradas del suroeste peninsular. In Biblioteca Praehistorica Hispanica. Madrid: Universidad Madrid (Biblioteca Praehistorica Hispanica; 8);
- BEIRÃO, Caetano de Melo. (1986). Une civilization protohistorique du Sud du Portugal (1er Age du Fer). Paris: De Boccard;
- FORMOSINHO, José, FERREIRA, Octávio da Veiga e VIANA, Abel. (1954). Estudos arqueológicos nas Caldas de Monchique. In Trabalhos de Antropologia e Etnologia. Porto. 14:14;
- GAMITO, Maria Teresa Júdice. (1987). Social and Economic complexity in SW Iberia (800500 a.c.). In Actas del IV colóquio sobre Lenguas y Culturas PaleoHispanicas, 1985. Vitória: (Veleia, 23);
- GOMES, Mário Varela, SILVA, Carlos Tavares da e MARTINS, Isilda Maria Pires. (1987). Levantamento arqueológico do Algarve: concelho de Vila do Bispo. Lisboa: Delegação Regional do Sul. S.E.C;
- MACWHITE, Eoin. (1951). Estudios sobre las relaciones atlánticas de la Península Hispánica en la Edad del Bronce. In Dissertaciones Matritenses. Madrid: Seminário de História Primitiva del Hombre, 2;
- SAVORY, H. N. (1974). Espanha e Portugal. In História Mundi. Lisboa: Verbo, 14

### **Necrópole de Vale Feixe**

**Sítio n.º:** 11003

**Local:** São Salvador e Santa Maria, Odemira, Beja

**Tipo:** Necrópole

**Cronologia:** Idade do Bronze

**Estado de conservação:** Em perigo

**Informação:** “Inicialmente designado como Cerro do Cemitério dos Moiros. Necrópole constituída por menos de 15 sepulturas em xisto, isoladas ou com *tumulus* pétreos circulares adossados e em "cacho". Ocupa crista e patamar de linha de cumeeada, sobre duas grandes mamoas naturais geminadas. As sepulturas são de planta rectangular, com as lajes laterais e ultrapassam as dos topos em alguns casos. Não se conservam à vista as tampas. São estruturadas por lajes verticais de xisto azul ou verde, em planta rectangular com as dimensões medias de 90/100 cm x 50/60 cm. Algumas foram abertas por curiosos na década de 60, pelo que se verifica o arrastamento das lajes de cobertura, frequentemente de uma só peça (tendo-se recolhido o machado de bronze ou, segundo outra versão facas de ferro); pode ver-se também nesses casos a fossa de enterramento escavada no xisto base, de forma rectangular ou oval com uma profundidade superior a 10 cm.”

**Espólio Relevante:** “Do espólio retirado das sepulturas violadas, há a recordação de vários pequenos recipientes cerâmicos cor castanho-escuro e de um machado em cobre ou bronze, cujo paradeiro se desconhece.”

**Geo-localização:** Latitude: 37,616283 Longitude: -8,569154

**Bibliografia:** QUEIROZ, Paula Fernanda e LEEUWAARDEN, Wim Van. (2002). Identificação de um conjunto de fragmentos de carvão vegetal recolhidos na necrópole de Vale Feixe, Odemira. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos do CIPA; 32)

#### Neves 4

**Sítio n.º:** 2561

**Local:** Santa Bárbara de Padrões, Castro Verde, Beja

**Tipo:** Necrópole

**Cronologia:** Idade do Bronze, Idade do Ferro I

**Estado de conservação:** Regular

**Informação:** “Ladeia um velho caminho que passa ao longo do extremo ocidental do povoado de Neves II. É constituída por túmulos de planta rectangular e outros circulares, nos quais talvez seja possível encontrar uma sobrevivência dos hábitos sepulcrais da Idade do Bronze. Foi utilizado na sua construção, além do xisto muito vulgar na região, o grauvaque, mais resistente e que foi transportado desde mais de 2 Km.”

**Espólio Relevante:** -

**Geo-localização:** Latitude: 37,570208 Longitude: -7,976189

**Bibliografia:** (1994). Catálogo da Exposição comemorativa dos 100 anos do Museu Municipal de Figueira da Foz. Figueira da Foz: Serviços Culturais do Museu Municipal Dr. Santos Rocha;

VV. AA. (1991). Plano Director Municipal de Castro Verde. Castro Verde: Câmara Municipal de Castro Verde

#### Sequeiros

**Sítio n.º:** 36233

**Local:** Caldelas, Sequeiros e Paranhos, Amares, Braga

**Tipo:** Necrópole

**Cronologia:** Bronze Médio e Final

**Estado de conservação:** -

**Informação:** Sem aparentes vestígios da necrópole, para além do vaso encontrado

**Espólio Relevante:** Vaso da Idade do Bronze Médio/Final, com “base plana e o bordo horizontal, apresentando na aba uma decoração incisa formada por traços etc”

**Geo-localização:** Latitude: 41,689654; Longitude: -8,362546

**Bibliografia:** BETTENCOURT, A. M. S. (1999). A paisagem e o homem na bacia do Cávado durante o II e o I milénios a.C. Braga

## Touro

**Sítio n.º:** 23369

**Local:** Sabóia, Odemira, Beja

**Tipo:** Necrópole

**Cronologia:** Idade do Bronze

**Estado de conservação:** -

**Informação:** “Restos de estrutura de contorno circular, de que se conserva cerca de um quarto de círculo, composta por lajes de xisto de médio calibre que apresentam patine acentuada, embora surjam algumas de grandes dimensões, tal como a laje aparelhada que serve de marco divisório. Trata-se de um montículo artificial de pedras com cerca de 2.5m de diâmetro e que se eleva cerca de 40cm acima do solo. Poder-se-á tratar de estrutura associada a necrópole de sepulturas tipo Atalaia (Idade do Bronze). À superfície do solo recolheu-se um nódulo de barro bem cozido e compactado e seixos de quartzo.”

**Espólio Relevante:** -

**Geo-localização:** Latitude: 37,525405 Longitude: -8,535252

**Bibliografia:** (apenas referência a um relatório de um trabalho arqueológico- prospeção-realizado em 2003)

## Vidigal 1

**Sítio n.º:** 7243

**Local:** Mexilhoeira Grande, Portimão, Faro

**Tipo:** Necrópole

**Cronologia:** Idade do Bronze

**Estado de conservação:** -

**Informação:** “Santos Rocha situa a necrópole na Idade do Bronze. A necrópole é constituída por um conjunto de 8 sepulturas rectangulares formadas por lajes de grés vermelho. Quando da descoberta ainda continham restos de ossadas e espólio cerâmico.”

**Espólio Relevante:** -

**Geo-localização:** Latitude: 37,199873 Longitude: -8,607294

**Bibliografia:** ARAÚJO, Ana Cristina Reis da Silva, FARIA, António José Marques de, MOINHOS, Maria José Nunes Espinheira, ANTUNES, Maria de Fátima, NUNO, Carlos Simões, LOURENÇO, Fernando Severino e PEREIRA, João Paulo de Melo Esteves. (1992). Carta Arqueológica de Portugal: concelhos de Portimão, Lagoa, Silves, Albufeira, Loulé, São Brás de Alportel. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura. vol. 1;

GOMES, Mário Varela, GOMES, Rosa Varela, BEIRÃO, Caetano de Melo e MATOS, José Luís Martins de. (1986). A necrópole da Vinha do Casão (Vilamoura Algarve) no contexto do sudoeste peninsular. In *Trabalhos de Arqueologia*. Lisboa: IPPC (Trabalhos de Arqueologia; 2);

GOMES, Mário Varela e GOMES, Rosa Varela. (1988). Levantamento Arqueológico-Bibliográfico do Algarve. Delegação Regional do Sul da Secretaria de Estado da Cultura, Faro;

MARQUES, M G. Monteiro. (1986). Vestígios arqueológicos no concelho de Portimão (subsídios para a Carta Arqueológica do concelho). In *Actas do 4º Congresso do Algarve*, Montechoro, 1986. Albufeira: Racal Clube, 1;

ROCHA, António dos Santos. (1911). *Archeologia prehistórica, materiaes para o estudo da Edad do Cobre em Portugal*. Figueira da Foz: Imprensa Lusitana de A. Veiga, p. 79;

SCHUBART, Hermanfrid. (1975). *Die Kultur der Bronzezeit in Sudwesten der Iberischen Halbinsel*. In *Madriider Forschungen*. Berlin: Walter de Gruyter & Co., 9 Vols;

SOARES, Isabel. (2001). *Concelho de Portimão Levantamento do Património Móvel e Imóvel de Interesse Relevante para o Estudo da História Local*

## Vila Nova de Milfontes 1

**Sítio nº:** 10957

**Local:** Vila Nova de Milfontes, Odemira, Beja

**Tipo:** Necrópole

**Cronologia:** Idade do Bronze

**Estado de conservação:** -

**Informação:** “Sepulturas de cistas descobertas por Abel da Silva Ribeiro no final do século passado, aproximadamente na mesma altura em que surgiu na margem do rio a montante de Milfontes, uma canoa do mesmo período preservada no lodo. Aparentemente, perderam-se ambas. Contudo, foi encontrado recentemente, aquando da abertura de valas de electrificação, o que pela descrição parece ser uma sepultura coberta por laje de xisto. A vala encontra-se asfaltada. Segundo o General João de Almeida, existia um povoado fortificado no alto da Igreja de S. Sebastião, do qual não são visíveis estruturas.”

**Espólio Relevante:** -

**Geo-localização:** Latitude: 37,723419 Longitude: -8,781889

**Bibliografia:** (apenas referência a dois relatórios de dois trabalhos arqueológicos-prospeções- realizados em 1995 e 1998)

---

\*Todos os dados e citações foram retirados do inventário do Endovélico, presente em <https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php>, na respetiva página de cada sítio arqueológico e no Geoportal

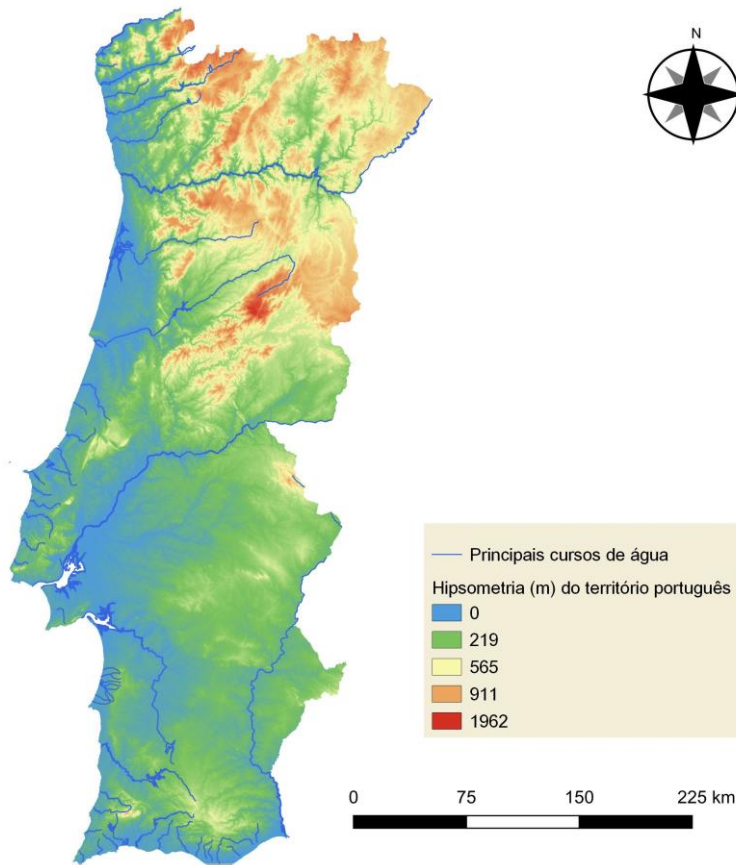


**ANEXO 2- AS ÁREAS GEOGRÁFICAS**



**Fig.XX-** Mapa da Península Ibérica, com indicação dos principais cursos de água e das áreas de maior altitude (a cinzento)

Fonte: VILAÇA, Raquel. *Proto-História Peninsular: Programa, metodologia, conteúdos e guia bibliográfico. Textos Pedagógicos e Didáticos.* (2006)



**Fig.XXI-** Hipsometria do território português

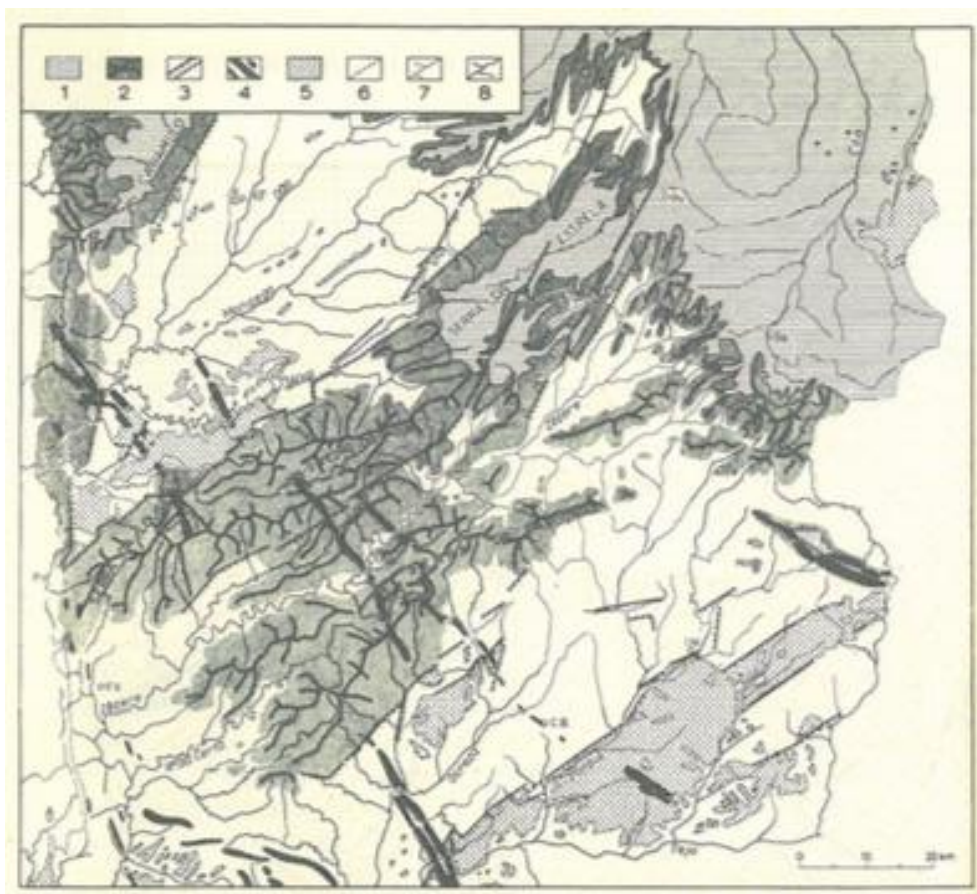
Figura elaborada no programa *Q.Gis 3.10.5*, versão “A Coruña”



**Fig.XXII-** Caracterização morfológica da Estremadura portuguesa, segundo Suzanne Daveau, em 1968

“1-Maçiços montanhosos calcários; 2-Maçiços montanhosos cristalino; 3-Colinas de rocha vulcânica; 4-7-Rebordo de planalto; 4-monoclinal em rocha dura; 5-de falha; 6-de discordância diapírica; 7-de rocha branda; 8-Depressão em rocha branda; 9-Depressão calcária; 10-Enchimento flandriano; 11-Vale de formas largas; 12-Vale encaixado; 13-Costa baixa; 14-Costa de arriba; 15-Extensão provável de aplanção litoral pliocénica; 16-Limite da bacia terciária do Tejo”

Fonte: RIBEIRO, Orlando, LAUTENSACH, Hermann, DAVEAU, Suzanne. *Geografia de Portugal- A posição geográfica e o território* (2004: 230, 231)



**Fig.XXIII-** Caracterização morfológica do centro do território, mais especificamente a Beira Alta e a Beira Baixa, segundo Suzanne Daveau e Orlando Ribeiro, em 1968

“1-Planalto culminante; 2-Área montanhosa, vertentes extensas e cristas de intersecção; 3-Falhas principais e fracturas que influenciam directamente o relevo; 4-Cristas de quartzito; 5-Depósitos de cobertura discordantes sobre o Maciço Antigo; 6-Contacto entre o Maciço Antigo e a Orla Sedimentar na área do cotovelo do Zêzere; 7-Vale de formas largas; 8-Vale encaixado

A-Ancião; B-Belmonte; C-Covilhã; CB-Castelo Branco; F-Fundão; FV-Figueiró dos Vinhos; Go-Gouveia; Gu-Guarda; IN-Idanha-a-Nova; L-Lousã; M-Monsanto; P-Penela; Pe-Penamacor; As-Sabugal; Se-Seia”

Fonte: RIBEIRO, Orlando, LAUTENSACH, Hermann, DAVEAU, Suzanne. *Geografia de Portugal- A posição geográfica e o território* (2004: 240)

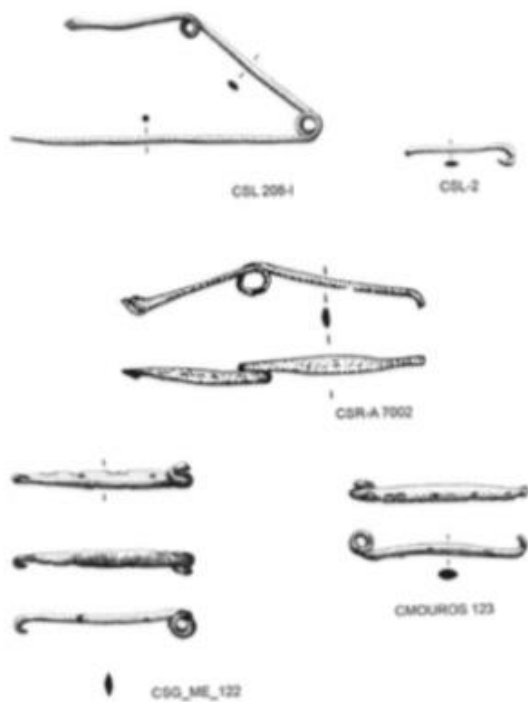


**ANEXO 3- OS POVOADOS, AS PESSOAS, OS MATERIAIS**



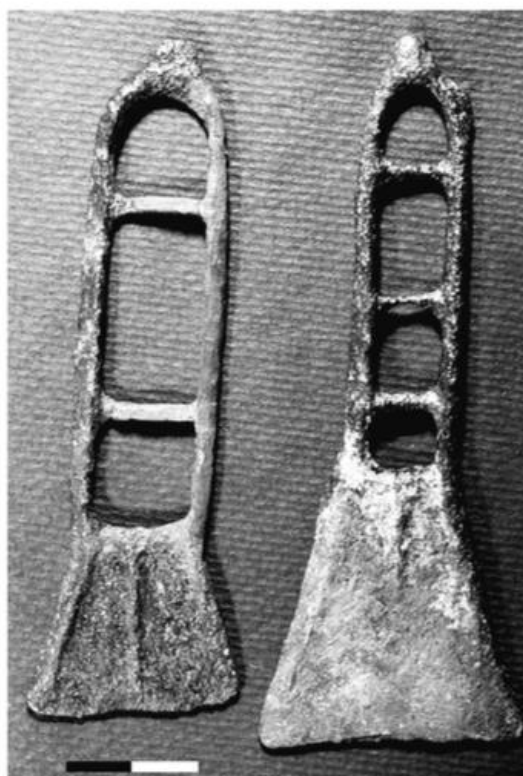
**Fig.XXV-** Cerâmicas tipo Cogotas (1) e tipo Carambolo (2)

Fonte: VILAÇA, Raquel. *O povoamento da Beira Interior durante o Bronze Final: Evidências, interações, simbolismos.* (2013b: 201)








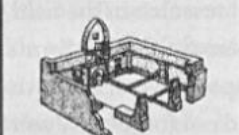


**Fig.-XXVI-** Exemplo de algumas das fíbulas de enrolamento no arco do grupo de “Baiões/Santa Luzia

Fonte: SENNA-MARTINEZ, João Carlos de. “*Um mundo entre mundos*”- *O grupo de Baiões/Santa Luzia: sociedade, metalurgia e relações inter-regionais.* (2010: 21)



**Fig.XXVII-** *Tranchets* de Baiões (Viseu)

Fonte: VILAÇA, Raquel. *Sobre tranchets do Bronze Final do Ocidente Peninsular.* (2008-09: 83)

	MOBILE HUNTER-GATHERER GROUPS	SEGMENTARY SOCIETY	CHIEFDOM	STATE
	 <p>San hunters, South Africa</p>	 <p>Man plowing, Valcamonica, Italy</p>	 <p>Horseman, Gundestrup caldron</p>	 <p>Terracotta army, tomb of first emperor of China</p>
TOTAL NUMBERS	Less than 100	Up to a few 1000	5000–20,000+	Generally 20,000+
SOCIAL ORGANIZATION	Egalitarian Informal leadership	Segmentary society Pan-tribal associations Raids by small groups	Kinship-based ranking under hereditary leader High-ranking warriors	Class-based hierarchy under king or emperor Armies
ECONOMIC ORGANIZATION	Mobile hunter-gatherers	Settled farmers Pastoralist herders	Central accumulation and redistribution Some craft specialization	Centralized bureaucracy Tribute-based Taxation Laws
SETTLEMENT PATTERN	Temporary camps	Permanent villages	Fortified centers Ritual centers	Urban: cities, towns Frontier defenses Roads
RELIGIOUS ORGANIZATION	Shamans	Religious elders Calendrical rituals	Hereditary chief with religious duties	Priestly class Pantheistic or monotheistic religion
ARCHITECTURE	Temporary shelters	Permanent huts Burial mounds Shrines	Large-scale monuments	Palaces, temples, and other public buildings
	 <p>Paleolithic skin tents, Siberia</p>	 <p>Neolithic shrine, Catalhöyük, Turkey</p>	 <p>Stonehenge, England - final form</p>	 <p>Pyramids at Giza Castillo, Chichen Itza, Mexico</p>
ARCHAEOLOGICAL EXAMPLES	All Paleolithic societies, including Paleo-Indians	All early farmers (Neolithic/Archaic)	Many early metalworking and Formative societies	All ancient civilizations, e.g. in Mesoamerica, Peru, Near East, India, and China; Greece and Rome
MODERN EXAMPLES	Inuit San, southern Africa Australian Aborigines	Pueblos, Southwest USA New Guinea Highlanders Nuer and Dinka, E. Africa	Northwest Coast Native Americans, USA 18th-century Polynesian chiefdoms in Pacific	All modern states

**Fig. XXVIII-** Tabela-síntese sobre a organização dos vários tipos de grupos sociais, principalmente baseada nos paradigmas defendidos por Elman Service

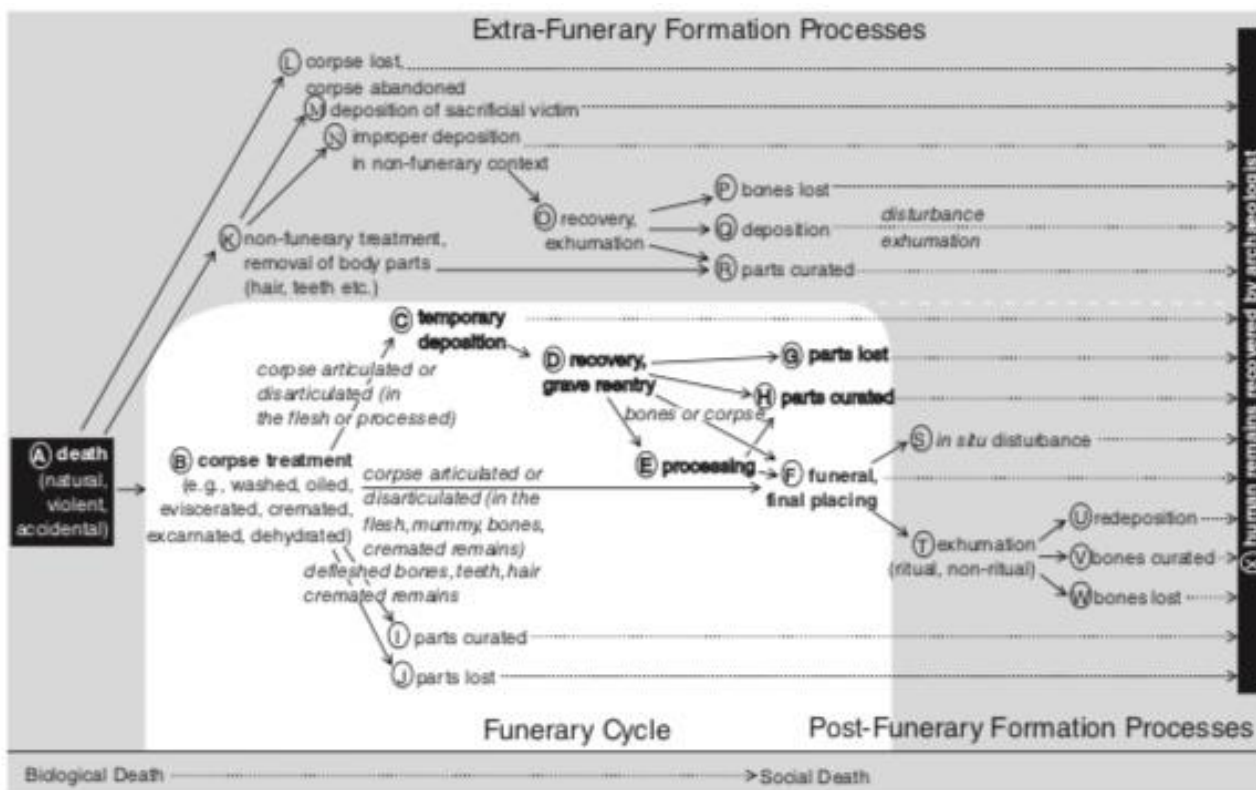
Fonte: RENFREW, Colin, BHAN, Paul. *Archeology Essentials- Theories, Methods, Practice* (2015: 145)

Polity type and case	Size of community	Size of polity
<b>Camp</b>		
Shoshone	30	30
San	20	20
<b>Hamlet</b>		
Machiguenga	25	25
Nganasan	30	30
<b>Local group</b>		
Yanomamo	150-250	150-500
Taremiut	150-300	150-300
Tsembaga	200	200
Turkana	20-25	100-200
<b>Big Man collectivity</b>		
NW Coast Fishers	500-800	500-800
Central Enga	350	350
Kirghiz	20-25	1,800
<b>Chiefdom</b>		
Trobriand Islanders	200-400	1,000
Hawaiian Islanders	300-400	30,000-100,000
Basseri	200-500	16,000
<b>State</b>		
Inka	±400	14,000,000
Brazil	±300	80,000,000+
China	±300	600,000,000+
Java (Indonesia)	+300	100,000,000+

**Fig.XXIX-** Tabela-síntese da presumível densidade populacional de várias comunidades antigas um pouco por todo o mundo, de acordo com o seu estágio social, segundo as teorias de Johnson e Earle

Fonte: JOHNSON, Allen W., EARLE, Timothy. *The evolution of human societies- From Foraging group to Agrarian state* (2000: 645)

**ANEXO 4- O MUNDO FUNERÁRIO**

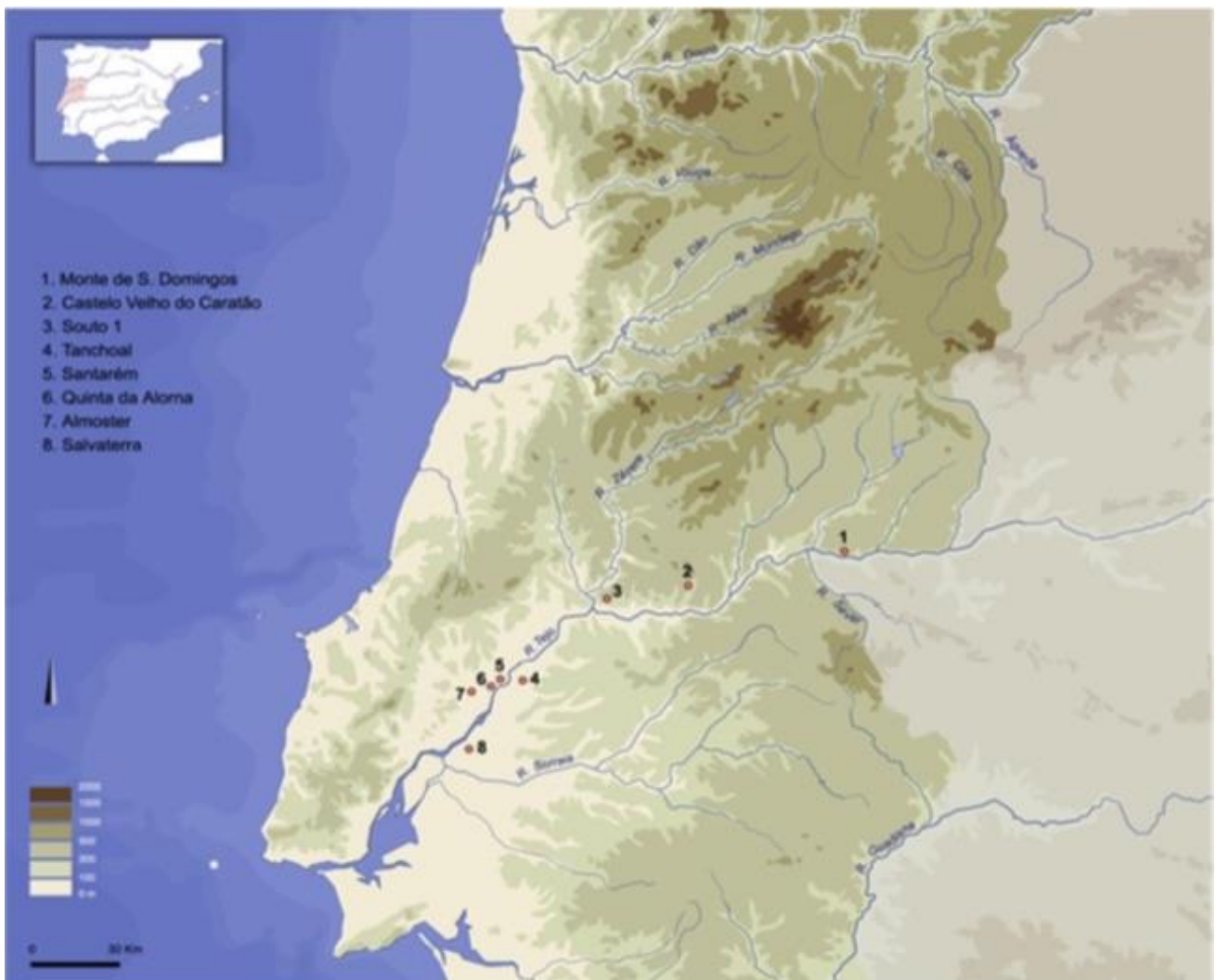


**Fig.-XXX-** Esquema de Estella Weiss-Krejci sobre os possíveis processos que procedem a morte do defunto

Fonte: WEISS-KREJCI, Estella. *The formation of mortuary deposits- Implications for understanding mortuary behavior of past populations.* (2011: 69)

**Observações/comentários:** Neste esquema, a autora pretende demonstrar a complexidade inerente aos rituais funerários que vão muito além da “simples” deposição do corpo do defunto (passo A), o que contribui para a variedade de contextos com os quais os arqueólogos podem lidar. Quanto ao seu esquema, Estella Weiss-Krejci comenta que “The formation of the archaeological mortuary record is a chronological process which always starts with the death of an individual and always ends at the point of the discovery and excavation by the archaeologist (Process A–Process X). Anything that happens in between these two events is shaped by cultural and natural processes. The funerary portion forms only a fraction of a larger cycle of formation.” (2011: 70).





**Fig.XXXI-** Localização de sepulturas ou necrópoles da “linha do Tejo” que evidenciam a prática de incineração

Fonte: BELTRAME, Massimo. *O tumulus 1 do Souto (Abrantes, Médio Tejo): Novos contributos para o conhecimento das materialidades do mundo funerário do Bronze Final no Centro de Portugal.* (2018: 45)



**Fig.XXXII-** Fotografia da câmara e do corredor do monumento funerário da Roça do Casal do Meio (Sesimbra)

Fonte: VILAÇA, Raquel. *O Ocidente peninsular de há 3000 anos num cruzamento de escalas. Itinerários das coisas e das pessoas.* (2020: 296)



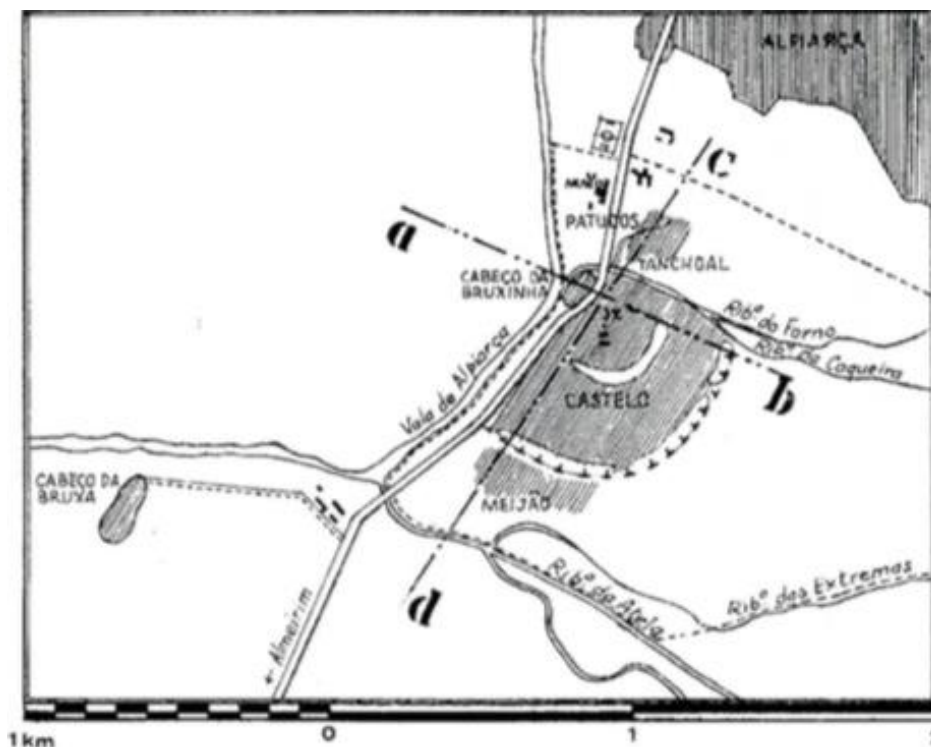
**Fig.XXXIII-** Foto da *tholos* da Roça do Casal do Meio (Sesimbra) no seu todo, com destaque para o seu enquadramento na paisagem

Fonte: VILAÇA, Raquel, CARDOSO, João Luís. *O Tejo Português durante o Bronze Final.* (2017c: 257)



**Fig.XXXIV-** Fotografia de parte da câmara funerária do monumento da Roça do Casal do Meio (Sesimbra), com especial ênfase para o defunto em decúbito lateral na banqueta

Fonte: VILAÇA, Raquel, CARDOSO, João Luís. *O Tejo Português durante o Bronze Final*. (2017c: 257)



**Fig.XXXV-** Enquadramento das necrópoles de Alpiarça e do povoado do Alto do Castelo, numa zona mais central

Fonte: VILAÇA, Raquel, CRUZ, Domingos, GONÇALVES, A.A.Huet B. *A necrópole de Tanchodal dos Patudos (Alpiarça, Santarém)*. (1999a: 30)

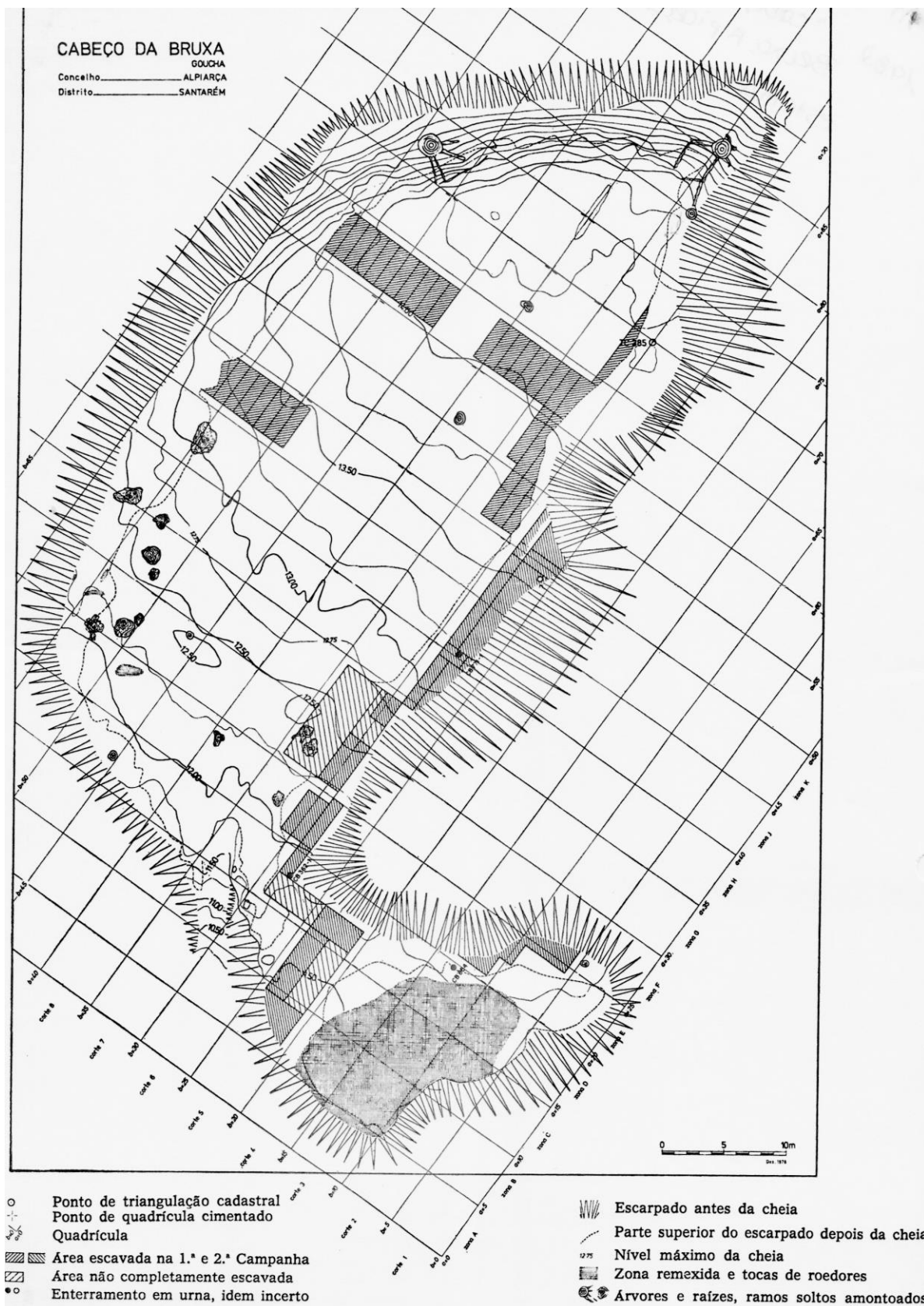


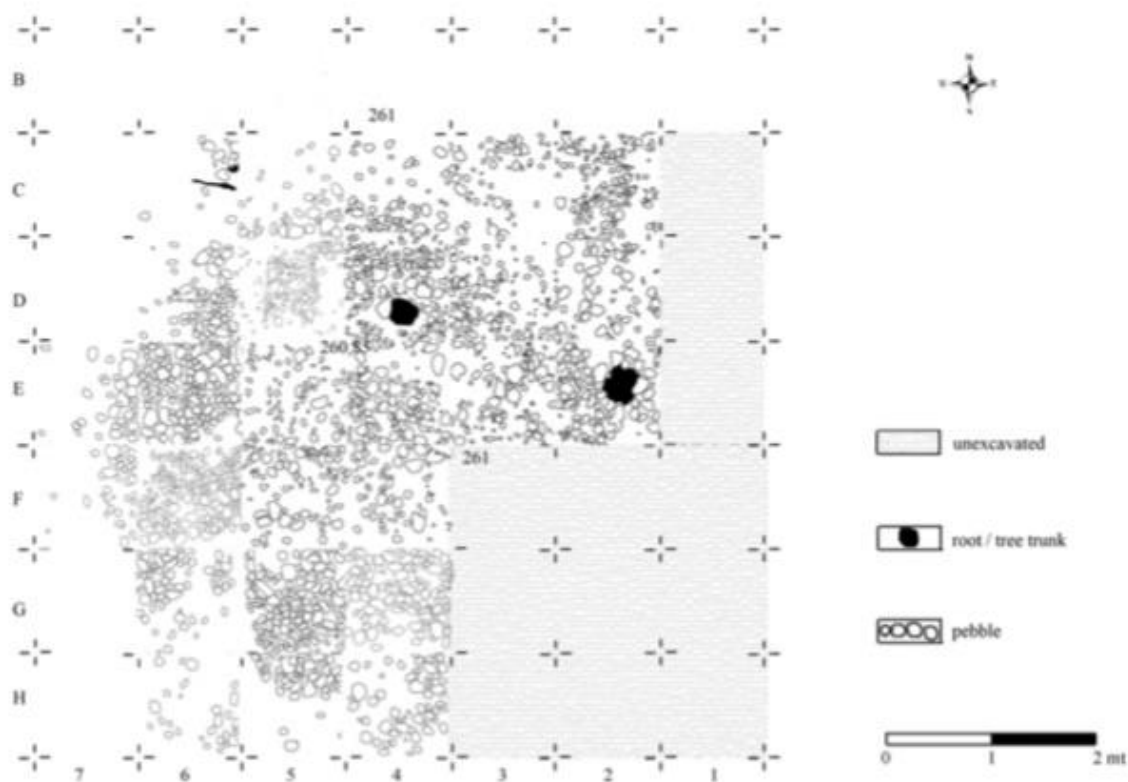
Fig.XXXVI- Planta do Cabeço da Bruxa (Alpiarça)

Fonte: KALB, Philine, HÖCK, Martin. *Cabeço da Bruxa, Alpiarça (distrito de Santarém): relatório preliminar da escavação de Janeiro e Fevereiro de 1979.* (1982). Estampa II



**Fig.XXXVII-** Espólio encontrado na necrópole do Tanchoal (Alpiarça) (à esquerda um bracelete e à direita uma urna cinerária)

Fonte: VILAÇA, Raquel. *As faces da Morte- do Bronze para o Ferro, o Norte e o Sul do território português.* (2015: 103)



**Fig.XXXVIII-** Planta da superfície do *tumulus* 1 do Souto (Abrantes)

Fonte: DELFINO, Davide. *A problemática das continuidades e das descontinuidades na Idade do Bronze do Médio Tejo português.* (2014: 183)



**Fig. XXXIX-** Fotografia da estrutura e da urna encontrados no *tumulus* 1 do Souto (Abrantes)

Fonte: VILAÇA, Raquel. *O Ocidente peninsular de há 3000 anos num cruzamento de escalas. Itinerários das coisas e das pessoas.* (2020: 289)



**Fig.XL-** Fotografia da estrutura 2 do Monte de São Domingos (Malpica do Tejo)

Fonte: CARDOSO, João Luís, CANINAS, João Carlos, HENRIQUES, Francisco. *Dois cabanas circulares da Idade do Bronze do Monte de São Domingos (Malpica do Tejo, Castelo Branco)* (1997-98) Estampa III



**Fig. XLI-** Fotografia da estrutura 1 do Monte de São Domingos (Malpica do Tejo)

Fonte: CARDOSO, João Luís, CANINAS, João Carlos, HENRIQUES, Francisco. *Duas cabanas circulares da Idade do Bronze do Monte de São Domingos (Malpica do Tejo, Castelo Branco)* (1997-98) Estampa II



**Fig.XLII-** Fotografia do buraco de poste presente na estrutura 2 do Monte de São Domingos (Malpica do Tejo)

Fonte: BRANDHERM, Dirk, KRUEGER, Michal, CARDOSO, João Luís. *Um novo método para a datação absoluta de ossos humanos cremados: A cabana 2 do Monte de São Domingos (Malpica do Tejo, Portugal)*. (2016-17: 522)

